



COMPANHIA DAS LETRAS

O SILÊNCIO
CONTRA
MUAMAR
KADAFI

ANDREI NETTO

A REVOLUÇÃO DA LÍBIA PELO REPÓRTER BRASILEIRO
QUE ESTEVE NOS CALABOUÇOS DO REGIME

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



ANDREI NETTO

O silêncio contra Muamar Kadafi



COMPANHIA DAS LETRAS

Para Lúcia
Para Vinicius

Há uma agenda dos povos árabes e outra dos governos árabes.

Muamar Kadafi

Sumário

Fim

Renascimento

Primavera

Revolução

Segredo

Risco

Traição

Intervenção

Plano

Queda

Silêncio

Epílogo

Cronologia

Referências bibliográficas

Créditos das imagens



Fim

No momento em que pôs as mãos no coronel, Siraj empunhava uma AK-47. Estava enfurecido e “fora de controle”, como definiria mais tarde, quando nos encontramos, impregnado até os ossos da violência dos combates da manhã sangrenta. Em um intervalo de segundos, pensou em seu amigo Mohamed Jamal, abatido a tiros instantes antes como um *shadid*, um mártir, e nos muitos combatentes que vira morrer no campo de batalha. Pensou na família, em três de seus seis tios, um morto, um ferido e um preso durante a revolução. Poderia apontar sua arma para a cara do “guia”, explodir sua cabeça e mandá-lo para o inferno. Em vez de ser detido como um assassino frio e depois enfrentar a justiça, ouviria gritos de “*Allah Akbar!*” e seria coberto de glórias por seus companheiros de brigada. Encerraria meses de sofrimento e ainda poderia bater no peito e dizer: “Eu matei Muamar Kadafi!”.

Mas Siraj, jovem esguio e de pele cor de mate, ar circunspecto e olhar firme, havia recebido a ordem de preservá-lo. Vivia um dilema entre os instintos e a razão. Tinha diante de si o tirano que havia aprendido a odiar em suas duas cidades, Misrata e Suq al-Jum’ah — e a escolha de não ser igual a ele. Amparando-o com o auxílio de Mohamed Alwaib e de Umran Jum’ah Sha’ban, seus amigos, afastou-se do encanamento de esgoto no qual o encontrara e caminhou com passos trôpegos em direção aos colegas rebeldes, que corriam a seu encontro e já se aglomeravam. Então, sem pensar, entregou o “coronel” ao

comandante Umram Alwaib e deixou que outros ativistas o tomassem nos braços.

Kadafi não estava apenas dominado, mas também ferido e atordoado. Exatos 250 dias tinham se passado desde a eclosão dos primeiros protestos em Benghazi e 245 do dia em que Siraj, um estudante de 21 anos, decidira sair às ruas de Trípoli para se juntar a outros insatisfeitos na praça Verde, um dos símbolos do regime. Nesse interim, cerca de 20 mil pessoas, boa parte pós-adolescentes transformados em guerrilheiros por acaso, inexperientes como ele, haviam perecido. Outros tantos haviam sofrido as dores da guerra, as perdas, as deformações, as amputações, os traumas.

Movido pela raiva, mas também pela noção de dever para com seus comandantes, Siraj não se afastou quando Kadafi, atordoado, foi encurralado por aqueles que seriam seus algozes. Afinal, sentia-se parte da katiba, a brigada que aprisionara o “guia”, tinha orgulho de si mesmo e mal controlava a euforia. De arma em punho, aos gritos de “Alá é grande!”, como os demais, seguiu aos trancos em meio a um pequeno grupo de rebeldes que agarrava seu inimigo número um. Passou por corpos de inimigos e parceiros caídos na areia do deserto e por um rebelde que se separara do grupo e caminhava no sentido contrário, errático e a passos lentos, fumando e ignorando a prisão do coronel. Em um instante viu-se cercado não mais por uns poucos combatentes, mas por dezenas deles. Alguns, como Umram, empenhavam-se no esforço vão de montar um cordão de isolamento e de fazer do homem que governara a Líbia por 42 anos um prisioneiro a ser julgado. Outros, ao contrário, estavam sedentos de revanche e se aproximavam na ânsia de lhe acertar um chute, um soco, de lhe arrancar os cabelos, de agredi-lo como a um carrasco em meio a suas vítimas. Todos bradavam ao mesmo tempo em meio à desordem absoluta.

— *Allah Akbar! Allah Akbar! Allah Akbar!* Nós o capturamos! Pega, pega, pega, tira uma foto! *Allah Akbar! Allah Akbar! Allah Akbar!* *Muamar taghut*, nós o capturamos! Eu quero tirar uma foto! Aaaaaaaahhhhhhh! Nós o capturamos vivo! Por favor, eu quero tirar uma foto! *Allah Akbar!*

Siraj gritava cada vez mais alto e se posicionava ao redor de Kadafi. Sabia que deveria tentar protegê-lo, mas mesmo assim infligia-lhe os golpes que conseguia encaixar. Sentia prazer nisso. Batia com a sola do sapato, que tirara dos pés para humilhá-lo, uma ofensa grave no mundo árabe.

O tumulto era registrado por um rebelde, Ali Algadi. Sua gravação, feita com a câmera de um celular, rodaria o planeta horas depois pela web e pelas emissoras de tv, chocando os espectadores mais sensíveis e reforçando a imagem de “selvagens” que os árabes carregam em alguns lugares do mundo. Nessas primeiras cenas, Siraj ainda vestia uma gandola camuflada e um capacete militar. Nas mãos, trazia uma Kalash. Uma profusão de armas aparece na tela no momento em que Algadi filma um Kadafi esgotado, caído na areia do deserto. Sangrando em abundância, o ditador tombara porque suas pernas tinham fraquejado alguns passos depois de ele ter sido apunhalado repetidas vezes por um sádico, por trás, da pior maneira possível, no pior lugar possível: o cu.

Enquanto Kadafi se esvaía como um animal, Siraj poderia mais uma vez tê-lo

eliminado. Mas percebeu que não estava disposto a ir tão longe. Queria vê-lo morto, mas não naquele instante, e por isso controlou o desejo de executá-lo. Apesar da ira e da vontade de se vingar, participar do linchamento que a multidão parecia preparar não o seduzia. Ao tomar consciência disso, livrou-se de sua arma e afastou-se um pouco, mas não o suficiente para perder a cena de vista — não queria perdê-la. Sacou seu telefone celular e pôs-se a fotografar e a filmar o que se passava. Os rebeldes que o cercavam revelavam diferentes sentimentos: incredulidade, cólera, vingança pura e simples, expressos de maneira caótica pelos gritos repetidos de fúria e de excitação que se intercalavam entre as rajadas de armas automáticas.

— Eu quero filmar, por favor! *Allah Akbar! Allah Akbar!* Nós o capturamos! Misrata! *Allah Akbar!* Misrata! *Allah Akbar!* Misrata! Nós o capturamos! Misrata! Bang bang! Misrata! Misrata! Misrata! Misrata! *Allah Akbar! Allah Akbar!* Não há outro deus além de Alá! Alá é grande!

Naquele momento ainda havia confrontos nas imediações da central elétrica, onde se desenrolavam os últimos combates. As trocas de tiros e as rajadas continuavam, mas Siraj percebeu que ninguém mais, entre a multidão de rebeldes que soubera da prisão de Kadafi, parecia prestar atenção, tampouco temia os riscos do tiroteio. Eufóricos ou ensandecidos, nem todos notaram que, além de Kadafi, também haviam sido capturadas altas autoridades do regime: Abu Bakr Yunis Jaber, ministro da Defesa, Mansour Dhao, chefe de Segurança Pessoal, Ahmed Ibrahim, primo do ditador, chefe do Movimento dos Comitês Revolucionários (MCR) e espécie de primeiro-ministro informal do país, além de Mutassim, nada menos do que um dos filhos do coronel.

Concentrados em torno do “guia” — ou contra ele —, os insurgentes o arrastaram para perto de um veículo, deixando o leito seco do canal onde se encontravam, e subiram alguns metros de um aclave poeirento, até a estrada. Siraj não tinha certeza do que se pretendia fazer, mas os gritos recorrentes de “Misrata! Misrata!” sugeriam que o destino seria a cidade de onde provinha a maior parte dos rebeldes do cerco a Sirte. Tanto pior para Kadafi e para os demais: em Misrata não apenas o odiavam, lá o queriam morto.

Cada vez mais ensanguentado e grogue, o coronel subiu o barranco pedregoso, empurrado pela multidão. Então voltou a cair de modo brusco. Estava esgotado, humilhado e prostrado. Talvez até já estivesse baleado, mas Siraj não tinha certeza. Sabia apenas que, ao deixar a tubulação de esgoto com Kadafi em seu poder, ele não estava ferido a bala. Encontrava-se perturbado, zozno, mas não mortalmente ferido. Em meio ao tumulto que se seguiu, porém, algo muito sério lhe acontecera, porque seu estado se deteriorava. O coronel ainda parecia consciente ao se aproximar da estrada, mas, ao alcançá-la, fraquejou e caiu. Com esforço coletivo, foi puxado, de costas, para o capô de uma picape, virado para a multidão que o cercava.

Siraj gravava o martírio de Kadafi com seu celular. Registrou também quando, instantes depois, ele foi içado para a carroceria de um veículo. Em nenhuma das duas situações, percebeu, o ditador esboçara algum sinal de resistência. Seus gestos revelavam apenas a constatação dos ferimentos — ele passava a mão no rosto ensanguentado e levava

os dedos aos olhos, como quem tenta limpar a visão —, e sua expressão era de dor profunda, reflexo do imenso flagelo que atravessava e que, de algum modo, humanizava os últimos instantes de um tirano conhecido por sua crueldade. Ali os insurgentes perderiam parte de sua legitimidade, mas qual argumento racional poderia impedir, naquelas circunstâncias, o martírio de um ditador?

Siraj observou Kadafi com atenção e entendeu que ele fora ferido com gravidade. Pouco mais de quinze minutos tinham se passado do instante em que o arrancara do esgoto quando uma ambulância, vinda do front de Sirte, chegou enfim ao local do combate. O coronel ainda vivia e balbuciava com voz cada vez mais enfraquecida, implorando por socorro. De torso nu, seria arrastado pelo asfalto, chutado e pisoteado no caminho até a ambulância que o levaria a Misrata. Com a calça arriada abaixo dos joelhos, foi puxado pelos braços e empurrado pelas pernas até ser acomodado no veículo, onde recebeu atendimento médico. Siraj brigou entre os insurgentes para entrar e contou sete pessoas. Reconheceu quatro de Misrata e três de Trípoli. Observando seu inimigo de perto, percebeu dois ferimentos graves: uma perfuração de bala próxima à têmpora esquerda e outra na altura do ventre, acima do umbigo. A constatação o sobressaltou e uma frase escapou de seus lábios:

— Alguém atirou nele! Alguém atirou nele! — repetiu, num misto de choque e de preocupação por não ter conseguido protegê-lo da multidão, como lhe havia ordenado o comandante da brigada.

Kadafi ainda estava vivo, mas, de tanto ver a morte de perto durante os combates, Siraj sabia que o tiro na cabeça lhe seria fatal. Ou melhor: já era quase fatal. Vendo o coronel mergulhar na inconsciência dentro da ambulância parada na estrada, ainda cercada de insurgentes que gritavam e atiravam para o alto, um Siraj tenso perguntou ao médico que prestava os primeiros socorros:

— Ele ainda tem pulso, doutor?

Tinha. Mas o corpo ferido expulsava muito sangue por diferentes pontos: na cabeça, no abdômen, entre as pernas. A situação se agravava a olhos vistos. Siraj interpelou o médico mais uma vez, instantes depois:

— Doutor, ele ainda tem pulso?

A resposta não mudara. O médico tentava conter os sangramentos, pedindo ajuda aos demais *thowars*, os revolucionários que o acompanhavam. Siraj, elétrico e preocupado em ajudar, estava também muito, muito curioso. Antes que o veículo arrancasse, repetiu:

— Kadafi ainda tem pulso, doutor?

— Não, ele não tem mais pulso — respondeu o médico.

Apesar de engajado na missão de levá-lo ao hospital, Siraj sentiu que seus instintos básicos falavam mais alto naquele instante. Ao saber que o coração do coronel havia parado, pensou o que mais tarde me diria:

— É um orgulho para a Líbia que Kadafi esteja morto.

A constatação da parada cardíaca só agravava a urgência. Mas a multidão que cercava o veículo e se concentrava na região transformara o trânsito rápido em uma tarefa impossível. Aos poucos Siraj foi sentindo o veículo rodar com mais e mais constância e percebeu que os gritos dos insurgentes ficavam distantes. Estava ali, ao lado de Kadafi, na viagem a Misrata. No interior da ambulância, concentrou toda a sua atenção na emergência médica e na tentativa de reanimação. De súbito, uma freada provocou um solavanco que o jogou para a frente. Siraj ouviu um crash. O motorista tinha batido o veículo. Sem tempo a perder, desceram os sete passageiros, nenhum deles ferido. Já carregando um corpo, e não mais um homem vivo, correram para a outra ambulância que acompanhava o comboio. Em meio ao transporte desordenado, também o segundo veículo foi obrigado a parar, dessa vez por um pneu furado às portas de Misrata. Os rebeldes desceram, tomaram Kadafi nos braços mais uma vez e acomodaram o corpo ensanguentado no grande porta-malas de uma picape branca Land Cruiser de placas 6-5-69 3002. Ao volante estava Ibrahim Abu Finas, empresário e importador de automóveis de meia-idade, voluntário na revolução a quem o destino transformara, por ironia, em motorista da “ambulância” de Kadafi.

Entretanto, desde que deixara Sirte, sua terra natal — o local no qual prometera lutar até o fim —, o coronel já estava morto. Siraj, angustiado, sentia alguma culpa por saber que seu dever, evitar a morte de Muamar Kadafi naqueles primeiros instantes depois da prisão, não fora cumprido. Tentava entender em que momento, nem muito distante de seus olhos, nem de sua câmera, um ou dois rebeldes como ele tinham desobedecido as ordens vindas de Trípoli, do comando do Conselho Nacional de Transição (CNT), e atirado no coronel, encerrando seus dias com uma execução quase sumária.

Siraj não sentia pena alguma da morte do tirano, o que intimamente desejava com ardor. Mas sabia que muitos não viam aquele como o desfecho ideal para a revolução que tinham defendido desde o início. Concordaria com um julgamento justo, desde que isso levasse o ditador ao mesmo destino: alguns palmos abaixo da terra.

Era hora do almoço quando Abu Finas ingressou em Misrata, trazendo no porta-malas um corpo empoçado de sangue e no peito o orgulho de transportar os restos do homem mais procurado do país. Contra ele, um povo se levantara em fevereiro de 2011. Naquele exato instante, sua morte já era celebrada por uma multidão, como em breve aconteceria em toda a Líbia. Orientado a não se dirigir ao hospital, Abu Finas transportou Kadafi ao primeiro dos três locais pelos quais o cadáver passaria. Tratava-se de uma instalação militar onde se encontravam oficiais do Exército que haviam desertado no início do conflito. Entre eles estava o chefe militar do CNT de Misrata, Ramadan Zarmouh, homem de baixa estatura e poucas palavras, uma espécie de comandante em chefe das forças insurgentes que tinham resistido ao regime em sua cidade, “libertado” e destruído Sirte, e, de maneira indireta, capturado “o guia”. Por isso era, desde então, um dos homens mais influentes da Líbia.

Aos líderes políticos e militares juntaram-se os médicos que comprovariam a

morte de Kadafi e coletariam as primeiras amostras de DNA nos pelos pubianos do coronel. Entre eles estava Abu Bakr Traina, que em um rápido exame identificou os disparos no corpo esbelto do sexagenário, fez um breve inventário das lesões e não encontrou fraturas nem grandes focos de hemorragia interna. Essas notícias não surpreenderam Siraj, que tinha o diagnóstico nas retinas, mas que ainda assim se interessara em ouvir o parecer dos especialistas.

Aguardou o fim do trabalho e partiu de novo na picate de Abu Finas, dessa vez em direção ao Mercado Tunisiano de Misrata, situado a cerca de quinze minutos de carro do centro da cidade. Siraj já não tinha o mesmo entusiasmo. Sentia-se muito cansado após a noite de vigília e a manhã de combates intensos. Além disso, desde o final da primeira hora depois da morte de Kadafi sentira crescer o mau cheiro que o corpo exalava. Embora habituado com o odor dos cadáveres, estava incomodado, espantado até, com o cheiro forte, capaz de atravessar a máscara médica que lhe haviam oferecido para tapar o nariz e a boca. Chegando ao mercado, ajudou a depositar o corpo no que parecia ser uma câmara fria e decidiu sair, acompanhado de outros rebeldes, na contramão da turba que, com o correr da informação, passara a se deslocar para lá. Assim que teve oportunidade, lavou o rosto e esfregou as mãos com força. Mas o cheiro de Kadafi morto impregnava seu corpo. Mais que incomodado, Siraj estava enfraquecido. Ao se aproximar mais uma vez do cadáver, sentiu o cheiro de sangue e passou a ser assaltado por ânsias de vômito. Não queria ficar ali, mas aguardou que o corpo de Mutassim, filho de Kadafi, chegasse a Misrata. De lá partiram, à noite, para um “local secreto” indicado pelo comando militar, no qual o cadáver do filho do “guia” passaria a noite. Viu a multidão de milicianos se aproximar dos corpos, eufórica, e começar os festejos, dos quais participou por alguns minutos. Depois disso, deu seu dia por encerrado. Kadafi estava morto; ele, livre. Agora poderia voltar para casa.

* * *

Passava das onze horas da mesma manhã em Trípoli quando Rashed me deu a notícia de que os rumores sobre a queda de Sirte eram muito fortes. Por seu tom sério e enfático, entendi que dessa vez o fim do impasse militar estava próximo. Me despedi e desci os quinze andares da Al-Fateh Tower o mais rápido que pude. Ao chegar à rua, senti que a informação começava a se espalhar como um vírus. Os disparos para o alto, que eu quase não tinha ouvido desde que chegara, na tarde anterior, começavam a rasgar o céu. Alguns carros buzonavam freneticamente, mas a maioria das pessoas ainda não parecia compreender ao certo o que se passava. Pedi ao motorista que me conduzira até a sede da Petrobras para me levar de volta ao hotel Asshajara, onde eu carregaria a mochila com meus equipamentos e decidiria o que fazer.

No caminho, a capital foi se transformando, e muito depressa. O número de veículos nas ruas aumentou, e muitos já festejavam a seu modo, alguns com palavras de ordem, outros com o habitual “Alá é grande!”. Quando cheguei ao hotel, encontrei no saguão um grupo de idosos que eu nunca vira antes. Cumprimentei-os de relance e fui

pedir minha chave na portaria. Quem atendia era um argelino, com o qual falei em francês. Uma televisão estava ligada, e parte dos senhores observava as notícias. Quis saber o que estavam dizendo, e quem primeiro respondeu, em francês, foi um senhor amistoso, de voz serena. Seu nome era Abib Al Fac Fagui. Sirte caiu, disse ele. Perguntei se o fato já havia sido confirmado. Abib garantiu que sim, que tinha acontecido naquela mesma manhã. Disse mais:

— Também pegaram Kadafi.

Eu gelei. Pedi detalhes, mas ele afirmou que não tinha nada além daquilo, que o CNT ainda não se manifestara. Meu sentimento de urgência bateu no máximo. Já passava um pouco do meio-dia, e eu tinha uma entrevista marcada para dali a uma hora no hotel Rixos, uma das sedes do conselho, com um diplomata, Jamel Abuguilá. Corri a meu quarto, na esperança de lhe telefonar e antecipar nosso encontro, ou ao menos obter alguma informação a respeito do que se passava. Ele não atendeu. Liguei para outros contatos, e os que consegui encontrar responderam a mesma coisa: não tinham certeza de nada. Falava-se que o coronel tinha sido preso ou morto. Fui à portaria para pedir que chamassem um táxi o mais rápido possível, porque meu *fixer*, misto de motorista, tradutor e guia, não estava disponível naquele 20 de outubro. Quando vencia as escadas, recebi uma ligação de um número com prefixo da Turquia. Era Amal Daredi, rindo, com uma incontornável alegria na voz, repetindo alto: “Prenderam Kadafi! Prenderam Kadafi!”. Conversei com ela, em busca de algum mísero detalhe a mais, surpreso pela informação já ter chegado a Ancara.

Voltei à portaria e insisti no pedido do táxi. Eu precisava correr ao hotel Rixos. O jovem atendente não conseguia completar nenhuma das ligações feitas aos motoristas, cujos números ele consultava numa lista. Isso me aprisionava ao hotel, à espera de um condutor que pudesse seguir comigo o dia todo. Pedi que o rapaz continuasse tentando e voltei ao saguão, onde troquei algumas palavras com os idosos. Alguns, zangados, reclamavam das rajadas, cada vez mais intensas. Achavam estúpido comemorar daquele jeito. Eu também, mas era assim que seria. Subi mais uma vez ao quarto e, enquanto socava meus equipamentos e uma trouxa de roupa na mochila, recebi uma ligação de Lúcia Müzell, minha esposa. Ela estava em Paris, na redação da Radio France Internationale (RFI), trabalhando, fascinada com os rumores sobre o que acontecia na Líbia.

— Andrei, você chega a Trípoli e Kadafi morre?! Não dá para acreditar!

Eu também não acreditava. Foi a primeira vez que de fato levei a sério a hipótese de escrever um livro desde que saíra da prisão, em Trípoli, sete meses e meio antes. Deixei o assunto de lado e perguntei a Lúcia sobre as informações que chegavam a Paris pelos despachos das agências internacionais. Ela me disse que nada tinha sido confirmado, que ainda eram apenas rumores, alguns dos quais dando conta da prisão de Kadafi, outros de sua morte. Essa era a informação de que eu precisava: meu primeiro desafio seria confirmar o que tinha ou não acontecido.

Corri mais uma vez à portaria, já com meu equipamento às costas, pronto a ir ao

hotel Rixos e, de lá, a Sirte, um percurso de 450 quilômetros — a ser feito, na melhor das hipóteses, em seis horas. Como o motorista ainda não havia chegado, fui para a rua tentar tomar um táxi qualquer, o que era impossível àquela hora, naquela região da cidade, naquelas circunstâncias, em meio à multidão que começava a celebrar nas ruas de Trípoli antes mesmo da confirmação oficial do que quer que fosse. Voltei ao saguão e pedi ao senhor que falava francês que me traduzisse o que a Al Jazeera dizia. Nada além do que todos sabiam — pelo menos não no ar. Eram 12h57 e Abib Al Fac Fagui observava minha agitação enquanto tomava calmamente seu café, ainda reprovando as rajadas ensurdecedoras.

— Não gosto desses tiros, mas o povo esperava por esse momento há muito tempo — relativizou, atraindo minha atenção.

Abib, um senhor de 68 anos, pele morena, baixa estatura e ar gentil, começava a assistir à apoteose da segunda revolução de sua vida. A primeira, ele me contou, acontecera 42 anos antes, também na Líbia, quando, ao lado de jovens militares entusiasmados com as perspectivas abertas pelo golpe que derrubara o rei Idris I, havia ajudado a consolidar a supremacia militar dos rebeldes de então. Naqueles primeiros dias de 1969, quando participou do cerco a Trípoli e depois colaborou com a prisão de oficiais das Forças Armadas e da polícia fiéis à monarquia, Abib não sabia nem mesmo quem seria o líder — ninguém sabia. Então a figura de um jovem de 27 anos, charmoso e carismático, dono de uma verve nacionalista fascinante, começou a ganhar apoio ao chegar de Benghazi. Era Muamar Kadafi, explicou Abib em meio às salvas que vinham da rua.

Mas, no seu caso, a sedução pelo discurso kadafista tivera curta duração. Desde muito cedo sua percepção sobre o regime que vinha sendo implantado mudara e, em 1972, ele decidiu abandonar o Exército. Oito anos mais tarde, com a intensificação da repressão no interior do país, partiria para o Egito na condição de refugiado político. Transformara-se, no intervalo de onze anos, de aliado revolucionário a opositorista exilado. Durante mais onze anos trabalharia e construiria sua vida no exterior, até ser autorizado a voltar ao país em 1991, quando Kadafi deu seu aval ao retorno de alguns dissidentes. Sem abandonar suas convicções oposicionistas, vinte anos mais tarde Abib atenderia o apelo dos revolucionários da Associação 17 de Fevereiro e decidiria trabalhar pela queda da ditadura que ajudara a colocar no poder. Era o momento que esperava, disse-me. Partiria para a Tunísia, voltaria à Líbia por Dehiba, iria às montanhas de Nefusa e depois a Zawiyah, a fim de contribuir para a queda da fortaleza de Bab al-Azizia, mistura de bunker e sede do poder em Trípoli. Perguntei como se sentia naquele momento, com Sirte rendida e Kadafi talvez preso ou morto. Sua reação, marcada pela liberdade de crítica, revelava quanto a Líbia já tinha mudado.

— Não posso descrever a emoção e a alegria que sinto. O que está acontecendo é algo muito grande. Detesto as armas, mas me senti obrigado a tomá-las de novo. Foi Kadafi que nos levou a essa violência. Durante 42 anos fomos oprimidos. Todos esperávamos por esse momento.

Enquanto conversávamos, o motorista enfim chegou. Me despedi de Abib, anotei

seu número de telefone e pedi ao taxista que rumasse ao hotel Rixos.

No trajeto, percebi que Trípoli era uma cidade transformada. Milhares de carros circulavam em festa pelas principais avenidas, ornados de bandeiras em verde, vermelho e preto — as cores adotadas pela revolução, recuperando a bandeira do regime monárquico que governara o país entre 1951 e 1969, último período pré-Kadafi. Embora houvesse milhares de armas pesadas nas mãos de civis, e muitas delas estivessem sendo usadas para disparos a esmo, o clima de celebração era amistoso, sem vingança e sem violência — pelo menos até então.

Ao chegar à entrada do hotel, supervisionada por brigadas rebeldes, senti um baque imediato, alegre, mas sobretudo de expectativa. Os rumores ainda estavam sendo verificados e nem mesmo as autoridades do CNT confirmavam a morte de Kadafi, muito menos suas circunstâncias. Procurei Abuguila, e me disseram que ele estava chegando. Aguardei-o no corredor, conversando com outros membros da insurgência. Eram poucos os que confraternizavam até então. Um deles me contou que, pouco depois das 13h15, Abdel Majid Mlegta, um dos comandantes militares mais importantes do conselho, havia dito que Kadafi teria sucumbido aos ferimentos. Era um indício importantíssimo, mas não passava do relato de um terceiro, o qual eu não podia verificar naquele momento.

Instantes depois o diplomata que eu aguardava chegou. Fui ao seu encontro, me apresentando, com a pergunta óbvia na ponta da língua: Kadafi morreu? Ele confirmou sem hesitar, apontando para a TV, porque haveria um posicionamento oficial. Na tela, Abdelhakim Belhadj, radical islâmico transformado em líder militar do CNT em Trípoli, entrava ao vivo na Al Jazeera. Eram 13h47 de 20 de outubro de 2011. Kadafi, anunciou ele, estava morto.

Nesse momento ouvi uma explosão de gritos e uma festa espantosa a meu redor. Eram vozes em uníssono, como em um estádio de futebol, que cresceram em volume quando as primeiras imagens do coronel, ferido e de torso nu banhado em sangue, apareceram na tela.

Telefonei ao Brasil e pedi para entrar no ar na rádio do Grupo Estado, Estádio ESPN, certo das confirmações de Abuguila e Belhadj e de outras autoridades do CNT que chegavam ao saguão naquele instante, comemorando. Dei a notícia, desliguei, procurei o diplomata para adiarmos o encontro a uma data a ser confirmada — que nunca chegaria — e parti rumo ao hotel Al-Mehari, outro ponto de concentração dos membros do conselho, onde pretendia encontrar Mlegta. Estava dividido entre partir de imediato a Sirte ou aguardar na capital a posição oficial do CNT, que poderia anunciar nas próximas horas a “libertação da Líbia”, o fim oficial da guerra iniciada em fevereiro. Além disso, o destino do corpo do coronel ainda era desconhecido.

Sem encontrar Mlegta, decidi deixar o hotel em direção à praça dos Mártires, a antiga praça Verde, onde Kadafi costumava discursar à população. Mas, no caminho, encontrei um jovem de aparência familiar, que trazia nas mãos um iPad, vestia um uniforme militar e ostentava a cabeça raspada após ter aderido aos rebeldes que

combateram em Bani Walid. Parecia alguém diferente, mas se tratava de Khaled Medhat, *fixer* que me havia auxiliado em agosto, assim como a outros jornalistas, dos quais ganhara muito dinheiro — o que por certo explicava seu *tablet* e o veículo 4x4 no qual agora circulava.

Ferrenho crítico de Kadafi, Khaled era dono de uma angústia a toda prova sobre o futuro de seu país e, claro, sobre o próprio futuro. Nos cumprimentamos com efusão, felizes pelo reencontro, mas notei que ele tinha um ar cansado e parecia chateado. Fiquei intrigado com seu ânimo e com sua apatia em um momento em que Trípoli festejava nas ruas. Ele se precipitou em explicar que estava abatido, sim, decepcionado porque não queria que Kadafi fosse morto, mas preso e julgado. Na cabeça de muitos líbios, disse ele, o coronel morrerá em sua terra natal, lutando até o fim, como havia prometido. A partir daquele 20 de outubro, temia que o ditador se tornasse um herói martirizado pelos rebeldes, um raciocínio que fazia sentido.

Nos despedimos e, quando eu saía do hotel, deparei com outro jovem rebelde, que conheci em agosto, quando da queda de Trípoli. Adam Ahmed, 22 anos, era norte-americano, filho de líbios, estudante de sociologia em Washington, e decidira voltar à terra de seus pais em março para participar da rebelião em Benghazi. Sua fisionomia arredondada, inconfundível, seus trajes à Rambo, sua atitude simpática e extrovertida, logo me permitiram identificá-lo. Em meio à multidão de pessoas e veículos que passavam buzinando e celebrando pelas ruas da região, perguntei-lhe o que pensava sobre a morte de Kadafi. Sua resposta: estava incrédulo.

— Desista, Andrei, um líbio não poderá descrever um dia como o de hoje. Está além do que palavras podem explicar — disse, ponderando: — Olha só, ainda não acabou, está apenas começando. O trabalho está apenas começando, a reconstrução e tudo o mais. A reconstrução é a parte mais difícil. Precisamos de infraestrutura, precisamos reformar a economia, o sistema político e o sistema educacional. E temos de começar agora. A revolução ainda não acabou. A parte dos combates da revolução acabou. E, sabe, a verdadeira revolução é a do sistema educacional, a da política... Agora é hora de fazer uma revolução pacífica, para mudar as coisas dentro da Líbia.

A cada raciocínio que externava, Adam era obrigado a interromper sua fala, respondendo aos gritos de "*Allah Akbar!*" de outros rebeldes que passavam por nós ou de moradores de Trípoli, que acenavam, em festa, aos homens armados. A essa altura, jovens comemoravam com euforia a morte do ex-líder e tomavam as principais avenidas, em carreatas, além de encher a praça dos Mártires. Pedi então que Adam me ajudasse a parar um dos carros de rebeldes e peguei uma carona até a região mais central da cidade. Ao chegar, encontrei a mais estranha atmosfera de celebração que eu já havia visto. Em meio aos disparos de armas — algumas delas pesadas, como os canhões antiaéreos —, em meio aos fogos de artifício, aos gritos de "*Allah Akbar*" e aos tambores que embalavam hinos cujo significado eu não tinha a menor ideia, alguns jovens confraternizavam, como se aquele ambiente não os importunasse em nada. Mohamed Egwatn, geólogo de 29 anos, era um deles. Natural de Benghazi, tinha sido preso no início de março, após participar

de manifestações contra o regime, em Trípoli. Por todas as razões do mundo, desejava vingança — mas dentro dos limites da lei. Preferia ver o coronel na prisão a sabê-lo morto. Queria-o atrás das grades, sofrendo, como ele e como tantos outros compatriotas haviam sofrido. Kadafi, disse, jamais conheceria as angústias da prisão e do futuro incerto, o que era uma pena. Mas, pelas mesmas razões, não escondia que estava feliz.

Nesse mesmo grupo havia outro jovem, um contador de 26 anos, de nome Mohamed Shawsh. Interrompendo o amigo, ele comentou que ninguém acreditava ainda no que acontecera. Eles, líbios, nunca tinham vivido aquela sensação, explicou. Fiquei intrigado e perguntei a que sensação ele se referia. Sua resposta foi reveladora:

— De liberdade! — exclamou, como se falasse do óbvio. — Você não sente a liberdade até o dia em que pode dizer o que pensa e não ter medo das consequências. É algo que nunca tínhamos experimentado em nossa vida.

Misrata estava incrivelmente quieta no início da manhã de sexta-feira, 21 de outubro. Eu acabara de chegar de Trípoli na picape de Nouri Glera, um *fixer* que o fotógrafo Marcel Mettelsiefen, da revista alemã *Der Spiegel*, havia contratado, e com o qual eu pegara uma carona no final da madrugada. Partimos de Trípoli quando o sol raiava, para o trajeto de 210 quilômetros que duraria pouco menos de três horas. Ainda estávamos na primeira metade da manhã quando desembarcamos na avenida central — apelidada pelos jornalistas estrangeiros de Tripoli Street — em frente ao museu que vinha sendo organizado para lembrar o cerco à cidade e suas vítimas. Lá nos despedimos. Marcel e Barbara Hardinghaus, a repórter da *Der Spiegel*, passaram ao automóvel de outro *fixer*, com quem trabalhariam na cidade. Eu seguiria com Nouri por algumas horas.

A Líbia já havia encerrado, de maneira sangrenta e nebulosa, os 42 anos de Kadafi como protagonista da cena política do país. Mas, de volta a Misrata, cidade na qual eu estivera havia algumas semanas, meu objetivo era esclarecer as últimas horas de vida do ditador e, se possível, lançar luz sobre como o cerco a Sirte se transformara em uma caçada pura e simples.

Tripoli Street estava deserta, ou quase. Alguns poucos veículos e um número muito reduzido de pedestres começavam a circular. Um deles se interessou por nós ao me identificar como jornalista. Parou e trocou algumas palavras com Nouri, que me chamou a seguir, dizendo que seu interlocutor tinha algo a me mostrar. O homem sacou um pequeno telefone celular e selecionou um de seus vídeos. Os primeiros *takes* indicavam que o autor das imagens, tremidas e desfocadas, filmava em meio a uma multidão, em uma atmosfera de caos e gritos em árabe. O cinegrafista improvisado tentava se deslocar entre a massa. Uma espécie de clareira apareceu a sua frente, de relance. Ele continuou a se deslocar. Entre as centenas de pessoas que gritavam e se empurravam, o corpo de um homem jogado ao solo apareceu. A imagem fremente mostrava muitas marcas de sangue no abdômen e no peito. Em torno dele, alguns jovens em trajes militares, outros em roupas civis, garantiam uma espécie de cordão de isolamento,

impedindo que a multidão, ensandecida, se aproximasse ainda mais com seus telefones celulares e máquinas fotográficas. Ao conseguir estabilizar a imagem por um instante, o cinegrafista amador focalizou, enfim, o cadáver de Kadafi.

A seu redor, uma multidão de revolucionários se reunia em uma sala fechada, em torno de não apenas um, mas de dois cadáveres. Era possível ver, entre os presentes, os corpos de Kadafi e Mutassim, seu filho. Estava claro que se tratava de uma celebração entre *thowars*, os guerreiros rebeldes, e a população civil da cidade. Ao longo da noite, disse-me o homem, os revolucionários se puseram em cortejo até a sala na qual pai e filho estavam expostos como troféus de guerra. O coronel usava a mesma calça cáqui de quando recebera atendimento médico na ambulância. As demais peças — camisa, *foulard*, meias, sapatos — lhe haviam sido arrancadas, como suvenires do conflito, por aqueles que se aproximaram durante o linchamento na periferia de Sirte.

Havia ainda um segundo vídeo, que não fora gravado pelo dono do celular, mas por outro combatente de Misrata. Nas imagens, o filho do ditador aparecia em duas situações distintas: primeiro preso e ferido, mas relaxado, fumando e aparentando bom estado de saúde; depois, cercado de rebeldes, morto, com uma grande perfuração no tórax. Horas depois eu soube que essas imagens já corriam o mundo e eram novos indicativos de que o ditador e Mutassim tinham sido de fato assassinados de modo sumário, sem direito a julgamento — nem na Líbia nem na Corte Internacional de Haia.

Pedi ao dono do celular autorização para passar aqueles vídeos a meu notebook, via bluetooth. Questionei-o então sobre a origem das gravações. As imagens, tão abjetas como assustadoras, tinham sido registradas horas antes de minha chegada, na noite e na madrugada anteriores, em um dos pavilhões do Mercado Tunisiano, uma região de comércio popular, afastada do centro. Era para lá que eu iria.

Nouri, porém, demonstrou sair do foco — e com isso me fez perder tempo. Primeiro, pediu para pegar um amigo que iria conosco. Em seguida, quis tomar café. Desapareceu e retornou quase quarenta minutos depois, me encontrando furioso. Expliquei-lhe, com a paciência que me restava, que se tratava de uma questão importante de direito internacional, de uma revolução que chegava ao fim e da execução de uma personalidade política, o que poderia eventualmente ser considerado crime de guerra — um péssimo augúrio para um país que aspirava à liberdade. Nouri pareceu entender o recado. Disse que seu amigo, G. H., continuaria conosco porque, como morador de Misrata, poderia nos auxiliar. Eu concordei.

Meu primeiro pedido foi passar no Mercado Tunisiano e, a seguir, no maior hospital da cidade. Meus objetivos eram verificar os rumores de que o corpo de Kadafi fora trasladado para uma espécie de câmara fria e, em segundo lugar, encontrar rebeldes que tivessem participado das batalhas que haviam resultado na captura do coronel. No mercado, a entrada estava bloqueada por uma katiba que tinha ordens de não deixar ninguém entrar. Partimos para o hospital minutos depois. O cadáver não se encontrava ali, o que ficava claro pela ausência de patrulhamento e de segurança no prédio. As evidências indicavam que o corpo de Kadafi ainda estava no mercado. Mesmo assim,

entrei no hospital para falar com os feridos, e não foi difícil encontrar um que me desse pistas sobre quem havia participado da batalha horas antes. Ferido por um disparo de sniper no tornozelo durante os combates do dia anterior, Jalal Ali Gmati, músico freelance de 34 anos, rebelde originário de Nalut que passara três meses lutando na região das montanhas de Nefusa antes de partir para Trípoli e depois para Sirte, falava à vontade sobre a rudeza dos enfrentamentos que tinham culminado no fim da guerra. Ele não participara do combate final, em Jarf, um pequeno povoado atrás da cidade natal de Kadafi. Mas, ainda assim, tinha detalhes: mais de trezentos combatentes haviam sido mortos dos dois lados só em decorrência dos enfrentamentos da véspera. Eram líbios, claro, mas também mercenários oriundos de Níger, Chade, Mali e Mauritània.

— Kadafi estava com um grupo pequeno, que fugiu da cidade depois de perder o combate atrás da mesquita de Sirte. Nós encontramos seu carro e o perseguimos — contou, dizendo que um grupo de jovens de uma katiba, a Wazan, tinha sido o responsável pela captura.

Eu tinha em mãos uma pista importante. Deixamos o hospital e partimos em direção a um “quartel-general” rebelde situado na estrada Jazira, na periferia da cidade, onde eu pretendia obter do comando uma autorização para ingressar no Mercado Tunisiano. Lá, Nouri intermediou meu diálogo com autoridades militares e líderes do CNT local. De início, o discurso indicava que o corpo de Kadafi estava em local secreto, fora do alcance da população civil ou da imprensa internacional, em algum ponto de Misrata. Argumentei que os vídeos, gravados no Mercado Tunisiano horas antes, indicavam que o corpo se encontrava em Misrata e que fora visto por uma multidão no dia anterior. Negociamos mais alguns minutos, até que obtive uma resposta surpreendente e positiva. Partiríamos em caravana para o local, onde eu seria autorizado a fotografar os corpos do coronel e de seu filho.

Tomamos a estrada. Rodávamos havia alguns minutos quando os automóveis que seguíamos pararam no acostamento. Um homem desceu do veículo e veio até a janela de meu motorista. Em árabe, disse algumas palavras, que se tornaram uma ligeira discussão, e voltou para seu carro. Perguntei o que se passava enquanto os dois automóveis da frente arrancavam sozinhos. Nouri respondeu que o encontro seria adiado em duas horas. Insisti em saber o motivo até ele admitir a verdade: tínhamos sido vetados porque, junto dele e de mim, havia um homem negro, G. H., em nosso veículo.

Em um primeiro instante, não entendi o argumento, e então Nouri explicou: negros, nascidos ou não na Líbia, tinham se tornado vítimas colaterais da revolução que derrubara Kadafi. Em razão da participação particularmente violenta de mercenários vindos da África subsaariana entre os efetivos do regime deposto, negros vinham sofrendo discriminação ostensiva e agressões. Por isso não podíamos seguir o comboio do CNT. A condição para que eu fosse levado até o local secreto era que nenhum negro estivesse no veículo, nem mesmo G. H., criado em Misrata e que lutara pela libertação da cidade durante o cerco.

Conhecidos como sanguinários, os mercenários tornaram-se alvo especial da ação

dos milicianos. Eu já tinha sido advertido para o preconceito racial dos líbios, problema que crescera ainda mais durante o conflito e que resultara em denúncias de agressões a pessoas negras, sob o pretexto de que seriam mercenárias. No começo da revolução, imigrantes da África subsaariana que tentavam chegar ao norte do continente para atravessar o Mediterrâneo e alcançar a Europa pelo mar foram confundidos com mercenários. Havia relatos de execuções sumárias, mas esses testemunhos ainda não tinham sido apurados de modo independente, dado o estado de guerra do país.

Perguntei a G. H. o que lhe haviam dito. Ele se recusou a traduzir as ofensas que ouviu e pediu que eu não revelasse seu nome onde quer que escrevesse. Então se emocionou e desabou, chorando e se mostrando humilhado.

— Quem nos abordou não disse boas coisas — explicou. — Vivo há quarenta anos em Misrata. Tenho mulher e filhos nascidos aqui. É duro demais.

Ao retornarmos ao centro da cidade depois do episódio racista, imaginei que talvez a oportunidade de encontrar o corpo tivesse sido perdida para sempre. Fomos direto à residência de um amigo de Nouri, onde aguardaríamos o chamado. Então a grande utilidade de meu *fixer* enfim apareceu. Por meio de seu amigo, um novo contato viria a nosso encontro. Era Ahmed Salam, empresário varejista da cidade cujo irmão havia se juntado ao comando militar da resistência rebelde durante o cerco kadafista. Almoçamos juntos em torno de um prato coletivo, como reza a tradição local. E, duas horas depois de chegarmos, deixamos a casa, Nouri, Ahmed e eu, de volta ao quartel-general rebelde da estrada Jazira. Lá encontrei Khaled, meu *ex-fixer*, acompanhando Borzou Daragahi e Charles Levinson, enviados do *Financial Times* e do *Wall Street Journal*. Soube que Karim Fahim, do *New York Times*, também estava na região, todos com o mesmo objetivo. Com a pressão, pensei, os rebeldes teriam de nos conduzir até o local “secreto”. E isso aconteceu alguns minutos depois, quando Ahmed conseguiu o aval do comando do CNT local. Partimos em dois carros: no de Nouri seguíamos Ahmed e eu; atrás ia o de Khaled, com Daragahi e Levinson, concorrentes que dividiam o veículo. Rodamos cerca de vinte minutos por caminhos empoeirados até uma colina, uma parte elevada da periferia de Misrata. Lá, disse-me Ahmed, estava o corpo de Mutassim Kadafi, que havia sido separado de seu pai na madrugada anterior.

Fomos chamados para perto de um contêiner refrigerado, sob o sol escaldante do verão líbio. Alguém abriu a porta externa, mas não a grade interna. Do outro lado via-se o interior do grande contêiner metálico, aparentemente vazio. A cerca de dois metros da porta jazia um corpo sobre um colchão, entre cobertores amarelos e avermelhados. Tinha os braços estendidos em paralelo à silhueta, e parte das pernas, também estendidas, repousavam sobre o chão. Estava nu, com as partes íntimas recobertas por um tecido azul-piscina. O cadáver apresentava várias escoriações nas pernas e arranhões no tórax, em um dos ombros e no rosto. Havia sobretudo duas grandes marcas: uma perfuração profunda, aberta e ampla, abaixo da traqueia, entre o pescoço e o peito, e uma nódoa de sangue arredondada na altura da boca do estômago. A primeira era uma incisão, não pude dizer se por disparo ou arma branca. A segunda talvez não fosse um buraco, mas

algum outro tipo de lesão. O cabelo, a barba e os traços do rosto não deixavam dúvida: era Mutassim, que um dia antes estava sentado em um colchão — o mesmo? —, fumando e conversando, após ter sido preso pelos rebeldes. Não era preciso mais do que um neurônio para concluir que o filho de Kadafi havia sido assassinado quando estava nas mãos dos rebeldes.

Em torno da porta, além dos jornalistas, que registraram a imagem, os curiosos autorizados a entrar, como Nouri, tiravam fotografias e faziam vídeos, como os que me tinham sido repassados pela manhã na Tripoli Street. A porta então foi fechada. Nenhum comentário mais aprofundado sobre as circunstâncias da morte me seria feito naquele momento. Mas então eu já sabia que teria essas “explicações” na manhã seguinte, em um encontro com Ramadan Zarmouh, chefe militar do CNT em Misrata, um homem fechado, duro, que jamais concedera entrevista a um jornalista não líbio, segundo ele próprio me diria.

Deixei a região no carro de Nouri, seguido pelo de Khaled, em direção ao Mercado Tunisiano. Dessa vez, assegurou-me Ahmed, tínhamos autorização para entrar. Cerca de meia hora depois a barreira montada pela katiba rebelde encarregada de proteger a entrada do mercado se abriria, permitindo que ingressássemos na área gigante, naquele dia quase deserta e sem atividade comercial alguma. No interior, veículos de combate garantiam a segurança. Rodamos cerca de cinco minutos até nos aproximar de uma série de prédios, perto dos quais o trânsito de veículos tinha sido proibido. Deduzi que ali estava o corpo de Kadafi. Havíamos chegado ao “local secreto”, onde o repórter do *New York Times* já se encontrava, fotografando um grupo de menos de cinquenta pessoas que logo se organizaria em uma fila para ingressar no que deveria ser uma câmara fria, cujo sistema de refrigeração fora desligado. Ahmed abriu caminho para nós, jornalistas. Ingressei na sala sem janelas, iluminada pela luz natural que entrava pela porta. O cheiro de sangue era forte e desagradável, mas o cadáver ainda não exalava o odor da putrefação. No centro daquela peça estava o outro corpo. Ao vê-lo, não senti nada — nem pena nem desprezo.

Se nas imagens do vídeo que eu trazia no laptop Kadafi tinha a pele ensanguentada, agora estava limpo. Mas tinha marcas de cortes, arranhões e esfolamentos no tronco, fruto do linchamento que sofrera ao ser capturado. Trazia ainda uma perfuração de bala na barriga e um buraco no lado esquerdo da face, ferimentos que lhe tinham sido fatais. Dado o que havia enfrentado, pensei comigo, o corpo aparentava menos ferimentos do que se poderia imaginar. Nada que me impedisse de constatar que os torturados de ontem eram os novos algozes de hoje, com as mesmas leis sumárias, os mesmos princípios violentos e nada, nada compatíveis com uma revolução que pregava a democracia e a liberdade como respostas a 42 anos de opressão e terror. Registrei o momento com algumas poucas fotos, deixando a câmara instantes depois.

Do lado de fora, já eram dezenas os curiosos a querer visitar o troféu no novo circo dos horrores. Ahmed justificaria a curiosidade dizendo que Misrata havia sofrido demais com a guerra — o que era um argumento válido. Na fila, o engenheiro Gerged Hamed, de 37 anos, raciocinava da mesma maneira.

— Ficamos oito meses sob o domínio de armas. Estou feliz com a morte de Kadafi. Uma página se encerra e podemos pensar em uma Líbia democrática.

Instantes depois, o primeiro-ministro do CNT, Mahmoud Jibril, chegaria ao Mercado Tunisiano e seria levado ao local onde o corpo do ditador vinha sendo “preservado”. Ao sair, ele insistiu a um círculo de jornalistas estrangeiros na versão de que um confronto com forças leais ao governo, após a captura de Kadafi, poderia explicar a morte do ex-líder, supostamente provocada por disparos dos próprios soldados. Jibril deixaria a cidade e retornaria a Trípoli horas depois, mas o corpo do homem que liderara a ditadura seguiria insepulto em razão de divergências entre as direções do CNT em Misrata e na capital. Em Misrata, os rebeldes afirmavam que não tolerariam que o enterro acontecesse em seu solo — o que ofenderia seus habitantes, massacrados pelo regime. O impasse fez com que a câmara fria na qual o corpo de Kadafi era “preservado”, tida como “secreta”, se transformasse em local de peregrinação de líbios de várias partes do país, que se acotovellavam para permanecer poucos instantes no interior do cômodo, tirando fotos e produzindo vídeos amadores.

Com o passar das horas, entretanto, o conselho passaria a sofrer a pressão da comunidade internacional para dar uma resposta convincente sobre as mortes do coronel e de seu filho. A insatisfação também crescia nas Nações Unidas e sobretudo em ONGs como Human Rights Watch e Anistia Internacional. Então o comando das forças do CNT ao sul de Misrata tentaria dirimir as dúvidas com uma versão mais detalhada da morte, na qual Kadafi teria sido ferido durante os combates, quando estaria armado de uma metralhadora AK-47 e uma ou duas pistolas.

Na manhã seguinte, sábado, 22 de outubro, Nouri, meu *fixer*, voltou para Trípoli. Ahmed pediu auxílio a Sami Daikí, um jovem engenheiro de 29 anos que eu reconhecera porque ele aparecia por alguns segundos no vídeo da comemoração, em torno dos corpos. Sami estudara na Escócia e, antes da revolução, trabalhava em uma planta industrial italiana em algum lugar do sul do país. Ele passaria a ser meu intérprete. Juntos, fomos a uma das sedes do CNT, onde eu encontraria Ramadan Zarmouh, comandante militar de Misrata, responsável pelas operações que tinham resultado na queda de Sirte.

Durante meia hora conversamos a respeito dos embates que ainda aconteciam no país, sobre a caçada a Saif al-Islam Kadafi e sobre a necessidade de desarmamento da população. Mas o tema que mais me interessava era ouvir sua versão para as mortes do ditador e de Mutassim e sobre seu empenho, ou falta de, em esclarecer os crimes e julgar os responsáveis. Ao longo de todo o diálogo, Zarmouh, um homem de ar sério, quase bravo, negou cada uma das evidências de que ambos tivessem sido executados, afirmando que pai e filho haviam sido mortos em razão dos ferimentos no campo de batalha. Sua versão era absurda, desmentida pelos vídeos amadores gravados pelos próprios revolucionários.

— Quando o pegamos, Kadafi tinha dois tiros, um na cabeça e outro no abdômen. Nós providenciamos atendimento médico, transferindo-o, mas era tarde demais. Já Mutassim foi atingido por um tiro, sobreviveu, ficou ferido mas depois morreu — disse-me ele, e garantiu: — Nós gostaríamos de ter prendido os dois vivos.

Insisti nessas questões, tentando arrancar detalhes de sua explicação, mesmo que Ahmed e Sami parecessem pouco à vontade com meus questionamentos ao líder militar. Ao fim de nossa conversa, sem trair irritação, mas em tom irônico, Zarmouh se mostrou contrariado:

— Não entendo por que vocês — disse, referindo-se a jornalistas estrangeiros — se esquecem dos crimes de Kadafi e Mutassim e só perguntam sobre como eles morreram.

Esse era o ponto. Zarmouh não compreendia, e muitos líbios tampouco, que o modo como o líder e seu filho haviam morrido, e como o CNT se relacionava com as execuções, era o problema. Mesmo que as mortes tivessem sido cometidas em um contexto de guerra, o sinal enviado pelos rebeldes, ao permitir as execuções e ao acobertar seus autores, era um péssimo presságio para um país que pretendia se reconstruir sobre bases democráticas. Mais: era no mínimo constrangedor para o Ocidente, que apoiara os revolucionários até o último instante e que poderia ter exigido respeito às convenções internacionais sobre prisioneiros de guerra. Embora estivesse impregnada por uma atmosfera de liberdade, a Líbia dos primeiros dias pós-regime não era muito diferente, em relação a justiça e igualdade, daquela dirigida por Kadafi e suas mãos sujas de sangue.

Ao negar as execuções, o CNT abalava sua própria legitimidade como órgão de transição de poder. Conscientes desse risco, alguns membros do Conselho em Trípoli, desde muito antes da captura, haviam tentado convencer os rebeldes de Misrata a não executar Kadafi. Essas discussões aconteceram porque o rumor de que o líder seria morto se fosse capturado com vida já corria no conselho e mobilizava integrantes mais moderados, preocupados com a repercussão internacional que o ato causaria. Mas, além dos 42 anos de regime violento, os insurgentes da cidade não perdoavam o coronel pelo cerco, e ainda menos pelo envio de mercenários, muitos dos quais com a orientação específica de estuprar mulheres nas regiões recuperadas pelas forças leais ao governo. Pelas tradições muçulmanas e líbias, o estupro de uma familiar é a pior humilhação que se pode enfrentar. E a pena para tal crime é uma só: a morte.

Cada vez mais pressionado, o CNT fazia novas promessas, nos dias seguintes, de levar à justiça os responsáveis por abusos que pudessem ser classificados como crimes de guerra na Líbia. Abdel Hafiz Ghoga, vice-presidente do CNT, chegou a garantir que não permitiria que as mortes não fossem investigadas. Ghoga assegurava que os rebeldes tinham um “código de ética” para “a captura de prisioneiros de guerra”, e que a morte de Kadafi tinha sido “um ato individual”, não uma ação revolucionária. Se sua disposição era realista ou não, saberíamos com o passar dos dias, porque os indícios de crimes de guerra, de torturas, de prisões arbitrárias e de atos de vingança se multiplicariam na Líbia.

No dia seguinte ao encontro com Zarmouh, Ahmed, Sami e eu partiríamos para Sirte, depois de horas de negociação com o CNT de Misrata, que exigia dos jornalistas que desejavam viajar à cidade uma carta com um pedido de credenciamento assinada por editores de seu veículo de imprensa — um novo sinal preocupante de que os vícios do antigo regime, como o controle da informação e da liberdade de ir e vir, se faziam presentes em Misrata.

Embora já tivesse visto as imagens e fotografias do front, ao chegar à terra natal de Kadafi senti o impacto da violência do ataque rebelde. Em 2009 eu conhecera alguns trechos de Sirte. Pouco mais de dois anos depois, retornava em um dia de sol forte, mas de um estranho céu acinzentado, e o que encontrava era destruição e uma cidade-fantasma. A escala do abalo físico sobre o centro urbano era ainda mais grave se comparada a Misrata durante o cerco — os dramas humanos não podiam ser comparados. Ao pisar na avenida central, tive certeza: parte da Líbia estava vivendo a vingança e o acerto de contas.

Separadas por 250 quilômetros, Misrata e Sirte começavam a viver o desterro dos rancores pós-guerra. Destruída em parte ao longo de três meses de cerco e de bombardeios patrocinados pelo regime, a primeira celebrava a vitória dos rebeldes no confronto com as tropas leais a Kadafi. Fiel ao ditador, ou por ele tomada como refém até o fim, a segunda era então a nova cidade-mártir do país, arrasada pelo ataque dos insurgentes. Grande parte dos edifícios tinha sido bombardeada, incendiada e estava condenada para sempre. A avenida central, desoladora, era um campo de guerra urbana. Mas nada superava as marcas da violência do Distrito 2, no noroeste da cidade. Nessa região, situada às margens das águas azul-esverdeadas do Mediterrâneo, Kadafi resistira durante suas últimas horas de vida. Só restavam ruínas.

Em meio ao conflito, moradores que abandonaram as duas cidades viviam o drama da vingança dos rebeldes. Em ambas, os habitantes que tinham fugido dos combates agora enfrentavam o menosprezo ou a dor de perder tudo. Em Sirte, quem retornava só descobria escombros. Antes do ataque do CNT, os rebeldes tentaram negociar durante semanas a rendição da cidade e a entrega das autoridades do regime que estivessem na região — caso de Kadafi e Mutassim. A seguir, viria o cerco de um mês, para pressionar a população e as forças leais ao governo. Nesse intervalo, a maior parte dos 100 mil habitantes deixara a cidade. Então, encerrado o conflito, os que já se aventuravam a voltar, a maioria de origem beduína, departavam com casas e edifícios em ruínas e com residências e comércio destruído pelos bombardeios e pelos saques generalizados. Lojas haviam sido invadidas e nenhum produto restara nas prateleiras. Quase todas as casas que resistiram aos bombardeios tinham as portas arrombadas.

— Essa guerra foi além da caça a Kadafi. Estavam se vingando pelo que aconteceu em Misrata e pelo apoio que muitos daqui davam ao regime — explicou-me um morador, que tinha o duplo medo de retaliação: pelo que dizia sobre o estado de Sirte e pelo suporte que dera ao regime.

Pouco depois encontrei um clérigo muçulmano, Amarah Othman, habitante de

Sirte por 25 anos — metade de sua vida. Desde 12 de setembro ele estava instalado com sua família e muitos moradores da cidade em um povoado a 90 quilômetros dali. Conversamos alguns minutos, nos quais Amarah parecia não ter nada a temer, talvez por não ser identificado como um dos apoiadores do regime.

— Quando os combates começaram, em 12 de setembro, eu fui embora. Era impossível ficar, porque o ataque era impiedoso, tanto da Otan quanto da revolução — recordou ele, parando um instante ao pronunciar a palavra. — Revolução... Há pelo menos cinco anos muitos aqui, como eu, queriam um movimento de abertura. Mas em Sirte era impossível. Era a terra natal de Kadafi, onde qualquer protesto seria punido com a morte.

Sirte havia sido punida no apagar das luzes da guerra, sem discriminação entre os habitantes fiéis ao regime, e que poderiam ter contribuído para seus crimes, e aqueles que haviam adotado o silêncio ao longo de décadas como a forma mais extrema de resistência à opressão. Ibrahim Salam, electricista de 42 anos com aparência de quinze anos mais velho, também retornava. Ainda não trazia suas malas, mas carregava um imenso desejo de reconciliação, apesar de todos os ressentimentos que os escombros lembravam. Essa esperança encontrava respaldo em sua história de vida e na de sua família. A esposa era originária de Misrata e seu tio mais próximo, de Benghazi, duas cidades revolucionárias. Juntos, viviam no Distrito 2, o lugar escolhido pelas forças de Kadafi para resistir até o fim.

— Nós agradecemos a Deus pela revolução — disse-me ele. — Mas lamentamos a destruição que fica. A revolução deveria ter sido pacífica.

Se o passado era de divisão e o presente, de guerra, qual seria a perspectiva de futuro? Essa era a questão que me assediava nos últimos dias, sem que eu a tivesse colocado a ninguém. Ibrahim a respondeu espontaneamente.

— É difícil imaginar um futuro para a cidade — reconheceu, olhando ao redor com uma inegável tristeza na voz. — Mas ainda assim minha família e eu vamos voltar e reconstruir nossa casa e nossa cidade. Se a revolução nos ajudar, melhor. Senão, teremos de fazê-lo casa a casa, um a um. Vai levar tempo. Seria mais apropriado ter vivido em paz, sem destruir Sirte. Um dia, cedo ou tarde, teremos de aprender a viver em paz.

Deixamos o centro da cidade em direção ao vilarejo de Jarf, onde Kadafi, Mutassim e expoentes do regime haviam sido capturados 72 horas antes. Percorremos, Ahmed, Sami e eu, a mesma estrada que servira de palco aos confrontos daquele 20 de outubro. Rodamos poucos quilômetros do centro de Sirte quando percebemos no horizonte um grupo de veículos estacionados nas imediações do asfalto. Era o ponto em que o confronto final acontecera. Descemos e minha primeira constatação foi mais uma vez aterradora. Longe do interesse da maioria dos que ali estavam, concentrados nos encanamentos fluviais de onde Kadafi havia sido retirado pelo jovem Siraj, jaziam a céu aberto dezenas de corpos de homens leais ao regime, mortos havia três dias. A maior parte dos cadáveres fora reunida em três fileiras, coberta com sacos ou lençóis brancos que não impediam a infestação de insetos. O cheiro de putrefação era nauseante e sua

intensidade variava conforme a força e a direção do vento; a cena em si era testemunho de calamidade. Os corpos ali abandonados serviam como uma prova tétrica de desprezo e de revanchismo torpes — e tão peculiares à lógica da guerra. Em meio a pelo menos sete destroços de veículos calcinados pelos bombardeios da Otan e pela ofensiva rebelde apodreciam restos humanos ou corpos inteiros, por alguma razão indignos de um lençol ou de um saco plástico. Diante daquele ponto final da guerra, tive a certeza de estar frente a frente com um dos resumos mais bem-acabados do conflito — e de uma prova irrefutável da estupidez humana. Também tive a esperança de que aquele seria o último ato de uma história superada, a do regime, e não o marco zero de uma nova Líbia, tão violenta como patética.

Não quis mais permanecer em Sirte, cidade deserta e sinistra. Retornaria à estrada de acesso a Misrata instantes depois. Nesse mesmo dia, a organização não governamental Human Rights Watch encontraria na região 53 corpos de soldados leais a Kadafi, executados nos últimos combates na cidade, em torno de 22 de outubro. A vala comum seria localizada horas depois da minha partida em um jardim e no saguão do hotel Al-Mehari, transformado em mais um macabro necrotério de guerra. Os indícios de crimes de guerra no front de Sirte eram gritantes: havia soldados com mãos amarradas e sinais de decomposição similares uns aos outros, um indício de que as mortes haviam acontecido no mesmo dia, talvez no mesmo momento.

À noite, em Misrata, eu encontraria Tirana Hassan, investigadora da Divisão de Emergências da Human Rights Watch, e conversaríamos a respeito. Ela me diria que ainda não estava claro quem eram os responsáveis por todos aqueles crimes, e concordamos que por isso mesmo havia urgência na realização de uma investigação séria.

— Ou se investiga o que aconteceu ou o CNT enviará aos líbios a mensagem de que matar não é crime — argumentou Tirana. — A maioria das vítimas, e isso está claro, é composta de soldados kadafistas. Foram baleados quando estavam detidos, muitos com as mãos amarradas.

Essas mortes não seriam esclarecidas, pelo menos não até meados de 2012. Em Misrata, quando eu tentava reconstituir a batalha por Sirte, mais de um comandante de katibas rebeldes explicaria, nos dias após a ordem de ataque contra as forças leais que defendiam o Distrito 1 da cidade, que a vitória viria acompanhada da missão de “limpar a área” para “ter a certeza de que não havia mais ninguém”. Limpeza, na cabeça dos jovens rebeldes que participavam das ações, queria dizer perseguir os kadafistas renitentes e prendê-los ou obrigá-los à rendição, e não puro e simples “extermínio”. Era o que garantiam.

Além da impunidade, a lógica dos conflitos na Líbia indicava a escalada da vingança pura e simples. As perdas de ambos os lados se acentuaram conforme as brigadas rebeldes se aproximaram do último setor ainda sob controle de forças leais ao regime. O resultado óbvio do recrudescimento dos embates na cidade havia sido a espiral de vingança, o acerto de contas, como havia ocorrido em Misrata meses antes. E a situação só ficaria pior até a tomada do Distrito 2. Além da gravidade da hipótese de que execuções

sumárias tivessem sido promovidas por rebeldes, as suspeitas de crimes de guerra confirmavam uma impressão que vários de nós, jornalistas estrangeiros, trazíamos conosco havia algumas semanas: o comando do CNT e seus líderes militares tinham sido incapazes de disciplinar o campo de batalha e frear a violência crescente dos ativistas em um conflito cujo custo humano de ambos os lados era muito elevado.

Na prática, os insurgentes tinham se transformado em uma multidão armada até os dentes, em superioridade militar, circulando em um país cujas instituições estavam destruídas e onde os rancores da guerra mostravam-se em carne viva. Tantas evidências me preocuparam, não apenas quando pensei nos últimos combates em curso, mas mais uma vez quanto ao futuro pós-revolução. Temi que as katibas oposicionistas, ao se sentirem livres das amarras da ditadura, saíssem da opressão, da obediência e do silêncio não apenas dando voz à liberdade, mas também à vingança e ao descontrole.

Essa convicção foi reforçada por histórias que eu vinha colhendo de alguns moradores de Misrata, insatisfeitos com o comportamento recente de parte da sociedade local. A cidade era de fato a que mais havia sido bombardeada pelo regime, e sofrera de maneira atroz, não apenas chorando suas mortes mas também deplorando mais de 1200 estupros, que teriam sido realizados por soldados e mercenários leais a Kadafi. Então liberada, Misrata se fechava em si, em um misto de autossuficiência por seu próprio heroísmo e de sentimento de superioridade em relação a quem não havia passado por tamanho pesadelo. Esse sentimento podia ser resumido por placas instaladas em vários dos checkpoints rebeldes: “Se você deixou Misrata, não tem o direito de retornar”. Algumas conversas informais com moradores revelaram o propósito daquela mensagem: tratava-se de uma espécie de “sentença informal” proferida por líderes políticos e religiosos da cidade, e que vinha sendo executada à risca, com a conivência do CNT local.

Nos bairros de Gasser Ahmed, Gueran e Al-Jazira, por exemplo, centenas de casas de famílias que fugiram durante o conflito estavam ocupadas ou haviam sido expropriadas ou saqueadas. Quem retornava e tinha a sorte de encontrar sua residência ainda intacta corria o risco de, cedo ou tarde, ter sua propriedade invadida e sua família agredida e expulsa. Essa história me foi relatada pela primeira vez por um jovem morador cujo melhor amigo fora expulso ao retornar. Informado de que eu era jornalista e me vendo ao longo dos dias na cidade, ele veio até mim para falar. Pediu anonimato, porque divergia dessa política de expulsões e porque sofria constrangimentos e, não raro, ameaças. Tivemos uma longa conversa, na qual ele parecia pesar cada palavra. Ao final da narrativa, o jovem voltou a advertir que seu nome não poderia aparecer jamais.

Apesar do receio de se expressar, aquele jovem manifestara uma convicção até certo ponto corrente em alguns meios sociais, e que revelava uma preocupação de segmentos da população líbia, em especial entre os mais intelectualizados: a de que, depois de 42 anos de opressão e silêncio impostos pelo regime, de oito meses de guerra e de mais de 20 mil mortes, muitos insurgentes, em especial em Misrata, não só estavam imbuídos de um orgulho — não raro exacerbado — pela vitória bélica, mas também de um sentimento de onipotência e de um espírito de revanche contra seus opositores

naqueles últimos dias de conflito.

— É uma situação muito injusta, porque as pessoas tinham o direito de deixar a cidade durante a revolução — ponderou ele, que tinha decidido ficar. — O que é grave é que não podemos falar sobre o assunto em público, pelo menos até a escolha de um governo livre, que nos garanta a liberdade de expressão.

Um ou dois dias depois eu encontraria Mohamed Glewen, então coordenador da Associação 17 de Fevereiro, uma espécie de prefeitura informal que contava com 8 mil voluntários para a reconstrução e a organização de Misrata. Questionei-o a respeito da proibição de retorno e das expulsões que me haviam sido relatadas por alguns habitantes da cidade. Mohamed não escondia que privações de liberdade estavam, sim, em vigor, e que a cidade poderia vir a pedir a identificação e, se necessário, até uma autorização de entrada, uma espécie de visto, para quem estivesse interessado em visitá-la. Ele se mostrava indiferente à simbologia dessas medidas em um país cuja unidade ainda era posta em dúvida, e as justificava alegando que a cidade seria um potencial “alvo de terrorismo”.

— Se uma pessoa quiser vir a Misrata e não tiver problemas, será aceita — afirmou. — Mas ninguém próximo a Kadafi pode vir aqui.

Restava definir o que seriam “problemas”, do mesmo modo como não estava claro quem seria considerado “próximo a Kadafi” e por quê.

Uma situação semelhante, mas ainda muito mais grave, era vivida em Touarga, situada entre Misrata e Sirte. Fundada por imigrantes da África subsaariana, também tinha sido transformada em uma cidade-fantasma. Grande parte dos moradores, a maioria de origem tuaregue — expressão que, em língua berbere, significa “abandonado pelos deuses” —, fora fiel aos soldados de Kadafi no conflito, e muitos lutaram lado a lado com eles. No imaginário e nos testemunhos dos habitantes de Misrata, os homens de Touarga teriam sido os mais cruéis durante o cerco à cidade, participando dos estupros em massa. Com a vitória rebelde, em agosto, eles foram obrigados a abandonar a cidade, espalhando-se por outros centros urbanos do país, como Benghazi ou Saba, ou ainda se refugiando em matas da região. Meses depois, grupos touargas, superarmados para os padrões africanos, estariam entre os milicianos que desestabilizaram regiões inteiras do sul da Argélia e lutaram pela secessão do Mali, associados a grupos extremistas islâmicos que implantaram a charia em povoados locais. Na disputa entre Misrata e Sirte havia esperanças de reconciliação no futuro, diziam moradores das duas cidades. Quanto a naturais de Touarga, expulsos, não havia clemência possível.

De volta a Misrata, adiei meus planos de retornar a Trípoli, pois, ao que tudo indicava, eu conseguiria realizar dois objetivos que ainda tinha na cidade. O primeiro, localizar os membros da katiba Wazan que detiveram Kadafi; o segundo, obter autorização do CNT para entrevistar as personalidades do regime que haviam sido capturadas com o coronel e que continuavam vivas, caso de Mansour Dhao, Abu Bakr

Yunis Jaber e Ahmed Ibrahim. No início daquela noite, recebi um telefonema de Ahmed com o retorno das negociações.

— Prepare-se para entrevistar Ibrahim — disse ele, avisando que Sami passaria em alguns minutos no hotel em que eu estava hospedado, cujo saguão nós, jornalistas, transformáramos em sala de redação.

Partimos em direção à sede de uma poderosa katiba rebelde situada em uma periferia escura da cidade, a Al-Jawara. Ali discutiríamos, por cerca de duas horas, as condições para a minha entrada. Ao ingressar na área em que Ibrahim estava detido, muito bem guardada por dezenas de rebeldes armados, observei um grande grupo de jovens e velhos que se amontoava e gritava à janela de um casebre de um único cômodo. A porta era protegida por homens que faziam a segurança do local. No interior, estava Ibrahim, uma das personalidades mais odiadas do país e um dos rostos do regime, conhecido como o homem que influenciara Kadafi a fechar a Líbia ao mundo exterior entre os anos 1970 e 1980, contribuindo para seu isolamento, sua radicalização e sua opção pelo terrorismo.

Com as mortes de Kadafi e de Mutassim, a fuga da família, o desaparecimento de Saif al-Islam Kadafi e do chefe do serviço de inteligência, Abdullah al-Senussi, os rebeldes haviam destruído o regime que oprimira o país. De todas as lideranças do governo deposto, raros representantes do primeiro escalão estavam presos. Um deles era Ibrahim, homem que nenhum estrangeiro conseguira entrevistar desde o início da revolução. Ele era reconhecido como uma das personalidades mais importantes do regime desde 1984, quando mandara enforcar, diante das câmeras de TV, onze “estudantes contrarrevolucionários” em Benghazi. Daquele dia em diante tornou-se um dos símbolos de opressão que a revolução pretendia e conseguira derrubar. Até ser detido por rebeldes em Sirte, liderava um aparelho repressivo impressionante: um total de 30 mil milicianos ligados ao MCR, o Movimento dos Comitês Revolucionários, mais de um terço do número de agentes das forças de segurança interior do regime. Criado em 1977, esse “movimento” contava com 300 mil membros espalhados pelo país, entre policiais, espões, políticos municipais e regionais. Era, em síntese, um dos pilares do Estado onipresente e da política de terror do regime. Milicianos desse grupo haviam sido responsáveis por minha prisão em Sabratha, em fevereiro.

Depois de mais de uma hora de espera do lado de fora da cela, fui autorizado a entrar, acompanhado de Sami e de Ahmed, ambos nervosos diante de uma autoridade temida da ditadura. No instante em que o vi, ele estava sentado sobre as pernas, com os joelhos flexionados e colados ao chão. Então foi orientado a se acomodar em um colchão encostado à parede. A mim, repassaram uma cadeira, que me deixava mais elevado do que meu interlocutor, ele em posição de inferioridade. Disse-lhe que falaríamos da revolução e sobre a morte de Kadafi. Ibrahim fez menção de não responder, mas mudou de ideia e, como quem não suportava calar-se diante do que ouvira, retorquiu que a revolução não existia e que “o guia” estava vivo.

— Sim, houve uma revolução. Em fevereiro, em Benghazi, centenas de jovens

morreram durante protestos pacíficos, que resultaram no início da revolução — eu disse a ele. — Quando você e o governo Kadafi decidiram enfrentar os rebeldes com armas?

— Eu nunca fiz nada contra os rebeldes. Apenas fiquei em minha casa — retrucou, insistindo: — Nunca fiz nada contra os rebeldes.

— Você ficou em casa desde 17 de fevereiro? — ironizei. — Mas você não fazia parte do governo?

— Desde aquele dia eu só fiquei em casa. Nunca mais saí de Sirte, nunca mais saí de minha casa. Vi o que acontecia pela televisão duas vezes.

— Mas você é primo de Muamar Kadafi e a pessoa mais próxima a ele. É chefe dos Comitês Revolucionários e certamente sabe que Kadafi enfrentava uma revolução, que se desenvolvia nas principais cidades líbias — argumentei.

— Não, eu não sabia de nada. Segundo o que sei, não existe revolução nas cidades da Líbia. O que existe são combates isolados, não uma revolução. É como uma guerra civil, não uma revolução. Não é o povo contra um governo. E no meio dessa guerra civil está a Otan, interferindo.

— E a seu ver não havia outra solução além de responder aos protestos com armas?

— Em uma guerra civil há diversas soluções. Mas por causa da Otan e dos países do Ocidente, que interferiram no conflito, estamos cada vez mais divididos. Não está claro para os líbios o que é certo e o que é errado. Quando a Otan interferiu, ficou difícil para a população saber qual era o melhor caminho a seguir.

Aleguei que, antes da intervenção da Otan, o regime de Kadafi reprimia os protestos, matando manifestantes nas ruas de Benghazi e de Trípoli. Ibrahim negou, contrariando os fatos.

— Até a intervenção da Otan, ninguém do governo Kadafi matava pessoas nas ruas. Ninguém matou ninguém. Kadafi não havia mandado reprimir nenhum protesto antes da intervenção da Otan. Nós sempre estivemos ao lado do povo líbio. Sempre.

Reafirmei que não era verdade e que em Benghazi houvera centenas de mortes pelo controle da cidade, semanas antes da intervenção da Otan.

— Eles estavam invadindo instalações militares, quartéis, arsenais, prédios do governo, tudo, para atacar o regime. Queriam vandalizar, saquear, destruir, matar os membros do governo, eliminar os policiais e os agentes de segurança e tomar as armas, assumindo o controle dos arsenais da Líbia. Nesse momento, ficamos do lado do povo. Porque nós nos defendemos, nós acreditamos que este seja um país livre, com um povo livre, no qual qualquer pessoa pode fazer o que quiser. E nós tínhamos de lutar para manter isso. Nós sempre defendemos que o povo tenha toda a liberdade. Por isso sempre estivemos ao lado do povo líbio contra essas pessoas...

Eu pretendia deixá-lo falar, mas percebi em torno de mim uma grande impaciência dos líderes rebeldes em relação àquele discurso. Interrompi Ibrahim e questionei:

— “Essas pessoas” não são o povo da Líbia?

Ele continuou a falar sem freio:

— A situação se complicou muito com a intervenção dos estrangeiros nos assuntos da Líbia. Desde então, eu me fechei em casa e não sei mais...

Então uma voz gritou algo em árabe. Ahmed veio até mim e interrompeu a entrevista. Protestei, porque nosso encontro deveria durar trinta minutos, e fora interrompido aos dez. Reclamei da atitude ao comandante, em inglês, mas Sami nem sequer traduziu o que eu dizia. Eu ouvia Ibrahim falando ao fundo, enquanto Ahmed me levava à porta. Eu pedia explicações sobre a interrupção até que um dos homens que me expulsava da sala apontou o indicador da mão direita contra a própria têmpora, fazendo com o polegar o movimento de um gatilho e indicando Ibrahim com os olhos. Calei-me, chocado e surpreso, e deixei que me levassem até a porta.

Eu voltaria três vezes a Misrata nos dias seguintes, pedindo às autoridades militares uma nova entrevista. O pedido sempre me foi negado sem explicações. Em troca, prometiam uma entrevista com Mansour Dhao, o chefe de segurança. Não era a minha prioridade, mas aceitei o encontro. Em resposta, ouvi que precisava esperar porque meu interlocutor, preso, ainda se recuperava de suas sessões de tortura.

Entre uma e outra tentativa de falar com os membros presos da cúpula do regime derrubado, eu viajaria de Trípoli a Misrata mais duas vezes. Contava com um novo *fixer*, Fawzi Tresh, ex-motorista da Petrobras na Líbia, homem sério e maduro, bem relacionado na região de Suq al-Jum'ah, onde vivia, e na capital.

Com ele, eu tinha outro objetivo: localizar os integrantes da katiba Wazan, as peças que faltavam no quebra-cabeça que me permitiria reconstituir a caçada a Kadafi e os últimos momentos da revolução. Para o sucesso de minha empreitada eu contava com um ótimo contato, que me havia sido repassado pelo fotógrafo Marcel Mettelsiefen. Tratava-se de Ibrahim Ahmad Omar Ismail, um dos jovens ativistas da katiba. Fawzi e eu fizemos três percursos entre Trípoli e Misrata em busca de um ponto de encontro com o grupo de parceiros rebeldes. Todas as promessas resultavam em cancelamentos, feitos depois do horário marcado para os encontros. Mas, em um dos telefonemas que trocamos, Ibrahim revelou conhecer todos os combatentes que tinham participado do enfrentamento de Jarf, inclusive aquele que flagrara Kadafi nas tubulações, seu amigo Siraj Abdallah al-Himali al-Zaede. Marcamos um novo primeiro encontro, ao qual também compareceriam Marcel e o repórter da *Der Spiegel*, Christoph Reuter. Aquela seria a primeira vez que ficaríamos frente a frente com Siraj, três dias depois da morte do ditador.

Siraj era um dos quatro ou cinco rebeldes da katiba Wazan que apareceram em uma caminhonete Zxauto Grand Hiland Delux, cópia chinesa de veículos japoneses. O utilitário tinha a dianteira semidestruída, mas repintada a mão, em preto opaco, e adornada com as cores da revolução. Assim que os encontramos, no entroncamento de uma das entradas de Misrata — ao qual chegaram com mais de quarenta minutos de atraso —, o motorista, Ibrahim Ismail, e seus companheiros foram taxativos, apontando com certa reverência Siraj e Mohamed, os homens que capturaram Muamar Kadafi.

Quando Siraj desceu do veículo, notei um olhar determinado, ainda que tímido e introspectivo. Oito meses depois de seu engajamento ao lado dos insurgentes, trazia a revolução consigo. Como faziam outros jovens rebeldes nos últimos dias de conflito, vestia uma farda militar camuflada e nova, em vivos tons de verde, bege, marrom e preto. Na cabeça, portava um *keffieh* preto e branco, semelhante ao celebrizado por Yasser Arafat. Vê-lo vestido daquele modo me causou estranheza e me fez pensar em um paradoxo: embora as tropas militares estivessem entre os mais fiéis defensores de Kadafi, o Exército não havia perdido o prestígio, nem causava aversão entre os opositoristas libios — talvez porque desertores tivessem participado do conflito do lado rebelde.

Tímido e gentil, nos cumprimentou com um misto de sobriedade e deferência, mas foi categórico:

— Não posso dar entrevista.

Nada o faria mudar de ideia, nem minha indignação nem as palavras conciliadoras de Fawzi. Furioso, eu me senti traído por aquele menino, até que aceitei dar ouvidos a sua explicação. Por ordem do comandante de sua katiba, Siraj não podia conversar com ninguém. O motivo era exasperante: precisava falar primeiro à tv Misrata, a despeito do interesse que ele poderia despertar na imprensa internacional. Sua justificativa me aborreceu, mas entendi que Siraj era um jovem de princípios, que recebera uma ordem — estúpida, é verdade — e que a obedecia com lealdade. Trazia consigo a cultura patriarcal do mundo muçulmano e ainda introjetara a hierarquia do Exército, carreira que pretendia seguir, se pudesse conciliá-la com a universidade.

— O mais importante é que quero continuar estudando. Não preciso entrar no Exército para ajudar meu país. Nós somos todos rebeldes. A qualquer momento que o meu país precisar, estaremos presentes — disse ele.

Aquele pós-adolescente alto e esguio, de aparência física um tanto frágil, não era um menino em busca de celebridade, mas um jovem adulto de princípios, que acabaria por cumprir sua palavra: um dia, ele e seus companheiros de luta me concederiam uma longa entrevista — a única de sua vida, à parte, claro, a tv Misrata. O acordo seria cumprido não só uma, mas várias vezes, a primeira um mês mais tarde.

— É um orgulho para a Líbia inteira que Kadafi tenha morrido. Me sinto orgulhoso por ter participado daquele momento, tão importante para a história da Líbia — disse-me então, sem meias palavras. — Mas sinto muito, muito mesmo pelos meus amigos mortos, e não apenas por eles. Sinto por todos os que morreram ao longo dessa revolução.

Fiel ao perfil excêntrico que lhe era cada vez mais peculiar, Muamar Kadafi vestia pelo menos três peças de uma boubou dourada flamboiante, túnica inspirada no vestuário da África negra, e um par de grandes óculos escuros quando tomou posição em um dos saguões do Ouagadougou Conference Center, em Sirte. Tratava-se da abertura oficial da 13ª Cúpula da União Africana, em 10 de julho de 2009. Um a um, os reis tribais vinham à sua frente, prestando-lhe tributo. Vestiam trajes tradicionais, representando seus povoados, situados em diferentes países, como Costa do Marfim, Senegal, Chade, Gana, Burkina Faso, Uganda, Mali. A deferência se explicava pelo status do “guia” da Líbia, que desde agosto de 2008 portava um novo título: o de “rei dos reis da África”. A homenagem lhe havia sido conferida em um fórum promovido por seu próprio regime, quando mais de duzentos reis, sultões, príncipes, xeques e governantes de todo o continente se reuniram em Benghazi, na Cirenaica, oeste do país, para sacramentar a ascensão do coronel à sua nova estatura.

Ao se aproximar dos chefes tribais, Kadafi tinha como objetivo agregar o apoio desses líderes regionais para seu mais recente projeto: a unificação do continente. Essa ambição explicava sua indumentária e retomava os sonhos pan-africanos que o ativista negro Marcus Mosiah Garvey acalentava no início do século xx, quando da criação da Organização da Unidade Africana. A formação de uma federação de Estados, os Estados

Unidos da África, com uma moeda única, um mesmo passaporte e sem aduanas vinha ganhando novo impulso desde que Kadafi fora eleito em uma votação polêmica e a portas fechadas para a presidência rotativa da UA em fevereiro de 2009, quando da cúpula de Adis Abeba, na Etiópia. Sob a batuta do líder líbio, a ideia não andava só por puro idealismo, mas também na base de doações de “Samsonites”, as malas de dinheiro que o “guia” líbio costumava distribuir a aspirantes a “revolucionários” de todo o mundo, a chefes tribais ou chefes de Estado e a candidatos de partidos políticos do Ocidente que buscavam em Trípoli financiamento clandestino para suas campanhas eleitorais.

Kadafi havia convidado os chefes tribais a Sirte, mas não apenas eles. Políticos do mundo inteiro receberam o chamado, mas poucos compareceram à reunião. As ausências, porém, não foram causadas por antipatia ao coronel líbio, cada vez mais em voga na cena política internacional. O problema, daquela vez, era Omar al-Bashir, o sídus presidente do Sudão, alvo de um mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional. Al-Bashir era acusado de ordenar mortes e estupros, patrocinar a limpeza étnica e empurrar à migração 1,5 milhão de pessoas das etnias Fur, Massaleet e Zaghawa durante o conflito em Darfour. Além disso, claro, era suspeito de corrupção. Com um visitante tão ilustre em Sirte, só havia atendido o chamado quem não se preocupava muito em estender a mão a ditadores e posar para fotos. O maior expoente político do encontro era o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que meses antes tinha sido chamado pelo norte-americano Barack Obama de “*my man*”, “o cara”, durante uma reunião do G20 em Londres. Na cúpula da União Africana, o presidente celebrava os “avanços” alcançados nos últimos seis anos nas trocas comerciais com países árabes e africanos.

Em um evento no qual estaria cercado de ditadores e de autoridades suspeitas, como o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que acabaria por não comparecer, Lula não se mostrava preocupado com as críticas — pelo contrário, se dizia “grato”. Eu estava em Trípoli desde antes de sua chegada à capital líbia, e o aguardava no hotel Corinthia quando o presidente chegou do aeroporto, de bom humor e vestindo trajas informais. Ele concederia sua primeira entrevista mais tarde. Quando questionei se não se sentia incomodado por ter de apertar a mão de tantos ditadores, ele respondeu que aceitara o convite “sem perguntar quem viria”, e acrescentou que todo anfitrião tem o direito de convidar quem quiser.

Lula, na realidade, testemunhava, como os demais, o recém-recuperado prestígio internacional de Kadafi. Era esperado no final da manhã pelo “guia” e por seu chefe de protocolo, Nouri al-Mismari, um tipo legendário na Líbia, fiel ao regime por décadas — até outubro de 2010 — e famoso por ser tratado a tapas na cara, e por tratar ministros do mesmo modo. Al-Mismari vestia naquela manhã um terno azul-marinho anos 1960 que combinava com seu par de óculos escuros de lentes azuis, acessórios que o distinguiam da sobriedade de alguns chefes de Estado, metidos em terno e gravata. Além de coordenar a chegada dos líderes políticos, o chefe de protocolo despejava ordens aos guarda-costas do regime, entre os quais as célebres “amazonas” kadafistas — mulheres que, o mundo viria a saber mais tarde em parte graças ao trabalho da jornalista francesa Annick Cojean,

não raro eram recrutadas à força e transformadas em escravas sexuais do tirano e de seus comparsas. Enquanto aguardávamos o presidente, Al-Mismari chegaria a oferecer a alguns repórteres brasileiros, entre os quais Marcelo Ninio, da *Folha de S.Paulo*, e eu, uma entrevista com o coronel, o que acabaria por não se confirmar por meras questões logísticas. Lula foi recebido instantes depois dessa oferta. Cumprimentou Kadafi e passou ao plenário da assembleia, onde aconteceria o congresso da União Africana. A prova de prestígio veio em seu discurso, no qual demonstrou intimidade fraterna com o anfitrião, a quem chamou de “meu amigo, meu irmão e líder”. Foi a primeira vez em minha vida que fui tomado pela vergonha de ser brasileiro.

Esse sentimento me perseguiu mais algumas horas, depois que deixamos o centro de conferências de Sirte em direção ao aeroporto, onde esperamos pelo embarque em uma das tendas beduínas tão apreciadas pelo ditador. Lula deixaria Sirte no início da tarde, em direção a Trípoli, o que nos obrigava, a nós jornalistas que acompanhávamos o presidente, a partir também a bordo de um dos aviões da comitiva presidencial.

Já estávamos a postos em nossos assentos quando o comandante identificou a presença de um homem estranho a bordo. Irado, o embaixador Luciano Ozório Rosa o expulsou do voo. Sua justificativa foi ao mesmo tempo alarmante e sintomática: ele suspeitava se tratar de um agente do serviço secreto líbio que se infiltrara na delegação brasileira, acompanhando diplomatas e jornalistas durante os translados pelo país e desrespeitando um espaço, o interior do avião, no qual a soberania do Brasil deveria ser garantida. Assim era a Líbia, um país no qual a onipresença dos agentes e dos sistemas de segurança kadafistas era perceptível em todos os momentos, dos controles de identidade e das revistas de bagagens no Aeroporto Internacional de Trípoli até a saída de um estrangeiro do hotel para uma prosaica visita ao centro histórico da capital. Ninio, eu e Alexandre Malmegrin Rocha, editor da Agência de Notícias Brasil-Árabe, escaparíamos da vigilância por algumas horas, durante uma viagem à cidade de Khoms, onde visitaríamos o sítio arqueológico de Leptis Magna. Mas nunca teríamos a certeza de não ser monitorados. Burlar, fugir, sublevar-se — essas eram as condições para fruir de liberdade no país controlado por Kadafi.

Ainda assim, elogios ao ditador líbio eram cada vez mais fartos em diferentes partes do mundo. Seu retorno à comunidade internacional, rompendo quase duas décadas de isolamento do país, acontecia desde o final dos anos 1990. Ao longo da década, o coronel construiria uma relação próxima de um ícone dos direitos humanos e da política mundial, o então presidente sul-africano Nelson Mandela, com quem posaria de mãos dadas, em sinal de amizade, durante uma visita oficial em 1998. Mandela costuraria um acordo com o governo britânico, então dirigido pelo trabalhista Tony Blair, no qual Trípoli entregaria dois suspeitos de perpetrar o atentado ao Boeing 747-121 que realizava o voo Pan Am 103 ao explodir sobre a cidade de Lockerbie, na Escócia, matando 270 pessoas em 21 de dezembro de 1988. Essa negociação pressupunha o fim de sanções impostas pelas Nações Unidas contra a Líbia pela suposta prática de terrorismo de Estado.

Em 2001, os dois suspeitos, Lamen Khalifa Fhimah e Abdelbaset Ali Mohmed al-

Megrahi, foram julgados em Camp Zeist, na Holanda, sob a jurisdição de três magistrados escoceses. Fhimah foi libertado e retornou a Trípoli. Megrahi foi condenado à prisão perpétua, em que pesassem as controvérsias sobre o caso. A pena foi cumprida até 20 de agosto de 2009, quando ele obteve a clemência do governo escocês por supostamente sofrer de câncer de próstata em estágio avançado.

A remissão dos pecados da Líbia continuaria em 2003, quando o regime de Kadafi aceitou desembolsar 2,7 bilhões de dólares, em uma compensação recorde às famílias de vítimas do atentado de Lockerbie, mesmo negando envolvimento com o crime. Outro passo seria dado justamente em favor dos Estados Unidos, quando o regime líbio se alinhou à “guerra contra o terror” islâmico no pós-Onze de Setembro. Essa colaboração caiu bem a Kadafi, que desde meados dos anos 1990 enfrentava a resistência crescente do Grupo de Combate Islâmico Líbio e, em 1998, lançara um alerta de prisão contra Osama Bin Laden.

A colaboração entre os serviços secretos da Líbia e seus correspondentes nos Estados Unidos, a CIA, e no Reino Unido, o MI6, só cresceria ao longo dos anos, como documentos diplomáticos e dos escritórios de espionagem provariam durante a revolução. A partir dos atentados ao World Trade Center, em Nova York, sua “colaboração” — que não encerraria de todo seus ataques verbais contra Washington — seria em parte participar do trabalho sujo, acolhendo “voos da morte” da CIA, os traslados de prisioneiros suspeitos de terrorismo caçados pelos Estados Unidos e torturados com a cumplicidade de governos ocidentais. Em 2004, o trabalho conjunto na guerra ao terror rendeu aos serviços secretos líbios o reconhecimento do Ocidente, inclusive com a exclusão do país da lista negra de nações terroristas ao longo do governo de George W. Bush. Ao mesmo tempo, ao longo da década, o regime libertaria das prisões líbias mais de setecentos presos políticos supostamente próximos a grupos islâmicos radicais. Essa decisão seria interpretada dentro do país como um de seus grandes sinais de abertura política.

Na mesma época, em dezembro de 2003, Kadafi encerrou quatro anos de propostas nunca levadas a cabo e enfim abriu mão de seu programa de desenvolvimento de armas de destruição de massa, prometendo obedecer às cláusulas do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Então, inspeções realizadas no quadro da Convenção de Armas Químicas constatariam na Líbia a armazenagem de armamento letal, como o gás mostarda.

— A Líbia estará daqui para a frente entre os primeiros países que trabalharão para que o mundo se livre de todas as armas de destruição em massa — disse à época o coronel, em um passo estratégico que o permitiria reabrir as portas do Ocidente e se distinguir de outro ditador, Saddam Hussein, destituído e morto pela ofensiva do governo George W. Bush.

Tamanha cooperação trouxe frutos em 2004, quando Kadafi foi autorizado a viajar a Bruxelas, em sua primeira visita oficial fora da África e do Oriente Médio desde 1989. No mesmo ano, Tony Blair, premiê do Reino Unido, se tornou o primeiro líder ocidental de

peso a realizar uma visita oficial a Trípoli. O trabalhista o faria mais duas vezes após deixar o poder, em 2008 e 2009, em jatos particulares que pertenciam ao “guia”. O vínculo, enfim, estava restabelecido. Em 2007, o então presidente da França, Nicolas Sarkozy, viajou a Trípoli após a liberação de cinco enfermeiras búlgaras e de um médico de origem palestina detidos desde 1999 no país por suspeita de crime na transfusão de sangue contaminado com HIV a 393 crianças internadas no hospital Al-Fateh, de Benghazi.

Sarkozy o recebeu em Paris com honras de chefe de Estado em dezembro do mesmo ano, uma viagem atribulada de cinco dias, três dos quais com agenda oficial, que acompanhei como correspondente na França. Para o governo, foi difícil explicar à opinião pública por que o ditador teve o direito de montar uma tenda beduína nos jardins do Hôtel de Marigny, uma das residências do Estado francês, se seus sinais de humildade não se refletiam nem em seu comportamento nem no veículo com o qual ele circulava pelas ruas de Paris — uma limusine branca. Também parecia incompreensível o assédio ao líder líbio promovido pelos gigantes industriais do país, como Areva, Suez, Thales, Total, GDF, Dassault, Vinci e EADS. Incompreensível até que fossem revelados os contratos firmados entre Kadafi e Sarkozy, como a venda de catorze caças Rafale ou de 21 Airbus, que totalizariam negócios da ordem de 3 bilhões de euros apenas para os aviões comerciais, além de outros 2 bilhões de euros em acordos de cooperação nuclear para fornecimento de reatores para a dessalinização da água do mar.

Também foi irônico observar políticos fugindo de seus encontros oficiais com o “guia”, como o então ministro das Relações Exteriores, Bernard Kouchner, quando o porta-voz do governo, David Martinon, sintetizava a importância da viagem, dizendo:

— Esta visita marcará uma etapa significativa no retorno progressivo da Líbia ao seio da comunidade internacional.

Kadafi também teria encontros com o russo Vladimir Putin, o então premiê italiano Silvio Berlusconi — que lhe beijaria a mão em março de 2010, durante uma cúpula da Liga Árabe —, o espanhol José Luis Rodríguez Zapatero e com a secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice. Em 2009, ele se aproximou de seu ápice internacional ao ser convidado a participar da reunião de cúpula do G8, em L’Aquila, na Itália, quando foi fotografado ao lado dos mais importantes líderes mundiais, entre os quais o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama — uma première em sua história política. Fechando o ciclo, em setembro do mesmo ano, após receber Lula em Sirte, Kadafi participou pela primeira vez em quarenta anos de regime da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, quando discursou durante uma hora e quarenta minutos.

Nessa época, uma nova face do regime ganhava voz nos planos interno e externo: Saif al-Islam Kadafi, filho do ditador, reputado como o responsável pela abertura da economia da Líbia às empresas internacionais — em especial do petróleo — e à suposta redução do clientelismo. Bacharel em arquitetura pela Universidade Al-Fateh, de Trípoli, e em economia e administração pela International Business School, de Viena, na Áustria, ele se tornaria conhecido na Líbia como “o engenheiro”. No exterior, Saif se aproximaria do líder da extrema direita austríaca Jörg Haider — cujas campanhas eleitorais teria

financiado. Em 2008, concluiu um ph.D. em economia pela London School of Economics, defendendo uma tese cercada de dúvidas sobre plágio, autoria real e conflito de interesses com personalidades da universidade. Ainda assim, ele representava a esperança de modernização do país e de abertura paulatina do regime, concorrendo pelo posto com seu irmão Mutassim, reconhecido na Líbia como um comandante militar duro e pouco identificado com as reformas na cúpula do poder.

O assédio europeu do início do século XXI evocou o passado do próprio país. A despeito da grande riqueza histórica da região, cristalizada por traços culturais como as ruínas gregas, romanas e bizantinas de Leptis Magna, Sabratha, Cyrene ou Appolonia, foi no final do século XIX que os territórios onde hoje se situam a Tripolitânia, a Cirenaica e Fazzan, as três províncias da Líbia atual, passaram a ser cobiçados por um governo europeu moderno. Em parte, o desinteresse das potências imperialistas fora provocado pela escassez quase completa de terras aráveis, que somavam 1% do território e faziam da região um ambiente inóspito, onde viviam apenas dezenas ou centenas de milhares de pessoas, árabes e berberes em sua maioria, mas também judeus, cristãos, negros, tuaregues e outras minorias.

Os interesses europeus na região durante o século XIX, como hoje, tinham relações com o fornecimento de armas. Essa conexão seria estabelecida primeiro entre a Itália e as tribos aliadas à confraria Sanusiyya, partidários de um movimento religioso fundado em 1837 por Sayyid Muhammad ibn Ali al-Sanusi e que se estabeleceu em Kufra, não longe da fronteira com o Egito, na região de Cyrene. A confraria criaria algumas das primeiras formas de governo na região, estabelecendo a cobrança de impostos, forjando critérios de justiça na resolução de conflitos intertribais e organizando a primeira força armada da região, que receberia armamento italiano. Mas a partir de 1881 a Itália começou a demonstrar ambições maiores, sobretudo após a tomada de controle da Tunísia pela França. O resultado concreto foi a invasão italiana do território e a ocupação de cidades como Trípoli, Benghazi, Darna, Homs e Tobruq, em um momento histórico no qual a Cirenaica já havia consolidado sua cultura autônoma.

Nasceria assim, na Cirenaica, o primeiro movimento de resistência cultural e religiosa à dominação externa, um ativismo não armado que ganharia poder e envergadura nos anos 1910, com a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial e a redução de seus efetivos na região. Em 1918, a Tripolitânia, que deixara três séculos e meio de dominação otomana para passar às mãos italianas após a guerra ítalo-turca, chegaria por sua vez a declarar a independência e a constituição de uma república, de existência efêmera, mas ainda assim tida como a primeira da história do mundo árabe. Nesse ínterim, a Cirenaica reencontraria parte de sua autonomia graças à guerrilha contra a colonização liderada pelo herói da resistência Omar al-Mukhtar, membro da confraria Sanusiyya, em guerra santa — jihad — contra o opressor. Com a ascensão de Mussolini ao poder, em 1922, a Itália se lançou à retomada, pela força, do controle sobre os três territórios, caçando Al-Mukhtar

até sua captura. Ele acabou enforcado em praça pública, em Suluq, dias depois, em 16 de setembro de 1931, diante de 20 mil pessoas.

A dominação italiana se estendeu até 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, quando cederia às forças britânicas. Mussolini deixaria para trás uma estrutura urbana renovada por estradas, correios, serviços públicos, mas também a completa exclusão social dos povos autóctones e um balanço de violência que resultou em 250 mil a 300 mil mortos, cerca de um terço da população dos três territórios.

Sob a proteção britânica nasceria o Emirado Sanusi, que reagrupou os territórios de Tripolitânia e Cirenaica. A legitimidade do país foi reconhecida pelas Nações Unidas em resolução datada de 21 de novembro de 1949, que se tornaria efetiva em 24 de dezembro de 1951, com a independência do Reino Unido da Líbia. O nascimento do país foi definido pelo cientista político Dirk Vandewalle, professor associado da Universidade Columbia, autor do excepcional *A History of Modern Libya*, como “um Estado acidental”, entre outras razões por não ser fruto de um genuíno sentimento nacional. Em Benghazi, Sayyid Idris al-Sanusi, neto do fundador da irmandade Sanusi e primeiro líder do Emirado Sanusi, foi proclamado rei Idris I do Reino Unido da Líbia, assumindo uma monarquia parlamentarista com 94% de analfabetismo, 40% de mortalidade infantil, renda per capita anual de 25 dólares e, sobretudo, sem um real espírito de unidade nacional.

Idris I organizou um Estado federal com três regiões, Tripolitânia, Cirenaica e Fazzan, tão autônomas que exigiam vistos para a circulação de pessoas de uma a outra. O monarca exerceu o poder com discrição, sem culto à personalidade e sem especial interesse pelas querelas políticas, mas também sem habilidade para enquadrar os desmandos do parlamento e a corrupção, e, sobretudo, sem obter dos onze primeiros-ministros que passariam pelo cargo em dezoito anos uma organização elementar do Estado.

Durante o reinado de Idris I a companhia norte-americana Esso constatou a existência de petróleo no território, e as concessões à iniciativa privada floresceram, chegando a 84, assim como o assédio de empresas multinacionais, que em 1968 já exploravam 2,6 milhões de barris por dia. Mas tudo isso em um cenário de miséria ainda endêmica e no qual o discurso nacionalista árabe de Gamal Abdel Nasser embalava os espíritos a partir do Egito.

Em 1963, a monarquia aboliu o federalismo — e retirou a palavra “Unido” do nome do país —, dando origem ao Reino da Líbia e provocando insatisfação na Cirenaica. Quatro anos depois enfrentou rebeliões antiamericanas em Trípoli e em Benghazi, com a adesão de trabalhadores da indústria petrolífera, responsável por 99% das exportações do país.

Em 1969, enfraquecido por suspeitas de corrupção que pairavam sobre o governo, casos de nepotismo e pela má gestão dos recursos naturais, Idris I foi abandonado pelas forças de defesa de Trípoli e Benghazi e derrubado por um golpe de Estado. Além dos problemas internos, já enormes, o rei se viu envolvido no turbilhão regional causado pela Guerra dos Seis Dias, que opôs Israel contra Egito, Jordânia e Síria e que disparara o

desejo de integração árabe no Norte da África e no Oriente Médio dois anos antes.

Sem derramamento de sangue, um grupo de jovens capitães e majores do Exército assumiu o poder, formando o Conselho do Comando Revolucionário (CCR). Uma semana depois, os nomes de seus membros vieram à tona. Entre eles havia um capitão desconhecido de 27 anos: Muamar Kadafi. Jovem e circunspecto, algo misterioso, recebeu o apelido de “o belo” tão logo se tornou popular. Líder militar de verve populista, nacionalista e revolucionária, filho de uma família de beduínos nascido em um pequeno vilarejo, Qasar Abu Hadi, nos arredores de Sirte, e egresso de um clã, Ghous, Muamar herdava o nome de sua tribo, os Kadafá. De certa maneira, sua ascensão ao poder simbolizava a ruptura com a elite e a chegada de um representante de uma tribo de menor prestígio ao comando do país. Também encaixava a Líbia no discurso nacionalista árabe de Nasser, cuja repercussão em Trípoli era considerável — e superior à de Benghazi. Kadafi não negaria essa linhagem e assumiria posando ao lado de Nasser e de outros líderes regionais, elevando a pressão para que tropas norte-americanas e britânicas liberassem as bases militares instaladas no país. Com a morte de seu inspirador em 1970, o “coronel”, como passaria a ser chamado, se colocaria como herdeiro político e paladino do pan-arabismo.

Enquanto, para efeitos de política externa, Kadafi se tornava o rosto mais conhecido da Líbia pós-monarquia, no plano interno os primeiros anos de governo seriam marcados por certo grau de partilha do poder com seus fiéis colegas de caserna. Entre os membros da junta militar, nomes como o do capitão Abu Bakr Yunis Jaber — que o seguiria até os últimos instantes — e dos demais dez membros do CCR seriam alçados a cargos em ministérios no “governo revolucionário”. Juntos, eles se tornaram os donos do poder.

A partir de 1971, parte da sociedade civil e da burocracia não militar reuniu-se em um partido político, a União Socialista Árabe, que representou um contrapeso ao conselho. Mas a oposição vingou por pouco tempo. Em 16 de abril de 1973, Kadafi deu um passo importante para dirimir as dúvidas abertas pelo antagonismo criado entre os dois órgãos. Em Zuwara, o coronel fez um discurso no qual lançou a “revolução popular”, consolidando a ideia de suprimir partidos e instituições que operassem como “intermediários” ao poder popular. Em termos práticos, o regime aprofundava a repressão a movimentos oposicionistas, lançando as bases de uma “revolução cultural”, promovendo o armamento de civis e suspendendo a Constituição. As medidas abriram espaço para uma série de prisões de “opositores” e o fechamento de organizações consideradas inimigas do regime e da “revolução”.

Na sua segunda onda de *zahf*, reformas, Kadafi anunciou a criação de 2400 Comitês Populares, que seriam aprovados pelo CCR. Essas instâncias locais de poder ampliaram os tentáculos da política de opressão da dissidência, bem como aceleraram o esfacelamento das instituições, mergulhando o país em um caos administrativo. Alheio ao impacto negativo das transformações, o coronel se esforçava em demonstrar à população e à comunidade internacional que sua chegada ao poder não era um *inqilab*, um golpe,

mas uma *thawra*, uma revolução. Nesse contexto, Kadafi anunciava medidas econômicas de impacto, como o confisco de terras e sua redistribuição, mas também mudanças culturais maiores, como a proibição do uso de bebidas alcoólicas, o fechamento de boates, a conversão de igrejas católicas em mesquitas e a inclusão de penalidades baseadas em princípios islâmicos.

Do ponto de vista econômico, as alterações modificariam a essência do país, mesmo que ele permanecesse 99% dependente das exportações de petróleo, um setor que empregava apenas 1% da mão de obra. Nessa época, várias decisões econômicas de vulto seriam tomadas, entre as quais o fim da propriedade privada. Ainda em fase de consolidação, o regime contava com cada vez mais royalties e maiores impostos sobre a exploração de óleo, além da multiplicação de seu preço por quatro ao longo dos anos 1970, quando dos garrotes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de 1973 e de 1978, por sua vez iniciados em resposta à Guerra do Yom Kipur, de Israel contra Egito e Síria.

Nesse período, e ajudado pelo contexto favorável, Kadafi consolidou seu projeto político, lançando a primeira parte de seu *Livro Verde*, uma referência direta e uma versão local do *Livro Vermelho* de Mao Tsé-tung. Incrível coletânea de disparates, mais ou menos próximos das ciências políticas, do messianismo e de conceitos morais retrógrados, o “documento” propunha a “solução para o problema da democracia”, uma “base política da Terceira Teoria Universal” — fosse lá o que isso quisesse dizer. Em essência, o projeto previa a transmissão do poder ao povo por meio da eliminação das representações políticas, uma ideia já explorada pela filosofia e pelos teóricos políticos. Sua diferença era propor a solução. Para ele, as assembleias parlamentares usurpavam o poder popular e os partidos eram “a máquina de governar da ditadura contemporânea”. “O *Livro Verde* apresenta a solução definitiva do problema da ‘máquina de governar’ e indica aos povos o meio de passar da era da ditadura para a da verdadeira democracia”, lê-se no texto.

Mais do que um pseudoexercício de intelectualidade — algo a que Kadafi aparentemente aspirava —, a obra lançava as bases da dominação tirânica que seu regime exerceria ao longo de décadas. Ali estavam os “Congressos Populares” e os “Comitês Populares”, a abolição da Constituição e a adoção da tradição e da religião como leis do país, o aparelhamento e a censura de todo projeto de imprensa livre.

A segunda parte, “A solução do problema econômico”, pregava a adoção de uma forma de socialismo e o banimento de termos como “salários”, “trabalhadores” e “empregados”, sem entrar em detalhes sobre medidas práticas para substituir essas categorias. “O *Livro Verde* não só resolve o problema da produção material como prescreve a solução total dos problemas da sociedade humana”, dizia Kadafi.

Por fim, em sua terceira parte, dedicada à “base social da Terceira Teoria Universal”, o livro traçava orientações morais para a família, a tribo e a nação. Entre elas estava a garantia de que “tanto o homem quanto a mulher são seres humanos” e a convicção de que a menstruação seria uma característica inata que conferia uma função existencial diferente para ambos. “A mulher é a dona de casa, pois essa é uma das

condições adequadas e necessárias para uma mulher que é menstruada e toma conta dos filhos”, escrevia o “coronel”, assegurando a monogamia e proibindo os casamentos forçados. Ao ditar as normas de comportamento social sem levar em conta costumes islâmicos enraizados, Kadafi daria início a uma fratura entre o comportamento social público e o privado, onde muitos dos princípios tradicionais continuariam a vigorar, independente da vontade do ditador.

Esses “conceitos” passariam a ser colocados em prática após o discurso de Zuwara. Entretanto, antes mesmo que a maior parte deles estivesse em vigor na vida cotidiana, a insatisfação política e social com o regime mostrava a existência de uma oposição ativa. Na Líbia de hoje, de intelectuais a trabalhadores, não é difícil identificar o momento de fissura do regime liderado por Kadafi, quando houve a quebra do “encanto” e a consolidação de grandes focos de descontentamento.

Esse momento teria início ainda muito cedo, por volta de 1973, apenas quatro anos após o golpe de Estado que derrubara Idris I. Nessa época surgiram os primeiros traços de revolta popular, um movimento de resistência às transformações pelas quais o país passava e que se situava em um ambiente formador de opinião por excelência: a universidade.

O detonador da insatisfação foi mais uma decisão arbitrária e, até certo ponto, banal e marginal: a criação do serviço militar obrigatório para estudantes a partir do ano seguinte. Inconformados, os primeiros universitários se manifestaram em Trípoli e em Benghazi contra a aplicação da lei, sendo presos pelo regime. Em resposta, Kadafi lançou à clandestinidade a União Nacional de Estudantes. Em 1975, a organização voltou a funcionar, catalisando o grande e persistente descontentamento dos estudantes quanto à medida. Em Benghazi, um jovem de nome Mustafa Mohamed Ben Nasser foi eleito presidente da seção regional da instituição. Em resposta, o governo modificou a lei e reduziu as horas de serviço obrigatório, mas se recusou a receber a comissão de universitários que pedia audiência em Trípoli. Ben Nasser lembraria os episódios quando nos encontramos em Misrata, 36 anos após os eventos.

— Então decidimos fazer protestos contra a lei em 22 de fevereiro de 1975. Saímos às ruas para uma primeira manifestação silenciosa — lembrou. — A partir dessa manifestação, não nos limitamos mais à questão da lei. Passamos a pedir também mais liberdade de expressão.

Em março seguinte, 1976, quando um novo grupo de estudantes deveria ser submetido à lei, muitos não se apresentaram. Em retaliação, o governo definiu os jovens como “militares desertores” e criou dois tribunais especiais para julgar os membros da união estudantil. Mustafa seria preso em Misrata e levado para Trípoli. Então se encontrou pela primeira vez com Kadafi, que os visitava para exortá-los a cumprir a lei. Ouviu um “não”.

— Posso tratar vocês como faz Francisco Franco, que mata estudantes e ninguém

fala nada — retrucou-lhe o coronel, segundo as memórias de Mustafa, que se recorda de uma frase: — “Minha arma está na cintura, eu continuo revolucionário e posso acabar com vocês”.

O levante estudantil e as ameaças permanentes do regime deram início a uma fratura social no país. Segmentos das Forças Armadas davam apoio aos opositores, assim como líbios espalhados pelo mundo, que começaram a protestar no exterior. Diante da pressão, Kadafi libertou todos os universitários presos 25 dias depois, em Trípoli e em Benghazi, em uma tentativa de amenizar o incidente. A instabilidade, entretanto, estava semeada.

Em julho, tiroteios em torno da capital lançaram rumores de golpe de Estado contra o Conselho do Comando Revolucionário. Em agosto, Bashir Hauadi e Umar al-Muhayshi, dois dos membros da junta militar original, realizaram a primeira grande tentativa, fracassada, de derrubar Kadafi do poder. O conselho que cercava o coronel seria então reduzido a apenas cinco membros, após os expurgos por suspeitas de traição. Em resposta, o regime reforçou a opressão aos dissidentes com uma caçada aos “traidores” da revolução, ampliando os poderes dos militares leais diante da sociedade civil. Em contrapartida, tentou se aproximar dos universitários, chamando-os a Bab al-Azizia. A tentativa não surtiria os efeitos esperados. Com o fim do ano letivo, uma nova eleição para a união estudantil foi realizada em novembro, e novos e antigos opositores venceram o pleito, entre os quais Mustafa — então a um passo de ser eleito para comandar a união nacional. Contrariado, o coronel não reconheceu o resultado, anulou as eleições e convocou um novo pleito. A votação aconteceu em dezembro de 1975 e em janeiro de 1976, quando militares armados levaram as urnas aos locais de votação. Os estudantes reagiram, cercando e desafiando os soldados. Em 4 de janeiro, universitários pró-Kadafi, armados e infiltrados no movimento estudantil, entraram em cena, promovendo um tiroteio no campus da Universidade de Benghazi. Entre os que dispararam contra a multidão estava um jovem estudante de letras, Ahmed Ibrahim — a quem eu entrevistaria 35 anos mais tarde, na prisão.

O episódio ultrapassaria os muros da universidade. Em fuga, os jovens se concentraram no centro de Benghazi, onde receberam o apoio de parte da população civil, inconformada com a situação. Um levante semelhante aconteceu em Trípoli nos dias que se seguiram, e se espalhou pelo mundo com a invasão das embaixadas da Líbia por estudantes em intercâmbio nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha e no Egito.

Os protestos foram mantidos em 4, 5 e 6 de janeiro, e reprimidos pelas Forças Armadas com uso de balas reais, deixando mortos e feridos. A crise continuou até 13 de janeiro, quando o governo, pressionado pela crescente onda opositora, decidiu reconhecer o resultado das eleições universitárias e anunciou a libertação dos presos. O movimento estudantil então ganhou corpo e influência, aproveitou-se da fraqueza momentânea de Kadafi — obrigado a prender mais de trezentos militares que apoiavam os opositores — e lançou uma pauta de reivindicações sociais e políticas, exigindo abertura e

mais liberdade. A insurreição se estendeu por três meses. Em 6 de abril, o regime usou a força para recuperar o terreno perdido aos manifestantes, invadindo os campi nas duas maiores cidades, atirando. No dia seguinte, 7 de abril de 1976, Kadafi visitou a Universidade de Benghazi. Os estudantes, em protesto, se retiraram e fugiram. As forças de ordem então dariam início a uma política de terror, prendendo familiares de estudantes em fuga. Mustafa teve dois irmãos detidos. Para libertá-los, teve de se entregar.

— Então vivi as piores sessões de tortura de minha vida — disse-me ele, sem em momento algum descrevê-las.

As execuções e a prática de tortura se generalizaram, sob o argumento de que os universitários integravam partidos políticos proibidos. O objetivo do governo era associá-los a um suposto complô contra o regime, um crime que resultaria em penas severas. O 7 de abril se encerrou com oito estudantes mortos em um país em choque, e passou à história do regime — e da oposição.

Surdo à contestação crescente, Kadafi ordenou a tomada das universidades, a prisão dos dissidentes, a nomeação de novos líderes estudantis e o enforcamento dos anteriores. Por volta de 20 de abril, o jovem estudante de letras Ahmed Ibrahim visitou Mustafa na prisão, onde este era vítima de torturas diárias havia meio mês. Ibrahim tentou convencê-lo a abandonar a resistência e o informou de que o governo pretendia associar os levantes estudantis a uma nova tentativa de golpe, o que na prática representaria penas capitais aos opositores.

Um ano depois, em 2 de abril de 1977, os trezentos militares insurgentes foram julgados, e 21 deles, condenados à morte por fuzilamento. Em 7 de abril, cinco civis, sendo três estudantes, também foram condenados. Dois deles foram enforcados em pleno campus. Mustafa recebeu no mesmo dia uma pena de cinco anos de prisão, que cumpriria no Presídio Central de Trípoli.

A partir de então, todo 7 de abril seria transformado por Kadafi no dia da “Libertação Estudantil”. Para “celebrá-lo”, o regime realizaria festas públicas ou novas execuções nos campi, como em 1984 e 1985.

Nesse mesmo ano, 1977, Kadafi refundou seu país pela terceira vez desde o golpe, depois da República Árabe Líbia (1969-73) e da União das Repúblicas Árabes (1973-77), lançando a Al-Jamahiriyya al-Arabiyya al-Libiyya al-Cha’biyya al-Ichdirakiyya, ou a Grande Jamahiriyya Árabe Popular Socialista da Líbia. Se o termo “Jamahiriyya” fazia referência ao poder popular, o regime mostrava o contrário, criando novas instituições que, sob a alegação de dar voz à população, na verdade serviam para ampliar o poder absoluto do coronel. Ele extinguiu enfim a junta militar, criando os *shabiyat*, os comitês revolucionários municipais, e o Congresso Geral Popular, espécie de parlamento que nomearia um secretariado, integrado por executivos com funções análogas às de ministros e de um primeiro-ministro. Kadafi, por sua vez, se retiraria das funções públicas, tornando-se o “guia da revolução”, o que lhe permitiria pairar acima de toda noção de hierarquia e de tempo de mandato. Assim ele ampliou e consolidou seus poderes autocratas, dividindo-os com seus cinco aliados militares remanescentes do golpe de 1969.

Em paralelo à repressão e à reforma política, o ditador lançou em 1978 uma série de novas reformas econômicas de cunho populista, com lemas como “*al-beiti li sakinihi*”, ou “a casa pertence a quem nela mora”, com o qual anunciou a expropriação de residências e uma nova lei imobiliária que concedia financiamentos generosos à população. As expropriações continuaram com o confisco de fábricas e terras, e a agricultura foi estimulada por subsídios e por um programa ambicioso de irrigação, o Grande Rio Feito pelo Homem, que consumiu um total de 27 bilhões de dólares — segundo Dirk Vandewalle —, mas teve o mérito de tornar parte do país arável, algo impensável sem os recursos do petróleo.

Nesse período, o regime havia conseguido sufocar as revoltas estudantis — mas as cicatrizes da perda de apoio de segmentos da sociedade civil seriam permanentes. Isso era agudizado pela repressão galopante: não restaria nenhum resquício de Estado de direito e de justiça legal. Um exemplo disso foi o caso de Mustafa, que depois de cumprir sua pena de cinco anos de prisão foi transferido para a terrível prisão de Abu Salim, em 1984.

— O líder mandou você ficar — disseram-lhe. — Você é como um cobertor. Vai ficar enquanto quisermos. Depois, o jogaremos fora.

O ex-líder estudantil continuaria preso por tempo indeterminado, sem direito a visitas. Nesse ínterim, as políticas de opressão se tornariam absurdas e onipresentes, capitaneadas pelos comitês revolucionários municipais, grande parte deles liderados por “estudantes” fiéis ao regime, como Ahmed Ibrahim, que atuaram como milícias paramilitares e delatores remunerados na vida cotidiana, constituindo uma rede nacional de espionagem. Esse aparelho se somaria a todo um aparato de vigilância e de propaganda interna e externa, formada pela Coordenação Central dos Comitês Revolucionários, diretamente subordinada a Kadafi e com sede em Bab al-Azzia, sua fortaleza; pelas Mahkama Thawaria, os “tribunais revolucionários” amparados em “leis revolucionárias”; pela imprensa estatal, cuja missão era defender a revolução e ajudar a eliminar seus inimigos; e, enfim, por ao menos quatro grandes serviços de inteligência externos e internos, organizados com o objetivo de perseguir e assassinar opositores e seus familiares, tarefas cumpridas por grupos de extermínio com atuação dentro e fora do país. Em 1988, os órgãos líbios de repressão reuniam 85 mil funcionários — em um país que à época somava 4,1 milhões de habitantes.

Dois desses serviços eram sintomáticos: o Maktab Ma'lumat al'qa'id, um “escritório de inteligência do líder”, criado com o know how da Stasi, o Ministério de Segurança do Estado da extinta Alemanha Oriental; e o Al-Mathaba al-Alamia, o Centro Mundial de Luta contra o Imperialismo, o Racismo e o Fascismo, cuja função era caçar “traidores” no exterior ou suas famílias em território líbio. Além deles, havia o gabinete do carniceiro Abdullah al-Senussi e diferentes órgãos de segurança, como a guarda revolucionária, a guarda popular, os comitês de purificação e milícias paramilitares de todo gênero infiltradas em tribos, clãs, famílias. A todos somavam-se as Forças Armadas, que, ao contrário do que acontecia em países como o Egito, não representavam o Estado mas existiam para defender o regime de Kadafi. Reunidos em uma teia de repressão, esses

órgãos impunham uma lei ao país: a do silêncio.

A espiral terrorista do regime mostrou sua face ao mundo no final dos anos 1970 e no início dos 1980, em um contexto de retorno da Guerra Fria, que oporia a Líbia aos Estados Unidos, além de mantê-la em tensão permanente com Israel e de provocar fricções com o Chade, país protegido pela França. Entre todos os fronts de atrito, o discurso do pan-arabismo era um dos catalisadores de inimigos.

Ao chegar à Casa Branca, em Washington, Ronald Reagan definiu Kadafi como “o cachorro louco” do mundo, acusando-o de desenvolver armas químicas, de subvencionar e fornecer explosivos e armas a movimentos terroristas na Europa, como o Exército Republicano Irlandês, o IRA, o ETA na Espanha ou as Brigadas Vermelhas na Itália. Kadafi também era acusado de interferir no processo de paz no Oriente Médio, por meio do estímulo — com apoio político, dinheiro e armas — de grupos jihadistas e da Frente Popular para a Libertação da Palestina, de inspiração marxista-leninista. Embora fosse um catalizador de tensão internacional, a política de subsidiar movimentos “revolucionários” não era de todo desmentida pelo regime. Kadafi valia-se dessa postura dúbia para se apresentar como líder da “resistência” aos Estados Unidos — condição que de certa forma facilitava a “diabolização” da Líbia empreendida pelo Ocidente.

O que se seguiu foi uma escalada de confrontos diplomáticos e bélicos de parte a parte, com o fechamento de embaixadas, o abate de caças líbios no golfo de Sirte, suspeitas de envolvimento em atentados terroristas em aeroportos na Itália e na Áustria e, por fim, o atentado à boate La Belle, em Berlim Ocidental, em 5 de abril de 1986, que deixou três mortos e 229 feridos, entre os quais soldados dos Estados Unidos. De posse de despachos diplomáticos da embaixada da Líbia que indicariam a implicação direta do coronel na iniciativa — o que Kadafi negava —, a administração Reagan lançou, em 15 de abril de 1986, a Operação Eldorado Canyon, desferindo bombardeios a Trípoli e a Benghazi, realizados, na opinião de observadores internacionais críticos à decisão de Washington, fora do quadro das Nações Unidas e sem um ato de agressão suficientemente identificado como tal.

Lembro de estar sentado à esquerda de minha mãe em um sofá de couro marrom da sala de estar de minha casa, à época um apartamento de três quartos em um velho edifício do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, quando o logotipo da Rede Globo explodiu na tela sem pré-aviso, acompanhado de uma voz grave que anunciava: “O plantão do *Jornal Nacional* informa...”. Passava das nove da noite. Deflagrada naquela noite, ali, na minha frente, na tv, a operação Eldorado Canyon tornara-se a primeira declaração de guerra de minha vida, e eu não tinha nenhuma ideia de quão longe aquele conflito poderia ir, nem se nossas vidas estavam ameaçadas. Só tinha uma noção clara: à frente de um país distante, Kadafi era o inimigo número um, o Osama Bin Laden dos anos 1980.

Os desdobramentos dos bombardeios, que segundo o regime teriam deixado entre os mortos a pequena Hana Kadafi, bebê, filha adotiva do coronel, foram largamente

abordados pela imprensa mundial nas duas décadas que se seguiram. Um deles foi o atentado contra o Boeing 747-121 que realizava o voo Pan Am 103 entre Londres e Nova York, e explodiu sobre a cidade escocesa de Lockerbie. Outro foi a explosão de um DC-10 da companhia aérea francesa UTA que realizava o voo UTA-772 entre Brazzaville, no Congo, e Paris, e desapareceu no deserto de Ténéré, no Níger, matando 170 pessoas em 19 de setembro de 1989. Em ambos os ataques, investigações internacionais apontaram Kadafi como mandante e seus serviços secretos como executores.

No plano doméstico, os bombardeios a Trípoli e a Benghazi e a derrota em um conflito no Chade, apoiado por forças francesas e norte-americanas, legaram fissuras ao regime. Em resposta, Kadafi se lançou a uma política de suposta abertura interna, com a libertação de presos. Mustafa seria “beneficiado”: com sete anos de atraso, sem justificativas e sem amparo legal, deixou a prisão em 1988. Nessa mesma época, o tirano ordenou a destruição de milhares de arquivos dos serviços secretos sobre supostos dissidentes do regime e a demolição do posto de fronteira com a Tunísia, Ras Jdir. Com este último gesto, Kadafi pretendia demonstrar que a população era livre o suficiente para deixar o país e voltar quando bem entendesse.

Kadafi também concedeu aos membros da diáspora, que concentravam uma nova elite oposicionista no exterior, um programa de “perdão”, de anistia e de estímulo econômico, incluindo a oferta de empregos. Como se não fosse o responsável pelos rumos do país, o “guia” pediria, em discurso feito em maio de 1988, o fim dos abusos e das injustiças, das prisões arbitrárias e dos tribunais sumários, e, no mês seguinte, publicaria um novo texto, a *Grande declaração dos direitos humanos na era das massas*, um documento com o qual revogava decisões anteriores, como o fim da propriedade privada, e estabelecia novos cânones, como a suposta independência do judiciário.

Suas iniciativas, contudo, tiveram pouco impacto na repressão feroz à dissidência. Mesmo que o comodismo fosse a regra entre militares, diplomatas e milhares de funcionários da administração, uma oposição crescente começaria a deixar as sombras e o silêncio em Trípoli e em Benghazi, além de cidades do interior do país organizadas por tribos opostas ao regime. Na capital, pichações passaram a desafiar a autoridade de Kadafi. Na Cirenaica, os anos 1990 dariam início a levantes islâmicos, alguns dos quais liderados pelo Grupo Islâmico Líbio de Luta, o Al-Jama’ al-Islamiah al-Muqatilah bi-Libya. Esse movimento tinha como um de seus chefes um engenheiro civil formado pela Universidade Al-Fateh, certo islamita de nome Abdelhakim Belhadj, veterano da guerra do Afeganistão, nos anos 1980. Em 1996, membros do movimento estariam entre os 1200 mortos no massacre da prisão de Abu Salim, em Trípoli — uma prova de que o regime permanecia tão violento e sádico quanto vinte anos mais cedo.

No final dos anos 1990, o discurso do pan-arabismo já havia se esgotado, e todas as idas e vindas econômicas de Kadafi, somadas à violência do regime, já tinham acabado com qualquer resquício de apoio popular de massa. E as massas eram, segundo o

próprio discurso kadafista, a razão de ser de sua “revolução”. Mas o receio de uma escalada islâmica no país levava o Ocidente a fechar os olhos para o regime, cuja atividade terrorista externa havia perdido intensidade.

Ao longo de 42 anos, o governo de Kadafi desempenhou um papel geopolítico muito mais importante do que o tamanho de sua população ou o perfil desértico de sua geografia fariam supor. Mas, no plano interno, a insatisfação tomava corações e mentes desde o início das revoltas estudantis e fincava raízes crescentes na classe média da Líbia. A aspiração à liberdade e a resistência à onipresença da ditadura já se encontravam entre universitários, que se tornariam os intelectuais do país no correr das décadas.

No exílio, uma oposição consistente sucedeu os primeiros movimentos de contestação com mais ou menos legitimidade, como o liderado pelo ex-primeiro-ministro de Idris I, Abdalhamid al-Bakush, morto em 2007, ou ainda o dos oficiais que orquestraram o golpe de 1975 contra Kadafi. Eles exerceriam uma relativa pressão externa, dando esperança aos focos de resistência esporádicos que se levantavam no interior. Em 1985, Maghdour Hassan Ichkal se levantaria no interior da tribo Kadafa, mas seria assassinado. Em outubro de 1993, um confronto em Bani Ualid seria denunciado pelo regime como um complô envolvendo diversas personalidades das Forças Armadas, como os coronéis Meftah Qarroum e Mustafa Belkacem e os comandantes Ali al-Kikli, Khalil al-Jadk, Romdham al-Aihouri, que resultou em prisões em Gharian, Kufra, Zuwara. A oposição, entretanto, cresceria a partir de 1992 — e no exterior. Ela seria formada por diferentes forças políticas, como a dos monarquistas da União Constitucional Líbia (UCL), liderados por Mohamed al-Hassan al-Ridha as Sanoussi, que propunham o retorno à Constituição de 1951.

Os movimentos mais consistentes, entretanto, seriam civis, republicanos e atrelados à ordem democrática. Era o caso da Aliança Nacional Líbia, a ANL, liderada pelo nacionalista Mansour al-Kikhiya, membro do regime até 1980 que se tornaria dissidente em razão das execuções em série de opositoristas por ordem de Kadafi. Al-Kikhiya desapareceria em dezembro de 1993 no Cairo, durante uma conferência sobre direitos humanos, como já havia acontecido com opositoristas como Jaballah Matar e Izzat Youssef al-Maqrif, na mesma cidade, em março de 1990. Al-Maqrif era secretário-geral de outro importante grupo estruturado no exterior, a Frente Nacional de Salvação da Líbia (FNSL), um núcleo de oposição que propunha uma alternativa democrática, com a criação de um governo provisório no exílio, preparado para a assunção ao poder. Entre as medidas propostas pela Frente, que tinha como porta-voz o opositorista Mahmoud Jibril — que mais tarde viria a trabalhar com o regime —, estavam a organização de um conselho de transição com validade máxima de um ano. Sua função elementar seria garantir liberdades civis, políticas e econômicas mínimas e organizar eleições livres e diretas para a assembleia constituinte, seguidas de eleições presidenciais. A Frente se articulava com movimentos secretos de oposição no interior do país, como a Alternativa Constitucional Democrática, e no exterior, como a Liga Líbia de Direitos do Homem e o Congresso Amazigh Líbio. Os três movimentos se fundiram em 2005, dando origem à

Conferência Nacional da Oposição Líbia.

Na esteira das revoluções na Tunísia e no Egito, o regime defendeu as ditaduras vizinhas. Em 15 de janeiro de 2011, um despacho da agência de notícias estatal ANA revelou uma conversa telefônica entre Kadafi e o líder tunisiano deposto Zine al-Abidine Ben Ali, do qual o “guia” líbio faria a defesa em uma mensagem enviada ao povo da Tunísia.

— A Tunísia está mergulhada em um caos sangrento porque seus habitantes derrubaram com muita precipitação seu presidente. Você sofreu uma grande perda. Não há ninguém melhor do que ele para governar.

O discurso seria acompanhado de medidas preventivas em gestão econômica para tentar evitar uma insurreição similar, como a supressão de impostos aduaneiros sobre produtos alimentares de primeira necessidade, entre os quais o leite. Em paralelo, viriam novas medidas de segurança. Em 24 de janeiro, o site de compartilhamento de vídeos YouTube foi bloqueado na Líbia, um modo de impedir a divulgação de imagens de eventuais protestos, como acontecera nos dois países vizinhos. Três dias depois, um fundo de 27 bilhões de dólares foi desbloqueado para estimular o desenvolvimento econômico e a política habitacional do país. Em 9 de fevereiro, Kadafi voltaria a questionar a legitimidade das revoluções árabes, acusando a rede de tv Al Jazeera e os serviços secretos israelenses de promover a desestabilização do mundo árabe. Mas o discurso israelense era justamente o oposto.

A eclosão de protestos parecia inevitável no país. Eles aconteceriam a partir de 15 de fevereiro de 2011, quando os *chabab*, jovens do presente e do passado, como Mustafa, saíam às ruas, primeiro em cidades da Cirenaica, como Benghazi, El Beida e Darna, e nos dias que se seguiriam em todo o país. A exemplo do que acontecera na Tunísia, onde a revolta popular que derrubaria o regime começara após o confisco das mercadorias de um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, e de sua imolação na cidade de Sidi Bouzid, a revolução na Líbia teria como estopim um ato arbitrário, uma gota d’água, um momento de vertigem. O *turning point* seria a prisão do advogado e ativista de direitos humanos Fathi Terbil, de 41 anos, que perdera um primo e um cunhado no massacre de Abu Salim, em 1996, e representava as famílias das vítimas.

Terbil era uma personalidade conhecida dos serviços de segurança kadafistas. Já havia sido detido sete vezes e seria levado mais uma vez a um representante do regime em Benghazi. Em resposta, jovens e adultos que apoiavam sua causa foram às ruas da cidade para protestar contra a prisão, precipitando as manifestações que já vinham sendo discutidas em fóruns e redes sociais na internet e nos círculos opositoristas da cidade. Terbil seria libertado no dia seguinte, 16 de fevereiro. Mas a espiral já estava lançada. Milhares de pessoas participariam de uma primeira noite de choques com as forças de ordem, que responderam às manifestações usando canhões de água, balas de borracha e violência, além de contar com a colaboração de milícias pró-regime. Em vez de recuar, porém, os líbios decidiram resistir em praça pública. As manifestações de Benghazi levaram Kadafi a um pronunciamento surdo às aspirações sociais.

— Abaixo os inimigos, abaixo em todos os lugares! Abaixo os fantoches! — disse o

ditador, apelando à velha retórica nacionalista, antiamericana e antissionista. — Os fantoches estão caindo como as folhas de outono.

Kadafi estava enganado. Não era outono. Era a primavera árabe.

Passava um pouco das três da tarde daquela terça-feira, 22 de fevereiro, e eu perdera em definitivo as esperanças de obter um visto de entrada na Líbia. Já tinha tentado em Paris, inclusive com a intermediação da embaixada do Brasil na capital francesa, e não havia obtido nem mesmo resposta das autoridades da Jamahiriya, porque sua representação estava fechada. Pensei então em conseguir o documento em Túnis, onde cheguei pela manhã e encontrei o embaixador brasileiro, Luiz Antonio Fachini Gomes. A ele pedi intervenção pelos canais diplomáticos para a obtenção do visto, se possível em *fast track*, na embaixada líbia da cidade.

Essa estratégia costumava funcionar muito bem para as coberturas de viagens presidenciais, como acontecera em minha primeira passagem por Trípoli, quando, com o auxílio de diplomatas da representação brasileira em Paris, eu obtivera a autorização de ingresso em duas horas, e não em duas semanas, como de praxe. Dessa vez, entretanto, a sorte não estava do meu lado. Logo fui informado de que a embaixada da Líbia na Tunísia acabara de ser tomada por insurgentes. Embora fosse um fato muito positivo para o movimento rebelde, para as minhas pretensões imediatas aquela era uma péssima notícia. Me precipitei então até o endereço que haviam me fornecido. Ao descer do táxi que me conduzira, tive certeza: não obteria o visto. Em um mastro que se erguia em frente ao prédio, situado em 48 bis, Rue du 1er Juin, centro de Túnis, agora tremulava a bandeira

tricolor rebelde, em substituição ao pavilhão verde da era Kadafi. Em torno do edifício, uma multidão comemorava a tomada da embaixada e a guinada a favor da revolução, gritando em árabe slogans hostis ao regime de Kadafi, palavras de ordem que faziam referência às recentes quedas de Ben Ali e Hosni Mubarak, ex-ditadores da Tunísia e do Egito, respectivamente, e à luta pela “Líbia livre”.

— Kadafi, covarde, o povo líbio não será mais humilhado.

Nesse momento concluí: não tinha mais tempo a perder em Túnis e deveria partir para a fronteira tão logo fosse possível, mesmo sem o documento. Pedi aos tunisianos que observavam a manifestação informações a respeito da maneira mais rápida de viajar a Ben Gardane, última cidade antes do posto de fronteira de Ras Jdir, onde os primeiros jornalistas estrangeiros já começavam a se concentrar. Me disseram que a melhor alternativa seria tomar uma van na estação Moncef Bey, para onde me dirigi. Lá, surpresa, deparei-me com uma rodoviária gigante, pela qual chegam a circular 8 mil veículos por dia, responsáveis por cerca de 20% do transporte interurbano do país. Em volta daquele pavilhão coberto, um ambiente saturado pelo trânsito de pessoas e veículos, pesava uma atmosfera caótica, reforçada pela presença de vendedores ambulantes de contrabando e pelas toneladas de lixo que aguardavam coleta em tonéis ou atirados às calçadas e ruas. No interior pairava um cheiro forte e desagradável, misto de urina, lixo, óleo e combustível queimado. Logo na entrada recebi o assédio usual dos motoristas, alguns dos quais reconhecidos por seus próprios colegas como autores de súbitos desvios de rota e de pequenas extorsões contra jovens e velhos passageiros, pequeno crime que era fruto da ausência de controle e fiscalização oficiais sobre o transporte. Todos disputavam a atenção dos clientes, no afã de completar o número de passageiros necessário para a partida de sua van. Em meio aos gritos e às ofertas de diferentes destinos, surgiram nomes como Sousse, Monastir, Ksar Hellal e enfim o que me interessava: Ben Gardane.

— Venha, vai partir em alguns minutos! — advertiu o motorista.

Comprei a passagem, o equivalente a cerca de vinte euros, e me juntei a um garoto que esperava ao lado de uma van envelhecida o início do trajeto de 532 quilômetros, previsto para se estender por quase sete horas. Os minutos se passaram sem sinal de partida. A primeira hora escorreria nesse mesmo impasse, em meio ao vaivém infernal de veículos que partiam para todas as regiões do país — menos para Ben Gardane. Já éramos três os passageiros à espera quando um jovem branco, alto, trajando roupas ocidentais — um casaco Burberry cor de creme, um jeans Levi's —, com um relógio Tag Heuer no pulso e uma bolsa de couro de alta qualidade, se aproximou em busca de informações sobre transporte para o balneário de Djerba, na Tunísia. O contraste entre seu estilo e a estação imunda me fez sorrir.

— Você é jornalista — afirmei, ignorando sua pergunta.

— Você também — disse ele depois de responder à minha pergunta com um rápido aceno de cabeça.

Naquele instante eu não soube seu nome, sua nacionalidade ou o veículo para o qual trabalhava, mas anotei seus contatos, entre os quais um número britânico. Tínhamos

divergido na escolha da cidade fronteiriça, e por essa razão decidíramos trocar informações nos minutos que se seguiram, depois de consultar por telefone fontes que nos confirmariam o melhor ponto de parada: Ben Gardane ou Djerba. Às 15h31, uma mensagem de texto enviada ao meu celular dirimiu as dúvidas:

“Ben Gardane é o melhor local.”

Assim, em um acaso que se somara a uma confiança instintiva e mútua, conheci o iraquiano Ghaith Abdul-Ahad, 35 anos, correspondente em Beirute e enviado especial do jornal britânico *The Guardian* à Tunísia e à Líbia. Eu não tinha ideia então, mas passaria a suspeitar, nas três semanas seguintes — parte delas vividas no oeste da Líbia kadafista —, que Ghaith era um dos jovens jornalistas em ascensão no Reino Unido. Dezesete dias mais tarde, eu me flagraria multiplicando conversas de bastidores, contatos telefônicos com fontes e entrevistas a veículos como CNN, BBC, AP, *Le Monde* e *France 24* em nome de uma breve campanha nas redes sociais: #free4ghaith — Freedom for Ghaith.

Filho de pai iraquiano e mãe indiano-britânica, nascido em Bagdá em 1975, Ghaith logo se revelaria uma espécie de versão moderna de Philip Pirrip, o protagonista de *Grandes esperanças*, romance de Charles Dickens. Não que tivesse recebido uma fortuna de um benfeitor, como o personagem da ficção, mas pelo fato de, em uma década, ter deixado as profundezas esfaceladas de seu país para alcançar o reconhecimento, por seu talento próprio, em uma das capitais do mundo. Estudante de arquitetura na Universidade de Bagdá, Ghaith fez uma opção de vida ao desertar do Exército de Saddam Hussein. Por seis anos sujeitou-se a viver no submundo da capital iraquiana, trocando de residência sempre que se sentia perto de ser preso. Em 2001, ainda sob o regime de Hussein, começou a praticar *street photography* em Bagdá. Seu trabalho testemunhou a evolução dos fatos históricos em seu país, em especial com a chegada dos tanques aliados na Guerra do Iraque. A queda pela fotografia, porém, teve um preço: três períodos na prisão.

Eu saberia bem mais tarde que em 2005 seu trabalho como fotógrafo, publicado em veículos como *The New York Times*, *The Washington Post*, *Los Angeles Times*, *The Guardian* e *The Times*, recebera distinções internacionais especializadas em direitos humanos. Em 2008 ele ganharia o British Press Awards como correspondente estrangeiro do ano por suas coberturas em regiões de risco no Norte da África e no Oriente Médio, como o Afeganistão — onde fora mantido em cativeiro duas vezes por talibãs. Nessa época Ghaith já havia voltado seu trabalho à cobertura dos movimentos insurgentes no Iraque, em cidades conflagradas como Fallujah e Najaf. Havia seis anos, escrevia textos para o *Guardian*, usualmente com papel e caneta, para depois transferi-los ao computador. Em seis anos como repórter, o jovem que só deixara seu país e vira o mar aos 29 anos preencheria 95% das folhas de seu passaporte com vistos da região, ganhando em experiência com a função ideal: a combinação entre o repórter especial e o correspondente internacional. O problema: seu último visto havia sido dado para a Tunísia, não para a Líbia. Como eu, na ausência de autorização do regime kadafista, que impedia a entrada da imprensa, Ghaith procurava um meio de ingressar no país

clandestinamente. Tomaríamos caminhos diferentes naquela tarde, mas trocaríamos informações sobre as alternativas que nossas fontes nos transmitiam.

Após a espera e uma exaustiva viagem, que somaram quase oito horas, eu chegaria ao final daquela noite a Ben Gardane, uma pequena cidade de 2500 habitantes, fundada por franceses no século XIX. Fora das rotas turísticas, sua principal atração para estrangeiros como eu naquele momento eram os dez pequenos hotéis ou hospedagens locais, que me permitiriam encontrar acomodação, ainda que precária, não muito longe da fronteira. De clima seco e árido, árvores raras, ruas poeirentas, sobrados envelhecidos e cafés enfumaçados nos quais os ocidentais eram vistos como alienígenas, Ben Gardane tinha um comércio pujante. Sua força advinha das dezenas de casas de câmbio, legais ou clandestinas, e do comércio de mercadorias “importadas” da Líbia, que iam de eletrônicos a roupas novas e usadas, de peças automotivas a cabeças de gado, de óculos de sol a sardinha senegalesa. A fatura de produtos vindos do exterior se explicava pelos 33 quilômetros de distância do posto de fronteira de Ras Jdir, entre Tunísia e Líbia.

Ainda naquela noite, eu passaria uma primeira vez no posto de Ras Jdir para analisar a possibilidade de cruzar para o lado líbio no dia seguinte. Não tinha gostado do que vira: segurança reforçada, muito presente, e barreiras isolando uma área situada a mais de 100 metros das cancelas e dos oficiais de imigração. Na manhã de quarta-feira, voltei a Ras Jdir com mais tempo, com o intuito de conversar com os refugiados e fazer contatos visando a eventual travessia. Tive a certeza de que o posto estava bloqueado, mas também a convicção de que, cedo ou tarde, seria possível atravessá-lo.

Uma multidão de jornalistas de todo o mundo já começava a chegar à região, atraída pelas mesmas conclusões a que eu havia chegado ainda em Paris. Estávamos a pouco mais de 200 quilômetros de Trípoli. Se a revolução líbia avançasse a passos largos, como acontecera na Tunísia e no Egito, em breve o regime de Kadafi perderia o controle sobre as aduanas. Ingressar no país, calculávamos todos, devia ser questão de horas. Outros repórteres, a maioria, haviam optado pela fronteira oposta, até porque as informações — ainda que vagas — indicavam que a revolução se limitava muito ao leste do país, enquanto o oeste seguiria nas mãos de Kadafi, como alegava o regime. Esse roteiro pressupunha tomar o caminho do Cairo, ingressando na Líbia por seu lado já liberado, até Benghazi. Os jornalistas que escolheram esse caminho colheriam depoimentos e reconstituiriam o início da revolução, um grande tema sobre o qual escrever. Mas não passariam muito de Ajdabiya, a 860 quilômetros da capital, onde a presença de tropas leais a Kadafi era reforçada. Assim, também estavam bloqueados e muito mais distantes de Trípoli, ainda que no interior do país.

Muito cedo, ficou evidente que ultrapassar o posto de Ras Jdir sem um visto — e ninguém ali tinha vistos — seria impossível. Atravessei a noite de quarta-feira com o peso daquela constatação. Não bastasse o desejo de avançar em minha cobertura, passara a noite sem aquecimento no quarto, situado no meio do hotel, com uma janela voltada a

um poço de luz, sem nenhum raio de sol. Para enfrentar o frio que me surpreendia, dormi com todas as roupas quentes que havia levado para a Tunísia, já que o cobertor de que dispunha não era suficiente. A combinação de preocupação e desconforto me fizera passar parte da noite em claro, buscando alternativas.

Quatro horas e meia depois, eu deixaria o hotel determinado a atravessar a fronteira ainda naquela quinta-feira. Durante a madrugada, tinha estudado em detalhes o mapa rodoviário da Líbia. Ao sul da Tunísia havia outro posto de fronteira, menor e com certeza menos atraente aos jornalistas, situado em Dehiba, na província de Tataouine. Perto dali, já do lado líbio, situava-se uma cidade berbere, Nalut. Dela, uma estrada partia para o Mediterrâneo, nas imediações de Zuwara, situada a 120 quilômetros de Trípoli, já no litoral. Se fosse possível atravessar no posto de Dehiba, pensei, eu faria um percurso em “U” de mais de 500 quilômetros, mas conseguiria contornar a segurança em Ras Jdir e, se tudo corresse bem, prosseguir em direção a Trípoli. Mas tampouco podia descartar a hipótese de um novo bloqueio na segunda alfândega. Nesse caso, cogitei a possibilidade de cruzar a fronteira pelo deserto. Feitos todos os cálculos, reproduzi de forma rudimentar o mapa da região em meu bloco de anotações e tracei três passos imediatos: o primeiro, verificar as condições de segurança para um jornalista ocidental nas rotas do interior da Tunísia e, na medida do possível, da Líbia; obter informações a respeito do posto de Dehiba e, em especial, sobre a presença de *smugglers*, pequenos traficantes de combustível, alimentos e outros produtos valiosos na região; e, por fim, obter um *fixer* que dispusesse de uma picape, para a eventualidade de entrar na Líbia pelo Saara.

Deixei o hotel e me lancei à busca das duas primeiras respostas. Quanto à segurança, recebi conselhos para usar duas estradas do interior da Tunísia, P19 e C112, e não a rota marginal à fronteira, a C203, embora o trajeto fosse mais longo, 213 contra 202 quilômetros, e trinta minutos mais demorado. Sobre o posto de Dehiba, as informações eram promissoras: embora também estivesse fechado à travessia, quase não havia jornalistas na região, apinhada de *smugglers*. Era plausível atravessar pelo posto de Dehiba mesmo sem visto, contando com a colaboração tácita de autoridades dos dois países e a concordância dos rebeldes de Nalut, cidade situada a 60 quilômetros de distância da fronteira.

Restava o terceiro problema a resolver: o *fixer* e a picape. Corri ao hotel de dois amigos jornalistas brasileiros, Marcelo Torres e Azul Serra, repórter e cinegrafista do SBT, que dispunham de um tradutor. Ambos aderiram à ideia de partir para Dehiba e verificar as condições de passagem. Faltava o veículo apropriado. Às 11h23, enviei uma mensagem de texto ao celular de Ghaith:

Você está interessado em o posto de fronteira de Dehiba? Ao que parece há uma rodovia para Zuwara que parte de lá. E Zuwara, como você provavelmente sabe, já estaria nas mãos dos rebeldes.

Ghaith respondeu prontamente:

Sim, muito interessado. Estive verificando essa opção desde ontem, mas não conheço nenhum smuggler. Seria ótimo seguir essa pista.

Nós nos encontramos minutos depois. Ghaith de fato estava pronto para partir, mas também não dispunha de um veículo em boas condições, como precisávamos. Na prática, todos os *fixers* “profissionais” com picapes já haviam sido contratados pelas grandes emissoras de televisão que estavam na região, como a ABC. Conversei com a equipe da rede de TV francesa France 24. Sentados no lobby do hotel, onde viam TV, repórter e cinegrafista de início se mostraram atraídos, para então recuar com uma sentença:

— A verdade é que estamos do lado errado da fronteira. Devíamos ter entrado pelo Egito — afirmou o repórter, em um tom burocrático e derrotista.

Deixei o local e reencontrei Marcelo e Azul do lado de fora. Ambos negociavam com diferentes motoristas, até encontrarem um disposto a fazer o trajeto por um preço razoável, com uma van em estado de decomposição semelhante à que me trouxera de Túnis dois dias antes. Não era o que eu procurava e então hesitei, atrapalhando os planos de ambos, que desejavam partir o mais rápido possível. Voltei a encontrar Ghaith, que conversava com um homem na casa dos cinquenta anos — certamente um jornalista, pensei — na esquina em frente ao mesmo hotel. Trocamos algumas impressões e disse-lhe que estava de partida. Ghaith respondeu que também iria, mas não naquele momento. Acertamos que manteríamos contato naquela tarde.

Cruzáramos os 220 quilômetros entre Ben Gardane e Dehiba mais ou menos no tempo previsto e em total segurança, passando pelo oásis de Tataouine — “a fonte d’água”, em berbere —, cidade histórica de cerca de 60 mil habitantes. No ditado popular francês, “*aller à Tataouine*” — “ir a Tataouine” — significa ir para o fim do mundo. Ao transitar por aquela região, ainda hoje conhecida como a “porta do deserto”, senti de fato que estreitava o contato com o Saara, com sua beleza imensa e rude. Ao longo do percurso, à esquerda, avistava a cadeia de montanhas de Nefusa, a oeste da Líbia; à direita, uma planície desértica e suas oliveiras, que tanto significam para a Tunísia. Essas paisagens eram completadas por um céu azul vívido e por um princípio de pôr do sol magnífico. Por todos os lados soprava um vento típico do deserto invernal, fresco e seco. Imaginei que se tratasse do Harmattan, ou Harmatão, mas não tinha certeza. Certeza eu tinha de que seria possível ingressar na Líbia nas próximas horas. Aquela, pensei, era uma bela forma de dizer até logo à Tunísia e à sua natureza arisca.

Chegamos a Dehiba pouco antes do fim da tarde. O que se via eram longas e caóticas filas de veículos e de pessoas, assim como de membros de organizações humanitárias que tentavam ajudar os refugiados.

Observando a região, notei que o posto de fronteira era cercado de morros de areia e pedras, o que dificultaria uma eventual travessia pelo deserto. Mas o percurso não era longo. Ao fundo já se via a bandeira verde da Líbia de Muamar Kadafi, que tremulava, e um retrato do líder, virado para o lado tunisiano e grande o suficiente para chamar a

atenção de qualquer visitante. Aquela imagem me trouxe duas diferentes sensações: a primeira, a de um déjà-vu que me remeteu à minha primeira passagem pelo país, em 2009; a segunda, a impressão de que eu enfim estava perto da Líbia, em condições de alcançá-la, não como em Ras Jdir, onde isso seria impossível.

Em instantes eu me veria cercado por habitantes da região, curiosos com a presença dos poucos jornalistas ocidentais que tinham realizado o trajeto até ali. Muitos moradores haviam se concentrado nas imediações do posto de fronteira, atraídos pela saída dos primeiros refugiados do conflito. Entre aqueles a meu redor, um tinha mais desenvoltura e se mostrou interessado pela raríssima presença de brasileiros na região. Seu nome era Imed Meliene. Técnico em engenharia civil, chefe do serviço técnico da administração municipal, casado e sem filhos, ele era uma espécie de burguês em uma região marcada pela pobreza, não raro extrema, e pela falta de empregos, onde o tráfico ilegal de combustíveis, alimentos e bens de consumo vindos da Líbia era um negócio rentável e difundido. Aos 31 anos, tinha a pele morena enrugada e envelhecida pelo sol do Saara, o que lhe conferia um ar de maturidade. Sua aproximação foi bem-vinda. Caloroso, Imed quis saber o que me levava à região. Em um primeiro momento, disse-lhe que tinha ido à cidade para fazer entrevistas com líbios que deixavam o país em razão do conflito. Queria seus testemunhos, frisei. Disposto, ele ofereceu ajuda antes mesmo que eu solicitasse — o que, aliás, era minha intenção. Em poucos minutos entrevistei um bom número de líbios que cruzavam a fronteira, graças ao seu trabalho como intérprete. E as primeiras conclusões que tirava eram surpreendentes: não apenas havia um movimento de insurgência na Tripolitânia, no oeste, a fatia mais populosa, mais rica e mais influente do país, como grande parte da região estava nas mãos dos rebeldes, em conflito armado com as forças leais ao regime.

Entre uma e outra entrevista, Imed me contou que tinha amigos em vários países da América Latina, contatos que fazia por meio do Facebook e de outras redes sociais. Demonstrei surpresa ao saber que naquela pequena cidade, onde nem meu telefone celular tinha sinal, havia internet. Ele me explicou que não apenas tinha internet como poderia cedê-la caso eu precisasse. Senti que ele não esperava dinheiro de minha parte e aceitei a oferta, já pensando em enviar um texto para meu jornal. Mas antes disso, disse-lhe, tinha outra prioridade: queria passar a fronteira e ingressar na Líbia — e precisaria de sua intermediação para tanto. Ouvir aquilo em público o sobressaltou. Imed pôs o dedo indicador sobre a boca, em sinal de silêncio, segurou meu ombro gentilmente, sugerindo que caminhássemos lado a lado a passos lentos, nos distanciando da pequena multidão que nos cercava, e questionou:

— Por que você quer entrar na Líbia?

Expliquei-lhe mais uma vez que era jornalista e que estava em Dehiba para cobrir a revolução. Contei-lhe que havia estado em Ras Jdir e tinha certeza de que lá não seria possível passar, em razão do número de repórteres que esperavam pela mesma sorte e da segurança reforçada pelo regime. Mas ali em Dehiba, afirmei, era diferente. Sabia que se tratava de uma fronteira seca, menos vigiada e com intenso trânsito de smugglers.

— Tenho certeza de que você pode nos ajudar — completei, imaginando que ele pediria dinheiro pelo “auxílio”.

Imed fez um aceno positivo com a cabeça e disse em voz baixa, com seu francês entrecortado por erros gramaticais, mas eficiente:

— Sim, é verdade que posso ajudá-lo. Mas você não deve falar alto sobre esse assunto — advertiu.

Eu quis saber sobre a possibilidade de uma passagem pelo deserto. Imed respondeu que era viável e que tinha amigos que poderiam fazer o percurso. Mas foi além: disse que não era necessário. Poderia nos fazer atravessar o posto de fronteira, talvez até com o carimbo das autoridades, com as quais tinha ótima relação.

Depois de tantas horas em busca de uma oportunidade de ingressar na Líbia, aquele discurso soava como música. Ponderei que havia um obstáculo: não tinha conseguido contatar, no interior do país, as pessoas que poderiam vir até a fronteira. Logo, seria necessário atravessar com alguém. Imed fez cara de má notícia e argumentou que os tunisianos haviam deixado suas viagens de “negócios” à Líbia porque a maior cidade da região, Nalut, havia caído sob o domínio rebelde. Homens armados e contra Kadafi, disse, controlavam todas as estradas e a circulação. Precisávamos então buscar um líbio de sua confiança que se interessasse pela causa. Nos afastamos por alguns minutos. Logo depois Imed retornou caminhando. Uma picape em baixa velocidade veio a seu lado. Ele então me apresentou a um líbio a quem eu poderia entrevistar. O homem deu um nome fictício: Ali. Entendi que se tratava de um insurgente que deixara o país em missão.

De início, Ali se mostrou reticente e seu discurso não era claro. Não se revelou como rebelde, e só falava sobre o conflito em termos genéricos, sobre os mortos em Benghazi, sobre os levantes em outras cidades. Estava intimidado por não saber quem eu era, ou quais eram os meus objetivos. Além disso, conversávamos diante de pelo menos uma dezena de curiosos, que nos cercavam. Pedi a Imed que nos distanciássemos e que traduzisse o que eu lhe diria. Olhei nos olhos de Ali e comeci:

— Imagino que você seja um rebelde e quero que saiba que eu não tenho nada, nada contra a sua causa, pelo contrário: admiro a determinação de seu povo em buscar a liberdade. Sei que grande parte do país está sob controle de grupos rebeldes, mas Kadafi afirma o contrário e fará tudo para retomar as rédeas da situação. É necessário contar ao mundo que o povo líbio não quer mais esse regime. E eu preciso de sua ajuda para ingressar no país.

Ali pareceu sensibilizado e mudou de postura. Passou a falar com clareza sobre o que acontecia. Disse que era morador de Nalut, que sua cidade havia se levantado contra o regime e que controlava grande parte da região. Não longe dali, rebeldes haviam feito o mesmo em Zintan e em outras cidades menores. Estava deixando a Líbia apenas por algumas horas, para ir a Tataouine, de onde traria mantimentos. Na volta poderia me entregar um CD-ROM com imagens que haviam sido gravadas durante os primeiros dias de levante no oeste líbio.

— Se quiser, venha comigo. Posso garantir sua segurança por 60 quilômetros, até

Nalut. Depois disso, não.

Aceitei o acordo na mesma hora. Ali propôs que nos encontrássemos no mesmo local dentro de duas horas e meia. Então nos despedimos. Para mim, uma contagem regressiva começava. Fui ao encontro de Marcelo e Azul, que gravavam imagens de refugiados na região, e reproduzi o diálogo. Contei que havia fechado acordo, mas senti que Marcelo estava reticente. Com razão, ponderou que ao que tudo indicava não teria condições técnicas de trabalhar no interior da Líbia, pois não haveria como enviar suas imagens. No fundo, era a resposta que eu queria. Propus então que nos dividíssemos: eu entraria, manteríamos contato e, caso as condições técnicas fossem propícias, avisaria a ambos. Pedi a Imed para usar sua internet enquanto aguardava o retorno de Ali. Sem hesitar ele concordou, convidando-me a jantar com seus amigos. Marcelo, Azul e eu nos despedimos.

Imed e eu fomos para a casa de sua família, de onde eu enviaria um despacho ao Brasil sobre a situação dos refugiados líbios que deixavam o território pelos postos de fronteira e procuravam abrigo no interior profundo da Tunísia, longe do conflito armado que começava a se desenhar. Eu dizia que pelo menos duas cidades a oeste de Trípoli, região que a priori apoiava o regime de Muamar Kadafi, teriam caído nas mãos de manifestantes nas últimas 36 horas. As informações começavam a circular pelas agências de notícias e eram confirmadas por pessoas com as quais eu conversara, no interior do país, por telefone, depois de estabelecer uma incipiente rede de contatos com a ajuda da comunidade líbia imigrante em Paris, com a qual me encontrei antes da partida. Segundo esses relatos, os levantamentos haviam começado nas cidades de Zuwara, a cerca de 120 quilômetros da capital, e Zawiyah, a pouco mais de 30 quilômetros de Bab al-Azizia, a fortaleza do “coronel”. Os dois municípios, diziam meus interlocutores, eram estratégicos para a segurança da ditadura: o primeiro por se localizar perto do posto de Ras Jdir, na fronteira com a Tunísia, de onde eu havia chegado. O segundo, claro, por se situar na periferia de Trípoli. Ainda muito descontraídas, as primeiras comunicações que eu obtivera ao telefone ou com os líbios que cruzavam a fronteira davam conta da perda progressiva de poder pelo ditador, o que — pensei — abriria nas horas seguintes espaço para que a imprensa internacional obtivesse testemunhos mais consistentes sobre o grau da repressão promovida pelos aparatos de segurança de Kadafi — a polícia, o Exército, seus mercenários e milicianos — e, sobretudo, sobre a real estabilidade do regime.

O que se sabia até então era muito pouco: na esteira do movimento popular no mundo árabe, que derrubara Ben Ali um mês antes e Hosni Mubarak, no Egito, havia poucas semanas, as manifestações tinham explodido no interior da Líbia contra os 42 anos de dominação de Muamar Kadafi. As outras informações que chegavam ao exterior eram descontraídas. Só em Benghazi, de acordo com relatos de estrangeiros que deixavam o país, mais de 2 mil pessoas teriam sido assassinadas nos três primeiros dias de protestos depois do 15 de fevereiro. De lá, eram postados na internet vídeos de

manifestações que degeneravam em perseguições sangrentas promovidas pelo regime. Em praça pública, ou em ruas e avenidas da cidade, os revoltosos eram caçados pelas “forças da ordem”, que não hesitavam em atirar indiscriminadamente na multidão — daí o número elevadíssimo de mortes na primeira semana de distúrbios.

O dia anterior tinha sido caótico depois do anúncio de que o coronel teria mandado sua Força Aérea bombardear a multidão concentrada na praça Verde, em Trípoli, e nas ruas adjacentes, ameaçando a vida de dezenas ou centenas de milhares de pessoas. Em Paris eu conversara com dois líbios exilados no exterior, Mohamed Rifaat e Ismail Sakal, que garantiam ter recebido informações de seus familiares indicando o suposto massacre, mas a rigor não tinham certeza do que se passava no país. A bem da verdade, ninguém parecia ter clareza sobre o que acontecia. No escuro, organizações não governamentais estimavam em trezentos o número de mortos — número que não podia até então ser verificado. Certo mesmo era que um ministro pedira demissão, embaixadores abandonavam seus postos pelo mundo e dois pilotos da Força Aérea haviam desertado, conduzindo seus caças Mirage para uma base militar em Malta, onde denunciaram a violência do regime, disposto a permanecer no poder a qualquer custo — como já havia acontecido em menor escala no passado.

Foi então que surgiram os rumores sobre a suposta queda das duas cidades, Zuwara e Zawiyah, nas mãos do movimento insurgente. Alguns relatos esparsos, feitos desde a manhã por líbios, tunisianos e egípcios que deixavam em massa o país em direção à Tunísia e ao Egito, davam conta de uma repressão sangrenta também no oeste do país. Só em Zawiyah noventa pessoas teriam sido mortas nas manifestações. Em ambas as cidades, a revolução tivera como estopim ataques aos “comitês populares”, instâncias dirigentes locais do regime, supostamente dissolvidos em sua autoridade e destruídos fisicamente. Comandos de polícia e unidades das Forças Armadas também teriam desertado de suas funções. Mercenários pagos por Kadafi atuavam contra a ofensiva insurgente.

— O oeste do país está se libertando — garantiu-me um dos refugiados, que fizera então uma previsão audaciosa: — Em breve só restará Trípoli.

O avanço dos manifestantes no oeste aumentava a fragilidade do regime, que já havia perdido cidades no leste, como Ajdabiya e Tobruq, além de Benghazi, a mil quilômetros de Trípoli. O controle de terminais petrolíferos em Ras Lanuf e Marsa el Brega, situados no golfo de Sirte, também era disputado entre opositores e tropas leais. Das duas usinas saíam 1,5 milhão de barris de petróleo por dia, a maior parte da produção do país. O domínio das instalações de óleo e gás — as duas maiores riquezas naturais da Líbia — seria em tese fundamental para determinar a sorte do regime de Kadafi.

Apesar do avanço dos manifestantes no oeste e das vitórias consolidadas no leste, não havia até então notícias de um movimento coordenado para tomar o controle da capital. Despachos da agência France Presse davam conta de que membros dos Comitês Revolucionários teriam invadido hospitais da capital naquela semana e executado os

manifestantes que recebiam atendimento médico. A hipótese de que aquilo tivesse acontecido me parecia absurda, até para os padrões kadafistas. Segundo a versão que a Liga Líbia de Direitos Humanos tinha conseguido vaziar à imprensa, os corpos seriam, então, levados para um destino desconhecido.

Em paralelo, o governo exortava opositores a abandonar as armas em troca de recompensas a quem também delatasse os líderes dos insurgentes. O Comitê do Povo pela Segurança afirmava que quem entregasse suas armas “e se arrependesse” seria perdoado e evitaria processos judiciais. Sem mencionar dinheiro — ainda que o governo estivesse pagando recompensas aos delatores —, o comitê também apelava aos cidadãos para que informassem “sobre os que manipularam os jovens ou os corromperam com dinheiro, material ou pilulas alucinógenas”. Esse era um dos argumentos da propaganda inicial do regime, ao lado da suposta participação da Al-Qaeda nos eventos: o de que jovens drogados estavam por trás dos distúrbios contra o coronel. Kadafi usara um discurso patético — tanto quanto sua aparição-relâmpago segurando um guarda-chuva —, no qual classificara os revolucionários de drogados a serviço da organização terrorista. “Esses jovens vão comprar drogas em Trípoli” e “Isso é claramente influenciado por Bin Laden” haviam sido duas de suas alegações a respeito da resistência que enfrentava.

Ao mesmo tempo que denunciava o movimento popular e o reprimia com extrema violência, o regime oferecia a perspectiva de mudanças. Saadi Kadafi, um dos filhos do ditador, afirmara que o governo passaria por reformas, mas com seu pai no poder. Ele também fazia uma consideração importante, uma mentira a desmascarar: o regime controlava 85% do território.

Entre os líbios com quem eu conversara nos postos de fronteira de Ras Jdir e Dehiba, as notícias eram contraditórias, mas ainda assim desmentiam o percentual de Saadi. Em três dias, 15 mil pessoas, entre líbios, tunisianos, egípcios e sírios, já tinham deixado o país, grande parte transbordando de sacolas e carregando como podia malas, cobertores, utensílios domésticos e até eletrônicos. Meu primeiro choque com os refugiados da revolução aconteceu em Ras Jdir, onde eles chegavam com aspecto de maltrapilhos, exaustos, sujos, muitos deles famintos. O aumento vertiginoso do fluxo de pessoas em direção aos países vizinhos e sobretudo a precariedade dos exilados deixavam claro que uma urgência humanitária estava a caminho — e ela explodiria na Tunísia, onde uma revolução também abalara as estruturas de um Estado já debilitado.

Esses refugiados, homens, mulheres e crianças, optavam por deixar o país a pé porque, segundo relatavam, mais de 10 mil pessoas se concentravam em frente ao terminal do Aeroporto de Trípoli na expectativa de obter lugares nos voos internacionais — que não existiam. A sangria pelas fronteiras líbias já mobilizava organizações não governamentais, em especial o Crescente Vermelho, que preparava os primeiros hospitais de campanha, temendo que o regime causasse uma carnificina, nos dias que se seguiriam, para se manter no poder.

A cada checkpoint das forças de segurança ultrapassados no interior da Líbia, os refugiados eram saqueados. Tinham o dinheiro roubado, e máquinas fotográficas,

computadores, telefones celulares apreendidos. Nem os chips dos aparelhos escapavam. Na obsessão de controlar a informação que saía do país, os agentes de Kadafi destruíam os SIM cards, para evitar que vídeos e fotos das manifestações ou da repressão viessem à tona na web. Em meio aos refugiados que simpatizavam com os grupos revolucionários, mas que haviam optado pelo exílio, conversei com Omar Mohammed Chebli, executivo de 42 anos que decidira atravessar a fronteira de carro, carregando os pertences que conseguira colocar no veículo.

— Em Trípoli e em várias cidades há fogo por todo lado. Há muitos mortos. Não existe mais polícia nas ruas e em diversos locais a situação está mudando muito depressa. Cada vez mais pessoas vão às ruas para protestar.

Outros tripolitanos que deixavam o país relatavam uma situação mais calma, sem grandes manifestações de ruas, pelo menos em comparação aos primeiros dias de insurgência, quando tiros eram ouvidos com frequência — inclusive da polícia, atirando nos manifestantes. O suposto bombardeio não acontecera, disse-me um dos últimos refugiados com os quais mantive contato na fronteira, Mohamed Trizou, tunisiano que trabalhava em uma usina de petróleo líbia e que decidira deixar o país com a mulher e um filho. Mas parecia certo que, na capital ou em cidades próximas, como Sabratha, 70 quilômetros a oeste de Trípoli, as Forças Armadas teriam enviado tropas para tentar dispersar os manifestantes, que ameaçavam prédios da polícia e sedes governamentais.

Além disso, a principal rodovia do país, que ligava Trípoli a Ras Jdir, um percurso de 207 quilômetros que centenas de jornalistas de todo o mundo desejavam fazer, também fora ocupada pelo regime, com cerca de duas dezenas de checkpoints para controlar a entrada e a saída de estrangeiros. Dizia-se ainda que um anel havia sido formado em torno de Trípoli pelos militares fiéis ao regime. A metrópole de quase 1,6 milhão de habitantes estaria, assim, guarnecida de investidas por parte dos grupos insurgentes vindos de outros centros urbanos, capazes de ameaçar a estabilidade do regime.

Recebi essas notícias como um banho frio. Estavam muito limitadas minhas chances de chegar à capital nas horas que se seguiam e de lá cobrir os protestos que, eu imaginava, tomariam o país nos dias seguintes. De tudo o que ouvira até então, deduzi que o regime ainda tinha o controle da capital e que o levante esperado, a exemplo do que ocorrera em Túnis e no Cairo, talvez não viesse a acontecer — pelo menos não naquele momento. Por outro lado, estava cada vez mais evidente que as declarações de Kadafi sobre a fidelidade dos líbios do oeste não passavam de retórica vazia, sua especialidade.

Mas isso não impedia que cruzássemos com apoiadores do regime. E, quando acontecia, ficava ainda mais difícil distinguir a realidade do exagero, no que dizia respeito à revolução incipiente. As contradições semeavam dúvidas sobre a amplitude do levante entre os jornalistas que acompanhavam, na fronteira, o fluxo de líbios chegando à Tunísia. Em Ras Jdir, eu conversara com um deles, Bashir Liliouh, 78 anos, um aposentado que deixava a Líbia na tentativa de encontrar atendimento médico para o inchaço brutal de sua perna esquerda, recém-fraturada. Socorrer-se na Tunísia não era uma consequência da guerra que se iniciava, mas um procedimento comum mesmo em

tempos de paz, causado pela precariedade do sistema de saúde pública da Líbia — exceção feita aos principais hospitais de Trípoli, reputados por prestar serviços mais especializados e, sobretudo, um tanto mais dignos do que no interior do país. Liliouh tinha pele clara para os padrões líbios, cabelos bem brancos e voz já algo trêmula, que lhe conferia a imagem de alguém ainda mais velho do que a idade sugeria. Sentado no banco traseiro de seu carro, impaciente por receber o tratamento, ele se mostrou bravo quando deixei de lado os comentários amenos sobre a lesão e o questionei sobre a revolta popular. Apesar de contrariado, fez questão de garantir que a polícia controlava o país, de negar que tivesse havido algum bombardeio à capital e de creditar os distúrbios a “alguns bêbados que querem fazer tumulto” e “a americanos e britânicos, que são contra Kadafi”.

— Kadafi é bom para o povo. Eu, por exemplo, recebo setecentos dinares. O que posso dizer desse governo? — questionou, com tom enfático e um olhar penetrante que não desviava o foco do interlocutor.

Sua aposentadoria representava à época o equivalente a 350 euros, um valor importante para o custo de vida da Líbia, uma economia marcada por subvenções de toda ordem.

Depois de minha partida de Ras Jdir e de Dehiba, eu ficaria sabendo que o fluxo de refugiados se intensificara muito, chegando às dezenas de milhares de pessoas por dia. Na Tunísia, além dos próprios tunisianos que retornavam para casa, libaneses, sírios e egípcios também fugiam em massa pelo leste, porque a passagem para o oeste estava fechada ou era muito problemática nas proximidades de Misrata e Benghazi. Do outro lado da fronteira, o destino dos mais pobres seriam os campos de refugiados montados às pressas por ONGs internacionais e locais, onde, nos primeiros dias, eles dormiriam a céu aberto, torturados pelas temperaturas que caíam abaixo de dez graus durante a madrugada e pelas rajadas de vento que pareciam penetrar nas fibras da roupa. Para enfrentá-las, recebiam cobertas e alimentação quente. Pelo menos nos primeiros dias, aqueles em que estive na região, a distribuição era precária e sujeita a tumultos — um mau presságio quando se imaginava que os campos seriam tomados de refugiados. Além disso, os exilados recebiam socorro médico e psicológico nos dois hospitais de campanha montados pelo Crescente Vermelho, o maior deles a cerca de cinco quilômetros da fronteira. Ali trabalhava Mouldi Hajji, médico e coordenador da unidade. Eram dele as previsões de que os campos seriam sobrecarregados em breve.

— Só ontem vieram 8700 refugiados. Esperamos o dia D, no qual certamente receberemos muitos feridos — explicou-me, expressando-se com ar sério, preocupado com o que aconteceria.

Hajji dizia que a estrutura em fase de montagem era a mesma que o Crescente Vermelho organizava para situações de catástrofe. O que se imaginava então — e que viria a se confirmar —, era que, no entorno do hospital de campanha, uma verdadeira favela de tendas militares nasceria em questão de dias. Tudo, claro, sem água encanada, sem esgoto tratado e, sobretudo, sem perspectivas para quem ali se instalasse. Vários meses depois eu passaria mais uma vez pelo campo do qual Hajji me falara e veria milhares de barracas.

Em muitas delas tremulavam bandeiras de países da África subsaariana, dos exilados que fugiam da Líbia, onde, antes da revolução, tinham encontrado empregos e alguma estabilidade.

Imed não era um *smuggler*, mas com suas relações pessoais ajudaria a viabilizar meu ingresso clandestino na Líbia — quando ninguém passava —, sem pedir nada em troca além de minha amizade. Achei que se tratasse de um revolucionário, um dos que tinham ajudado a derrubar Zine al-Abidine Ben Ali havia poucas semanas, encerrando 23 anos de ditadura na Tunísia. Mas descobri que meu novo amigo tinha uma visão peculiar da realidade política no Norte da África: era um reacionário. Já estávamos conversando havia cerca de duas horas quando suas verdadeiras convicções sobre a insurgência no mundo árabe, que eclodira em seu país, vieram enfim à tona.

Em sua cidade, Dehiba, dizia ele, as manifestações que derrubaram Ben Ali não haviam contaminado a população local. Eu não tivera, nem teria, a oportunidade de conversar o suficiente com outros moradores para firmar minha própria convicção. Mas podia perceber, pelo rumo de nosso diálogo, que aquele homem prestativo e caloroso, além de um informante confiável, era um simpatizante das ditaduras. Não se tratava apenas de Ben Ali, mas de uma admiração pelos demais “líderes” políticos da região, aos quais atribuía a virtude do “pulso forte”, uma característica que julgava necessária para “controlar” o povo árabe, o qual definia como indócil e insatisfeito, além de incapaz de lidar com a liberdade. Me senti pouco à vontade com as palavras afáveis aos tiranos locais, ainda mais quando Imed se pôs a elogiar o vigor de Saddam Hussein no poder e o modo como o ex-ditador do Iraque “mantinha a ordem” em seu país, mesmo contra as ameaças externas. Mas imaginei que suas convicções espelhavam o pensamento de algumas minorias árabes, que por diferentes motivos se sentiam protegidas pela presença de déspotas na cúpula de seus países.

Mais do que a visão de mundo de Imed, me interessava conhecer a realidade social na fronteira com a Líbia, cujos detalhes ele podia fornecer. Meu companheiro defendia de maneira apaixonada argumentos econômicos para explicar que a vida ali não melhorara, nem melhoraria — estava convencido disso — com os ventos democráticos. Mesmo a 600 quilômetros de Túnis, na província de maioria berbere de Tataouine, vivendo em uma cidade pobre e minúscula, de 3900 habitantes, sua família conseguia manter um razoável padrão de vida com seu salário — 650 dinares tunisianos, ou cerca de 370 euros. A casa em que moravam, sua propriedade, era de alvenaria, espaçosa, com piso frio, decorada com modéstia mas com elegante sobriedade que revelava a mistura de influências ocidentais e árabes de sua cultura. Era superior, em riqueza, à maior parte das moradias vizinhas e à média das residências pelas quais eu passara até então.

Não bastasse seu pequeno mas precioso patrimônio, contou-me Imed, seu salário tinha bom poder de compra na região. O pão que sua família consumia, exemplificou,

não custava mais de 25 centavos. Alimentos em geral, combustíveis, água e energia elétrica não pesavam demais em seu bolso. Nem os bens de consumo duráveis. Disse isso apontando ao redor da sala, onde conversávamos, e enumerando os eletrônicos de que dispunha, típicos das residências europeias de classe média: TV LCD, aparelho de som hi-fi, ar-condicionado, entre outros, além de internet wi-fi de ótima velocidade. Boa parte daqueles bens, explicou, era fruto de “importação” do país vizinho, a Líbia, onde tudo era mais barato e o poder aquisitivo da população, beneficiada pelas jazidas de petróleo e pelo assistencialismo do regime, era incomparável ao da Tunísia. Daí parte de sua admiração por Kadafi, “um homem que dá tudo a seu povo”, assim como Ben Ali.

— Eles conhecem a mentalidade das pessoas. Sabem que, quando lhes dão liberdade, os árabes não sabem o que fazer dela — afirmou. — O mesmo vale para Kadafi. Ele não dá liberdade, mas dá automóveis para as pessoas. A Toyota Camry, por exemplo, na Europa custa 40 mil euros. Quanto custa na Líbia? O equivalente a 7 mil euros. Ele dá ao povo 33 mil euros. E dá casas, dá crédito de 60 mil a 100 mil euros sem cobrar juros — argumentava Imed, pedindo reconhecimento por sua ponderação.

Eu não estava ali para discutir a validade da insurgência no Norte da África, até porque sabia que não mudaria nada, mas argumentei que dar automóveis não era tudo, longe disso. Imed respondeu com a memória de seus antepassados. Para ele, assim como seu pai e avô, Kadafi era um líder que tinha “libertado” a Líbia de Sidi Mohammed Idris al-Mahdi al-Senussi. Na sua visão, o rei Idris I, monarca da Líbia, “trabalhava com os italianos” contra seu povo. Também assinara acordos com os Estados Unidos para a instalação de bases militares em Benghazi, que influenciavam no equilíbrio regional, no Egito e na sorte de Israel. Idris I, dizia, era “muito pior que Kadafi”, este sim um homem que levava riqueza para o país vizinho.

— Meu avô me dizia que, quando o rei estava no poder, os líbios trabalhavam aqui na Tunísia, e não na Líbia, porque não havia nada a fazer lá.

Imed tinha um propósito específico: me demover da ideia de ingressar no país vizinho. Os únicos lugares seguros em todo o Magreb, dizia ele, eram a Tunísia — com ou sem Ben Ali —, o Marrocos e, com algumas restrições, o Egito. Argélia e Líbia, não. Segundo Imed, minha insistência em passar a fronteira para ouvir o que os líbios tinham a dizer sobre o regime ao qual estavam submetidos havia 42 anos não fazia sentido.

— O que é a liberdade? Qual é o seu limite? A maioria nem está preocupada com isso! — garantiu, elevando o tom de suas advertências, não satisfeito com meus “ahan”. — Você não está entendendo! É preciso dez Kadafis, dez Ben Alis, dez Mubaraks! *C'est la vérité!*

Perguntei então por que não podia ultrapassar a fronteira a caminho de Nalut, situada a 60 quilômetros da fronteira, se tinha garantias de segurança e encontraria uma cidade que havia se levantado contra o regime.

— É porque eu não confio em líbios — afirmou então, com o ar grave de quem havia sido forçado a dizer o que não queria. — É perigoso para você. Eles não são naturais, não são transparentes. Nós somos parentes, sabemos bem qual é a mentalidade

de lá. É impossível saber o que eles pensam. A cada dez pessoas, você pode encontrar nove contra Kadafi e uma a favor. Elas, porém, poderão ser nove com Kadafi e uma contra se as circunstâncias mudarem. Você não vai saber quem de fato está a favor ou contra.

As afirmações de Imed eram carregadas de clichês, generalizações e preconceitos. Mas havia ainda assim alguns elementos a considerar. O primeiro reforçava a minha intuição de que os anos de isolamento da Líbia de Kadafi tinham contribuído para tornar o país, no imaginário dos povos do Magreb, uma espécie de bicho-papão, uma reserva de terroristas, de pessoas do mal. Eu tinha a impressão de que havia nas palavras de Imed um certo medo dos líbios — que interpretei como um temor do desconhecido. Afinal, a fronteira entre a região de Tripolitânia, na Líbia, e a Tunísia não era demarcada por uma barreira natural, nem havia entre os dois lados diferenças insuperáveis de língua, de etnias, de tradições e de valores. Tamanho distanciamento só se explicaria pelas décadas de isolamento e desinformação entre os dois países, que quebrara vínculos de confiança e de apreço mútuos entre as populações. Essa era minha primeira interpretação, a bem da verdade quase intuitiva.

A segunda dizia respeito à advertência em si. Como jornalista infiltrado em uma região de conflito, eu tinha a obrigação de agir de modo calculado, o mais racional possível, de maneira que cada passo fosse fruto de planejamento. E nesse sentido o alerta de Imed fazia sentido; eu tinha o dever de desconfiar sempre, porque a confiança excessiva poderia levar a situações de risco. Não, eu pensava, os líbios não eram bárbaros traiçoeiros por natureza. Mas a Líbia era um país em revolução, sem lei, comandado por um governo corrupto que não hesitava em usar seu poder econômico para obter favores de mercenários e milicianos contra seus inimigos. E a imprensa era um deles.

A conversa com Imed se estendera demais. Em meio a tantas informações incertas, que eu tentava verificar, e aos indícios de uma provável urgência humanitária, aproximava-se o momento da travessia da fronteira, por volta das oito da noite daquela quinta-feira, 24 de fevereiro. Eu me sentia tenso pelo encontro marcado com Ali, meu *passeur*, o revolucionário que me auxiliaria na travessia. Estava distante de meu deadline, mas precisava acabar logo o texto que escrevia e enviá-lo o mais rápido possível. Além disso, tinha frio, porque a temperatura no deserto cai rapidamente, e ao mesmo tempo aguardava a resposta de um e-mail endereçado a meus chefes no Brasil, mensagem na qual informava minha intenção de ingressar na Líbia, aguardando a chancela de meus editores de Internacional, Roberto Lameirinhas e Rodrigo Cavalheiro. Na correspondência, eu prevenia:

Estou na cidade de Dehiba, na fronteira da Tunísia e da Líbia, mais de 200 quilômetros ao sul de Ras Jdir. Tenho a possibilidade de entrar clandestinamente no país dentro de duas a três horas.

Pelos planos que eu traçara, chegaria ainda naquela noite a Nalut, situada nas

montanhas da Líbia, a cerca de 40 quilômetros de onde eu estava e a 140 quilômetros de Zuwara, a primeira cidade do oeste líbio a, segundo se afirmava, cair nas mãos dos insurgentes. Uma vez lá, eu explicava na mensagem a Lamei e a Rodrigo, haveria grande chance de perder o contato com o jornal por um período difícil de prever. As redes telefônicas tinham sido cortadas, bem como a internet, porque o regime temia o uso de redes sociais pelos manifestantes. Além das dificuldades de comunicação, eu ressaltava, seria difícil prever as condições de trabalho que encontraria em uma região montanhosa e desértica que — em tese — ainda estava sob o controle do ditador.

Risco existe, claro, porque se trata da Líbia, um país sem lei, literalmente. Mas eu não estaria disposto a entrar se não fosse possível.

A chancela para a cobertura viria a seguir. Com ela, o caminho estava preparado. Imed continuava a tentar me convencer de que o melhor seria permanecer em sua casa, enquanto eu organizava a partida iminente. Restava um último contato a fazer. Mais cedo, às 16h47, Ghaith havia me enviado uma mensagem de texto questionando se eu tinha novidades. Respondi só às 18h18, quando meu celular voltou a captar o sinal.

Conheci alguém que concordou em cruzar a fronteira comigo. É um líbio que vive em Nalut. Ele afirma que teria condições de garantir minha segurança por 60 quilômetros. Depois disso, não poderia fazer nada mais. Você tem algum contato que poderia nos receber em segurança?

Na mensagem, eu me referia à sua fonte na região, sobre a qual já havíamos conversado. Ghaith respondeu:

Não cruze a fronteira sozinho. Estou chegando e minha fonte pode vir nos buscar se conseguirmos restabelecer o contato.

Sem resposta, Ghaith voltou a escrever:

Onde você está? Chego em uma hora.

Hesitei nos minutos que se seguiram. Tinha a janela aberta para a travessia e o receio de não conseguir uma nova oportunidade tão propícia e tão confiável quanto aquela parecia ser. Por outro lado, aguardar Ghaith representava duas enormes vantagens: a primeiríssima, não me preocupar em localizar um tradutor para o árabe e convencê-lo a me acompanhar. A segunda, não menos importante, alguém com quem trocar ideias e experiências, traçar e reavaliar planos e discutir decisões rápidas em um ambiente hostil. Em resumo, alguém que refletiria sobre os mesmos problemas, aportando crítica à minha visão das coisas; alguém que fosse mais prudente do que eu em um instante de otimismo exacerbado, ou mais arrojado em um momento de hesitação sem sentido. Meu feeling dizia que eu tinha a ganhar com aquela parceria, e os dias seguintes confirmariam que eu estava certo. Do outro lado da fronteira, Ghaith demonstrava uma habilidade singular para se comunicar e estabelecer contatos, como se, ao cobrir conflitos e histórias de opressão e esperança no mundo árabe, cobrisse sua própria trajetória de vida.

Mas aguardá-lo representava voltar à estaca zero nas negociações para ingressar na Líbia — situação que aceitei com uma ponta de lamento. Ghaith chegou no horário que previra, quando Imed e eu jantávamos em um restaurante pequeno e muito simples, mas

acolhedor, situado a algumas centenas de metros de sua casa. A essa altura, meu anfitrião já tinha oferecido sua casa como hospedagem aos dois estrangeiros, convite que aceitamos na mesma hora, já que na região não havia nem hotéis nem hospedarias com as quais pudessemos contar. Nesse instante, me lembrei de Imed defendendo os ditadores da região e me diverti imaginando o iraquiano Ghaith, preso pelo regime de Saddam Hussein, hospedado por um admirador do tirano. De toda maneira, pensei, ambos eram inteligentes e não teriam dificuldades para chegar a um tom consensual, o que de fato aconteceria. Eles conversaram muito tempo naquela noite, em árabe, traduzindo-me detalhes importantes que eu precisava saber sobre o conflito que se desenrolava na Líbia. Enquanto falavam, eu estudava a região em mapas rodoviários ou disparava e-mails que poderiam, eventualmente, nos ser úteis no interior do país.

Quando Imed se recolheu, Ghaith e eu conversamos por cerca de uma hora sobre sua vida, sobre a minha, sobre suas reportagens no Afeganistão, sobre minha primeira passagem pela Líbia — que deixara um visto, ainda que expirado, em meu passaporte —, além de impressões sobre os rumos da revolução e, claro, sobre a cobertura. Também compartilhávamos um certo prazer egocêntrico, estúpido e típico de jornalistas: o de saber que, caso ingressássemos no oeste da Líbia, seríamos os primeiros repórteres infiltrados, sem autorização do regime, na Tripolitânia, a mais poderosa, mais populosa e mais rica região do país. Saberíamos in loco se Kadafi tinha o apoio que alegava ter da população ou se a insurgência iniciada em Benghazi contaminava o país, como suspeitávamos. Esse, enfim, era o nosso desafio.

Passamos a noite em camas quentes e confortáveis, ainda que improvisadas por Imed com colchões postos no chão. No início da manhã, estávamos prontos para iniciar as tratativas a fim de atravessar a fronteira. Eu tentaria restabelecer contato com Ali e com uma segunda fonte que, tinha razões para acreditar, poderia abrir portas no interior do país. Ghaith, por sua vez, tentaria localizar Saleh, o líbio que estaria disposto a nos abrir caminho no interior do país. Já Imed trataria de convencer os agentes de fronteira a não apenas nos abrir passagem, mas também a carimbar nossos passaportes — o que nos daria o argumento de ter passado com a anuência das autoridades, caso fôssemos flagrados sem visto no interior do país.

Apesar de todo o empenho, a nova oportunidade de ultrapassar a fronteira só se apresentaria 26 horas mais tarde, depois de um dia extenuante de negociações com agentes de fronteira e insurgentes líbios, sempre com a intermediação de Imed e de smugglers de Dehiba. Também sofreríamos com o corte das linhas telefônicas da Líbia pelo regime, o que prejudicava muito nossas chances de contato. Era preciso telefonar dezenas de vezes, por horas a fio, para obter uma chamada. Isso não nos preocupava quanto às nossas possibilidades de comunicação quando estivéssemos no interior do país, porque Ghaith tinha consigo um telefone satelital. Mas nos atrapalhava muito no momento em que tentávamos localizar nossas fontes do outro lado do posto de fronteira. Nem Ali nem Saleh respondiam a nossas chamadas. Além do corte das redes de comunicação, fomos frustrados, na manhã seguinte, pela redução brutal do fluxo de líbios deixando o país em

direção à Tunísia. Assim eu tinha conhecido Ali, e boa parte de minha certeza de que ingressaríamos na Líbia sem maiores sobressaltos ainda pela manhã estava relacionada com a eventual passagem de rebeldes pelo posto de fronteira, o que nos permitiria estabelecer um contato pessoal, e não telefônico, e obter a anuência para segui-los. Mas, ao contrário da tarde anterior, na manhã daquela sexta-feira o maior grupo de refugiados não era nem mesmo árabe. Era formado por coreanos, operários e engenheiros de uma empresa petroquímica local que, organizados pela embaixada da Coreia do Sul, retornavam a seu país.

Quase quatro horas de tentativas depois, todos, militares tunisianos e líbios que vigiavam o posto, deviam saber ou suspeitar do que fazíamos ali, mesmo que Imed tentasse ser o mais discreto possível. O fato de não sermos reprimidos ou dissuadidos de nossas intenções por ninguém aumentava minha confiança de que cedo ou tarde passaríamos — mesmo que por ora continuássemos bloqueados. Ao longo desse tempo, Ghaith e eu continuávamos a fazer ligações, a trocar impressões e a traçar planos para a cobertura. Pelo menos duas vezes, ele me questionaria sobre minha disposição de ingressar. Na segunda me senti obrigado a lembrá-lo de que estávamos ali porque eu tomara a atitude de propor a viagem a Dehiba no dia anterior. Não havia por que duvidar de minha intenção, reiterarei. Ele esbravejou, em tom de brincadeira, reclamando:

— *Crazy brazilian!*

Em algum momento dessas conversas, Ghaith enfim conseguiu contato com Saleh. Localizado, o rebelde confirmou as informações que vínhamos colhendo a respeito da segurança no outro lado da fronteira. Em Nalut, a população havia se rebelado, assumido o controle do Comitê Revolucionário local, invadido instalações do Exército e da polícia, tomado arsenais e dado início a um movimento insurgente armado na região, cujas estradas e centros urbanos estavam sob seu controle. Expulso por ora, o Exército, imaginava-se, tentaria um retorno cedo ou tarde, mas os rebeldes estavam muito confiantes sobre o domínio que exerciam até aquele momento.

Graças a seu poder de fogo, os militantes de Nalut tinham neutralizado a resistência do vilarejo vizinho de Uazen, a primeira cidade após a fronteira com a Tunísia, um reduto kadafista. Ainda ao telefone, o rebelde prometera nos encontrar em Dehiba. Isso aconteceria pela primeira vez no final da manhã — talvez início da tarde, não estava certo —, quando uma espécie de comitiva rebelde foi ao nosso encontro. Muito baixinho, gordinho e atarracado, portando óculos, vestindo um turbante e um cáftã creme, um homem liderava a comitiva — mas ironicamente me parecia a antítese de um líder revolucionário. Era Saleh, acompanhado por quatro ou cinco rebeldes aparentemente desarmados, entre os quais — para minha surpresa —, Ali, que me cumprimentou com um aceno de cabeça e um sorriso amistoso, como se estivesse reencontrando um velho conhecido. Por suas posturas, ficava claro que Saleh era bem “superior” a Ali na hierarquia dos rebeldes.

Com a chegada do grupo, estimei que nosso ingresso estava bem encaminhado. Não estava. Comunicando-se em árabe com Saleh e Imed, Ghaith traduzia os principais

pontos da conversa. Saleh nos contou que os rebeldes observavam nossa movimentação havia algumas horas, de certa maneira analisando nossas intenções. Ali tinha colaborado para a observação, mas não apenas ele, pelo que ficou implícito. O fato de estar sendo observado pelos insurgentes não me causou surpresa, nem mesmo me perturbou. Eu estava, como Ghaith, mais preocupado em ingressar logo no país e testemunhar a situação no oeste líbio. Pelo que podia compreender das conversas, Ghaith tinha deixado claras nossas intenções. Saleh se mostrava amistoso, embora sério, e nos explicou que as notícias não eram boas: os militares que administravam o posto de fronteira não aceitavam nossa entrada, e a situação caminhava para um impasse. Tínhamos o aval dos insurgentes, mas não das forças de ordem — o que, em última análise, era o reflexo do jogo de forças dentro do país: os rebeldes interessados em midiatar o levante, o regime disposto a mascarar a insatisfação, custasse o que custasse. Minutos depois, nos quais acabei à margem das discussões, em primeiro lugar porque não falava a língua, e em segundo para não interromper a argumentação de Ghaith, Saleh, Ali e os demais entraram em seus veículos e partiram. Não tínhamos nenhuma definição, a não ser a garantia de que se empenhariam para nos acolher em Nalut ainda naquela sexta-feira.

As horas passavam sem que se apresentasse uma solução. A incerteza só fazia aumentar a minha sensação de que estávamos envolvendo em nosso esforço de furar a barreira imposta pelo regime. As dificuldades que encontrávamos havia quase 24 horas me levavam a concluir que o grau de isolamento ao qual o regime de Kadafi havia submetido seu país era de fato impressionante. A despeito das dificuldades, e talvez por otimismo, talvez apenas por educação, Imed seguia reafirmando que entraríamos. Por outro lado, continuava nos aconselhando a permanecer na Tunísia e parecia menos empenhado ao longo da tarde. Em certo momento, aquela postura ambígua passou a nos preocupar, porque não sabíamos mais ao certo se podíamos confiar na hipótese de ingressar na Líbia ou se, afinal de contas, estávamos perdendo um tempo precioso, em Dehiba, com negociações que se revelariam infrutíferas.

O ápice dessa insatisfação crescente aflorou por volta das quatro da tarde. Estávamos de volta às imediações da casa de Imed quando os homens que supostamente nos ajudavam a abrir as portas da Líbia montaram uma mesa do lado de fora de um café, juntaram pelo menos meia dúzia de cadeiras a seu redor e sacaram baralhos para jogar cartas. Ao ver aquilo, fiquei louco. Não me interessava que a relação de africanos e árabes com o tempo fosse diferente. Enquanto Ghaith tentava estabelecer novos contatos, me aproximei da mesa, furioso com o tempo perdido, chamei Imed para uma breve conversa e disse-lhe que, como jornalista cobrindo uma guerra, não podia mais esperar e precisava de uma resposta — fosse ela positiva ou negativa.

Por um instante temi ter sido grosseiro demais. No entanto, em vez de se sentir ofendido e nos abandonar à própria sorte, Imed disse entender, deixou o jogo e os colegas e, demonstrando comprometimento, mobilizou dois novos amigos. Com eles, Ghaith e eu partimos para fazer o reconhecimento de uma região de fronteira distante do posto, no alto de uma montanha, de onde analisaríamos a hipótese de ingressar pelo

deserto, sem passar pelo posto e a priori sem o conhecimento das autoridades de imigração. Em poucos minutos o passeio se mostraria improdutivo, mas ao menos serviria para remobilizar todos. Voltamos para o posto de fronteira no mesmo carro e lá aguardamos cerca de quarenta minutos. O sol já se punha, como no dia anterior, e nem mesmo minha animosidade me impediu de admirar mais uma vez a mudança de cores que a luz natural produzia nas montanhas pedregosas e no céu do Saara. À espera, assistia o tombar de uma noite estrelada e cada vez mais fria.

Depois de alguns minutos ao telefone, Imed recuperara o otimismo. À beira da estrada, a cerca de 200 metros do posto de fronteira tunisiano, pôs-se a explicar as relações de cada tribo líbia com o regime de Kadafi, como se nos preparasse para o que encontraríamos minutos depois, em um inevitável tom de despedida. Explicou que os moradores de Nalut, uma comunidade berbere de 26 mil habitantes, faziam oposição a Kadafi havia pelo menos 25 anos, quando o regime executara um líder tribal que lhes era muito caro, Sassi Zekri. Esse homem se levantara contra o regime em 1984 porque — rezava a lenda — Kadafi levava ao país mercenários para reforçar suas tropas. Identificado pelo serviço secreto, Zekri, um líder informal reconhecido até na Tunísia pela grande bravura e por sua afeição a bebidas alcoólicas, acabaria preso e enforcado. Sua família seria destruída, em um crime que abalaria para sempre a relação entre a população de Nalut e a ditadura. Por isso, segundo Imed, a cidade seria um porto seguro para Ghaith e para mim. Ainda assim, ressaltou, devíamos ter muita atenção, porque cidades vizinhas, como Uazen e Tiji, não compartilhavam do ódio contra o regime e poderiam servir como ponto de partida para bombardeios do Exército ao município rebelde.

Caminhamos em direção ao posto de fronteira da Tunísia. Imed entrou com nossos passaportes e demorou, enquanto o aguardávamos do lado de fora. Ao voltar, informou que conseguiria obter os carimbos do lado tunisiano, comprovando que havíamos deixado o país, mas não os teríamos do lado líbio. Aceitamos a condição, resignados. Imed pediu que o acompanhássemos até os oficiais da Tunísia, que queriam nos conhecer. Em bom francês carregado de sotaque árabe, fui questionado sobre nossas intenções na Líbia. Expliquei simplesmente que queríamos cobrir o conflito. Indiferente à resposta, o oficial nos encaminhou para o interior do posto de fronteira. Ali um jovem militar, sentado à sua escrivaninha, pediu nossos documentos. Folheou-os, pediu algumas informações pessoais e tomou notas. Ao terminar, me olhou de sua cadeira, de baixo para cima, e, abrindo um sorriso, disse em um surpreendente e ótimo português que estava satisfeito pela queda de Ben Ali. Então procurou páginas em branco nos nossos passaportes, carimbou-os com dois golpes firmes e, entregando-os, nos disse:

— Boa revolução.

Ghaith e eu havíamos deixado o posto de fronteira da Tunísia e pisávamos em uma espécie de limbo diplomático, uma estreita faixa de terra, de cerca de 100 metros de extensão, que não pertencia a nenhum dos dois países. Caminhávamos em direção à imigração líbia em meio à noite gélida e clara, iluminados também pelas luzes dos refletores de ambos os lados. Ao fundo da cancela à qual nos dirigíamos, pude ver melhor a bandeira verde do regime, que tremulava ladeada por um pôster gigante de Muamar Kadafi, mãos unidas em sinal de vitória. A ostentação era uma espécie de boas-vindas típica de ditaduras aos visitantes que chegavam a seu território. Mas também significava que estávamos enfim no oeste da Líbia.

Quando nos aproximávamos da imigração da Jamahiriya, uma picape branca de cabine curta, que se deslocava no sentido contrário ao nosso, acelerou e fez uma manobra súbita, freando com a porta do carona aberta diante de nós. Saleh e outros rebeldes nos mandaram entrar no veículo, o que fizemos sem contestação. Dentro do carro, um jovem de cerca de 25 anos estava ao volante. Ghaith entrou primeiro, sentando-se no meio do banco dianteiro, ao lado do motorista. Entrei a seguir, ao mesmo tempo que pelo menos dois outros homens subiram na caçamba, batendo no teto para avisar que podíamos arrancar.

Ao acelerar, o motorista saiu da estrada, subindo abruptamente um morro de

areia e pedras que servia como barreira natural ao posto de fronteira. Atrás dele seguia um comboio de carros rebeldes. Fariamos o retorno sem passar pelo portal da aduana líbia, sem apresentar os passaportes, em total clandestinidade. Penetramos o deserto aos solavancos, em uma subida interminável que não parecia assustar os passageiros da caçamba. Sacudindo a meu lado, Ghaith segurava seu equipamento. Estávamos em silêncio ao lado do condutor, que dirigia concentrado, desviando de grandes pedras e dos arbustos mais altos. Minutos depois, o motorista começou a virar à esquerda, em uma trajetória de descida. Já tínhamos contornado o posto de fronteira da Líbia, um ato simbólico de menosprezo por parte dos insurgentes em relação aos militares, impotentes diante do fato de que dois jornalistas estrangeiros ingressavam no país contrariando as ordens de Kadafi. Aquela demonstração de força me deu a certeza de que estávamos em uma região sob o domínio dos rebeldes, e não do regime, como as autoridades de Trípoli reiteravam em pronunciamentos à imprensa estatal e aos veículos ocidentais — que nesse momento começavam a chegar à capital a convite do regime, para uma cobertura sob estrito controle.

Rodávamos pelo monte havia cerca de vinte minutos quando avistei ao longe luzes de automóveis que trafegavam em uma rodovia, a mesma que ligava Dehiba a Nalut e cujo desenho eu traçara em meu bloco de notas 36 horas antes. Ao retomar à estrada, o jovem acelerou, “por questões de segurança”, sendo seguido do comboio rebelde. No sentido contrário, cruzavam alguns veículos cujas velocidades de cruzeiro, baixas demais para aquela pista, me chamaram a atenção. Havíamos passado um primeiro instante de tensão ao ultrapassar a fronteira, e nosso silêncio era prova disso. Uma vez na estrada, Ghaith e eu comentamos a demonstração de menosprezo dos insurgentes aos agentes do posto de fronteira. Então ele se virou para o motorista e lhe fez uma pergunta em árabe. O jovem respondeu:

— Não temos medo, não temos fome, não temos cansaço. Nossas cabeças estiveram sob a alça de mira de Kadafi por muitos anos. Agora chegou a hora da liberdade.

Sua resposta quebrou o silêncio entre nós. Atento ao volante, mas falante e muito à vontade em nossa companhia, o motorista passou a descrever a situação política no oeste da Líbia. Nalut, o maior centro urbano da região, para onde nos dirigíamos, estava sob controle dos rebeldes desde a primeira noite de insurgência. A cidade vivia há décadas as privações impostas pelo regime — a começar pela língua berbere, proibida em favor do árabe. O jugo que sofriam, pensei, contradizia a própria origem da palavra “berbere”, *amazigh*, que segundo alguns linguistas significa “povo livre”. Por razões históricas, culturais e religiosas, disse o jovem, os berberes opunham-se a Kadafi havia décadas. A resistência lhes custava caro: viviam sob a estrita vigilância das forças de ordem e dos serviços de inteligência do poder central. Para se contrapor a esse poderio excessivo, os habitantes de Nalut formavam uma sociedade bem armada pelo menos desde os anos 1980, época dos primeiros levantes contra o kadafismo. Desde então, enviavam, com seu arsenal e sua predisposição para o combate, uma mensagem ao regime: “Não

toquem em nossas famílias e não tocaremos em vocês”. Esse pacto tácito só perdeu validade quando algumas dezenas de moradores iniciaram o levante que resultaria na tomada do Comitê Revolucionário do município. Assim Nalut “se solidarizava” com Zintan, cidade da região das montanhas, no oeste do país, que se insurgira, acompanhando os protestos de Benghazi.

Interessado em descrever o esquema de segurança da região, o jovem motorista nos explicou que os insurgentes tinham conseguido convencer muitos policiais e militares de origem berbere a abandonar os órgãos de repressão usados por Kadafi contra seu próprio povo. Já os renitentes haviam sido expulsos dali, o que permitia aos grupos rebeldes exercer um relativo controle sobre cidades pró-regime, como Uazen e Tiji. Essa dominação era exercida com checkpoints rebeldes espalhados pelas rodovias de todo o distrito de Nalut — do qual a cidade era a “capital”. Nas barreiras, os rebeldes inspecionavam veículos e apreendiam as armas que circulavam nas mãos dos civis não associados ao movimento. Além dos pontos de controle, eles tinham organizado equipes de vigilância, com a missão de circular pelas rodovias da região, identificar a presença de desconhecidos e sobretudo fiscalizar a movimentação de tropas militares fiéis ao regime.

Já rodávamos havia mais de meia hora e passáramos por duas pequenas barreiras quando a caminhonete deixou mais uma vez a estrada e dirigiu-se a um ponto qualquer, sem nenhuma cidade ou vilarejo nas imediações. Então os faróis iluminaram algumas pessoas à nossa frente. Logo saíram da escuridão dezenas, talvez centenas de homens, vestindo cáftãs, alguns com turbantes sobre o rosto. Nas mãos, muitos seguravam fuzis Kalashnikov AK-47, ao passo que outros carregavam fuzis de caça ou pistolas e, alguns, radiocomunicadores. Um deles nos recebeu com uma bandeira rebelde tricolor — com faixas em vermelho, preto e verde, o crescente vermelho e uma estrela branca. Em condições normais, seria uma cena assustadora, porque se tratava de uma população civil armada até os dentes em um lugar onde a lei era ditada por eles, em resposta à repressão sanguinária do regime. Descemos e logo os rebeldes, aos gritos, muito entusiasmados, se reuniram em frente à picape, deixando que os faróis os iluminassem para que pudéssemos fotografá-los.

A cena foi surpreendente: rebeldes armados desejavam ser fotografados, grande parte revelando o rosto, mesmo com o histórico de repressão e de vingança do regime. O fato de os insurgentes não esconderem a identidade me espantou. Minha primeira reação foi pensar que o kadafismo estava definitivamente ameaçado, porque o passo que aqueles homens armados davam, naquele momento, não tinha volta: ou a revolução venceria, ou suas cabeças ficariam a prêmio depois que as fotos aparecessem na mídia internacional. Indiferentes a esse risco, os rebeldes nos recebiam com festa, como se a presença de jornalistas ocidentais no oeste do país fosse uma vitória, um sinal de que Trípoli perdera o controle da situação interna e, o mais importante, de que a comunidade internacional se importava com o levante líbio após 42 anos de ditadura. Antes que pudéssemos realizar entrevistas, fomos orientados a entrar em outra picape, que, imaginei, iria a outro ponto de concentração.

Retornamos para a rodovia e seguimos em frente mais alguns minutos, até chegar a um grande checkpoint insurgente, montado com tonéis com fogo e grandes pilhas de areia do deserto sobre o asfalto. Tratava-se de um entroncamento, no qual os insurgentes tinham tomado um galpão. Não havia luz, apenas o foco de lanternas. Ultrapassando a porta, à minha direita, de costas para a parede, havia quatro homens, todos negros. Seus rostos foram iluminados por lanternas, causando-lhes desconforto. O incômodo, porém, parecia o menos grave dos sentimentos que expressavam. Em seus olhares havia medo e vergonha. Estavam presos e cercados de homens armados em um país em revolução, onde a lei e a justiça, que antes serviam ao regime, agora eram decididas pelos rebeldes.

— São mercenários — sentenciou um insurgente, certo de sua conclusão.

— Achamos facas com eles — reforçou outro.

Ghaith e eu nos entreolhamos, pouco convencidos. Suas vestimentas não eram as de mercenários, mas de pessoas comuns: tênis, calças jeans e agasalhos típicos de jovens de qualquer parte do mundo. Um rebelde mostrou as mochilas que os prisioneiros portavam, com peças de roupas, um álbum de família e nenhum indício do que faziam no país. Ghaith então se aproximou de mim com a expressão fechada e murmurou:

— Olhe as roupas deles. Não devem ser mercenários e sim imigrantes, que vieram parar na Líbia no pior momento possível.

Era exatamente o que eu pensava. Um ano e meio antes, eu fizera uma longa viagem do norte ao sul da Itália, com o propósito de escrever uma reportagem sobre imigração clandestina de subsaarianos que tentavam chegar à Europa em barcos de pesca superlotados. Passei pela ilha de Lampedusa, assim como por centros de detenção do sul da península, entre os quais o da cidade de Foggia. Nesses dois locais, encontrei centenas de jovens como aqueles quatro prisioneiros, cujas histórias de vida se pareciam: encurralados pela miséria e pela falta de oportunidades na África, juntavam dinheiro até obter o suficiente para comprar um lugar em um dos barcos que atravessavam o Mediterrâneo, partindo de portos da Tunísia e da Líbia em direção à Europa. Entre os pontos de embarque mais comuns estava a cidade de Zuwara, ao norte de Nalut. Era plausível que os supostos “mercenários” detidos não passassem de imigrantes.

Mas esse era um tema sensível. A existência de mercenários contratados por Kadafi nos primeiros dias do conflito era uma das grandes preocupações dos revolucionários. Temia-se uma invasão de imigrantes da África subsaariana, vindos do Mali, do Chade, da Somália e de outros países da região, atraídos pelas recompensas que o coronel estaria disposto a pagar para reforçar suas tropas durante a guerra. Meses mais tarde, em meio ao cerco a Misrata, a presença de mercenários se revelaria verdadeira.

Deixei o galpão tão logo pude, incomodado com a situação. Me senti ofendido pela prisão daqueles jovens, sobre os quais pesavam acusações graves, passíveis de execução sumária em meio a uma revolução, sem que nenhuma instituição pública, nenhuma organização não governamental, nenhuma perspectiva de justiça lhes garantisse direito à defesa. Pensei no que poderia fazer e decidi demonstrar desinteresse por aquela exposição desnecessária. Tão logo fosse possível, eu questionaria os líderes rebeldes sobre o destino

dos prisioneiros. Percebi que Ghaith também saía e vinha logo atrás de mim, contrariado como eu.

Assim que deixamos o pavilhão, os insurgentes que nos acompanhavam organizaram a partida para um novo ponto de concentração. Rodaríamos por mais alguns minutos, fora da estrada, subindo outra vez os morros pedregosos de Nalut. No alto, seguidos de um comboio que também estacionava, chegamos a um acampamento rebelde que permitia uma vista panorâmica de toda a região. Dali era possível perceber a eventual movimentação de tropas kadafistas, preparar-se para um ataque e organizar a resposta.

Ao abrir a porta da picape, notei o vapor condensado produzido por minha respiração e senti uma rajada de vento gelado. A meu redor havia dezenas de homens com turbantes e tecidos sobrepostos que, imaginei, ofereciam proteção mais eficiente do que a calça jeans e a jaqueta de couro que eu usava. Fomos recebidos mais uma vez por Saleh Khalifa, que nos apresentou seu irmão, também líder da insurgência. Ghaith e eu fomos cercados pelos rebeldes, que queriam ouvir nossa conversa. Ficou claro que Saleh não importava nenhum tipo de censura ou condição. Pedimos que falasse sobre o início do levante em Nalut. Ele explicou que a população se sentira estimulada pelas rebeliões no Magreb e se lançara à contestação desde 14 de fevereiro. A revolução, entretanto, explodiria alguns dias depois.

— Em cada vilarejo — disse — os agentes dos serviços de segurança do regime são nossos parentes, mais ou menos distantes. São nossos tios, nossos primos. No princípio, eles tentaram impedir a rebelião. Mas nós os pressionamos e eles abandonaram seus postos, juntando-se às manifestações e aos movimentos armados.

Nos primeiros dias da revolução, contou Saleh, aqueles que participavam do governo foram confrontados com um dilema: seriam fiéis às suas comunidades e às suas tribos ou a seus empregos e ao governo que os sustentava? Esse era um elemento importante na lógica do conflito. Os códigos morais tornam mais fortes os laços no interior das tribos do que o faziam as estruturas políticas da Líbia de Kadafi. Já sabíamos como as adesões tinham acontecido, mas não conhecíamos as motivações dos primeiros a se levantar contra o regime. Foi o que questionei.

— Estamos cansados desse regime — respondeu Saleh, usando argumentos racionais, e não conceitos morais ou religiosos. — Não temos saúde, não temos educação, não temos nada. Para todos os lados que olhamos, na Tunísia, no Egito, vemos movimentos revolucionários. Quebramos a barreira do medo.

Saleh não era um simples líder militar, mas alguém com bom nível de estudo, articulado e com boa oratória. Ghaith pediu então detalhes sobre as intenções do movimento. Saleh respondeu que os rebeldes de Nalut dispunham de cem picapes, com as quais monitoravam a região. Disse isso levantando o rosto em direção ao horizonte, como se indicasse as cidades ao redor. Além disso, contavam com homens, fuzis e canhões antiaéreos para levar em frente seus planos.

— Estamos divididos em dois grupos. Um primeiro ficará baseado na região, para defendê-la em caso de ataque. Outro partirá para Trípoli, para organizar a nossa ofensiva.

Era a primeira vez que eu ouvia essa intenção. A julgar pelas informações de Saleh — ao contrário do que estimava a imprensa internacional, que esperava na Líbia a repetição dos acontecimentos de Túnis e do Cairo, com multidões nas ruas —, os rebeldes líbios não contavam com um levante em Trípoli. A capital, explicou ele, era sufocada demais pela presença maciça do exército e de todos os demais aparatos de segurança e de inteligência do regime. Não haveria uma “praça Tahrir” naquela insurreição. Desde os primeiros momentos da insurgência, o que se programava, ao menos no oeste, era um ataque com forças de fora da cidade. Para tanto, disse Saleh, fora necessário ampliar a capacidade de fogo de seu grupo. Para apreender armas, um campo militar havia sido atacado com sucesso nos primeiros dias do levante. Um segundo quartel da região também tinha sofrido o assédio dos rebeldes, mas nele a resistência havia sido maior, o que impedira a tomada do arsenal.

Saleh falava sem receio. Parecia desejar passar uma mensagem à comunidade internacional, assegurando ao Ocidente não haver risco de fragmentação do país. Esse assunto nos interessava em particular. Pedi a Ghaith que perguntasse se, dada a dimensão do desafio, havia conexões entre o movimento de Nalut com o de outras cidades líbias, como Benghazi, situada a 1300 quilômetros de distância. Dessa vez, entretanto, Saleh foi lacônico.

— Os movimentos surgiram de forma espontânea e crescem da mesma maneira — falou, com uma falta de clareza que soou intencional.

Insistimos na questão, que nos parecia importante.

— É claro que há organização entre os movimentos, porque precisamos nos tornar mais fortes e enfrentar o regime — afirmou. — Houve dois momentos de coordenação: o primeiro na fásca inicial, quando todos começamos a agir quase no mesmo instante, uns em solidariedade aos outros. O segundo é agora, quando estamos nos organizando para a tomada de Trípoli.

— Vocês pretendem mesmo assaltar Trípoli? — questionamos surpresos pela informação que obtínhamos.

— Sim. Estamos esperando as tropas que vêm do leste. Eles têm tanques e mais tropas. Quando chegarem a Tarhuna, vamos partir de nossa região.

Tarhuna se situava na periferia de Trípoli. A ponderação de Saleh a respeito das tropas do leste me deu a sensação de um otimismo exagerado. De fato, havia um levante enorme no leste, mas também um número imenso de obstáculos para o avanço dos rebeldes pelo litoral, a começar por Sirte, uma cidade que eu conhecia, um enclave kadafista muito forte, habitado por uma tribo cuja inclinação não deixava dúvida: os kadafa. Não achei que fosse um bom momento para argumentos contrários, e preferi perguntar qual era o principal objetivo do movimento: tomar o poder e estabelecer uma democracia ou depor Kadafi e substituí-lo por outro líder? Saleh respondeu que a rebelião tinha por objetivo derrubar o regime e dar início a “um processo constitucional”.

— Por decisão de Kadafi, a Líbia não tem uma Constituição.

Insatisfeito, pedi a Ghaith que enfatizasse: uma Constituição com eleições democráticas ou com um líder que substituisse Kadafi?

— Com eleições, claro! — apressou-se a dizer Saleh. — Nós, líbios, precisamos de eleições. O Ocidente não precisa temer. Nós temos conhecimento sobre a sociedade e a cultura da Líbia, sabemos como o país se organiza. Temos conhecimento sobre as minorias, sobre suas diferenças culturais. Por isso podemos lutar por um processo constitucional.

Estava claro que Saleh era um intelectual, e não apenas um líder guerrilheiro. Ele explicou que o movimento na Líbia tinha caráter político, não religioso, com vistas a uma Constituição, ao Estado de direito. Segundo afirmou, a religião não era uma motivação em si, mas sim a luta por direitos e pela construção de um futuro melhor para o país. Exemplificou citando os recursos obtidos com a exploração do petróleo, que deveriam reverter em bem-estar social para a população, algo ainda distante.

— Sim, temos uma religião. Mas nossa motivação é política.

Essa afirmação abriu caminho para que eu o questionasse sobre que tipo de Estado os rebeldes pretendiam construir: laico, como os ocidentais, ou teocrático, a exemplo do Irã e do Afeganistão talibã? Preocupado em nos convencer de que não havia sectarismos na insurgência, como ainda temiam as potências ocidentais, Saleh afirmou que seria muito difícil instituir um Estado teocrático. Não disse por quê, mas eu sabia que a maior parte da população do país era afiliada a tendências moderadas do islã, distantes do fundamentalismo — ainda que no Ocidente se temesse o contrário. Saleh seguiu seu raciocínio dizendo acreditar que o próximo Estado líbio, a ser comandado pelos rebeldes, seria aberto à liberdade de crença e, por consequência, à prática de outras religiões, como o cristianismo, “como em outros Estados democráticos”, acrescentou.

Com esse assunto, encerrávamos um trecho tenso daquela conversa. Nós três, assim como os insurgentes que nos observavam, gelávamos expostos ao frio, no alto da montanha. A nosso redor, também em pé, os rebeldes nos observavam com atenção, fazendo comentários entre si sempre que as perguntas diziam respeito às estratégias de guerra e às chances de vitória. Antes de encerrar a conversa, perguntei a Saleh e a seu irmão, que estava a seu lado e intervinha com alguma frequência, por que deixavam o rosto descoberto, forneciam seus nomes e se deixavam fotografar se viviam uma situação política ainda tão instável, sujeita a tender em favor de Kadafi a qualquer momento, frustrando os planos da rebelião.

— Nós não temos medo porque consideramos o regime de Kadafi acabado. *Insh'Allah*.

Sua resposta foi incisiva e me pareceu convincente. Mas imaginei que havia algo além. Quis saber se existia outro líder por trás dos rebeldes de Nalut, alguém com quem ainda não tivéramos contato. Sim, Saleh respondeu, esse líder existia. Era o responsável pelas decisões do grupo e tinha ambições políticas e eleitorais, em caso de vitória sobre o regime, mas por ora seguia protegido, por exercer a liderança, por tomar decisões que iam das estratégias militares até a coordenação das guardas e a distribuição de alimentos.

— Seria muito estúpido expor nosso líder nesse momento, quando ainda não temos certeza de como serão os desdobramentos da rebelião — disse Saleh, revelando menos autoconfiança do que pretendia transparecer.

O final daquela primeira entrevista a jornalistas estrangeiros foi celebrado pelos rebeldes com sorrisos e cumprimentos. Saleh pareceu menos tenso, comentou sobre o frio rigoroso — mesmo para quem estava habituado com o inverno no deserto — e se revelou surpreso com a insistência que Ghaith e eu tínhamos demonstrado em ingressar no país em meio à revolução.

— Ninguém acreditará que vocês vieram até aqui. Ninguém mais veio — disse, lamentando a ausência de jornalistas de emissoras de tv, em especial da BBC e da Al Jazeera, a primeira por seu alcance no Ocidente, a segunda por ter sido adotada por rebeldes como uma espécie de porta-voz dos ativistas no Norte da África e no Oriente Médio.

O fim daquele encontro nos colocou, a Ghaith e a mim, diante de um pequeno problema sobre o qual não havíamos conversado com ninguém: onde passar as noites seguintes. Antes mesmo que cogitássemos lançar a questão, Saleh nos disse para retornar à picape, porque sairíamos dali. O comboio partiu, retornando à rodovia principal. Poucos minutos depois, entraríamos pela primeira vez em um centro urbano da Líbia, Nalut, uma cidade de 26 mil habitantes situada nas montanhas de Nefusa, a cerca de 600 metros de altitude, em uma região muito árida, de transição para o Saara. Suas ruas, iluminadas por lâmpadas incandescentes que lhes conferiam uma tonalidade alaranjada, estavam desertas. Era de fato tarde, próximo da meia-noite, mas o vazio se explicava por duas outras razões: o frio intenso e, sobretudo, os riscos advindos da revolução. Assim que ingressamos no perímetro urbano, percebi várias mudanças de comportamento nos rebeldes que nos conduziam. A velocidade com que trafegávamos foi muito reduzida. O comboio que nos seguia desde o início foi desmembrado e, em determinado momento, nosso motorista parou a caminhonete, nos instruindo a trocá-la por um velho carro de passeio que nos esperava. Nele estava o irmão de Saleh, sentado no banco do carona, com um fuzil Kalash entre as pernas.

Dali nos dirigimos a um bairro mais remoto, com ruas de chão batido. Ao chegar, o condutor se aproximou em velocidade muito baixa, apagando os faróis. Ficou claro que observavam as condições de segurança antes que descêssemos do veículo. Sentado no banco traseiro, ao lado de Ghaith, observei ao redor e não vi ninguém nas imediações. Então o motorista parou o carro, acionando o freio de mão sem desligar o motor. O carona desceu, examinando os arredores e batendo com leveza à porta de ferro de uma residência. Sem ameaças visíveis, nos orientou a descer, o que fizemos com discrição, ingressando naquela casa simples mas sólida, protegida por muros altos, que viríamos a saber mais tarde, pertencia a Saleh. Ao entrarmos, fomos levados a uma sala com dois sofás, dispostos contra duas paredes em L, uma mesa de centro e uma poltrona, móveis

que podíamos usar à vontade. Ali permanecemos, Ghaith e eu, contentes por enfim sentarmos com algum conforto, ao abrigo do frio e em aparente segurança. Sobretudo, estávamos satisfeitos com os resultados da nossa empreitada.

Mas nada disso nos levava a esquecer que tínhamos muitos contatos a fazer com editores e famílias depois de mais de seis horas de silêncio total. Sacamos nossos celulares e confirmamos que não captavam sinal algum. Ghaith cogitou testar o telefone satelital que trouxera em sua mochila, mas o aparelho não funcionou. Procurei por eventuais redes de internet sem fio, na esperança de ver reproduzir-se o milagre que eu presenciara na casa de Imed. Na Líbia ele não aconteceria.

Quando Saleh retornou de uma de suas idas e vindas, explicou que não havia internet em sua casa, e que o serviço também fora cortado nas poucas residências que antes dispunham dele. Mas seu celular funcionava, o que nos surpreendeu e nos alegrou. O rebelde ouviu nossa conversa sobre a necessidade de contato e ofereceu o telefone para que fizéssemos ligações assim que o aparelho estivesse carregado. Enquanto esperávamos, Saleh abria e fechava a porta da sala, evitando que víssemos sua família.

Nesse meio tempo nosso anfitrião sentou-se ao pé da mesa de centro, trazendo consigo álbuns com textos escritos à mão ou datilografados, fotografias e recortes de jornais. Tentando ser gentil comigo, esboçou poucas palavras em italiano, que aprendera durante alguns meses de passagem pelo país. Desistiu em seguida, sentindo-se limitado e recorrendo ao árabe e à paciente tradução de Ghaith. Conversamos então por mais de uma hora sobre os temas mais diversos, a começar por sua breve história de vida.

Saleh nascera em 31 de agosto de 1967 e era natural de Nalut, onde vivia sua tribo. Como eu suspeitava, tratava-se de um intelectual, um poeta que escrevia em sua língua de origem, o berbere, em dialeto nefusi, partilhado por 180 mil pessoas no interior da Líbia. Os dois, idioma e dialeto, tinham sido banidos pelo regime de Kadafi havia anos, uma opressão cultural que estava na origem de ressentimentos entre a tribo local e a ditadura. Por sua militância pela língua berbere e pelos direitos de seu povo, Saleh passara o ano de 1997 nos porões do regime. Puxando as barras da calça até a altura do joelho, mostrou as cicatrizes que trazia dessa época: três marcas circulares na parte interior de uma das pernas, além de um grande talho na outra. Nas sessões de tortura, seus carrascos haviam tentado lhe ensinar a fidelidade ao governo usando uma furadeira e um facão, além de alicates, com os quais tivera dentes arrancados. Reparei que disse isso sem perder a serenidade nem alterar o tom de voz.

Navegando pelos papéis armazenados na pasta, ele comentou outros casos de violência e opressão que vivenciara ou testemunhara, casos transformados cedo ou tarde em textos de desagravo e desabafo. Fez questão de mostrar um deles, uma espécie de “manifesto poético”, cuja beleza por certo se perdera em meio às traduções. Ele dizia: “O que você faria no dia em que se olhasse no espelho e a imagem refletida não fosse a sua? O que você faria se o chamassem por um nome que não é o seu? O que você faria se dormisse e acordasse/ Mas até em seus sonhos estivesse aprisionado?”.

Não seria difícil imaginar que aquela conversa derivaria para a situação política da

Líbia. Aproveitando o gancho das histórias sobre o passado, pedi a Ghaith que questionasse Saleh sobre as origens dos enfrentamentos entre os habitantes de Nalut e o regime de Kadafi. O rebelde respondeu então que os berberes líbios eram perseguidos como minoria havia muito tempo. No caso particular de Nalut, nos anos 1980 um líder da tribo havia sido executado pelo regime, depois de ter sido arrancado de casa, em frente à família. Destroçada pela violência, sua mulher se suicidara a seguir. Desde então, os atritos com o regime se sucediam na região, alguns mais, outros menos relevantes, assim como em diversas partes do país. Em comum, os levantes tinham um ponto: eram isolados uns dos outros, incapazes de despertar um movimento solidário de protesto. Essa era uma das cartas na manga de Kadafi, um de seus discursos manjados, segundo o qual a Líbia não era um país, uma nação, mas uma reunião de povos árabes isolados ou bárbaros que precisavam de um governo forte para não se desagregar ou mergulhar em guerra civil.

Ao ouvir essa análise, eu não soube dizer se Saleh mencionava o tema por ter tomado conhecimento das últimas notícias, mas o fato era que aqueles argumentos estavam presentes nos pronunciamentos mais recentes do coronel.

— Por décadas o regime nos obrigou a resistir para defender nossos interesses, e para isso tínhamos de lutar sozinhos, em diferentes partes do país. Por muito tempo o regime usou o argumento de que não passávamos de tribos isoladas em conflito entre si — frisou. — Como pequena minoria, tentávamos negociar nossos direitos contra o regime de Kadafi.

Ponderamos então, Ghaith e eu, que a Líbia era tradicionalmente formada por inúmeras tribos, de diferentes culturas, organizadas em torno de pequenas sociedades que tinham até línguas próprias, em alguns casos. A questão era: como os rebeldes pretendiam federar tantos interesses distintos para formar um verdadeiro país? Saleh respondeu que Kadafi tinha por hábito valer-se de alguns argumentos batidos e mentirosos. Um deles dizia que a insurgência era organizada por jovens drogados, por grupos produtores e traficantes de drogas ou pela Al-Qaeda. Interessado em falar sobre o assunto, garantiu que aqueles argumentos eram justificativas mentirosas para sua intervenção armada. Kadafi se apoderava de um tema particularmente caro a Nalut, uma comunidade muçulmana conservadora: a luta pela erradicação das drogas na Líbia. Ao longo dos anos, contou, as comunidades locais apreendiam pequenos carregamentos e os entregavam ao governo, que os incinerava. Desde setembro do ano anterior, porém, o regime vinha se recusando a receber a droga apreendida, obrigando-os a armazená-las em galpões dos próprios vilarejos. Seu grupo tinha 36 quilos de diferentes drogas em mãos, que pretendia entregar ao governo antes do início da insurgência. Em um exercício de imaginação, Saleh disse acreditar que Kadafi fazia um cálculo frio: estimulava a população a se apoderar das drogas, para incriminá-la, ou para atribuir a revolução a viciados, como vinha fazendo.

Sua segunda estratégia retórica era passar ao resto do país e ao exterior uma falsa imagem da Líbia, como um país em conflitos internos incessantes. No entender de Saleh,

havia tribos e culturas diferentes, mas não adversárias.

— Isso simplesmente não é verdade. Basta ver que todos estão ordenados em torno de um único movimento para derrubar o regime. Não há obstáculos para que trabalhem juntos e busquem algo em comum. Olhe para nós: estamos juntos na luta contra o regime. E todas as tribos juntas vão derrubar Kadafi.

Saleh voltava a se mostrar seguro sobre as chances de o movimento insurgente depor o coronel após 42 anos de governo. Questionamos sua certeza, e o poeta transformado em militante se divertiu com a desconfiança que cercava as chances de sucesso da revolução. Até tunisianos, contou, revelavam ceticismo. Uma das perguntas recorrentes que ele ouvia dizia respeito à possibilidade de derrubar Kadafi sem dar margem a sua volta ao poder. Já conhecíamos a resposta e por isso mudamos de assunto, passando a falar sobre as revoltas árabes. Ghaith quis saber se eles tinham informações sobre os protestos favoráveis à insurgência contra Kadafi que, naquela sexta-feira, tomavam diferentes capitais do mundo árabe. Com domínio do tema, o poeta rebelde respondeu que sim.

— Mas a Líbia está vivendo uma situação um pouco diferente dos outros países — analisou. — Não se trata mais de uma revolução nos moldes da Tunísia e do Egito. É um levante popular que vem sendo reprimido de maneira muito violenta. As pessoas têm sido mortas brutalmente e por isso decidimos nos revoltar, mesmo que não tenhamos a proteção de um exército forte, como os tunisianos e os egípcios tinham.

Ainda que enfrentassem incidentes violentos, com mortes, os movimentos populares no Egito e na Tunísia, argumentei, tinham caráter pacífico. Fiz a ponderação por desejar saber por que na Líbia o movimento precisava ser armado. Saleh lembrou que, na origem, os protestos realizados em Benghazi e em outras cidades eram de natureza não violenta. Entretanto, o regime reagira com máquinas de guerra pesadas, empregando até artilharia antiaérea contra sua própria população.

Era natural, na sua visão, que cada um precisasse pegar em armas para defender a própria vida, sua família, sua tribo e seus interesses. A Líbia, completou, precisava “defender a si própria” porque no país existiam mercenários e um regime duro, muito duro. Tampouco havia Forças Armadas que pudessem defender os interesses e a segurança da população. Ao ouvi-lo, me surpreendeu o tom passado e tranquilo com o qual Saleh dava suas explicações, sem se exaltar com nossas perguntas, às vezes impertinentes, e sem se estender em discursos políticos inflamados por alterações de entonação ou por gestos exagerados. Saleh agia e se manifestava com uma autoconfiança que se revelava em frases afirmativas, marcadas por uma curiosa moderação na oratória. Em síntese, era alguém que até então nos transmitia credibilidade.

Em meio à atmosfera de cordialidade em que vínhamos conversando, Saleh era interrompido por breves telefonemas, em geral a respeito da articulação do movimento rebelde. Entre uma ligação e outra voltou a oferecer o celular, explicando ser possível fazer chamadas para o exterior, embora fosse muito difícil recebê-las. Ghaith prontamente aceitou a oferta, tomando o aparelho em mãos. Ligou para a Inglaterra, para um de seus

editores, explicando-lhe que havíamos conseguido entrar no país e descrevendo em linhas gerais a situação no oeste da Líbia. Mas o telefonema se estendeu por um tempo bem maior do que Saleh e eu imaginávamos, a tal ponto que nos entreolhamos em alguns momentos — eu com ar constringido, ele, com alguma ansiedade.

Ao fim de alguns minutos de diálogo, Ghaith desligou. Saleh ofereceu-o a mim, e aceitei com algum alívio. Tinha uma ligação e decidira fazê-la a outra jornalista, Lúcia Müzell, minha esposa. Em uma rápida conversa, disse-lhe que havíamos entrado no país, que eu estava bem, mas que tínhamos problemas de comunicação a resolver — obter um SIM card líbio e alguma forma de conexão à internet — antes de mandar notícias de modo regular, a meu respeito e sobre o conflito. Também pedi à Lúcia que mantivesse contato constante com a redação d'*O Estado de S. Paulo*, para trocar informações e amenizar as previsíveis dificuldades de comunicação.

Conversamos sobre a situação da Líbia até Saleh deixar a sala e retornar com uma nova orientação: tínhamos de trocar de casa. Cheguei a pensar que se tratava de algum tipo de ameaça ou medida de cautela, mas Saleh se mostrou tranquilo. Reunimos nossos equipamentos, nossas anotações e partimos, seguindo-o até a residência vizinha, que pertencia a seu irmão e era bem maior do que a dele — ao menos na sala acarpetada na qual nos instalamos, com estofados no chão, dispostos ao longo de três das quatro paredes da peça. Perto da quarta parede havia um aquecedor e um televisor ligado na rede Al Jazeera.

Com frio, nos alternávamos em frente ao aparelho, na esperança de nos aquecer na casa gélida, ao mesmo tempo que acompanhávamos as notícias. Minutos depois, o irmão de Saleh voltou com um grande prato de macarrão picante e carnes variadas. Nos sentamos todos ao redor, cada um com sua colher em mãos. Eu sentia alguma fome, não muita, após quase doze horas sem comer nada. Durante a refeição árabe, partilhada por todos em um pequeno espaço, tivemos uma discussão muito amistosa. Eu me sentia à vontade naquela sala, com meus anfitriões de pele morena, barbas longas, trajes berberes, um visual que muitos considerariam ameaçador no Ocidente, talvez até do outro lado da fronteira, na vizinha Tunísia de Imed. E ali passaríamos a noite, como indicavam os cobertores que recebemos.

Antes do apagar das luzes, recebi um presente. Com satisfação estampada no rosto, o irmão de Saleh veio até mim trazendo uma bandeira rebelde, impressa em papel. Era igual à que ele empunhara mais cedo, nas montanhas, quando havíamos fotografado a multidão de insurgentes. Agradei e coloquei-a ao lado de minha mochila, certo de que jamais daria um passo na rua com o presente, por correr o risco de um encontro com as forças de Kadafi — quando seria melhor não ter por perto nenhum símbolo da revolução.

Tive a impressão de que Ghaith caíra no sono, nos estofados do lado oposto da sala, tão logo as luzes se apagaram. Talvez eu tivesse fechado os olhos por breves instantes

e cochilado, em razão do cansaço do dia, mas a sensação que tive foi de passar em claro cada minuto daquela madrugada, em um *brainstorm* permanente, ansioso por escrever a respeito do que já havia podido testemunhar, além de excitado pelas perspectivas do dia. Tivéramos, no final daquela noite, uma conversa a respeito de nossa intenção de seguir para Trípoli, de onde pretendíamos acompanhar o levante. Saleh disse não poder nos levar à capital, por questões de segurança, mas se comprometeu a tentar auxiliar nosso plano explorando duas alternativas: o percurso de 230 quilômetros até Zuwara, seguindo nosso objetivo original; ou tentando viabilizar um transporte até Zintan, a maior cidade rebelde do oeste da Líbia.

Esse percurso pressupunha cerca de duas horas e meia e 180 quilômetros de uma estrada que cortava o oeste do país, sempre em paralelo à costa. Segundo as informações de que os rebeldes dispunham, por estarem em contato frequente com os vizinhos insurgentes, o percurso seria seguro desde que tomadas certas medidas preventivas. Embora atraente, a segunda hipótese me desanimou de início, por frustrar o plano inicial. Com poucos argumentos, porém, fomos convencidos de que Zintan, cidade situada no alto das montanhas Nefusa, no distrito de Al Jabal al Gharbi, seria um ponto de parada excelente para o sábado, nos deixando a 160 quilômetros de Trípoli — se não pudéssemos seguir viagem ainda naquela noite —, além de abrir a possibilidade de conhecer mais a fundo a situação no oeste.

Por volta das seis da manhã perdi a paciência com minha insônia e decidi começar a escrever uma reportagem especial. Descobriria mais tarde ser um dos primeiros textos, se não o primeiro, escrito na região controlada por Kadafi — excetuando Trípoli, onde agências de notícias como Associated Press e France Presse contavam com repórteres desde antes do início do conflito. A primeira linha foi quase automática: “Não temos medo, não temos fome, não temos cansaço”. Muito antes de encerrar o texto, vi Ghaith ser acordado pelo irmão de Saleh, e logo a concentração no trabalho se tornou impossível, até porque fomos convidados a partir não muito tempo depois. Reunimos nossos equipamentos e roupas e deixamos a casa, para a qual não voltaríamos. No mesmo carro em que tínhamos chegado no dia anterior, iniciamos um roteiro pela cidade.

Era dia claro, de temperatura amena e céu muito azul. Deixamos o bairro no qual passáramos a noite e reparei, instantes depois, que pela primeira vez havíamos cruzado com uma mulher nas ruas. Ela usava um niqab, o véu islâmico preto que só deixa os olhos aparentes. Seguimos rodando por algumas avenidas e ruas, reduzindo a velocidade em alguns pontos nos quais havia pichações contra o regime. Uma delas dizia: “Kadafi, caia fora. Nós estamos envelhecendo”. Além das mensagens, havia outros sinais da insurgência, como prédios queimados ou destruídos — entre eles o do Comitê Revolucionário local. Em um desses pontos, os rebeldes nos mostraram um obelisco construído no centro de uma rotatória, na entrada da cidade. Tratava-se de um monumento a Kadafi explodido nos primeiros momentos da revolução. Ali mesmo, mostraram-nos vídeos amadores gravados por telefone celular nos primeiros instantes da

rebelião, quando a depredação acontecera, assistida por milhares de pessoas que celebravam a vitória parcial e choravam os mortos no conflito.

Deixamos o local em direção a um ponto elevado, usado para a observação da região, inclusive de algumas de suas rodovias. À luz do dia ficava mais clara a grande vantagem que os rebeldes tinham em relação às tropas kadafistas expulsas das cidades insurgentes: a cadeia de Nefusa. A visão panorâmica era deslumbrante: um céu azul sem nuvens, que partia em degradê de uma cor profunda, no ponto mais alto, até o azul claro na linha do horizonte, em contraste com o marrom-claro da terra arenosa e pedregosa da região, onde acontecia a transição ao Saara. No encontro entre o céu e a terra havia um traço horizontal perfeito: tratava-se de uma sequência de chapadas cujas altitudes pareciam idênticas. A beleza inspiradora, entretanto, não era a mais importante virtude da paisagem em tempos de rebelião. As montanhas permitiam aos insurgentes monitorar a estrada que liga as cidades de Ghadames e Trípoli e antecipar os movimentos do adversário, para minimizar os estragos de um ataque. A estratégia era ancestral. Pelo menos foi o que depreendi quando Saleh e os homens que o acompanhavam nos conduziram a uma das ruínas mais antigas da região, o Ksar Nalut, um celeiro medieval fortificado datado do século XI. O forte, ou palácio, fora construído por povos berberes no alto de uma das montanhas, a 640 metros de altitude em relação ao nível do mar, para proteger a cidade antiga de Bnalot, ancestral de Nalut, dos ataques inimigos. Eram prédios de pedra, madeira e gesso, alguns chegando a seis andares, nos quais pequenos “apartamentos” de um metro a um metro e meio de altura permitiam multiplicar os locais de estocagem de grãos, cereais em geral e óleo de oliva. Em síntese, tratava-se de uma das relíquias da Líbia, menos bela, mas tão surpreendente e fascinante quanto as ruínas de Leptis Magna, que eu conhecera em 2009. Eu nunca tinha ouvido falar daquele monumento, e poderia passar horas a ouvir a história do lugar.

Mas não naquele momento. Na realidade, acompanhar o percurso turístico pelas ruínas de Ksar Nalut em meio à revolução era uma tortura psicológica. Ainda assim, Ghaith e eu trocávamos ideias sobre o forte com nossos interlocutores, tirávamos fotos e demonstrávamos interesse pelas informações que recebíamos. Éramos gentis com os temas caros a eles, claro, até porque fecharíamos portas em caso contrário. Eu havia aprendido a lição a duras penas, no passado; Ghaith a conhecia desde sempre. Seria assim desde o início, o que exigiria muitas horas de longos almoços, de pausas para conversas pouco produtivas, para sessões de fotos de pessoas que jamais teriam cópias das imagens, porque nem sequer tinham computadores nem endereços para recebê-las. Ainda que eu compreendesse o costume, tinha dificuldade para controlar a impaciência. Ghaith, por sua vez, enfrentava o tempo perdido com uma dose de ironia fina que eu começava a descobrir.

— O que você estava fazendo quando Muamar Kadafi caiu? — brincou quando entramos em um dos becos de Ksar Nalut.

O fato é que nossa impaciência não mudaria nada no ritmo da “visita” às ruínas. Em função dela, já havíamos perdido algumas horas, que se completaria com mais duas

pequenas más notícias. Ao fim do roteiro turístico, Ghaith decidiu fazer uma ligação a seus editores usando o telefone satelital Iridium. Por algum motivo que desconhecíamos, o aparelho — com o qual contávamos para driblar os cortes na comunicação feitos pelo regime ou para nos comunicar em meio ao deserto — não funcionava. Não havia nuvens nem paredes ou telhados, o que deixava claro que o telefone tinha algum problema.

A segunda má notícia já era esperada, mas viria bem mais cedo do que eu imaginava. Durante nosso percurso de retorno ao centro de Nalut, Saleh nos sugerira uma parada para um café em um dos raros armazéns da cidade abertos ao público, pausa que usaria para fazer contatos a respeito de nossa partida em direção a Trípoli. Ghaith e eu concordamos, até porque não tínhamos alternativa. Entre nós, voltamos a lamentar tanto tempo perdido, mas também passamos a projetar a hipótese de chegada à capital e quais seriam nossas opções uma vez lá. Entre as alternativas, discutíamos duas hipóteses: a primeira, a de nos manter em clandestinidade, cobrindo os eventos da perspectiva dos revolucionários, infiltrados entre os insurgentes em um dos bairros que haviam se levantado contra o poder. Essa hipótese era a mais arriscada, embora nos garantissem maior independência jornalística. A segunda, a que menos nos agradava, era estabelecer um contato, por meio de canais diplomáticos, que nos permitissem passar uma mensagem ao regime: a de que já estávamos no interior do país cobrindo o conflito e que aceitaríamos nos apresentar às autoridades em troca da garantia de que poderíamos trabalhar em Trípoli. Nesse momento, sem que soubéssemos, Kadafi havia convidado alguns jornalistas estrangeiros, que se juntariam aos correspondentes locais de agências de notícias internacionais. Durante aquele café, Ghaith e eu discutíamos as vantagens, as desvantagens, a viabilidade e a segurança de cada plano, além de detalhes relevantes, como o abrigo na capital. Então fomos interrompidos pela chegada de três homens que não conhecíamos. Cumprimentando a todos ao nosso redor, um deles sentou-se na minha diagonal direita, ao lado de Ghaith e em frente a Saleh. Não nos envolvemos naquela discussão, e prosseguimos conversando sobre nossas prioridades. Alguns minutos depois, os estranhos se levantaram, despediram-se e partiram. Saleh esperou que se distanciassem, apontou para um deles, vestindo sobretudo de couro, e disse:

— Esses caras são do regime. Um deles é um espião. Mas este não é o momento para vinganças. Não tomamos nenhuma iniciativa para não acentuar as tensões entre os lados do conflito. Mais tarde, quando tivermos leis, vamos tomar providências.

De acordo com Saleh, aquela era uma prática da ditadura, que ao longo de 41 anos consolidara uma rede de agentes dos serviços de segurança em instituições públicas como os Comitês Revolucionários, além de milhares de milicianos a soldo da ditadura. Daí parte da ira popular contra as sedes municipais desses órgãos, sempre entre os primeiros prédios destruídos onde os levantes aconteciam. Ghaith e eu já tínhamos a clara noção de que desde o primeiro momento seríamos identificados como forasteiros no interior do país e, a partir de então, monitorados. Cair no conhecimento do regime tão cedo era um fato negativo, mas não alteraria nossos planos. Nem Saleh fez maiores advertências sobre riscos, por se mostrar confiante na segurança que seu grupo rebelde poderia nos

oferecer. Também para ele era evidente que seríamos identificados como estrangeiros e, cedo ou tarde, como jornalistas. A única precaução que tomamos então foi pagar a conta e partir, trocando o velho sedã de passeio por uma picape. Dentro do veículo, Ghaith recebeu um SIM card de uma operadora local, Libyana, e o equivalente a quinhentos dólares em cartões de recarga — uma infinidade. Eu ainda seguiria à procura de um chip, que só conseguiria um dia depois. De todo modo, o celular nos dava mais mobilidade e possibilidades de comunicação — que aproveitamos, ambos, contatando editores e familiares e prevenindo-os de que iríamos avançar em território líbio nas próximas horas.

Ao contrário do que esperávamos, entretanto, ainda não iniciáramos o trajeto em direção a Trípoli. Desde o dia anterior conhecíamos os planos dos insurgentes, de tomar o posto de fronteira de Dehiba, abrindo um canal de comunicação entre as cidades rebeldes e o mundo exterior também no oeste, a exemplo do que já acontecia no leste líbio. Não fiquei surpreso quando nos informaram que a operação havia sido marcada para o início daquela tarde. Embora não fosse nosso objetivo primeiro, nem minha vontade, decidimos acompanhá-los, fazendo o trajeto de retorno ao ponto pelo qual havíamos entrado um dia antes. Como na noite anterior, fomos levados a um dos três pontos de concentração dos rebeldes no deserto, onde voltamos a encontrar grupos armados, que, a exemplo dos guerrilheiros da Palestina, eram chamados por alguns de *fedayin*. Nesses locais de observação em meio ao deserto, eles não apenas monitoravam as estradas da região como também esperavam a ordem para avançar em direção a Dehiba.

Pelo que pude observar, alguns portavam velhos fuzis defasados. A maioria, entretanto, estava armada com os modelos AK. Os grupos mais bem equipados dispunham ainda de picapes adaptadas para portar canhões. A maior parte daqueles veículos trazia em suas carrocerias canhões ZU-23mm, fabricados pela russa Zenitnaya Ustanovka. Outros carregavam os МК-38, de 25mm, ou ainda os suecos Bofors, de calibre 40mm. O poder de destruição daqueles artefatos não deixava dúvidas, mas aos poucos entendi que soldados com treinamento militar eram minoria entre os rebeldes com os quais eu vinha conversando desde que entrara na Líbia. Percebi que o front de Nalut era composto por pessoas comuns, homens cuja vida pré-revolução nada tinha a ver com as Forças Armadas, portanto sem treinamento e sem habilidade com armas de fogo. Essa constatação me levou a questionamentos sobre qual seria a real capacidade dos rebeldes de operar aquelas máquinas de guerra com precisão, embora ainda não tivesse me dado conta do custo humano que o despreparo traria caso o conflito armado se radicalizasse no interior da Líbia.

Ao lado desses homens, aguardávamos o sinal verde do comando rebelde de Nalut para avançar em direção a Dehiba. A ordem viria cerca de uma hora e meia depois, pelos meus cálculos. Partimos na picape, na retaguarda em relação à caravana de veículos que se alinhara na estrada. Conteí umas cinco daquelas caminhonetes, mas não podia descartar que existissem mais. Havia rumores de que o Exército tinha deslocado armamento pesado e que os militares tunisianos em serviço resistiriam à tomada da fronteira. Mesmo assim, nem todos os grupos insurgentes se deslocaram para a região. Um deles ficou em seu

campo, protegendo Nalut de um possível ataque de kadafistas originários da cidade vizinha de Tiji, reputada como pró-regime.

No caminho, fomos advertidos de que a primeira tentativa de assumir o controle do posto de fronteira seria pacífica e negociada, embora alguns homens portassem Kalashs, fuzis de caça e bastões. O objetivo era convencer os militares da alfândega e da imigração a depor armas ou a se juntar à revolução. Ao chegarmos, sentimos um clima de tensão no ar. Descemos de nossa picape, mas não nos afastamos do veículo. Ao longe, podia ouvir gritos em árabe. Eu desconhecia o significado, mas me pareciam ser discussões calorosas. Em meio ao bate-boca, percebi que um soldado corria, armado. Houve disparos de metralhadoras para o alto, sem ferir ninguém, mas acentuando o estresse de todos na fronteira. Os tiros pararam por ali. Já as discussões prosseguiram quando alguns símbolos do regime começaram a ser arrancados e depredados, entre eles a bandeira verde que tremulava perto do posto e o cartaz de Kadafi com as mãos unidas, em sinal de vitória. Sem opor maior resistência, os oficiais deixaram que os rebeldes levantassem as cancelas, como se permitissem a abertura do país ao mundo exterior depois de 25 anos de progressivo fechamento, que resultara no isolamento total. Ao acompanhar o desdobramento daquela operação rebelde, entendi que a revolução não apenas era uma realidade no oeste da Líbia, como andava a passos largos. Três dias atrás havia apenas rumores de levantes. Agora, Ghaith e eu acompanhávamos a tomada das instalações de fronteira, que garantiriam uma rota de suprimentos e de evacuação essencial não apenas para os rebeldes de Nalut, mas para todo o oeste e durante todo o conflito. Além disso, estava claro que, pelo menos em determinadas circunstâncias, o movimento era capaz de avançar por meio do convencimento, tomando instalações e cidades sem disparos e sem feridos.

Em meio à euforia da tomada da fronteira, um homem se aproximou de Ghaith e de mim. Ele participava da operação e seu entusiasmo me parecia maior do que o dos demais rebeldes. Perguntamos seu nome, e ele disse que deveríamos chamá-lo de Naji — “sobrevivente”, em árabe. Logo nos primeiros instantes da conversa, Naji comentou que o levante contra Kadafi tinha um sentido especial em sua vida. Aos dez anos, contou, assistira à morte de seu pai por agentes de segurança do regime. Agora observava o regime cair.

— Lembro como se fosse hoje do dia em que nos atacaram. Invadiram minha casa, pegaram e executaram meu pai, prenderam meu irmão. Tomaram tudo o que tínhamos: carro, casa, dinheiro. Nos arruinaram. Minha mãe se suicidou depois de tudo — disse, com agressividade na voz.

Ao ouvirmos o relato, tanto Ghaith quanto eu nos demos conta de que estávamos na frente do filho de Sassi Zekri, o líder rebelde de Nalut que, por ter desafiado o regime, fora preso e enforcado. A coincidência aumentou nosso interesse. Tomei o cuidado de observar melhor sua postura, suas expressões, seus tiques nervosos. Naji era um homem baixo, magro, com o rosto marcado por rugas, embora ainda parecesse jovem. Tinha aspecto frágil, mas parecia hiperexcitado por aquilo que testemunhava, como se realizasse

um desejo de longa data. Minha impressão foi a de que o “sobrevivente” dos crimes de Kadafi em Nalut tinha certa instabilidade emocional, uma postura desligada, como se vagasse em meio aos acontecimentos. Somado ao fato de que não o encontramos entre os líderes tribais dos insurgentes, concluí que ele, ao contrário do pai, não tinha um papel de destaque entre os rebeldes, embora trouxesse consigo motivos suficientes para estar na linha de frente. Seguimos aquela conversa rápida em meio à confusão. Naji fez uma afirmação marcante. Disse “trazer o medo dentro de seu peito” desde os crimes contra sua família.

— Mas neste momento — advertiu, referindo-se à revolução — começo a acreditar que a hora da vingança chegou.

Convidados a partir por Saleh, nos despedimos de Naji e deixamos o posto de fronteira, agora sob o poder dos rebeldes, para trás. Calculei que aquele movimento estratégico não era bom apenas para os militantes, mas também para Ghaith e para mim. Tínhamos agora uma garantia a mais — mesmo instável — de que poderíamos deixar o país em caso de emergência, sem ter de responder a oficiais kadafistas na alfândega. Mas essa opção não me interessava naquele momento. Eu desejava partir para Zuwara tão logo fosse possível. Depois de várias horas de atraso, estávamos enfim a caminho.

Saleh chamou um dos motoristas de sua confiança e partimos em uma caminhonete. Observei minhas anotações e constatei que estávamos na rodovia que eu havia traçado no mapa feito à mão em meu bloco, dois dias antes. Me senti recompensando; o avanço demorava muito mais do que o esperado, mas o plano que eu traçara parecia em curso. Sobretudo, colhíamos informações preciosas a respeito do descontrole do regime no oeste do país — desmentindo Kadafi e quebrando o silêncio ao qual os dissidentes do regime haviam sido submetidos ao longo de décadas. Enquanto rodávamos os primeiros quilômetros de estrada deserta, tomei meu bloco em mãos e passei a anotar informações que considerava essenciais. Ao mesmo tempo, tentava não perder de vista o panorama: durante cerca de quinze minutos, descemos das montanhas de Nefusa em uma estrada de curvas acentuadas, escavadas em meio às rochas e à areia. Era como se estivéssemos em uma paisagem lunar, árida ao extremo, mas linda. De alguns trechos, podíamos observar a Tunísia. De outros, nada além de imensos paredões de rochas de tonalidade clara que delimitavam os dois lados do asfalto.

No entanto, o percurso até Zuwara estava longe de ser um passeio pelo deserto líbio. Minutos após deixarmos o posto de fronteira, fomos advertidos, em uma barreira montada pelos rebeldes, que veículos das Forças Armadas haviam sido vistos mais à frente. Saleh e o motorista passaram então a usar seus telefones de maneira frenética, multiplicando os contatos com outros militantes que faziam a segurança ao longo do percurso. As ligações se sucediam, sem que os aparelhos ficassem mais de um minuto sem uso. Um deles, o do motorista, era especialmente estressante. Seguimos mais alguns quilômetros, até encontrar outra barreira. Saleh teve de explicar quem era e quem éramos,

para que pudéssemos seguir. Entendi que deixávamos a região que estava sob o controle dos rebeldes de Nalut, e por isso a tensão crescia também entre os dois homens que nos acompanhavam. Por duas vezes, naquele trajeto, faríamos meia volta, perdendo todo ou grande parte do percurso já realizado. Na terceira vez em que fomos alertados sobre uma provável presença de militares pró-Kadafi na estrada, voltamos em definitivo pela rodovia que ligava o posto de fronteira a Nalut, abortando a ideia original de seguir a Zuwara. A situação era delicada e a insegurança, visível na expressão séria de Saleh e de seus colegas. A troca de telefonemas persistiria. Nessas ligações, conferíamos as condições de segurança de um novo percurso. Uma troca de planos estava em curso: partiríamos para Zintan, em um trajeto de 147 quilômetros e pouco mais de duas horas de duração. Feitas as verificações, marcamos um encontro com outro grupo rebelde em um posto de combustíveis das imediações. Talvez tenhamos esperado em torno de meia hora, e a tarde já começava a cair, com o sol se posicionando atrás das montanhas de Nefusa. Com o fim do dia, caía também a temperatura, que acentuava o frio provocado pelo vento gélido que batera a tarde toda. Com tantos adiamentos, era evidente que não conseguiríamos mais avançar até Trípoli naquele sábado, e eu me contentaria em alcançar Zintan, uma das maiores cidades da região e epicentro da revolução no oeste.

Com a chegada de outro automóvel, dessa vez um sedã já envelhecido, nós e os rebeldes que haviam nos conduzido ao longo do dia fomos orientados a trocar de veículo, deixando a caminhonete. Saleh não nos acompanharia ao novo destino. Estaríamos na companhia de seu irmão, que ao longo do caminho portaria o tempo todo um fuzil entre as pernas, no banco da frente do carro. Logo ficou claro que a tensão da tentativa de alcançar Zuwara não se repetiria. Viajamos quietos, todos — inclusive os telefones celulares. Não havia trânsito algum na estrada, apenas asfalto em boas condições e deserto nas duas laterais. Todos os postos de vigilância do Exército e da polícia haviam sido abandonados por seus oficiais e incendiados pelos insurgentes. Algumas máquinas de guerra também estavam destruídas e seus destroços metálicos, jogados ao ostracismo, brilhavam à luz do sol poente e avermelhado do deserto. Era um percurso tão calmo que percebi Ghaith ceder à exaustão, caindo em breves cochilos e entortando o corpo no banco traseiro do veículo. Fiquei impressionado com a liberdade com que circulávamos pelo país, cortando uma longa extensão de terra e encontrando apenas checkpoints rebeldes, improvisados com destroços de veículos e grandes montes de areia jogados sobre o asfalto. Estava diante de uma prova inequívoca de que a região de Nefusa caíra sob o absoluto controle — ao menos temporário — de grupos insurgentes, e não nas mãos de apoiadores entusiasmados do regime, como Kadafi seguia afirmando em seus pronunciamentos destinados não só ao público interno, mas também à comunidade internacional. Observando o escurecer, lamentei que a insatisfação contra o regime tivesse sido sufocada ao longo de décadas.

Completávamos cerca de uma hora e vinte minutos de viagem quando o sedã reduziu a velocidade e parou em um acostamento. Alguns metros à frente, um homem de meia-idade, meia altura, cabelo grisalho, ar austero e calado, nos esperava. Estávamos

trocando de mãos mais uma vez, mas não apenas isso: passávamos à “proteção” de outra tribo, que assumia a responsabilidade por nossa segurança, segundo os códigos morais não escritos que vigoram no interior da Líbia. Mas, antes de ir a Zintan, decidimos visitar outras duas cidades da região, onde conversariamos com os líderes locais do movimento revolucionário, ampliando a radiografia do conflito no oeste do país. Uma vez no vilarejo, fomos levados a um prédio governamental que havia sido tomado por insurgentes no início do levante.

Em uma grande sala fria e sem móveis, fomos recebidos por Khalid Sukri, um dos coordenadores do movimento, e cercados de líderes políticos locais, que nos informaram sobre a situação militar nas imediações, assim como sobre os ideais da revolução. Sukri explicou que o levante na cidade havia sido muito difícil no primeiro e no segundo dia. Mas então a população aderira ao movimento e passara a participar ativamente dos protestos e da tomada do poder local, realizados sem nenhuma morte e sem violência maior. Naquele momento, disse ele, conversávamos na sede do Comitê Revolucionário de Jadou, ocupado pelos rebeldes e usado para distribuir alimentos e organizar a segurança. O cuidado era necessário porque, segundo ele, a região das montanhas de Nefusa continuava instável, apesar do avanço dos rebeldes em vários centros urbanos relevantes, como Nalut, Zintan e Yefren. Sua análise não trazia entusiasmo excessivo e parecia realista ao responder sobre a força do Estado kadafista naquele momento.

— No sentido tradicional em que falamos de governo, o regime já sofreu colapso: a polícia, os agentes de segurança interna e externa, os Comitês Revolucionários, nada disso existe mais — explicou. — Mas se entendermos como governo a presença de milícias em todo o país, chegaremos à conclusão de que ele continua forte e defende sua posição em torno de Trípoli.

Enquanto conversávamos, o grupo de “sábios” da tribo se reuniu a nosso redor, em um círculo do qual fazíamos parte. Sukri continuava a falar, explicando que as diferentes tribos e etnias do oeste da Líbia buscavam a maior coordenação possível de movimentos, integração que reforçava a insurgência e ao mesmo tempo “queimava a carta” da guerra civil intertribal, com a qual Kadhafi justificava sua permanência no poder. Assim, berberes e árabes estavam lado a lado na luta pela queda do regime e pela libertação do país.

Pedi a Ghaith que o questionasse sobre suas ideias de um Estado livre para a Líbia. Sukri demonstrou excelente noção sobre um Estado moderno, manobrando com desenvoltura termos como democracia, direito, respeito aos direitos humanos, pluralismo político e cultural. A clareza do discurso daquele homem de meia-idade, cujas túnicas berberes e a fala pausada, serena, conferiam a imagem de um intelectual e não de um militar, era impressionante. Ghaith perguntou então qual seria o papel do islamismo na sociedade que pareciam planejar. A resposta, em tom pessoal, veio embebida de convicção.

— Pessoalmente, defendo um Estado laico para a Líbia — afirmou, olhando em nossos olhos. — Todos somos islâmicos aqui. Mas nossa religião vem sendo usada por

muitos anos como justificativa para o fim da Constituição do país, de nossas leis e de nossos direitos. Não aceitamos mais esses argumentos.

Observei os demais enquanto ele falava e deparei com acenos de cabeça em sinal de concordância. Um dos homens que se juntara à conversa, Abdallah, nos interrompeu para um comentário:

— O Islã que praticamos aqui é muito tolerante.

Decidi provocá-los diante daquela ponderação, empregando o argumento usado por Kadafi de que os insurgentes líbios seriam na realidade fundamentalistas muçulmanos ligados à Al-Qaeda. Todos na sala riram alto e sem constrangimento, satisfeitos com o clima de descontração que se instalara na conversa, em meio às preocupações de uma revolução.

— Essa talvez seja a primeira vez que Kadafi usa esse tipo de argumento no exterior. Mas nós estamos cansados de ouvi-lo, ano após ano, repetindo o mesmo gênero de fantasia — respondeu Sukri.

Alegamos que o movimento se prestava às alusões de Kadafi. Aquela era a primeira das revoluções no Norte da África a resultar em um levante armado e em risco de guerra civil, em parte porque a ditadura desintegrara as instituições públicas, fundindo o Estado à figura do coronel e de seu clã. Alguém na sala lembrou que as revoluções estudantis já haviam sido reprimidas à força nos anos 1970, com alto custo humano, e que as dissidências no interior das Forças Armadas nos anos 1980 e 1990 também foram esmagadas.

— Kadafi sempre nos atacou em nossas casas, em nossas culturas. A insatisfação é visível para o Ocidente hoje, mas aqui dentro vem aumentando há muito.

Sukri ouvia as ponderações, anuindo com a cabeça. Então tomou a palavra para ressaltar que a Líbia vivia um cenário político diferente da Tunísia e do Egito. Era a repressão violenta promovida pelo regime, dizia ele, a explicação da rápida decisão dos rebeldes de tomar fuzis em punho e de lutar com as mesmas armas para encerrar décadas de repressão. Sempre em seu tom circunspecto, marcado por palavras refletidas, evocou elementos da ciência em uma metáfora ao alegar que a sociedade líbia vivia um momento sem retorno contra as ameaças de quatro décadas de ditadura kadafista.

— Quando se aumenta a temperatura da água, em algum momento ela muda de estado físico. Nós estávamos suportando todo tipo de violência há muito tempo. Estamos agora no ponto de saturação.

Ao deixar a sala e a companhia dos rebeldes locais, fui assaltado por um sentimento de alívio relacionado com o que vinha ouvindo desde que entrara no país. Um discurso sempre pode ser vazio ou esconder uma estratégia ardilosa de conquista de apoio. Mas não era a impressão que eu tinha, mesmo que estivesse estimulando meu ceticismo. Todos os argumentos dos líderes revolucionários com os quais eu conversara reafirmavam uma correção de propósitos impecável. Eles lutavam por liberdade e por justiça, e não em nome de sectarismos perigosos, mesmo que grupúsculos o fizessem. Nossos instintos, afinal, tanto o meu como o de Ghaith, estavam corretos. Tínhamos

ingressado no território líbio no escuro, sem garantias, contrariando discursos obscurantistas e estereotipados. De algum modo éramos recompensados pela poesia de uma causa, pela natureza idílica de uma revolução.

Sukri era mais um líder rebelde a confirmar que as Forças Armadas, apoiadas por milícias e mercenários, haviam se posicionado em todas as entradas de Trípoli, protegendo a cidade de ataques externos por terra. Se quiséssemos de fato chegar à capital, e esse era nosso objetivo, Ghaith e eu precisaríamos elaborar planos levando em consideração o cerco e as melhores opções para furá-lo. Para tanto, precisaríamos da ajuda dos insurgentes.

Deixamos Jadou no mesmo carro que nos havia conduzido até ali. O motorista seguia calado, sem se mostrar amistoso. Isso me preocupava. Retomamos a estrada em direção à cidade árabe de Zintan, um percurso de mais 35 quilômetros — todo sob domínio rebelde. Com o passar dos minutos, avistamos ao longe o topo da cadeia de Nefusa. A exemplo de Nalut, as montanhas pareciam ser, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza de Zintan diante do exército líbio, na eventualidade de um contra-ataque.

Ao nos aproximarmos do centro urbano, já em uma noite cerrada e de céu limpo, senti uma atmosfera diferente, de excitação. Era outro ambiente, muito mais beligerante. Havia várias barreiras improvisadas com carros queimados e todo tipo de entulho na entrada da cidade, indício de que o risco de uma invasão era temido pelos habitantes. Ao contrário dos locais por onde havíamos passado, sempre vazios, a população estava nas ruas — grande parte dela muito armada. Nas calçadas e nas ruas, ainda iluminadas pela

empresa pública de energia, vendedores ambulantes ofereciam galões de combustível enquanto em pequenos mercados longas filas se formavam em busca de gêneros alimentícios básicos, como arroz e açúcar. Os disparos para o alto eram constantes, não apenas de fuzis, mas também de canhões antiaéreos.

Fomos direto para o hospital, onde a situação também era confusa. Ali, os feridos do conflito eram tratados, os mortos jaziam e atirava-se para o alto sem o pudor de perturbar os pacientes ou o luto de familiares. Perto da porta do prédio fomos recebidos por um médico, dr. Mohammed Othman, que veio a nosso encontro. Mas, antes que pudéssemos saudá-lo, um homem com ares de Rambo, vestindo trajes militares camuflados e um *keffieh* enrolado à cabeça, tomou a frente aos gritos, caminhando em nossa direção e gesticulando com uma pistola automática em punho enquanto falava. A seu redor, um grupo de homens tentava contê-lo. Uma cena estranha. Eu não entendia uma só palavra, e minha primeira impressão era a de que ele queria tomar satisfações. Perguntei a Ghaith o que estava acontecendo. Também confuso, ele explicou que aquele homem, chamado Abdul Satar, queria falar conosco a todo custo, antes de qualquer liderança política ou religiosa. Após seu instante de histeria, prometemos que o escutaríamos. Então ele baixou a voz e disse-nos que estávamos em segurança.

— Não se preocupem com os tiros. Nós estamos apenas tentando impedir que os mercenários se aproximem — explicou.

Com Abdul sob controle, o dr. Othman pôde se apresentar, falando em inglês impecável. Ao ouvi-lo senti grande alívio, porque enfim eu deixava de depender de Ghaith. Em tom professoral, o médico nos explicou que havíamos sido conduzidos ao hospital porque aquele era considerado o lugar mais seguro da cidade, imune até então aos bombardeios por morteiros. Havia feridos no interior do edifício, e a unidade de terapia intensiva estava lotada, assim como as câmaras frias. Os medicamentos eram racionados e a escassez de produtos médicos começava a aumentar. Dr. Othman nos passava essas primeiras informações enquanto atravessávamos o pátio do hospital em direção a um dos apartamentos usados como acampamento pelo pessoal da segurança, por enfermeiros e médicos. Lá conversaríamos, disse ele, receberíamos comida e água, enquanto os líderes tribais da cidade seriam reunidos para nos encontrar ao longo da noite.

Entramos em uma sala que nos foi apontada, iluminada com uma lâmpada incandescente, na qual havia um entra e sai permanente. Pelo menos dez pessoas se amontoavam no interior, a maior parte ouvindo as notícias em um pequeno televisor sintonizado na Al Jazeera em árabe. Entre os rebeldes que ali estavam, Abdul nos aguardava, e, como minutos antes, tentaria de novo monopolizar nossa atenção. Dessa vez, porém, o dr. Othman se impôs, com uma autoridade moral reforçada pela voz encorpada e pela postura de liderança. Sentou-se em um dos sofás que costeavam as paredes, ajeitando os longos trajes de lã clara, e se colocou à disposição por alguns minutos para fazer um relato da situação em Zintan.

Uma de suas primeiras preocupações foi explicar que a cidade havia sido a primeira fâsca da revolução na Tripolitânia, no oeste do país. Para expulsar as forças do

regime, os protestos pacíficos tinham cedido lugar a enfrentamentos armados de rua contra os serviços de segurança. Como nas demais cidades, a sede do Comitê Revolucionário kadafista havia sido atacada e destruída por saques e pelo fogo. Desde a tomada daquele ponto, o centro de Zintan fora transformado em um cenário de guerrilha urbana. Vários imóveis públicos nos quais operavam órgãos do governo sofreram invasão, destruição e pichação de slogans revolucionários. Nas ruas, automóveis incendiados perturbavam o tráfego, mas também serviam como barreiras para o caso de uma invasão. O levante foi possível, disse o dr. Othman, porque, inspirados pelos países vizinhos e pelo movimento em Benghazi, os habitantes do município decidiram dar um basta na opressão política e cultural imposta por Kadafi.

— No intervalo de dias, tudo mudou dramaticamente na Líbia. As pessoas quebraram a barreira do medo — disse o médico.

Não então perguntamos sobre o início do levante na Tripolitânia, explicando-lhe que no Ocidente pouco se sabia sobre a insurreição no oeste da Líbia, em particular em Zintan. Precisávamos das informações mais básicas, como o número de mortos. Apesar da intensidade dos combates, disse ele, houvera apenas “duas ou três” baixas de cada lado. Até o momento, dezesseis rebeldes estavam desaparecidos. Ele contou que os habitantes de Zintan eram inimigos históricos de Kadafi, que quisera retaliar o levante sufocando a cidade antes mesmo de tentar a retomada de Benghazi e do leste do país. Para tanto, apelara aos mercenários que chegavam do Níger, de Chade e de Mali, assim como ao pagamento de um bônus, para cada líbio, no valor de 20 mil dinares — ou cerca de 150 dólares.

Em síntese, o regime tentava comprar ao mesmo tempo o apoio popular e a adesão de novas forças para lutar ao lado do Exército. Nos dias que se seguiram, vimos filas nos bancos. Alguns líbios sacavam o dinheiro oferecido por Kadafi e se mantinham como opositores. Outros, alguns muito pobres, diziam “não” às “doações” feitas pelo tirano.

— Houve uma grande batalha e nós resistimos a uma ação muito agressiva por parte das forças de segurança do regime. Tivemos mortos e feridos. Mas ao fim dos primeiros combates este lugar mudou o balanço da revolução, que migrou do leste para o oeste do país — explicou o médico, sem esconder o orgulho.

Nas últimas 24 horas Ghaith e eu descobríamos um cenário revolucionário, mas não tínhamos a exata noção de quão articulado era aquele movimento, tanto entre cidades quanto entre tribos. Dr. Othman reconheceu que aquele era, por ora, o grande desafio da insurgência no interior da Líbia: organizar-se para, em um esforço coletivo, enfrentar o regime e enfraquecê-lo até o fim.

— Ainda não se trata de um movimento organizado. Os fatos estouram de forma espontânea, e só agora passamos a nos preocupar em coordenar nossa luta — lamentou, enumerando encontros com líderes tribais de outros povoados para fazer frente às Forças Armadas.

A mobilização, enfatizou o dr. Othman, era necessária para o combate:

— Estamos tentando coordenar a partilha de armas e munição com Zuwara para a grande batalha de Trípoli.

Até então a mídia internacional não cogitava a hipótese de uma guerra pela libertação do país que resultasse na invasão da capital, onde se situava o bunker de Kadafi, Bab al-Azizia. Embora estivéssemos ante um movimento armado que se irradiava pelo interior, era a primeira vez que constatávamos, Ghaith e eu, o espectro de um conflito de grande amplitude. Como começáramos a concluir em Nalut, as chances de que levantes locais pacíficos e desorganizados fossem suficientes para derrubar o regime não eram nem sequer consideradas pelos rebeldes. Em vez disso, almejava-se a colaboração crescente com cidades sitiadas, como Zawiyah, para onde munição já tinha sido enviada, sendo capturada por forças pró-regime.

O médico explicou ainda que um dos desafios mais urgentes dos revolucionários era a criação de comitês capazes de restabelecer os serviços públicos mínimos, mesmo em meio ao conflito. Questões como acesso à saúde, segurança pública e assistência social eram problemas cuja importância crescia vertiginosamente. Além de enfrentar as adversidades locais mais imediatas da população civil, os insurgentes precisavam ser capazes de colocar em pé uma espécie de comitê político que fosse o porta-voz do oeste da Líbia, à imagem do nascente Conselho Nacional implantado em Benghazi logo após o levante.

— Nós queremos entrar em coordenação com eles — resumiu o dr. Othman, que nos deixaria em seguida para participar de uma reunião de articulação do movimento ainda naquela noite.

Além dos planos de invasão de Trípoli, constatávamos que, a despeito da deficiência de comunicação, as estratégias de ataque eram traçadas para curtíssimo prazo, como se a possibilidade de uma ofensiva sobre a capital fosse iminente. Um dos responsáveis pela segurança de Zintan nos explicou que a “marcha a Trípoli” deveria ter começado no dia anterior, mas havia sido “adiada” por dificuldades de toda ordem, em especial de coordenação. Entretanto, ele frisava, era necessário “enviar homens armados” à cidade, onde manifestantes “estavam sendo massacrados”, sem que ninguém os ajudasse. Ghaith e eu não questionamos aqueles prazos, mas tive a impressão de que identificáramos uma inconsistência no discurso rebelde: a tomada da maior cidade do país não poderia acontecer sem planejamento e sem muita articulação. Ou os insurgentes estavam trabalhando duro longe das frentes de combate para organizar uma operação conjunta surpreendente e arrebatedora nos dias que viriam, ou havia um excesso de confiança, uma euforia desconectada da realidade nos corações dos rebeldes tripolitanos.

Depois da partida do dr. Othman, fomos levados para uma unidade desativada do hospital, onde líderes políticos da região nos aguardavam. Ao chegarmos, fui surpreendido por uma fileira de homens idosos, sentados um ao lado do outro, curiosos com a presença de jornalistas na cidade, até então sem contato com o Ocidente, a exemplo de Nalut. À frente de cada um havia uma cadeira, e todos pareciam esperar um interlocutor diferente. Sentado mais à esquerda estava um dos sábios da cidade, homem

de mais de 80 anos, cabelo branco e coluna curvada, cuja inclinação parecia acentuada pelos pesados mantos de lã que o cobriam. Seu nome era Amin Milad. Antes que eu pudesse “escolher” meu entrevistado, senti como se tivesse sido escolhido. Eu contava com Ali Taher Saleh, um líbio que vivera exilado no Canadá e retornara ao país para auxiliar na organização do movimento, para traduzir nossa conversa. Milad explicou que se deslocara até o hospital porque, segundo ele, os líbios precisavam da imprensa e tinham grande interesse em esclarecer a natureza do levante contra Muamar Kadafi.

— Vocês são os primeiros a chegar a Zintan. Todos os outros jornalistas de que temos notícias estão na parte liberada do país — disse ele.

À minha direita, percebi que Ghaith tinha dificuldades, falando ao mesmo tempo com vários homens que lhe cobravam atenção. Já o diálogo que Milad e eu tivemos seria revelador. Detalhista, transparecendo na voz pausada a paciência de quem viveu o suficiente para não ter mais pressa, ele explicou a origem da rebelião em Zintan, cujo catalisador fora a tentativa das forças de Kadafi de recrutar, em 16 de fevereiro, um total de 2 mil jovens para lutar contra os manifestantes em Benghazi. Entre os moradores da região, os meninos ficariam conhecidos como “os 2 mil de Zintan”: não por terem ido ao front para enfrentar seus compatriotas, e sim por terem se negado a fazê-lo. Um ato de bravura e de desafio ao regime que deu início ao movimento revolucionário local.

Desde a primeira noite, contou Milad, ficara claro que a ditadura não seria capaz de lidar pacificamente contra manifestações pacíficas. Ameaçados, os jovens se lançaram aos protestos queimando carros e ônibus e desafiando a autoridade de cerca de quinhentos policiais e militares armados no município. Dois desses agentes chegaram a ser ameaçados por uma tentativa de linchamento, contida pelos mais velhos. Quando os principais prédios públicos do governo foram tomados, as Forças Armadas, com a ajuda de mercenários subsaarianos, tentaram impor um cerco à cidade, medida que vinha sendo combatida desde então com enfrentamentos diários.

Havia um preço a pagar pela rebeldia, no entanto: Zintan já vivia quatro dias de escassez de gêneros alimentícios e suprimentos de toda ordem, além da falta de energia elétrica. Mas as adversidades não provocavam um pingote de arrependimento na voz enrouquecida de Milad, que falava em nome de outros líderes políticos da cidade. Pelo contrário: inspiravam a todos a resistir ao inevitável assédio das forças leais ao regime e a ir além, avançando na rebelião, um desejo antigo, segundo explicava.

— A Líbia estava pronta para o que vem acontecendo há pelo menos doze anos, em razão das injustiças e da tirania do regime de Kadafi — afirmou, reconhecendo a influência decisiva das insurreições na Tunísia e no Egito. — Kadafi está usando dinheiro líbio para contratar mercenários de outros pontos da África para matar líbios. É um psicopata. Sempre se soube que era um canalha, mas não se sabia exatamente quanto.

Milad se mostrava orgulhoso da reação popular contra o regime, em especial por ter sido realizada em uma região próxima a Trípoli, onde as forças kadafistas se concentravam, circunstância que facilitaria um eventual contra-ataque. O motivo de tamanha satisfação era que a coragem dos “2 mil” tinha transformado o levante de

Benghazi, então isolado no leste, em um movimento nacional capaz de desencorajar a tentação separatista e responder à comunidade internacional sobre as dúvidas a respeito da unidade do país. A Líbia, dizia ele, era uma só — e não queria mais Kadafi.

— Mandamos uma mensagem clara a Benghazi, dizendo que somos um país unificado. Como lá, as pessoas daqui estão lutando por uma causa e não têm mais medo — assegurou ele, com olhar profundo, seguro e crível.

A seu lado, Ali ouviu a colocação e insistiu:

— Além de resistir, queríamos enviar a mensagem de que não somos um grupo de tribos bárbaras, mas um país forte e unificado. E juntos vamos libertar a Líbia.

Como fizera o dr. Othman, Milad também explicou que o movimento na Tripolitânia buscava coordenar esforços com outras importantes cidades do oeste da Líbia, que começavam a se levantar, como Zuwara e Misrata. O objetivo era organizar a luta e otimizar forças, armas e munições de que os rebeldes dispunham para enfrentar as tropas fiéis ao regime. Afinal, dizia ele, todos na Líbia tinham absoluta convicção, desde os primeiros instantes da insurgência, de que Kadafi não abandonaria o poder, como acontecera na Tunísia e no Egito.

Diante da perspectiva de um conflito armado, propus a Milad que descrevesse o tipo de nação que ele, uma das autoridades religiosas da cidade, desejava ajudar a implantar no pós-revolução. Como acontecera em Nalut e em Jadou, Milad demonstrou convicção na constituição de um Estado democrático de direito.

— Queremos transformar uma ditadura em uma democracia livre, com presidente eleito por homens e mulheres e regido por uma Constituição — explicou, arriscando em inglês bem compreensível. — Não será um regime religioso. Teremos um Estado secular.

Os líbios, dizia ele, buscariam suas próprias experiências no longo caminho em direção à democracia, mas talvez a Turquia fosse um bom exemplo na região. Disse-lhe que tinha ouvido discursos semelhantes que pregavam a democracia, o respeito à Constituição e aos direitos humanos nas cidades pelas quais tínhamos passado. Mas quis saber como um país sujeito a uma ditadura longa e sanguinária e tão fechado ao mundo exterior, como a Líbia, havia incorporado tantos valores ocidentais à sua cultura política. Milad explicou que a Líbia era um país muito fechado aos estrangeiros, mas que vinha se valendo de sua elite intelectual, formada no exterior, assim como do acesso a emissoras de tv internacionais e à internet, para construir uma nova consciência política, renovada por alguns dos valores do Ocidente.

— Vocês sabem muito pouco sobre nós, sobre o povo líbio, porque o país esteve fechado durante muitos anos. Mas nós sabemos muito sobre vocês.

Ghaith me parecia impaciente. Então agradei a atenção de Milad e segui Ali. Ele nos havia convencido a visitar a câmara fria na qual jaziam os corpos de supostos mercenários mortos durante os primeiros combates na região. Como ocorrera em Nalut, havia certa neurose na cidade a respeito do possível envolvimento em massa de africanos subsaarianos como mercenários no conflito. Ghaith se mostrava ainda mais desconfortável diante da falta de evidências concretas de envolvimento dos negros com o

regime. No necrotério, Ali abriu uma das gavetas para mostrar o corpo de um homem negro, morto com um disparo no rosto. Fiquei na dúvida sobre se havia sido um acaso ou uma execução pura e simples. Além daquele cadáver, outros eram caçados, naquele preciso momento, nas imediações da cidade, e mais alguns estavam detidos no interior do hospital, onde recebiam tratamento médico. Pedimos para visitá-los, mas não recebemos autorização. Em vez disso, nos repassaram carteiras de identidade e passaportes de malianos, supostas provas de que se tratava de milicianos a soldo de Kadafi. Mais tarde, ainda em Zintan, Ghaith flagraria um homem negro sendo levado à força por quatro rebeldes em um carro, com a cabeça abaixada contra o assento. Seu destino era desconhecido. Para Ghaith, os insurgentes já repetiam velhos vícios do regime.

Deixamos o necrotério sem a certeza de que os negros mortos eram de fato mercenários. Tínhamos ouvido, quando de nossa chegada à cidade, que os rebeldes haviam montado perto do hospital um centro no qual instalaram equipamentos para se conectar à internet e, de lá, conceder entrevistas a redes de TV como Al Jazeera e CNN sobre a situação do levante na Tripolitânia. Pedimos a Ali que nos levasse a esse local, onde poderíamos entrar em contato com o mundo externo pela primeira vez desde que entráramos no país, atualizando as informações de que dispúnhamos sobre a situação nacional. Ao chegar à sala, descobrimos um verdadeiro centro de comunicação, montado pelo talento de um homem, o engenheiro Adel el-Zenteni. Com cerca de quarenta anos, inteligente, bem articulado e falante, Adel, como Ali, havia retornado do Canadá, onde se exilara, para trabalhar em prol da revolução. Em vez de pegar em armas, o que não desejava fazer, decidi contribuir restabelecendo a comunicação entre Zintan e o exterior, cortada pelas forças leais a Kadafi no início do levante na cidade. Até então, sua estratégia funcionava com perfeição. Em uma escrivaninha, instalara um escritório de trabalho completo, com computador, radiocomunicadores, linhas telefônicas fixas e acesso completo à internet, inclusive por Skype, além de televisor com acesso a canais de TV internacionais, como a Al Jazeera. Em uma peça contígua, cabos ethernet corriam sobre uma grande mesa de reuniões. Ali havia mais um ou dois pontos de conexão, usados por jovens rebeldes para extrair vídeos e fotos sobre a rebelião gravados em seus telefones celulares. As imagens eram postadas em sites como YouTube. Da mesma maneira, mensagens de insurgência eram bombardeadas nas mídias sociais. Em Zintan, como ocorrera na Tunísia e no Egito, o Facebook tornara-se arma de mobilização, de propaganda e de guerra — e das mais eficientes, por romper a espiral de silêncio imposta pelo regime.

Adel saudou entusiasmado nossa chegada, porque esperava ansioso que jornalistas do mundo inteiro também pudessem ingressar no oeste do país, uma presença que poderia reduzir o ímpeto e a violência do esperado contra-ataque das tropas kadafistas na região. Por ora, disse ele, jornalistas estrangeiros começavam a chegar a Trípoli, mas convidados pelo regime e trabalhando sob alta vigilância. Cerceados, teriam

contato limitado com a oposição, passando a maior parte do tempo bloqueados no hotel Rixos, situado nas imediações da fortaleza de Bab al-Azizia, e realizando deslocamentos organizados pelo governo. Naquele dia, dizia-se, estariam em Sabratha, cidade histórica mediterrânea reputada por maioria kadafista, embora situada entre dois feudos de forte atividade rebelde: Zuwara e Zawiyah.

Adel passou a falar com animação sobre o apoio que vinha sendo atribuído aos insurgentes por governos poderosos, como os dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França — três membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O suporte e a pressão política estrangeiras, entendia ele, poderiam brevar as ameaças de Kadafi de intensificar a repressão violenta — até porque nas últimas horas havia sinais inquietantes de reorganização das Forças Armadas na região. Era a primeira má notícia a respeito do futuro da insurgência que recebíamos desde o ingresso no país, após o banho de otimismo.

— Estamos enfrentando problemas nas imediações de Nalut — disse ele, explicando por que tínhamos encontrado dificuldades, horas antes, para avançar a Zuwara. — Kadafi enviou reforços para o posto de fronteira de Dehiba e agora estão pressionando Nalut. A cidade está sob ataque neste momento.

Ainda conforme Adel, mais doze ou treze “africanos” armados tinham sido presos. A forma como ele se referiu aos subsaarianos revelava certo preconceito que muitos árabes líbios demonstravam em relação aos negros. Pouco à vontade com aquelas declarações, pedi licença para usar um dos pontos de conexão da sala anexa, enquanto Ghaith seguia o diálogo com Adel, Ali e outros. Busquei nas agências de notícias informações sobre o cenário nacional do conflito nas últimas 48 horas. As notícias ainda eram muito fluidas sobre a situação no interior do país, em especial no oeste. Havia relatos não confirmados de que manifestantes da terceira mais importante cidade da Líbia, Misrata, haviam sido atacados por “mercenários” que teriam atirado na multidão com balas reais a partir de helicópteros do regime durante o funeral de vítimas dos confrontos do dia anterior.

A informação era importante por colocar uma cidade a mais no mapa da revolução. Em Trípoli, por outro lado, os relatos eram de ruas semidesertas, ocupadas por picapes de tropas leais que, armadas, faziam a ronda na cidade, impedindo a realização de manifestações. Pelo menos a meu ver, a sorte da capital era a situação mais enigmática, porque se sabia muito pouco além de especulações sobre movimentos insurgentes na periferia. Também pouco claras eram as circunstâncias em Zuwara, onde o levante ainda estaria em curso, contra tropas e milícias pró-Kadafi. De outro lado, os porta-vozes do regime asseguravam que o país seguia sob controle. Seif al-Islam, filho de Kadafi, concedera entrevista à Al Arabiya, na qual garantira que as condições de segurança eram “excelentes” em toda a nação. O que chamava a atenção eram traços de um discurso conciliador. Ele reconhecia uma “vontade interior de mudança”, embora atribuísse as manifestações a “manipulações estrangeiras”.

— Trípoli está em segurança — garantiu, em um discurso distante da beligerância

do pai, que na véspera assegurara, em aparição na praça Verde, no centro da capital, que o governo “lutaria e venceria” a rebelião iniciada em Benghazi.

Entre as notícias, a que mais me surpreendeu foi a repercussão internacional crescente do conflito. Pela tv, soube que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, havia pedido o congelamento dos bens do ditador e de seus familiares. A exemplo da Casa Branca, a França também tinha anunciado uma investigação sobre suspeitas de lavagem de dinheiro por parte da família Kadafi, também colocando seus bens sob custódia. Além disso, e mais importante, o Ministério das Relações Exteriores francês suspendera suas atividades diplomáticas na Líbia “em razão da degradação das condições de segurança”. O embaixador e seus subordinados tinham deixado o país, assim como um total de 654 pessoas, dos quais 498 franceses. Decisão semelhante teria sido tomada por Londres, que retirara seu embaixador e sua equipe, assim como 150 civis envolvidos em postos de trabalho no deserto. Além disso, o primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper, pretendia acionar o Tribunal Penal Internacional (TPI), para averiguação dos possíveis crimes contra a humanidade em curso no interior da Líbia.

Um bloco anti-Kadafi começava a se formar a partir da articulação dos Estados Unidos com a Europa, sob a liderança da França e do Reino Unido. Os dois países agiam no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que analisava a adoção de sanções contra o regime. Havia até mesmo um projeto de resolução já redigido, cujo objetivo aparente era impedir o avanço da repressão e evitar novos crimes contra a humanidade. O estado do debate na ONU me pareceu avançado. Havia previsão de um embargo de venda de armas à Líbia e restrição em deslocamentos aéreos de Kadafi e de sua família, além de novas medidas sobre os bens do clã. Eu não tomaria conhecimento, mas naquela mesma noite, após onze horas de deliberações diplomáticas em Nova York, o Conselho de Segurança aprovaria por unanimidade a Resolução 1970, que incluía exatamente aqueles pontos: embargo de armas, congelamento dos bens do líder líbio e de sua família, assim como proibição de que eles deixassem o país. Por fim, o Conselho decidira levar adiante a ideia de acionar o TPI para uma investigação sobre a hipótese de genocídio.

Um elemento importante para aquela decisão fora a defecção do embaixador da Líbia, Mohammed Shalgham — amigo íntimo do “coronel” —, no primeiro dia de debates na ONU, o que reforçava os argumentos a favor das sanções e isolava ainda mais o país. Estava claro desde então que a pressão da comunidade internacional crescia, e Kadafi me parecia encurralado e sem apoio. O melhor que ele agregava até aquele momento eram os apoios de personalidades como Hugo Chávez, presidente da Venezuela, e Daniel Ortega, da Nicarágua, fiéis apesar da repressão violenta à contestação. Ortega denunciava “uma campanha feroz” para tomar o controle das reservas de petróleo do país, sugerindo uma orquestração do Ocidente e ignorando, por desconhecimento ou conveniência, que um movimento insurgente e espontâneo se espalhava no país. Os apoios que me pareciam relevantes eram dois. O primeiro, o do primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, que, apesar de reprovar as atitudes do regime, dizia não considerar as sanções da ONU uma boa alternativa contra a repressão. O segundo apoio era o do Brasil, que

silenciara até então, recusando-se a dar acenos diplomáticos na direção dos insurgentes.

Baseado no que consegui ler, não me passou pela cabeça que Estados Unidos, França e Reino Unido pudessem intervir com auxílio militar. Depreendi daquelas informações que o Ocidente tentava dissuadir Kadafi de empregar a força contra a população civil, para que os manifestantes se lançassem às ruas em relativa segurança, repetindo em Trípoli os protestos de Túnis e do Cairo. Por outro lado, o que eu via no terreno indicava que a insurgência já se tornava um movimento armado, e que não haveria mais espaço para uma transição pacífica, nem da parte do regime, nem da parte dos rebeldes.

Em paralelo, as evacuações nos postos de fronteira se intensificavam. Uma rápida mobilização internacional ocorrera para retirar estrangeiros do interior da Líbia. Um total de 38 mil pessoas, dos quais 18 mil tunisianos e 15 mil egípcios, além de 2500 libios e 2500 chineses, haviam deixado o país pelo posto de fronteira de Ras Jdir. Mas no intervalo de 48 horas o êxodo se tornara um assunto de Estado. Dois navios turcos tinham evacuado um total de 1200 compatriotas e quinhentos outros estrangeiros de 25 nacionalidades diferentes, conduzindo-os de Benghazi ao porto de Marmaris. A Índia também organizava a evacuação. Um avião da Air India havia transportado os primeiros trezentos trabalhadores, dentre 18 mil empregados em companhias de construção civil, de transportes e em saúde pública. Já a China planejava uma megaoperação com quinze aviões por dia para retirar, no intervalo de duas semanas, um total de 33 mil trabalhadores, 16 mil dos quais já a caminho da Tunísia, da Grécia, do Egito e de Malta. A ilha, aliás, havia se transformado em uma terra de acolhida para quem fugia da iminência de conflito armado, abrindo o porto de La Valette aos novos exilados.

O mesmo procedimento tinha sido adotado pelo governo do Brasil, que enviara a Benghazi um barco para ajudar na retirada de estrangeiros, entre os quais 148 brasileiros. Em terra, haviam permanecido apenas o pessoal diplomático, liderado pelo embaixador George Ney Fernandes, e alguns representantes de grandes empresas, como Odebrecht e outras, no esforço de reunir seus trabalhadores ainda no país. Eu tentara contato com o embaixador todos os dias, desde quando ainda estava em Paris, mas até aquele momento fora impossível falar com ele, apesar de todos os recados que lhe enderecei.

Naquela mesma noite, enviei meus primeiros relatos para o jornal. Meu texto estabelecia um paralelo entre a permanência do coronel no topo do regime e sua perda progressiva de controle. Em um breve relato, feito sob a pressão do deadline, expliquei que tínhamos ingressado clandestinamente no interior do país. Depois de rodar cerca de 400 quilômetros entre deslocamentos, idas e vindas, e passar por três importantes cidades da Tripolitânia, uma região que Kadafi afirmava lhe ser fiel, encontráramos uma realidade inédita: em grande parte do país, disse eu, o povo estava no poder de fato. O movimento mais importante não vinha de pseudoautoridades políticas, mas do levante comandado por personagens anônimos que ia muito além das portas de Benghazi e se espalhava por

todo o território — ao contrário do que afirmava o “coronel”. Não à toa, uma nova bandeira nacional tremulava em prédios públicos e marcos municipais, substituindo painéis com a imagem do ditador. O mesmo pavilhão também era agitado nas mãos dos rebeldes, de um sentimento de unidade nacional que reverberava no peito dos líbios, em luta contra o poder ditatorial. Esse movimento, visível em tribos, vilarejos e cidades de maior porte, estava muito mais próximo da capital do que imaginávamos, e, embora não se desejasse um banho de sangue, a população não renunciaria à luta armada, pois seus líderes tinham concluído que ela era necessária para garantir a libertação do país. Expliquei ainda que ações de guerrilha se multiplicavam pelo oeste, tornando possível a tomada e a ocupação de símbolos de poder, como delegacias e prédios das Forças Armadas. Em lugar dos Comitês Revolucionários criados por Kadafi após 1969, comitês populares usavam a estrutura estatal para redistribuir alimentos e combustíveis e negociar um mínimo de coordenação entre os rebeldes.

A perspectiva do fim do regime, eu relatava, espalhava euforia, expectativa, preocupação, mas, sobretudo, adesão. Mesmo antigos colaboradores kadafistas, pessoas que participavam dos Comitês Revolucionários, da polícia e das Forças Armadas, juntavam-se à insurgência. Outras apenas desertavam, poupando o país de mais mortes e unindo diferentes tribos contra a histórica estratégia de Kadafi para se manter no poder: semear o terror, dessa vez usando até canhões antiaéreos para dispersar manifestantes.

Um segundo texto, que seria publicado na segunda-feira, 21 de fevereiro de 2011, se concentrou em torno de um único tema: a perspectiva da “Batalha de Trípoli”, como os ativistas do oeste vinham chamando o assalto que esperavam realizar nos dias seguintes. Eu escrevia: “Eles já dominam grande parte do interior da Líbia, e agora preparam a tomada de Trípoli. Reunidos às centenas em cada vilarejo, armados de fuzis AK-47 e se comunicando via rádios e celulares”, os revoltosos organizavam “ações para o que chamam de ‘Batalha de Trípoli’, o assalto simultâneo da capital”. Em outro trecho, eu afirmava que a palavra de ordem, repetida à exaustão pelos insurgentes, era “revolução”, e que os discursos beligerantes sobre a inviabilidade de manifestações públicas na capital escondiam a progressiva desesperança de que o regime de Muamar Kadafi cedesse de forma pacífica. “Os revoltosos só pegam em armas”, disse eu, “porque não acreditam mais que o regime de Kadafi será derrubado por manifestações pacíficas, como na Tunísia e no Egito.”

Deixamos a sala de Adel e retornamos ao hospital mais uma vez em um automóvel, apesar da curta distância, sempre por razões de segurança, segundo justificaram os rebeldes. Ao regressarmos, Abdul, que nos havia recebido gesticulando com sua 9mm, nos aguardava para enfim conversarmos. Ele se sentou, dessa vez com sua Kalash equipada de baioneta entre as pernas, e se pôs a falar — e muito. Contou que seu grupo de insurgentes estava atacando checkpoints nas imediações de Zintan, onde forças leais ao regime tentavam controlar o acesso da população civil. Naquele momento, disse, acabava de voltar de um daqueles assaltos, no qual matara um soldado e trouxera consigo três prisioneiros, todos feridos. Infelizmente Abdul não fazia pausas nem abria espaço

para perguntas. Em vez disso, continuava a descrever esses ataques esporádicos e típicos de guerrilha que comandava, e que vinham rendendo aos ativistas da região acesso aos campos militares no deserto, nos quais o arsenal das forças de Kadafi estavam armazenados.

— Nós capturamos todas as nossas armas nesses arsenais — contou Abdul.

E continuou seu monólogo, agora sem minha atenção, embora Ghaith continuasse a traduzir trechos que considerava mais relevantes. Alguns poucos minutos depois, o rebelde levantou-se, estendeu a mão, cumprimentou-me, batendo a seguir em seu peito e saudando-me com um “*Salam Aleikum*”. Fez o mesmo com Ghaith e foi embora, prometendo nos ajudar no dia seguinte ao chegar a Trípoli, como haviam feito Adel e Ali mais cedo.

Fomos levados a outro pavilhão do complexo hospitalar, reservado a enfermeiros e médicos de plantão. Um quarto havia sido preparado para nos receber no apartamento de uma enfermeira corpulenta cuja pele, olhos e cabelo claros e sotaque típico denunciavam ser originária do Leste Europeu. Com ela vivia o marido — nenhum dos dois interessados em deixar o país, apesar da situação de guerra e dos riscos e privações dela decorrentes. No quarto de piso forrado com um tapete marrom desgastado, havia um televisor ligado na Al Jazeera e duas camas de solteiro, dispostas em paredes opostas. Um terceiro colchão havia sido colocado no chão, em perpendicular aos pés de uma das camas. Então percebi que entre mim, Ghaith e as pessoas que nos acompanhavam até aquele momento estava o motorista que nos conduzira no trajeto entre Jadou e Zintan. Perguntei-me por que ele permanecia na cidade, e pensei que talvez não tivesse querido retornar à noite para sua casa. A resposta correta — e surpreendente — eu só saberia minutos depois, por meio de Ghaith, que arrancaria enfim algumas palavras de nosso condutor.

Obedecendo à moral tribal, ele se sentia responsável por nossa segurança e decidira ficar até tarde naquela noite nos acompanhando, de modo a ter certeza de que estávamos bem instalados e sob os auspícios de uma nova tribo, à qual recairia o fardo que ele assumira. Senti um misto de profunda admiração e algum desconforto. A admiração dizia respeito à noção de compromisso, de solidariedade, de fidelidade que as tribos berberes e árabes trazem em seus costumes em relação àqueles que consideram seus amigos; o desconforto estava relacionado com um certo sentimento de tutela, que não me agradava. Não bastasse, eu estava preocupado — como Ghaith — em não expor mais ninguém aos riscos que nós, por dever profissional e vontade própria, estávamos assumindo na cobertura de um conflito armado. De todo modo, me senti grato pela ajuda e, reconhecido por sua lealdade até ali, me instalei no colchão do chão, cedendo-lhe uma das camas. Apaguei em poucos instantes, exausto, sob o som de rajadas intermitentes de Kalash, de eventuais disparos de canhões antiaéreos e de esporádicos gritos de apoio à revolução.

A frequência dos tiros reduzira-se na manhã de domingo, quando nós três acordamos. Nós despedimos de nosso motorista, agora sim convencido de que estávamos em segurança. Como ele, nos preparamos para partir. Ali logo apareceu com um café da manhã improvisado, com biscoitos, água, refrigerantes e uma espécie de leite coalhado, o laban. Eu já o havia provado e achei horrível, mas Ghaith vibrou como uma criança, bebendo-o na mesma hora, com os olhos arregalados e comentando que aquela era sua bebida favorita quando pequeno, no Iraque. Ele definitivamente não fazia o gênero durão de guerra; ao contrário, era um cara de fala mansa, em tom baixo, polido, que manipulava seus interlocutores sem maldade, sabendo sempre convencê-los de maneira gentil. Daí foi um passo para entender: fora do ambiente de trabalho, ele fazia o tipo sedutor. Mesmo em meio à cobertura de um conflito armado, encontrava tempo para colocar seu telefone a serviço das relações pessoais. Safa, também repórter de frentes de guerra com quem ele vivia em Beirute, era um alvo constante de palavras adocicadas. Ghaith sempre encontrava tempo para murmurar ao telefone. O mesmo repórter corajoso, concentrado e determinado era também um galanteador.

Passados aqueles poucos instantes de descontração, fomos informados por Ali de que o desafio de furar o cerco militar em torno de Trípoli parecia mais difícil do que supúnhamos até então. Ele seguiria buscando alternativas, assim como Ghaith e eu, mas um plano B parecia ganhar força: o de que, naquele dia, deveríamos nos contentar em chegar a Zawiyah e não a Trípoli. Ali nos havia garantido ter contatos na cidade, também sob poder dos insurgentes, e pretendia convencer dois desses ativistas a vir a Zintan, para então partirmos com eles. Era uma opção a mais, e atraente, porque se tratava de uma das cidades de periferia mais próximas de Trípoli. Ainda assim, não era o que mais queríamos. Com uma expressão preocupada, Ali nos deixou, pedindo que não saíssemos do cômodo até que ele voltasse, dentro de minutos, quando traria notícias de seus contatos.

Limitados no início daquela manhã a uma sala de cerca de três por quatro metros, não tínhamos muito a fazer além de acompanhar as informações pela tv. Abdul apareceu para nos saudar, afirmando que também vinha fazendo contatos para que pudéssemos avançar em direção a Trípoli. Ele logo foi embora, mas em seu lugar recebemos outra visita. Um homem entre trinta e quarenta anos veio a nosso quarto, pediu licença para entrar, sentou-se na beira de uma das camas e escorou sua Kalash com o cabo no chão, segurando-a pelo cano. Explicou que viera porque queria contar sua história como militar desertor. Seus comandantes eram — e continuavam a ser — membros do regime. Seu depoimento sobre a violência em Trípoli era aterrador, por vir de alguém de dentro do aparato de repressão.

— Quando os manifestantes chegaram para protestar de forma pacífica — disse ele —, recebemos ordens para atirar. Nós nos recusamos, e fomos tratados como traidores.

Foram então levados para outra posição das Forças Armadas, no deserto. Tiveram suas armas retiradas, assim como seus telefones, e foram acusados de colaboração.

Encarcerados, seis em uma cela, ouviram uma sentença informal de um dos comandantes:

— Vocês serão executados.

Na mesma cela, “africanos não líbios” — na descrição do desertor — foram aprisionados. Soldados armados apareceram para conduzi-los a um local no deserto, onde seriam assassinados, ao que tudo indicava. Ele e outros três prisioneiros reagiram, mataram o motorista e dominaram os outros cinco soldados que estavam no veículo.

Ao escapar da execução, ele decidira tomar o rumo de Zintan e chegou à cidade muito tarde, na noite anterior. Como soubera da presença de jornalistas ali, decidiu nos procurar para contar sua história. Agradeceu, nos saudou e, sem maiores detalhes, levantou-se, pediu licença e foi embora. A conversa toda, ou melhor, seu depoimento, não havia durado mais do que cinco ou dez minutos. De forma espontânea, aquele homem viera ao nosso encontro, testemunhara sua experiência-limite e partira, como se ao falar pudesse, a um só tempo, tirar da garganta a tortura psicológica pela qual passara e, quem sabe, ajudar a esclarecer os métodos do regime de Muamar Kadafi. Ghaith e eu não esperávamos por aquela “visita”, menos ainda por sua súbita partida. Percebi que ele, como eu, ficara impressionado com a crueza do relato que tínhamos acabado de ouvir.

Ali voltaria algum tempo depois, levando-nos para o centro da cidade, que ainda não tínhamos podido visitar à luz do dia. Após uma semana da eclosão do levante, os moradores tentavam de alguma maneira recriar um cotidiano, a despeito dos riscos e das privações gerados pelo conflito e pelas dificuldades crescentes de transporte e de provisões no país. Nas calçadas das ruas mais centrais, plenas de movimento, havia um intenso comércio de galões de combustível, cujo preço subia muito, em um indício de que a escassez de gasolina começava a se tornar severa. Mas as dificuldades eram atribuídas ao regime, determinado a se manter no poder, e não ao movimento rebelde. Deixando o centro, passamos a rodar em alguns locais da periferia da cidade, sempre vigiados por checkpoints. Em um deles, grandes reservatórios de combustíveis, como os de caminhões-tanque, haviam sido jogados à rua, servindo como obstáculos a qualquer veículo. No asfalto havia marcas de fogo, e só uma faixa estreita seguia aberta, monitorada por meia dúzia de rebeldes armados de AK-47. Retornamos ao centro, dessa vez para visitar o núcleo dos protestos, o Comitê Revolucionário.

Aquele era o cenário de guerra mais marcante no perímetro urbano de Zintan. Mais de uma dezena de automóveis haviam sido incinerados e jogados ao meio da avenida. Em sua fachada exterior, moderna e de alguma elegância arquitetônica, o prédio já revelava a violência do ataque. Colunas de fuligem saíam das janelas sem vidros. Todas as aberturas tinham sido depredadas. O grande portal gradeado que dava acesso ao saguão estava arrombado. Na parede ao fundo, de frente para o visitante que entrava, havia mais marcas de fuligem e uma pichação: “Traidores”. No interior, nada restara; móveis, equipamentos eletrônicos, documentos, nada tinha sobrado após a passagem do levante. Ali nos explicara que, desde o ataque ao edifício, uma semana antes, uma caminhada de protesto era realizada pelas ruas centrais todos os dias, às cinco da tarde, passando em frente ao Comitê Revolucionário. O objetivo: mobilizar a comunidade para um eventual

contra-ataque, que viria cedo ou tarde.

Deixamos as ruas e voltamos ao “centro de imprensa” dos rebeldes, onde trabalharíamos, Ghaith e eu, ao lado de Adel, Ali e jovens que seguiam usando as mídias sociais para divulgar a resistência contra Kadafi. Uma vez lá, conectei meu telefone celular ao micro, na esperança de entender o que impedia que o aparelho funcionasse com o microchip líbio, pois ele já estava desbloqueado. Grande parte das gravações de entrevistas que eu tinha realizado até então estava registrada no iPhone, uma vez que as pilhas de meu gravador começavam a perder força. Esperei que telefone e computador sincronizassem seus dados. Sem que eu me desse conta, esse backup salvaria dezenas, talvez uma centena de entrevistas que eu tinha realizado. Quando o processo acabou, inseri um novo chip que os rebeldes haviam me dado, da segunda operadora do país, Almadar. Ele não funcionou de imediato, mas entraria em serviço em alguns minutos.

Ainda sem telefone, pedi o aparelho de Ghaith emprestado. Queria tentar novo contato com o embaixador do Brasil em Trípoli. Tinha todos os seus números à mão, fixos e celulares, e pela primeira vez faria a ligação de dentro da Líbia, entre dois números de operadoras do país. Minha expectativa positiva se confirmou quando a chamada se completou, e o diplomata respondeu. George Ney disse que estivera muitíssimo ocupado nos dias anteriores, providenciando a evacuação de milhares de brasileiros, a maioria funcionários de grandes companhias como Petrobras, Odebrecht e outras, com contratos assinados com o Estado líbio.

— Um navio acabou de zarpar de Trípoli — disse o diplomata, radiante por se aproximar da meta de retirar todos os brasileiros do país.

Eu tinha diversos assuntos para discutir com o embaixador, mas a ligação caiu. Minhas prioridades eram duas: obter mais detalhes sobre a revolução na capital e sobre as situações política e diplomática do regime; e informar-lhe que eu estava no interior da Líbia cobrindo o conflito. Ghaith e eu tínhamos três planos traçados em detalhes, cada um dos quais se desdobrando em várias alternativas, sempre partindo do maior nível de segurança possível. Chegar a Trípoli era o primeiro; o segundo era alcançar Zawiyah, ganhando tempo até encontrar uma alternativa ao cerco da capital; o terceiro, caso os dois anteriores se revelassem falhos, era transmitir ao Ministério das Relações Exteriores líbio, via canais diplomáticos, a informação de que estávamos no interior do país, cobrindo a revolução sem a permissão do regime, mas que estávamos dispostos a nos apresentar às autoridades caso recebêssemos garantias de vida e autorização para trabalhar em Trípoli. Esse era o último de nossos planos e, sem sombra de dúvidas, o pior dos cenários, o que menos nos interessava, porque sabíamos que perderíamos a autonomia, sendo vigiados e cerceados durante nosso trabalho. Mas, ainda que fosse uma alternativa ruim, ela também precisava ser planejada em detalhes. Enviar a mensagem ao Ministério das Relações Exteriores líbio era o que eu pretendia pedir ao embaixador, aproveitando seu trânsito em altas esferas da chancelaria e do governo de Kadafi. A ideia era solicitar à embaixada que

informasse a chancelaria líbia da presença de dois jornalistas no país. Uma vez que tivéssemos uma resposta do governo a respeito do tratamento que receberíamos, avançaríamos as discussões. Insisti para restabelecer a comunicação com George Fernandes, mas isso se revelaria impossível.

Na última tentativa, recorri à lista de últimas chamadas do telefone de Ghaith para localizar outro número que eu já havia discado, e por acidente deparei com um nome entre seus contatos recentes: Jon Lee Anderson. Fiquei surpreso por deparar com um jornalista que eu considerava — e considero — uma referência, e cujos livros lia com avidez, como *Che Guevara* e seus despachos sobre *A queda de Bagdá*. Voltei à sala em que Ghaith trabalhava e perguntei a ele, com um sorriso nos lábios:

— Você é amigo do Jon Lee Anderson?

— Sim, somos amigos — respondeu ele, intrigado com meu interesse.

— Esse cara é um dos maiores! Você deveria ter me contado isso.

Ghaith sorriu, parou o que estava fazendo e lembrou do momento em que nos encontráramos em frente a um hotel de Ben Gardane, quando interrompi uma conversa entre ele e outro homem para falar sobre a decisão de partir para Dehiba. Esse terceiro repórter, disse Ghaith, era Jon Lee, que havia decidido deixar a Tunísia, ir ao Cairo e, de lá, a Benghazi.

— Ele disse que ingressar pela fronteira era muito perigoso — comentou.

Ghaith riu, mas um riso preocupado, sem nenhuma pitada de ironia. Estávamos no interior de um país conflagrado, onde a hegemonia sobre o território era disputada, e à mercê de um governo que prometia tratar jornalistas que entrassem de maneira clandestina como “agentes da Al-Qaeda”. Por isso, tanto ele como eu estávamos preocupados com nossa segurança. Todos os deslocamentos que tínhamos feito até ali haviam primado pelo menor nível de risco possível. O iraquiano parecia ter a advertência de Jon Lee em mente; eu, que não a conhecia, também era prudente. Saber do alerta de um repórter como ele me deixara satisfeito, em função do que já conseguíramos fazer ao desvelar aos poucos a dimensão da insurgência no país. Mas também reforçara — ainda mais — a minha atenção.

Partiríamos do escritório de Adel em alguns minutos. Enquanto organizávamos nossos pertences, guardando aparelhos e cabos, um homem de meia-idade Hakim A., que se identificou como membro da “segurança” de Zintan, ingressou na sala. Simpático, afirmou que os rebeldes haviam assumido o controle de importantes dutos de gás que conduziam o produto para a Itália, uma estrutura e um recurso estratégicos para as finanças do país. Conversamos sobre o tema por alguns instantes. Ao nos despedirmos, Hakim sorriu, desejou boa sorte e apelou:

— Por favor, não acreditem que pertencemos à Al-Qaeda.

Continuávamos na expectativa de respostas de nossos contatos, assim como das conversas que Ali, Adel e outros membros da insurgência vinham tendo com militantes

de outras cidades, dispostos a nos acolher. Até aquele momento, entretanto, não tínhamos nenhuma resposta. O tempo passava e não avançávamos — pelo menos não na velocidade que desejávamos — no objetivo de chegar a Trípoli. A essa altura a impaciência não era apenas nossa. Alguns de nossos anfitriões já se sentiam pressionados por nosso desejo de partir. Em vez de uma resposta positiva, contudo, o que ouvíamos até então eram apelos para que esperássemos o desfecho das negociações, o que vínhamos fazendo até então. Fomos levados de volta ao quarto em que tínhamos passado a noite, com a orientação de que esperássemos o contato para partir, o que não viria. Ghaith e eu estávamos inconformados por ainda não ter saído da cidade.

Passaríamos mais duas horas confinados no quarto que nos fora cedido no alojamento do hospital, esperando um retorno. Por volta das três da tarde, Ali retornou. Tinha notícias razoáveis sobre a possibilidade de partirmos para Trípoli. De acordo com ele, seus contatos em Zawiyah viriam ao nosso encontro em algum momento daquele dia, ou na manhã seguinte. À espera, ele nos ofereceu a oportunidade de acompanharmos a passeata diária dos ativistas, com concentração marcada para as quatro e meia da tarde em um cruzamento importante no centro da cidade, nas imediações do Comitê Revolucionário destruído pelos rebeldes. A rigor, não parecia mais fazer sentido manifestar-se em Zintan, salvo pelo orgulho de se expressar em liberdade, sem o aparato repressivo de Kadafi para lhes impor a lei do mais forte, e pela estratégia de manter a população unida e alerta em caso de contra-ataque, como já nos fora explicado. Partimos naquele instante para o ponto de encontro, onde vimos algumas centenas de manifestantes, com os quais passamos a conversar, à espera dos primeiros gritos de partida.

Por volta do horário previsto, a manifestação saiu em caminhada pacífica pelas ruas da cidade. Intercalados entre os ativistas, seguiam carros usados nos combates, alguns equipados com canhões, outros repletos de rebeldes armados. Acompanhei o trajeto trocando impressões com Ali. Soube que, apesar de ser de Zintan, ele agora morava em Trípoli, onde sua esposa estava. Sua casa, garantiu, poderia servir como nosso refúgio caso conseguíssemos alcançar a capital e precisássemos de um esconderijo. Enquanto conversávamos, percebi que meu celular enfim havia passado a funcionar com o novo número libio. Isso me daria mais liberdade de contatos e movimentos, mas menosprezei — como Ghaith também o fizera — os problemas de segurança que uma linha de celular acarretaria em um país onde as operadoras eram controladas pela família Kadafi.

Retornamos ao escritório de Adel. Só então tomei conhecimento de que, em Nova York, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovara a primeira resolução, criando sanções e, talvez o mais importante, um embargo à compra de armas no exterior. Era claro para todos que o sistema não precisaria passar pelos canais oficiais de comércio para se armar, mas havia uma mudança de postura na diplomacia internacional. Kadafi estava cada vez mais encurralado. Barack Obama lançara um ultimato contra “o líder”, advertindo-o que deixasse o poder, e o Tribunal Penal Internacional de Haia havia aberto

uma investigação por crimes contra a humanidade, cometidos não apenas pelo “coronel” mas também por seus filhos e pelos mais altos oficiais das Forças Armadas. Na prática, o inquérito poderia resultar, em algumas semanas, em uma redução drástica das opções de exílio. Esse cenário era agravado pela organização crescente dos revolucionários. Com Benghazi livre, ao menos por ora, o ex-ministro da Justiça do regime, Mustafa Abdel Jalil, havia anunciando a criação de um governo provisório, o embrião do que seria conhecido em todo o país como Conselho Nacional de Transição.

Kadafi não apenas excluía a hipótese de deixar o poder como reiterava à imprensa mundial que a Líbia estava “completamente calma”, que não havia distúrbios no interior do país e que os responsáveis pelo levante no leste eram “grupos terroristas” ligados à Al-Qaeda. Sua desconexão da realidade lhe custara caro. Um grupo de jornalistas estrangeiros havia sido convidado pelo regime a visitar Zawiyah. O objetivo era provar a eles que o oeste estava sob o controle do regime. Em vez de uma cidade fiel à ditadura, porém, o que se viu foi uma manifestação de ativistas com uma palavra de ordem: “Abaixo o regime! Nós queremos liberdade!”. Durante o protesto, insurgentes armados do oeste fizeram sua primeira aparição pública para redes de tv, revelando aos jornalistas convidados um fragmento da realidade de conflitos que Ghaith e eu constatávamos por onde passávamos, no oeste sob controle rebelde, mas ainda — e cada vez mais — ameaçado pela força do regime.

Deixamos a sala de Adel no final da noite de domingo, sob uma chuva fina acompanhada de uma tempestade de areia. Protegi o nariz e a boca e entrei no sedã japonês de Ali. Em questão de instantes, a visibilidade se limitou a alguns metros. Uma espécie de neblina de tom amarelado, que refletia também a iluminação pública de Zintan, dominava a paisagem. Levantados pelo vento, os grãos de areia se misturavam com as gotas de chuva e colavam nas roupas, no para-brisa, nas paredes, nas ruas, em tudo. Por completa falta de alternativa, já estávamos havia três dias sem um verdadeiro banho, expostos ao calor, ao contato permanente com a areia do deserto que aderira à pele e ao cabelo, deixando uma camada de pó espessa e opaca. A chuva fina e a tempestade prejudicavam ainda mais o estado de higiene precário, que até então contornávamos com água de bacias e de torneiras. Mas, mesmo com todos os inconvenientes, não pude deixar de admirar aquele fenômeno no deserto, que exige de seus habitantes sincronia com a natureza hostil.

De volta ao alojamento, Ghaith fez alguns telefonemas para o exterior. Em um deles, recebeu a notícia de que um grande editor britânico aprovara a publicação de um livro. Ao desligar, conversamos a respeito de seu projeto, cujo tema era imigração, e ficamos os dois surpresos quando descobrimos que planejavamos trabalhos muito parecidos também naquele assunto. Mas logo voltamos a pensar em como poderíamos partir de Zintan o mais rápido possível. O dia terminaria assim, sem que tivéssemos uma resposta conclusiva sobre a partida para Trípoli. Ghaith e eu sentíamos que a pressão que fazíamos sobre nossas fontes e sobre Ali e Adel começava a gerar algum descontentamento. Ali, em especial, parecia contrariado, embora não verbalizasse

nenhuma insatisfação.

Na segunda-feira, Ali só apareceria bem mais tarde. À sua espera, ficamos confinados aos dormitórios do hospital, com a orientação de não deixar o complexo, para evitar os riscos de circularmos desacompanhados pelas ruas de Zintan. Nesse intervalo de tempo, percebemos que os planos de partida para Zawiyah, onde ficaríamos abrigados por insurgentes próximos de Ali, naufragavam. Restava-nos acelerar nossas alternativas. E de minha parte não havia boas notícias. Os contatos que eu tentava manter com Trípoli falhavam sistematicamente.

Após muita insistência, porém, consegui enfim telefonar ao embaixador do Brasil. Finalmente eu pude lhe dizer que estávamos no interior da Líbia e que buscávamos avançar na direção de Trípoli. Sua reação foi a pior possível e seu discurso, duro e agressivo. Primeiro disse que seu telefone era monitorado por um dos serviços secretos de Kadafi — a exemplo do que acontecia com os representantes diplomáticos de outros países. Depois, afirmou taxativamente, com voz exaltada:

— Não tente chegar a Trípoli. Os militares controlam todos os acessos e não há como regularizá-los. Saia do país por onde entrou!

Para minha surpresa, George Fernandes passou a insistir para que eu lhe informasse a cidade em que estávamos, assim como o nome e o telefone de minha esposa. Essa atitude me exasperou. Respondi que era um profissional cumprindo minha função, a de informar sobre um conflito armado em andamento, que atingia em cheio a população civil. Deixei claro que não forneceria nossa localização nem daria informações sobre minha família, e acrescentei que me surpreendia o fato de ele, um embaixador cujo telefone estava monitorado, me pedir dados pessoais e minha situação geográfica, que com toda a certeza poderiam ser usados contra mim e contra Ghaith. Em pleno atrito, desligamos o telefone.

Ghaith e eu decidimos então agilizar nossos planos de deixar a cidade em direção a Zawiyah ou Trípoli. Caso os contatos de Ali não funcionassem, tentaríamos contratar um *fixer* — um motorista local, de confiança — que pudesse nos auxiliar no deslocamento. Para isso, pediríamos o auxílio de Abdul Satar, o rebelde que nos recebera em Zintan. Mas antes disso Ali retornou. Passamos mais uma vez no escritório de Adel, com quem conversamos sobre nossas alternativas. Diante da nossa insistência, Adel disse-nos que havia indícios de um deslocamento das forças leais ao regime a partir de Trípoli. Tropas kadafistas não só protegiam os acessos à capital como haviam passado ao controle das entradas de Zawiyah, cercando a cidade e ameaçando o controle dos revolucionários. Parecia claro que Kadafi preparava uma ofensiva no oeste, parte de um contra-ataque de larga escala que, viríamos a saber mais tarde, incluiria o leste. Nesse cenário, havia risco de ofensivas contra Zintan, Nalut e o posto de fronteira de Dehiba, entre outros pontos estratégicos do movimento rebelde. Kadafi parecia disposto a retomar a hegemonia sobre a Tripolitânia, considerada crucial para a estabilidade do regime. Diante desse panorama,

Adel foi incisivo, usando uma expressão que ainda não havia empregado:

— Nós não queremos impedi-los de seguir em frente, mas só vamos aceitar ajudá-los com a máxima segurança. E agora não é seguro o suficiente.

Apesar da advertência, Ghaiith e eu sentimos que estávamos mais do que nunca no dever de partir em direção a Zawayah. Se havia protestos públicos, repressão violenta e uma possível ofensiva militar de larga escala contra a cidade, era próximo a ela que deveríamos estar, de onde relataríamos os abusos de um conflito que nascera pacífico. Essa urgência se cristalizaria poucas horas depois, quando recebemos a informação de que na periferia do município um comboio do Exército com armamento pesado tentava penetrar uma área sob controle dos rebeldes. A ofensiva de Kadafi, de que Adel falara, parecia se materializar mais cedo do que o previsto.

Negociamos dois lugares em um dos veículos que se dirigia para a região dos combates. Para chegar era necessário descer uma zona de montanhas, percorrendo estradas sinuosas que cortavam o relevo de cima a baixo. A caminho, era possível observar os confrontos em um mirante improvisado por grupos rebeldes, onde centenas de pessoas acompanhavam os desdobramentos com expectativa e nervosismo. Para onde se olhasse, a tensão era perceptível nas expressões de cada rebelde.

O comboio tinha cerca de vinte veículos militares transportando armamento pesado e tropas oficiais, e se deslocava por uma das rodovias controladas pelos insurgentes. Mas daquela distância era impossível descrever com precisão o que se passava. Decidimos seguir nos aproximando, até atingir a planície onde se localizava a frente de combate, vários quilômetros à frente. Avançar em direção ao front exigia que rodássemos em alta velocidade e trocássemos de veículos em um ritmo frenético, a intervalos curtos, cada cinco ou dez minutos em média. Esse tempo era suficiente para que nos deslocássemos de um ponto a outro da defesa rebelde. Em alguns desses pontos permanecíamos mais tempo, para fotografar a resistência dos insurgentes, que se concentravam em torno de canhões antiaéreos tomados do Exército, respondendo aos tiros das forças leais ao regime.

O que presenciávamos ali, na periferia de Zintan, era um cenário de guerra. Estávamos a alguns minutos do pôr do sol, em uma rodovia em meio ao deserto, testemunhando o estrondo dos disparos e o trabalho dos insurgentes, voluntarioso e caótico, para auxiliar no recarregamento dos canhões, que cuspiam fogo em direção às forças leais, mas sem muita eficiência. Por razões óbvias, aproximar-se demais daquelas máquinas de guerra não era seguro; elas seriam alvos da artilharia do regime caso os soldados estivessem em condição de revidar com alguma precisão.

Seguimos avançando em outra picape, dividindo espaços com insurgentes armados de fuzis e trazendo a munição enrolada nos corpos. Discutiam em árabe as circunstâncias e a estratégia de combate, mas não deixaram de nos saudar por nossa presença, satisfeitos e reconhecidos. Ao fundo, era possível vislumbrar a troca de tiros, os projéteis fumegantes que cortavam o céu, mais ou menos rentes ao solo. Mas ainda tínhamos um trecho a percorrer em segurança, e continuamos recebendo auxílio para avançar. Quando

um veículo parou, descemos para tomar posições em outro, já à nossa espera, em uma amostra de organização tão inesperada como eficiente. Abri uma das portas traseiras de uma caminhonete que parara, nos aguardando. Ghaith entrou, posicionou-se no meio do banco traseiro e deixou livre o último lugar, junto da porta e do vidro esquerdo. Entrei a seguir, repetindo a saudação com que fora recebido, “*Salam Aleikum*” — “Que a paz esteja com você”. Observei um a um no interior do veículo. À direita de Ghaith havia um homem de longa barba negra, enrolado em turbantes e roupas típicas, com o mesmo aspecto sujo de todos nós. Trazia ao redor da nuca um suprimento de munição, cujas extremidades se cruzavam na altura do peito, estendendo-se até os pés e aglomerando-se no piso do veículo. Visto de relance, era uma espécie de arquétipo de radical muçulmano armado até o pescoço — literalmente —, uma figura assustadora à primeira vista, mas instigante. Ghaith puxou assunto, enquanto eu passei a observar o local onde nos encontrávamos. Ao perceber que eu não acompanhava o diálogo, Ghaith me chamou a atenção: tratava-se de um professor universitário, PhD em história, que abandonara sua vida na capital, a esposa e os filhos para se unir à rebelião armada em luta pela libertação do país. Naquelas circunstâncias, rodando off-road e a caminho de uma posição de vanguarda, era impossível tomar nota do que quer que fosse. Saquei meu telefone celular e acionei o gravador, registrando cada palavra daquele testemunho breve, mas surpreendente. Essa gravação seria perdida para sempre dois dias depois. Mas a presença daquele homem no veículo me fez entender que a insurgência na Líbia era um levante complexo, promovido por diferentes setores da sociedade, inclusive das classes médias, e não um movimento de radicais islâmicos sectários e marginais. Uma prova estava diante de nós.

Ao desembarcarmos junto com o professor, em algum lugar do deserto, avançamos a pé, ao lado de dezenas de rebeldes. Fazia frio, mas o esforço físico era mais forte. Eu trazia comigo uma mochila com equipamentos; eles traziam AKS-47, não muita coisa mais. Percorremos algumas colinas de areia e pedras, com pequenos arbustos secos, sem que avistássemos o front, mas apenas os projéteis incandescentes, acompanhados do estampido dos tiros. Caminhávamos naquela direção quando recebemos o sinal para recuar e retornar até as picapes que nos aguardavam. Voltamos o mais rápido que pudemos, sem saber muito bem por quê, ingressamos em uma delas e partimos em alta velocidade na direção do que, alguns minutos antes, era uma cena de front. Na caminhonete, recebemos a notícia dos rebeldes, que comemoravam: o comboio kadafista tinha sido expulso da região graças à coragem e à estratégia de uma brigada de cinco homens. Além disso, um depósito de alimentos e munições no deserto fora localizado e estava sendo saqueado pelos insurgentes. Rumamos para esse local, já no anoitecer, mas a tempo de registrar a imagem de dezenas de homens que corriam, entravam em um pequeno galpão e saíam trazendo caixas e sacos de grãos nas mãos. Não ficamos ali nem mesmo dez minutos, tempo em que o depósito foi esvaziado. Com rajadas para o alto, armas em punho e gritos coletivos de “*Allah Akbar!*”, os militantes festejaram a operação e entraram nos veículos, iniciando o retorno a Zintan.

Uma batalha tinha sido vencida, mas muito ainda seria discutido a respeito da segurança da cidade. A vitória sobre o comboio kadafista não era fruto de ótima organização ou de uma capacidade de ataque anormal, mas do esforço de poucos homens que haviam se lançado à defesa de suas posições em um ato de heroísmo não acompanhado pela maioria. Havia feridas a lamber entre os rebeldes, mas não vítimas a chorar naquela noite. Além de expulsar as tropas oficiais, os insurgentes tinham apreendido suprimentos e feito doze presos, supostos mercenários do Mali. Nenhum deles estava ferido e todos foram levados à cidade. O retorno da katiba rebelde a Zintan seria triunfante, sob gritos de louvor, buzinas de uma carreta, salvas de metralhadoras e disparos de canhões. Havia tantas pessoas no acesso ao perímetro urbano que um grande congestionamento se formou na estrada. Logo atrás de nosso carro, um opositorista disparava freneticamente um canhão antiaéreo em outra picape, acompanhado de gritos de alegria.

Embora eles tivessem de fato o que comemorar em Zintan, em cidades vizinhas a sorte dos insurgentes estava cada vez mais em jogo, sem que tivéssemos uma noção precisa da amplitude da contraofensiva kadafista sobre a qual Adel nos advertira. Em Zawiyah, dominada por rebeldes alguns dias antes e com uma função estratégica na região, o cerco militar se consolidara no dia anterior. As informações sobre os objetivos desse bloqueio, porém, ainda eram pouco claras para os insurgentes. Alguns acreditavam que o regime tentava apenas reforçar a proteção a Trípoli. Mas a maioria imaginava que uma nova ofensiva sobre a cidade estivesse de fato sendo planejada. A estratégia já havia sido usada pelas Forças Armadas nos primeiros dias da rebelião em Benghazi. O saldo, até onde se sabia, era de aproximadamente 2 mil mortes. Mais ao sul, a situação também era tensa. O Exército reforçava sua posição na fronteira de Dehiba, onde os insurgentes tinham o controle desde o final da semana. E uma ofensiva com o apoio de forças da cidade de Wazin estaria sendo preparada contra a vizinha Nalut.

Naquela noite eu escreveria uma reportagem a respeito da ofensiva de Kadafi na Tripolitânia, contando que um contra-ataque das Forças Armadas e de mercenários a serviço da ditadura fora contido por grupos rebeldes. O regime tinha recuperado o controle do posto de fronteira de Dehiba, mas até então não fora bem-sucedido em suas ofensivas a Zawiyah, Zintan, Nalut e demais cidades e vilarejos em torno de Trípoli, que seguiam nas mãos dos insurgentes. Diante da incapacidade aparente de avançar nas últimas 36 horas, não estava claro se a intenção do regime não seria apenas reposicionar tropas no interior do país, preparando um ataque nos dias seguintes. Combates tinham acontecido na periferia de Zawiyah na noite e na madrugada anteriores, inclusive com o uso de artilharia pesada pelos fiéis a Kadafi. Após horas de combate, essas forças haviam sido expulsas para os limites da cidade, onde mantinham um cerco, bloqueando todos os principais acessos. O número de mortos nos enfrentamentos era desconhecido.

A situação mais preocupante era a de Nalut. Depois de terem dominado a região e aberto o posto de fronteira de Dehiba, os ativistas haviam perdido o controle sobre o ponto de passagem para a Tunísia e estavam cercados. Uma situação parecida era vivida

em Misrata, onde o governo também exercia um cerco mas não obtivera sucesso na tentativa de recuperar o controle do aeroporto. Apesar da ofensiva e dos cercos, a resistência era comemorada por insurgentes de diferentes cidades da região, que continuavam à espera dos protestos em Trípoli, na esperança de que o anel de proteção à capital, montado pelo regime, fosse furado, abrindo passagem para uma possível invasão.

Por medida de segurança, omiti nossa posição no interior da Líbia. A reação militar kadafista na Tripolitânia era uma das razões de preocupação. Outra era o risco permanente de que fôssemos traídos e entregues ao regime. O receio não era apenas meu e de Ghaith, mas também dos rebeldes que nos eram mais próximos. Essa situação ficou clara no final daquela noite, quando ainda trabalhávamos no escritório de Adel. Cerca de uma hora depois de chegarmos, tivemos de interromper tudo o que fazíamos porque um desconhecido, em um veículo sem placas, havia batido à porta da casa em que o birô de comunicação estava instalado. A primeira reação de todos foi o silêncio e uma atenção máxima aos ruídos que vinham da rua. As luzes foram apagadas, para ocultar nossos movimentos no interior. A tensão de todos era palpável. Ali veio em minha direção e disse:

— Tire seu SIM card do celular. Não sabemos o que está à nossa espera.

Seguimos a orientação, desligamos nossos equipamentos e partimos tão logo nos certificamos de que não havia mais sinais da presença de estranhos no exterior da casa. Naquela noite eu teria uma longa discussão ao telefone com minha esposa. Chorando muito, ela reclamou do meu distanciamento, da falta de contatos e de informações mais precisas sobre o meu paradeiro dentro do país. Em meio à sua angústia, advertiu:

— Do jeito como as coisas estão, você pode desaparecer para sempre na Líbia e ninguém nunca mais vai saber o que lhe aconteceu.

Passava um pouco das dez da manhã de terça-feira quando, com mochila nas costas, cruzamos com a enfermeira eslava no corredor de seu apartamento, e lhe demos a notícia de que estávamos partindo. Ela sorriu, amistosa, lamentou e, com seu inglês fluente, nos desejou sorte. Já caminhando em direção à porta, Ghaith virou-se para mim e lastimou, sem ironia:

— Vou sentir saudade deste alojamento.

Estávamos deixando Zintan em direção a Yefren, Zawiyah e Trípoli. Tínhamos esperado dois dias inteiros por um sinal de Ali e Adél para que partíssemos. No aguardo da resposta, exploramos outras alternativas. Em uma delas, Ghaith discutira o assunto com Abdul Razaq al-Bakaush, um dos opositoristas mais ativos na proteção da cidade. Ele, por sua vez, fizera contatos com ativistas de Yefren, um centro urbano vizinho, de maioria berbere. Capital do distrito de Al-Jabal al-Gharbi, ainda no maciço de Nefusa, a cidade de 72 mil habitantes se situava a 120 quilômetros a sudoeste de Trípoli e tinha se levantado contra o regime em 18 de fevereiro, mas só conseguiria solidificar o domínio rebelde bem mais tarde, em 6 de abril. Segundo Abdul, líderes da comunidade berbere da região, da tribo Banu Ifran, nos aguardavam, em segredo, no final daquela manhã. Uma vez lá, organizaríamos com a maior discrição possível e com sua ajuda a viagem a Zawiyah, onde o risco de um novo massacre era real desde que tropas do Exército tinham

estacionado na região, bloqueando suas entradas. Faríamos esse percurso via Sabratha, uma cidade pró-Kadafi. Na prática, estávamos deixando um município pró-revolução, Zintan, por outro no qual a população se sublevara, mas onde a presença do Estado ainda era forte o suficiente, Yefren. Enfim, atravessaríamos um centro urbano pró-regime, Sabratha, até chegar ao próximo local revolucionário, Zawiyah. Sabíamos das adversidades, e por isso fazíamos planos conservadores, evitando contatos com os militares no percurso.

Partimos para Yefren na companhia de Abdul e de um homem de sua confiança, em um automóvel de passeio. No caminho, já na periferia de Zintan, telefonei para Ali. Agradei sua hospitalidade e seus esforços por nossa segurança, mas reiterarei que era tempo de partirmos, que precisávamos continuar nosso caminho em direção a Trípoli, recontando a revolução e desconstruindo a versão de Kadafi, segundo a qual o povo líbio não apenas apoiava seu regime como o amava. Em tom sério, pontuado por momentos de silêncio, como se calasse a respeito dos riscos que corríamos e sobre os quais já advertira, Ali desejou sorte, oferecendo a cidade para um eventual retorno e pedindo, sobretudo, cuidado. Só voltaríamos a nos falar um ano e meio depois.

Minutos depois, em uma barreira montada pelos insurgentes, trocamos de automóvel. Abdul não poderia nos acompanhar, mas nos deixaria com alguém de sua confiança, com quem faríamos o percurso. Ao nos despedirmos, reparei que nosso guia não tinha o mesmo entusiasmo de quando nos recebeu aos gritos e de pistola em punho no hospital. Parecia desanimado com a reorganização das forças leais a Kadafi e, acima de tudo, com a demora dos opositores em articular um ataque à capital. Recebera um choque de realidade e entendera que a revolução, naquela terra, não seria rápida nem pouco violenta.

— Me dê dez homens e nós defendemos a cidade. Me dê cem homens armados e bem treinados e nós furamos as barreiras na estrada e entramos em Trípoli — exagerou, enfatizando o que dizia com gestos firmes, como se reafirmasse sua bravura, da qual não duvidávamos.

Apesar do discurso, Abdul sabia que as forças rebeldes não teriam condições de vencer o confronto contra Kadafi sem ajuda externa. Como se nos usasse para passar um recado à comunidade internacional, disse:

— Só precisamos de uma bomba americana em Bab al-Azizia. O resto nós faremos.

Era a primeira vez que eu ouvia um opositorista defender em público a intervenção militar ocidental na revolução. Ouvir de um líbio muçulmano armado um apelo ao poderio militar dos Estados Unidos no mundo árabe foi no mínimo surpreendente. Ao longo de décadas, criara-se no exterior a ideia de que os líbios não só sustentavam o regime de Kadafi como apoiavam o terrorismo contra o Ocidente. O que eu constatava ali era que não apenas a ditadura do “coronel” era odiada na Líbia profunda, como os americanos não eram um demônio, mas, para alguns, a salvação.

Nos despedimos e partimos em uma viagem rápida, de cerca de uma hora, por cinquenta quilômetros de uma estrada aberta em uma encosta da cadeia de Nefusa. O

motorista ouvia música árabe gravada em fitas cassete de péssima qualidade. Já Ghaith e eu mal falamos no caminho. Sabíamos que estávamos assumindo um risco muito maior ao deixar Zintan com a ajuda de um guia e não com a proteção de rebeldes, mesmo que uma nova tribo nos aguardasse no destino. Entre uma e outra “tutela”, nem a ameaça de traição, nem a de uma armadilha de milicianos, mercenários, policiais, agentes secretos ou militares poderia ser descartada. Era nisso que eu pensava.

Às portas de Yefren, nosso motorista parou em um acostamento de areia. Descemos os três, discretamente, à espera do contato que nos levaria aos líderes berberes locais. Nesse tempo, admirei por um instante a amplitude do precipício que se projetava após o fim do asfalto, no lado oposto da estrada. Ao fundo se estendia a vastidão do deserto, cuja vista era prejudicada por uma fina névoa que pairava na manhã fria de inverno. Essa região era ocupada pelos berberes de Yefren, os ifrenides, ou Banu Ifran, uma tribo influente e de longa história no Norte da África. Eram uma dinastia reputada na Tripolitânia como uma importante descendência dos zenetas, uma espécie de nação berbere que não só ocupara o Magrebe como invadira a Península Ibérica no século VIII. Minha ignorância não me permitia saber, mas os ifrenides tinham uma tradição de levantes e de resistência contra os ocupantes estrangeiros, de romanos a bizantinos. Eles foram tão respeitados no norte do Saara que, segundo alguns linguistas e historiadores, o próprio nome do continente, África, teria sido atribuído pelos romanos em referência ao povo ifren. Às portas da cidade, eu me sentia satisfeito em saber que, naquela incursão pela África remota, eu estava de alguma maneira cruzando com a história do próprio continente.

Ghaith me chamou enquanto eu observava a região. Nosso contato tinha chegado. Ao cumprimentá-lo, senti mais confiança, algo que nosso motorista anterior não me inspirara. Entramos em seu carro e seguimos até o ponto de encontro com os líderes tribais, com os quais almoçaríamos antes de partir para Zawiyah. Em menos de quinze minutos entramos na área urbana de Yefren, rodando por ruas de chão batido em direção a uma residência discreta, distante do centro. A atmosfera na cidade era oposta à de Zintan. Não havia ninguém nas ruas, muito menos pessoas armadas, nem barreiras para controlar o acesso de estranhos. Ainda assim, a presença de homens brancos e de traços ocidentais não passaria despercebida, e por isso eu tratava de me expor o menos possível. Ghaith fazia o mesmo. Pelo que pude ver, a cidade não fora destruída nem sofrera grandes estragos quando do levante rebelde. Minha impressão era de que a guerra não tinha eclodido ali, o que se revelaria falso. Dias depois de deixarmos o município, Yefren sofreria um cerco militar e seria bombardeada pelas tropas de Kadafi até o início de junho, quando enfim os opositoristas venceriam a batalha.

Ao chegarmos ao destino, um homem distinto, de cabelo e bigode grisalhos, vestindo calça social, camisa e sapatos, trajas que lhe conferiam ar austero e de respeitabilidade, nos recebeu à porta. Ele se apresentou como Issa Sijuk, membro da Organização Internacional de Amazigh. Retiramos os sapatos, entramos e nos instalamos nos estofados colocados junto às paredes e sobre o carpete da sala. A conversa amistosa

começou com comentários sobre a história dos berberes da região e sua influência na formação da Líbia. Sjuk logo percebeu que não dominávamos o assunto e explicou a relevância de seu povo com paciência, em tom professoral, até chegar aos dias atuais, quando Kadafi era um assunto incontornável.

— Todos sofremos muito sob o regime, mas os amazigh enfrentaram algumas particularidades — disse, sem querer menosprezar a repressão sofrida por outras tribos. — Somos um caso específico da cultura líbia. Fazemos parte da nação líbia, mas temos diferentes hábitos, vestuários, nossas cidades têm nomes diferentes das demais.

Sjuk explicou em tom sereno que seu povo era considerado traidor pelo regime de Kadafi. Muitos de seus membros tinham sido presos, perseguidos, torturados e mortos ao longo dos 42 anos de ditadura. Outros tantos haviam perdido casas, em desapropriações que visavam punir os que não rezavam a cartilha kadafista e que lhe faziam oposição. Ghaith então o interrompeu, perguntando se o histórico de atritos explicava o levante atual.

— O que está acontecendo agora é um levante contra mais de quarenta anos de opressão. Todo país tem sua cota de paciência. A nossa esgotou. Quando observamos os movimentos populares nos países vizinhos, sentimos que era o momento. Queríamos manifestações pacíficas, e foi assim que tudo começou. Então veio mais uma onda de repressão violenta — disse Sjuk.

De acordo com ele, os protestos na cidade tiveram início em 18 de fevereiro, à noite, quando dezesseis pessoas decidiram ir às ruas para manifestar seu descontentamento. No dia seguinte, uma multidão se reuniu. Alguns jovens foram presos, mas segundo ele as forças de segurança haviam sido pegas de surpresa e temeram o confronto com a multidão.

— Um dos problemas de nosso país foi justamente o fato de que, ao longo de anos, o governo armou a população. Isso sempre foi usado para criar tensões. Mas agora abriu espaço para o que está acontecendo — ironizou.

— Benghazi liderou o movimento — ponderei. — O que faz Yefren e as cidades da Tripolitânia se juntarem a essa causa?

— Benghazi foi a faísca de um momento nacional, porque eles estavam expressando as ideias de todo o país, e não apenas de sua cidade. A maior prova disso é que começamos a atacar os símbolos do poder do regime, como os Comitês Revolucionários, os postos de polícia, as instalações militares. Nós, no oeste, fizemos o mesmo. O levante contra Kadafi é novo. Mas nossa experiência em confrontar o regime não é nova.

Sjuk disse que algumas tribos e cidades se preparavam havia décadas e já tinham entrado em choque com a ditadura. Mas a dificuldade era a relação ambígua entre Kadafi e o resto do mundo. Ele ilustrava o que dizia lembrando que muitas das armas do regime vinham do Ocidente. O treinamento de soldados, a estrutura, tudo tinha o dedo externo.

— Eu queria que vocês soubessem que os britânicos, por exemplo, comem alimentos pagos com dinheiro obtido com sangue — advertiu.

Como um dos líderes ifrenides, Sjuk também queria explicar as diferenças de sua tribo em relação às demais dentro da Líbia, situando-a na política do país. O assunto caía bem, porque Ghaith e eu tínhamos dúvidas sobre quanto essas diferenças afastavam as tribos umas das outras. A bem da verdade, a questão era saber se os argumentos de Kadafi sobre o caráter fratricida das relações tribais na Líbia não eram verdadeiros.

— Então não há divergências entre as cidades do leste e do oeste da Líbia? — questionou Ghaith, com um tempero de provocação.

Sjuk negou.

— O regime gostaria de criar uma tensão, estimular divergências entre o movimento do leste e as cidades do oeste. Eles usaram a carta da luta pelo poder entre diferentes tribos, que entrariam em guerra civil. Mas não há luta alguma pelo poder. Nós todos apoiamos o CNT, de Benghazi. Essas pessoas são as mais qualificadas para liderar o futuro político do país no momento da sucessão — consentiu. — O tribalismo não é uma questão política na Líbia, é uma questão cultural e social. O argumento do regime é falso.

— Posso deduzir então que sua tribo defende um governo democrático no caso de uma eventual queda do regime de Kadafi, como Benghazi — comentei.

Sjuk continuou seu raciocínio, preocupado em esclarecer o papel do tribalismo no conflito.

— Posso garantir que existe um consenso no país, mesmo que a mídia internacional esteja preocupada com a questão tribal. Essa é a agenda de Kadafi. Insisto que não é um sentimento genuíno das tribos. Temos confiança na forma como esse processo está sendo conduzido — assegurou ele, passando então à resposta que me devia. — Sobre que tipo de governo democrático queremos, o melhor tipo de democracia é aquela que se cria quando as pessoas são privadas de democracia. A Líbia não é tão fechada quanto parece. Temos contato com o mundo exterior pelas emissoras de tv, pela internet, por vários canais. Entendemos o que são direitos humanos. Esperamos uma grande administração nacional, que nos leve a uma Constituição. Mas, enquanto Trípoli não cair, não poderemos tê-la.

Com o passar do tempo, a sala em que conversávamos foi tomada por líderes tribais e políticos. Abderezag Madi, outro membro da organização dos amazigh, completou o raciocínio de Sjuk.

— Nós sofremos com a ditadura de duas maneiras: por sermos líbios e por sermos amazigh. O que precisamos, como líbios, é de democracia e liberdade. E o ponto mais importante nesse momento de transição é elaborar uma Constituição, algo do qual estamos privados há mais de quarenta anos — reiterou.

— Você disse que sofre como líbio e como amazigh. Mas quais são suas aspirações como amazigh? — questionei.

— Nós queremos liberdades culturais, como falar nossas línguas, expressar nossos valores e desfrutar de liberdades religiosas — disse Abderezag.

Lembrei então que Salah, berbere de Nalut, argumentara, durante a visita às ruínas da cidade antiga, que seu povo, mesmo muito arraigado ao islamismo nos dias atuais,

prezava a tolerância religiosa, uma vez que seus ancestrais berberes tinham sido pagãos, judeus e cristãos antes da conversão da maioria absoluta à religião muçulmana. Ainda hoje, dissera ele, existiam judeus entre as tribos berberes, respeitados por sua fé.

A essa altura, a sala se dividira em conversas paralelas. Então passamos a falar sobre a amplitude do movimento em Yefren e no interior líbio. Nesse ponto, um terceiro amazigh, Sefao Madi, irmão de Abderezag, juntou-se à conversa, dispensou a ajuda de tradutor e voltou ao início da discussão.

— O que estamos realizando na Líbia é uma revolução, não apenas protestos isolados em diferentes cidades. Nosso país precisa de liberdade. Os 42 anos de regime são um tempo longo demais. Nossos vizinhos, na Tunísia, no Egito, estão lutando. Por que nós não podemos lutar pela nossa liberdade? É a nossa chance de ser livres. Por que não poderíamos ser livres também? — perguntou, sem esperar resposta. — Tenho certeza de que há muita gente com medo. Mas são 42 anos de frustrações. Agora é preciso enfrentar as armas. Nosso movimento não tem medo de armas.

Indaguei então sobre como se passara a transição entre a insatisfação silenciosa e a explosão dos protestos. Sefao hesitou por um breve instante, deu um longo suspiro e respondeu:

— Não sei como essa transição foi feita. Mas você não pensa, apenas toma a decisão de seguir em frente e lutar por sua liberdade. É instintivo. Todos estamos no mesmo ponto: nós, manifestantes, temos medo de ser baleados, mas o Exército também tem esse temor. E ninguém mais pode bater em retirada.

Abderezag completou o raciocínio com um lamento:

— Os civis fizeram sua parte até aqui. Este seria o momento das Forças Armadas tomarem uma iniciativa. Mas não se pode imaginar que o Exército líbio aja como o da Tunísia, por exemplo, que quis preservar o Estado. Em geral, são pessoas muito sofridas, muito mal pagas, que não têm treinamento ideal, não têm discernimento para entender o que se passa.

Abderezag explicou que Kadafi estimulava o preconceito das Forças Armadas contra as tribos berberes da Líbia.

— A forma como o regime apresenta os amazigh é racista. Mas não estamos interessados em nossas origens, de onde viemos. Não faz a menor diferença nesse momento. A única coisa que queremos quanto à nossa cultura é preservá-la. Nossos filhos não podem estudar nossa língua, não aprendem a escrevê-la. Tudo é feito pela ditadura para sufocar nossa cultura, mesmo que nós não tenhamos nenhuma ideologia, nenhuma ambição de divulgar ou espalhar nossa cultura pelo mundo. Só não queremos ser oprimidos.

À medida que o diálogo avançava, ficava cada vez mais claro que a revolução em Yefren, como em outras cidades, era comandada por um grupo de intelectuais. Mas eles tinham seus braços armados. A pedido de Sijuk, Abderezag e Sefao, esses homens foram a campo verificar as rotas que ligavam Yefren a Zawiyah, passando por Sabratha. Naquela tarde, eles recolheriam informações sobre a existência de barreiras do regime no percurso

e sobre o eventual transporte de tropas pró-Kadafi pelas rodovias da região. As adversidades tinham aumentado nas últimas 48 horas, quando as Forças Armadas e os aparelhos de segurança do regime organizavam sua ofensiva para retomar à Tripolitânia, cercando as maiores cidades rebeldes.

Até então, circuláramos por uma região do país que o governo garantia lhe ser fiel, mas o que encontráramos eram levantes em série e desafios ao poder, intimidado. O que estávamos prontos a fazer era mais delicado: para chegar a Zawiyah, a última cidade pró-revolução antes de Trípoli, teríamos de atravessar um município fiel ao regime, Sabratha, ultrapassando as barreiras do Exército. Na prática, teríamos de cruzar a linha, passando a circular em uma área efetivamente sob o total controle de Kadafi. E era impossível prever quanto tempo essa travessia levaria até que voltássemos a uma cidade insurgente. Sijuk, Abderezag e Sefao sabiam desse desafio, mas consideravam que, com o apoio de rebeldes, era um plano viável.

À espera das respostas sobre a segurança das rodovias, almoçamos à moda líbia, sentados no chão em torno de um grande prato de *bazeen*, uma variante local do cuscuz tradicional, servido com molho de carne e legumes, picante. Às duas da tarde recebemos as informações. No percurso havia duas barreiras, uma primeira próxima à saída de Yefren, a segunda no acesso a Sabratha. Uma vez lá, o problema era mais complexo, porque todas as passagens para Zawiyah estavam bloqueadas por postos de controle. Um contato local já procurava alternativas para que pudéssemos deixar Sabratha em segurança o mais rápido possível. O problema imediato era traçar uma rota que nos permitisse burlar os dois checkpoints e chegar à cidade kadafista. Não teríamos problemas no primeiro, porque ao que tudo indicava ele estava desocupado e sem vigilância naquele dia. Mas o segundo, na junção de duas rodovias, era ostensivamente policiado por militares, que inspecionavam os veículos à procura de armas e suspeitos — como nós dois. Ghaith e eu estudamos mapas e traçamos com os rebeldes berberes a única solução viável: cruzar um trecho de deserto. Os ativistas sugeriram que atravessássemos a pé, e sozinhos, 600 metros de deserto, fazendo o percurso de uma hipotenusa e evitando o entroncamento das duas rodovias monitorado pelos militares. Uma vez de volta à estrada, embarcaríamos em um outro automóvel, no qual seguiríamos nosso trajeto.

Ghaith e eu achamos essa hipótese muito insegura e logo a descartamos. Então nos propuseram que fizéssemos o percurso de carro. Mas o problema não era só cruzar um trecho do deserto a pé, o que de fato estávamos dispostos a fazer, desde que um guia experiente nos conduzisse. A preocupação era a distância em que passaríamos do checkpoint kadafista. Sefao, que a essa altura trabalhava conosco em uma estratégia, concordou que o mais seguro seria nos afastarmos da barreira, para não levantar suspeitas entre os militares. Ele propôs que cruzássemos três quilômetros de deserto de carro, o que reduziria o risco de monitoramento. Já era muito melhor. Com um rascunho de mapa em mãos, Ghaith e eu propusemos então cruzar um trecho de seis quilômetros, evitando a barreira. O percurso era dez vezes maior do que o proposto no início, e mostrava nossa preocupação em adotar sempre a estratégia mais prudente que

tívéssemos em mãos.

Sefao aquiesceu e mobilizou os homens que fariam o trajeto a nosso lado. A espera se prolongaria por cerca de uma hora, bem além do previsto. Já estávamos no meio da tarde, na iminência de um percurso de estrada de cerca de meia hora, mais seis quilômetros de rota pelo deserto apenas para encontrar nosso interlocutor na estrada de acesso a Sabratha. Essa primeira etapa seria longa — talvez longa demais para permitir que fôssemos para Zawiyah ainda no mesmo dia. Apesar de preocupado, não comentei o timing daquela tarde com Ghaith. Nem seria preciso. Logo alguém evocou a possibilidade de passarmos a noite em Sabratha. A hipótese logo perdeu força, mas aquele foi o momento em que tive a intuição de que algo escapava de nosso controle e fragilizava nossa segurança.

Quando a picape que nos transportaria chegou, saudamos o motorista e seu “navegador” e ocupamos o banco traseiro. Sefao partiu em outro veículo, como um batedor, rodando um ou dois quilômetros à nossa frente. Passamos pelo primeiro checkpoint, em ruínas e sem vigilância, sem ser importunados. Restava a barreira no entroncamento de rodovias. Ao nos aproximarmos, recebemos o sinal de Sefao e mergulhamos no deserto, deixando o asfalto. Então a tensão de todos ficou nítida no interior da cabine, porque receávamos a abordagem de militares, milicianos ou mercenários. Sentado à janela traseira direita, eu não tirava os olhos da linha do horizonte, na direção de onde a barreira estava montada.

Assim como podíamos vê-los à distância, sabíamos que podíamos ser vistos ou denunciados pelo reflexo do sol no metal e nos vidros. E aí corríamos o risco de que uma patrulha partisse em nossa direção para abordar o carro, cuja rota era suspeita. Nesse caso, teríamos duas alternativas: acelerar em fuga ou esperar pela aproximação. Não tínhamos uma posição comum — e nem chegamos a discutir o assunto. A única menção foi do motorista, de uns quarenta anos, habitué da região, simpático e falante, que nos perguntou que armas tínhamos conosco. No espelho retrovisor interno, ele me olhou com expectativa, aguardando uma resposta positiva. Ghaith explicou-lhe que, como jornalistas, não usávamos armas. Eu ergui a caneta e apelei ao clichê:

— Eis a minha arma.

O motorista balançou a cabeça, sorriu e retrucou:

— Vocês são loucos.

Fomos avançando pelo deserto, e quanto mais o tempo passava mais ganhávamos confiança de que não estávamos sendo seguidos. O plano parecia dar certo, mas ainda precisávamos cumprir várias etapas. Também estava claro que realizar o percurso a pé teria sido uma ideia idiota, em especial sozinhos. Nem nossos dois motoristas, conhecedores da região, tinham total domínio do percurso. O traçado, forjado com o passar de veículos pelo caminho de terra batida e pedras, era tênue e havia bifurcações traiçoeiras. Fora isso, existiam os riscos inesperados, como a matilha de chacais que nos seguiu por um período. Minha impressão era de que só com a ajuda dos beduínos, os povos nômades do deserto pelos quais passáramos, teríamos conseguido fazer o

percurso cogitado.

Sem sinais de vigilância, rumamos de volta à rodovia que ligava Yefren a Sabratha. Rodamos cerca de dez minutos em paralelo à estrada, observando seu movimento e tentando localizar o motorista que nos levaria adiante. Quando o encontramos, deixamos para trás a areia e as pedras graças à potência da 4x4 e voltamos ao asfalto. Ao nos aproximarmos, tive uma surpresa: nosso destino estava nas mãos de um jovem de pouco mais de vinte anos. Hussein al-Azzabi era um rapaz humilde, escolhido pelos insurgentes de Yefren para nos ajudar por ser ótimo motorista e por conhecer as estradas vicinais do interior de Sabratha, pelas quais poderíamos ir até Zawiyah. Nos despedimos dos dois rebeldes e seguimos com o menino em um sedã surrado, mas ainda muito potente e ágil. O final da tarde se aproximava e nós não tínhamos certeza se poderíamos fazer a travessia ainda naquela noite. Esse cenário me desagradava muito, não só por adiar nossa chegada a Zawiyah mas sobretudo por nos obrigar a passar a noite em uma cidade pró-Kadafi, onde seríamos denunciados se fôssemos descobertos.

Rodávamos por cerca de uma hora sem passar por nenhum centro urbano quando avistamos um carro parado no acostamento. O garoto reduziu a velocidade. Ao nos aproximarmos, Ghaith reconheceu o homem que aguardava do lado de fora: era Sefao. Para nós dois foi uma imensa surpresa encontrá-lo duas horas depois de termos nos despedido. Paramos no acostamento e ele veio à porta, saudou a todos e trocou algumas palavras rápidas e em árabe com Ghaith. Disse que estava nos esperando na rodovia havia algum tempo só para verificar se tudo tinha ido bem, para nos desejar boa sorte e garantir que poderíamos contar com sua tribo a qualquer momento. Nos despedimos e partimos. Tão logo o deixamos para trás, Ghaith virou-se para mim com expressão de admiração.

— Essa foi uma das maiores demonstrações de comprometimento e confiança que vi em minha vida!

Era exatamente o que eu pensava. Afinal, Sefao, que se tornaria um dos principais líderes militares da região, certamente já era conhecido dos serviços secretos líbios e arriscara a vida atravessando as barreiras militares pró-Kadafi para se certificar de que tudo corria bem conosco. Seu zelo reforçaria nossa confiança em Hussein. Apesar de muito jovem, ele parecia ter a inteira confiança dos opositores berberes. Não estávamos sob a “proteção” de tribos líbias, mas ainda podíamos contar com elas.

No horizonte, o sol já caía — e essa era a má notícia. Ainda rodávamos no interior de Sabratha sem sequer nos aproximar do caminho a Zawiyah. O passar do tempo tornava tudo ainda mais complicado. Hussein precisaria buscar informações a respeito do melhor ponto para a travessia, e isso tomaria tempo. O menino então nos propôs que parássemos em uma propriedade rural de um de seus amigos. Lá descansaríamos do trajeto, buscaríamos as informações que nos faltavam a respeito da posição das tropas kadafistas e então partiríamos de novo. Preocupado com o passar das horas, encarei essa

parada como outro mau sinal, mas calei, na expectativa de que ainda pudéssemos seguir em direção a nosso destino durante a noite. Depois de mais de uma hora de viagem, o jovem, habilidoso e veloz ao volante, reduziu a velocidade, deixou o asfalto e tomou um pequeno caminho de chão batido, percorrendo mais 100 ou 200 metros e parando ao lado de uma casa e de um galpão de alvenaria. Quando Ghaith e eu descemos, Hussein disse que teríamos de dormir ali porque seria preciso verificar com muito cuidado o caminho a seguir. Recebi a notícia com desânimo, mas também com resignação.

Observei a região e me senti melhor ao confirmar que não havia outras casas por perto. Ao redor, vi um raro pasto verde e plano e uma criação de cabras, ovelhas e galinhas. Embora parecesse um lugar seguro, me senti encurralado por estarmos sujeitos a duas pessoas, isolados do contato com outros rebeldes que pudessem aportar novas ideias e alternativas para seguirmos em frente, como tinha acontecido até então. Ghaith também não estava satisfeito, mas àquela altura não havia o que fazer. Forçar a passagem sem informações confiáveis sobre as barreiras seria arriscado demais, estúpido até. Me esforcei para engolir o desapontamento e demonstrar alguma alegria ao encontrar o amigo de Hussein, que nos hospedaria. Tratava-se de Mohamed, um homem franzino, muito magro e de aparência frágil, na casa dos cinquenta anos. Minha primeira impressão não foi boa. Não senti entusiasmo algum de sua parte, nem o menor sinal do reconhecimento com que tínhamos sido recebidos nas cidades por que passáramos até então. Pelo contrário. Mohamed tinha o olhar fugidivo e parecia incomodado com nossa presença. Na primeira vez em que falamos, nos deu pouca atenção, não foi nada caloroso e se comunicou com respostas curtas.

Nosso anfitrião nos levou ao galpão imundo no qual passaríamos a noite. Tive até a impressão de que ele discutira com Hussein por causa de nossa presença — mas sem entender a língua foi impossível ter certeza disso. De todo modo, era como se, em vez de ser acolhidos, estivéssemos sendo escondidos. É verdade que nos encontrávamos em Sabratha, uma cidade pró-regime, mas Hussein nos assegurara que o local era seguro. O desconforto do anfitrião provava o contrário.

Mohamed abriu uma porta de madeira e nos mostrou o cômodo. De um lado havia um sofá muito sujo, e à sua frente uma pequena mesa com pedaços de pão velho, cujos farelos se espalhavam pelo chão forrado com um tapete velho e imundo. Ao fundo ele colocaria três colchões, nos quais poderíamos repousar por ora e dormir mais tarde. Em sinal de cortesia, colocou um pequeno aquecedor para funcionar, atando os dois cabos elétricos nos fios de uma tomada pendurada e solta da parede, prato cheio para incêndios. Fez isso, saiu e voltou com um pouco de café e pão fresco. Estranhei que não fôssemos recebidos com os usuais convites para jantar em família, mas deduzi que ele era mais pobre do que a média dos que nos haviam abrigado, além de estar preocupado em nos ocultar.

Sem muito o que fazer, Ghaith, eu e nosso motorista nos instalamos nos colchões. Chequei meu celular, cujo sinal estava razoável para fazer ligações. Essa era uma boa notícia. Ghaith podia até mesmo contar com uma conexão de internet em EDGE, o

suficiente para enviar e-mails e textos a nossos jornais, imaginei. Decidi tentar mais tarde gerar um hotspot a partir daquele sinal, o que nos permitiria trabalhar conectados em meu laptop e no iPad de Ghaith. Mas o mais urgente era reelaborar nossa estratégia com o auxílio de Hussein e encontrar um modo de deixar a cidade. Como nem Mohamed nem Hussein falavam inglês, tínhamos uma língua por meio da qual podíamos nos comunicar com liberdade. Aproveitando-se disso, Ghaith foi direto quando perguntei o que ele pensava da nossa situação:

— Não confio nesse menino — disse ele. — Não podemos ficar nas mãos de um garoto tão jovem.

Sua ponderação era fatalista. Não estava nos nossos planos passar a noite em Sabratha, mas não tínhamos alternativa. Eu lhe respondi que estava prestes a fazer a mesma advertência. Ghaith decidiu telefonar a Sefao para trocar ideias e, em meio à conversa, tentar se certificar sobre as pessoas que nos abrigavam naquela noite. O retorno foi positivo. Não tínhamos do que duvidar. Ainda que não estivessemos totalmente convencidos, deixamos o assunto de lado e voltamos a discutir a cobertura, enquanto Hussein partia com Mohamed em busca das informações de que precisávamos.

Alguns minutos mais tarde ouvimos o som de um veículo que se aproximava. Ghaith, sentado em seu colchão, escorava-se na parede, enquanto eu havia me deitado no meu, a uns dois metros de distância. Ao ouvirmos vozes que se aproximavam do galpão, tivemos a mesma reação de sobressalto e de urgência, certos de que algo estava errado. Em um ato de reflexo, me deitei como se estivesse dormindo, protegendo parte do rosto com as cobertas. Assim eu ficaria calado e, ao mesmo tempo, ocultaria um pouco os meus traços ocidentais. Ghaith usaria seu árabe perfeito para ocultar o fato de ser jornalista a trabalho para um veículo britânico, mas não conseguiria esconder que também não era líbio.

A porta se abriu e quatro ou cinco homens entraram, todos falando árabe. Observei-os por um instante com um dos olhos entreaberto, aproveitando que a atenção de todos estava voltada para a porta do galpão, de onde Mohamed falava. Um deles me chamou mais a atenção, por vestir uma jaqueta preta e de alguma forma liderar o grupo, falando mais, talvez por ser amigo de nosso anfitrião — uma suposição minha. Meu “sono” pareceu convencê-los. Mohamed me trouxe mais cobertas, cobrindo-me com cuidado para não me acordar. Mas os visitantes puxaram assunto com Ghaith. Eu ouvia os diálogos sem entender sobre o que conversavam, mas percebi que meu amigo falava mais baixo do que o usual. Ele parecia evitar se prolongar nas respostas, guardando o máximo de silêncio. Ghaith me diria mais tarde que eles perguntavam sobre nós dois, em especial sobre nossas origens. Ele respondeu que eu era um funcionário italiano da ENI, a Ente Nazionale Idrocarburi, gigante dos hidrocarbonetos da Itália. A empresa de fato mantinha um projeto importante na Líbia, o Western Libyan Gas, de exploração de gás natural para venda na Europa por meio do gasoduto Greenstream, que atravessa 520 quilômetros de Mediterrâneo. Essa sugestão nos fora dada em Yefren, para o caso de sermos abordados em algum momento de nossa travessia até Zawiyah. Sua vantagem era

ser plausível, já que havia relatos de que dezenas de funcionários de companhias multinacionais ainda circulavam pelas estradas do interior buscando as saídas da Líbia depois de terem perdido, por um motivo ou por outro, a logística de evacuação organizada por empresas ou pelos governos dos países que elas representavam.

Para mim era impossível avaliar se as explicações convenciam aqueles estranhos, mas o fato é que cerca de meia hora depois de terem chegado todos partiram, sem que tivéssemos sofrido algum tipo de constrangimento. Passada a tensão inicial, o fim da visita fora tão ameno que eu de fato acabaria sucumbindo ao cansaço e dormindo por alguns instantes. Com a partida do grupo, Ghaith pareceu tranquilo a ponto de se divertir com o fato de que “pelo menos um” camundongo, segundo ele, teria entrado nas minhas cobertas. Rimos daquela situação em frente de Hussein, mas os momentos de descontração não afastaram a preocupação crescente. Mais do que nunca a visita que recebêramos me parecera suspeita ou, no mínimo, muito inoportuna para dois homens que pretendiam se manter discretos ao máximo em uma cidade pró-Kadafi. Tive a nítida sensação de que o cerco se apertava a nosso redor, e que ser localizado pelas forças do regime — a polícia, os milicianos ou o Exército — era questão de tempo. Não quis semear a paranoia, porque afinal eram só meus instintos, mas, antes que eu evocasse o assunto, Ghaith mais uma vez falou de suas desconfianças:

— Não gostei dessa visita. E não gosto da ideia de que estejamos nas mãos de um menino de 23 anos — repetiu, em tom de comentário.

— Estamos expostos demais ao risco nesta fazenda — respondi.

Ao me ouvir, Ghaith mudou de expressão, como se minha ponderação lhe tivesse despertado uma intuição semelhante. Peguei o telefone e disquei para Sefao. Tenso, ele fez o mesmo — ambos querendo verificar mais uma vez seu grau de confiança nas pessoas que nos recebiam. Quando Sefao enfim respondeu, Ghaith — falando em inglês para despistar Hussein — explicou-lhe em detalhes o que se passava. Estávamos em Sabratha, não em Zawiyah, como previsto, sob os auspícios de um homem com cara de poucos amigos, conduzidos por um garoto e tendo recebido a “visita” de quatro ou cinco estranhos com comportamento suspeito. Do lado oposto da balança, pesava a favor de nossos anfitriões o fato de que, se fôssemos encontrados pelos serviços de segurança de Kadafi sob seus cuidados, eles por certo sofreriam consequências graves. Sefao pareceu espantado com nossa preocupação, mas reiterou que alguns líderes de Yefren tinham boa relação com o garoto que nos conduzia. Ainda assim, se dispôs a montar um plano de evacuação ainda para aquela noite, se desejássemos.

Ghaith desligou o telefone e me relatou a conversa. Nós dois ficamos satisfeitos com o aval que Hussein tinha recebido de nosso interlocutor de Yefren. Concordamos em passar a noite onde estávamos, até porque deixar Sabratha seria tão inseguro quanto seguir em frente no dia seguinte, considerando o esforço que tínhamos feito para superar as barreiras e alcançar a cidade. Intimamente eu seguia incomodado pela intuição de que o fim da linha estava mais próximo do que nunca. Ao mesmo tempo, me esforçava para tomar decisões com base em elementos concretos, racionais, e o fato era que não

tínhamos sido importunados até então. Estávamos em segurança, pensei. Ponto final.

Não, não estávamos seguros, mas não pensaríamos mais nisso naquela noite. Ghaith começou uma longa e descontraída conversa com Hussein, enquanto eu me voltei para o trabalho, tentando criar o ponto de acesso à rede mundial que nos permitisse aumentar o contato com o exterior. Na fazenda, evidentemente, não havia internet, e nenhum de nós portava o Bgan, modem de conexão por satélite. O telefone satelital de Ghaith, pelo qual poderíamos nos conectar, não funcionava. Meu telefone não tinha sinal de internet, mas o celular Libyana de Ghaith continuava com um resquício de sinal 2g. Eu queria usar o aparelho e criar um hotspot por bluetooth, gerando uma rede improvisada para meu computador e para o tablet de meu parceiro. Multipliquei as tentativas mas, por diferentes razões, nenhuma funcionou. Tentei conectando fios, trocando SIM cards entre celulares, fazendo testes de todo tipo, quando percebi que Ghaith me observava com um misto de curiosidade e incompreensão.

— Me sinto MacGyver buscando soluções — brinquei, sem que ele entendesse. — MacGyver, o cara que evitou um vazamento de ácido sulfúrico com chocolate. Vai dizer que nunca ouviu falar dele?

Ghaith nunca tinha ouvido falar do tal seriado — o que, aliás, era bom para ele. Mas a brincadeira me fez ver que, embora viéssemos de realidades muito diferentes no Iraque e no Brasil, estávamos em excelente sintonia até então. É verdade que tínhamos quase a mesma idade e interesses em comum, e que o fato de ele não ser um muçulmano praticante era uma barreira a menos. Mas a maior razão para o bom entrosamento parecia ser o respeito mútuo. Ghaith era atento aos meus planos e a cada ponderação minha, mesmo as mais banais. Eu também o ouvia muito, não porque o iraquiano falasse árabe e tivesse maior contato com nossos interlocutores, mas porque trazia no rosto sinais claros de uma vida cheia de experiências tão difíceis como aquela revolução. Uma delas era uma grande cicatriz na face direita — cuja origem não me interessei em conhecer. De certa forma, eu tinha a impressão de que ele, ao cobrir a insurreição na Líbia, parecia cobrir sua própria história de vida.

Expliquei-lhe o que estava tentando fazer e segui trabalhando para estabelecer a conexão até entender que ela não aconteceria de maneira nenhuma. Decidi então escrever minha reportagem em um smartphone. Nela, eu usava a retomada de controle das rodovias e de algumas cidades do oeste líbio por parte das forças de Kadafi como motivo para falar da contraofensiva da ditadura. Naquele mesmo dia, comentava-se entre os rebeldes que o regime tinha recuperado o controle de Brega, um município do leste que reunia sete pequenos centros urbanos mas cuja importância econômica transcendia seu porte. Lá estava situado o segundo maior complexo de exploração de hidrocarburetos do país. A cidade tinha caído nas mãos dos opositores uma semana antes. Além disso, havia combates em Ajdabiya, outro ponto estratégico para os rebeldes, que tinham tomado o controle de uma base militar e de um arsenal. Estávamos nos primeiros dias de

combates e no início do contra-ataque de Kadafi, que em entrevistas deixara claro não ter a intenção de deixar o poder. Prova de sua indisposição em permitir a abertura do país era o número de vítimas que a revolução já apresentava, em crescimento vertiginoso. Os dados — de difícil verificação — reunidos à época pela Liga Líbia de Direitos Humanos em Paris indicavam que o número de mortes já chegaria a 6 mil, dos quais 3 mil na capital.

Para responder ao contra-ataque e, ao mesmo tempo, buscar uma organização política que lhes permitisse definir uma liderança e uma voz dentro e fora da Líbia, os rebeldes tinham nomeado o ex-ministro da Justiça Mustafa Abdel Jalil como presidente do CNT. Não entendi aquela iniciativa, pois Abdel Jalil acabara de abandonar os quadros do regime, em protesto “contra os eventos sangrentos e o uso excessivo da força contra os manifestantes”. Ou seja: era um político próximo a Kadafi. Ainda assim, a existência de uma liderança clara era uma necessidade e um avanço que os insurgentes no oeste também saudavam. A Abdel Jalil caberia a tarefa de convencer a comunidade internacional sobre a pertinência de uma demanda que começava a se evidenciar no interior do país: a intervenção militar externa, ao menos na forma de um embargo aéreo ou do controle da entrada de mercenários no país. No mesmo dia, o porta-voz da insurreição, Abdel Hafiz Ghoga, apelara às Nações Unidas e a todos os países que apoiavam a revolução que “lançassem ataques aéreos contra sítios e posições de mercenários, usadas contra os civis e contra o povo líbio”.

Esse recado à comunidade internacional parecia estar em sintonia com um sentimento crescente no interior da Líbia. Havia um clamor, um repúdio feroz contra o emprego de mercenários pelo regime, ainda que as provas visíveis desse engajamento fossem frágeis. Além disso, a contraofensiva de Kadafi tinha despertado a convicção de que derrubar uma ditadura violenta, que sobrevivera a 42 anos e a sucessivas tentativas de golpe de Estado, não seria nem rápido nem indolor. Mas a ideia de uma intervenção externa ainda parecia distante, por provocar controvérsias entre líderes políticos no Ocidente. Naquela mesma quarta-feira, o então ministro das Relações Exteriores da França, Alain Juppé, prevenira sobre as reticências que haviam marcado a reunião de embaixadores da Otan em Bruxelas a respeito do risco de descontentamento dos povos árabes contra a eventual presença de tropas de terra do Ocidente no Norte da África. Por outro lado, ele observou, era possível “continuar a planejar uma zona de exclusão aérea”, com a condição de que ela fosse criada pelo Conselho de Segurança da ONU. Deliberadamente ou não, o chanceler não esclarecera o que a medida pressupunha.

Eu escrevia um texto a respeito do apoio crescente dos líbios à intervenção quando percebi que Hussein já dormia. No seu canto, Ghaith vinha comentando os deslocamentos de uma família de camundongos que passara a circular com desenvoltura pelo galpão conforme a madrugada avançava. Suas tiradas tinham muito de seu humor alegórico e inteligente, mas aos poucos entendi que seu riso era acompanhado de nervosismo. Me diverti muito ao perceber que um repórter de guerra premiado, um homem destemido em plena cobertura de uma revolução, em um território sob o controle de um regime impiedoso, tinha medo de ratos.

— Eu não tenho medo de ratos! — ele repetia, nervoso.

Ghaith seguiria desmentindo minha “acusação” por mais alguns minutos, mas só dormiu depois de eu garantir que ficaria acordado por mais alguns minutos e que observaria a movimentação dos camundongos. Um bom tempo depois, já em plena madrugada, me preparei para dormir em um dos colchões atirados ao chão. Horas depois eu acordaria os dois com um grito de “Putá que pariu!”, assustado pelo ruídos de um camundongo perto do meu ouvido. Nunca soube dizer se foi pesadelo ou realidade. Mas o grito bastou para que Ghaith morresse de rir, me acusando de compartilhar seus próprios medos.

A partida para Zawiyah deveria acontecer ainda pela manhã. Era um dia de sol forte e céu azul no campo. Os animais produziam os únicos sons que ouvíamos daquele galpão, além do barulho de carros que cruzavam a rodovia de tempos em tempos. Mohamed veio até nós e disse que sairia com o motorista para verificar a melhor maneira de atravessarmos a cidade sem ser barrados em checkpoints. Ghaith e eu aguardaríamos o retorno de ambos. À espera, disparamos nossos telefones, retomando contatos com nossas fontes. Uma das pessoas para as quais telefonei foi o embaixador George Ney Fernandes. À procura de sinal, tive de caminhar algumas dezenas de metros na pastagem, com o cuidado de verificar a eventual presença de estranhos. Consegui uma chamada usando o número de Ghaith, porque o meu não funcionava. George Fernandes atendeu com um discurso muito diferente daquele que empregara na última vez em que nos falamos. Estava amistoso e fez questão de começar a conversa me pedindo desculpas pela forma como tinha insistido em obter telefones de minha família e me pressionado a deixar o país. Disse que não estava familiarizado com o trabalho de jornalistas, mas que compreendera que noticiar o conflito era nosso trabalho. Falamos a seguir sobre a evacuação dos brasileiros, uma iniciativa que tinha sido bem-sucedida graças à sua equipe.

Dessa vez o embaixador estava atencioso, amistoso e otimista. Com o rumo mais ameno de nossa conversa, decidi retomar o assunto que me levava a procurá-lo: a hipótese de que ele estabelecesse uma ponte com o Ministério das Relações Exteriores do regime para lhes informar de nossa presença no país. Talvez com isso, expliquei, pudéssemos obter, por vias diplomáticas, autorização para trabalhar em Trípoli. Na prática, já tínhamos permanecido vários dias ao lado da insurgência e um de nossos planos era forçar a ditadura de Kadafi a nos aceitar, concluindo que seria melhor nos manter na capital — onde por certo seríamos monitorados pelos serviços secretos — do que livres no interior do país, onde tínhamos acesso quase irrestrito aos líderes da rebelião, no oeste. George Fernandes ouviu as ponderações com atenção, sem questioná-las. Receptivo, disse-me que teria uma reunião com representantes do Ministério das Relações Exteriores líbio no final daquela manhã, já que os setenta embaixadores estrangeiros que permaneciam na cidade haviam sido chamados para presenciar um pronunciamento do “coronel”, e que levaria o assunto a seus interlocutores. Se tudo

corresse como o previsto, continuou, teria uma resposta sobre o caso ao longo do dia.

Marcamos de voltar a nos falar durante a tarde. Desliguei o telefone e retornei ao galpão. Conversei com Ghaith a respeito do telefonema, e concluímos que aquele se tornaria um plano B eficiente caso sentíssemos que o cerco do regime se apertava a ponto de não permitir alternativas. Ainda assim, ir a Trípoli sob a tutela do governo não era nossa prioridade, que seguia sendo atingir a capital por nossos próprios meios, guardando a máxima autonomia possível na cobertura. Para tanto, seguíamos na expectativa de um retorno de Mohamed e Hussein, que continuavam se dizendo dispostos a nos auxiliar na travessia.

Ao fim daquela manhã, enquanto Ghaith dava telefonemas fora do galpão, ouvi o barulho do que me parecia ser uma manifestação. Esperei que o som se aproximasse, observando próximo à porta, e imaginei que se tratasse de um protesto de ativistas contra o regime. Se um levante acontecesse em Sabratha, estimei, teríamos mais chances de não enfrentar resistência no caminho de Zawiyah. Mas logo ficou claro que o cortejo, formado por uma ou duas dezenas de crianças e mulheres, era uma demonstração de apoio a Kadafi. Por razões óbvias, eu gostaria de entrevistá-los, mas também por razões óbvias era impossível manter contato com grupos pró-regime, que estavam instruídos a delatar a presença de jornalistas ocidentais no país. Só me restou acompanhar a passagem dos kadafistas, que reforçavam a imagem de apoio à ditadura pela maior parte dos habitantes daquela cidade.

Mohamed e Hussein não tardariam a voltar, mas sem boas notícias. Esperávamos partir logo, mas todos os principais acessos a Zawiyah estavam monitorados, com barreiras vigiadas por soldados fortemente armados. Qualquer tentativa de atravessar seria muito arriscada, eles advertiram. Ainda nos disseram que buscariam um caminho alternativo pelas estradas vicinais, as mesmas que cogitáramos usar no dia anterior até a noite cair e adiar nossos planos. Mas enquanto isso teríamos de ficar mais uma vez fechados no galpão, sem contato com o exterior. Era uma situação insuportável, mas as averiguações que fazíamos com nossos informantes confirmavam que a região estava mesmo muito bem monitorada pelas forças leais ao regime. Teríamos dificuldade em prosseguir sozinhos, e contar com a colaboração de moradores da região, como Mohamed, ainda parecia a melhor estratégia. À espera, Ghaith e eu conversamos muito sobre planos alternativos, traçando-os em detalhes. Quando nos calávamos, o iraquiano disparava seu telefone, muitas vezes a trabalho, passando informações para seus editores ou entrando ao vivo na BBC.

Aos poucos a espera se tornou enfadonha demais. Para matar o tempo e reduzir a ansiedade passamos a comentar todo tipo de amenidades, discutindo desde os rumos de nossa carreira às relações com nossas famílias. Conversávamos também sobre as experiências de vida que nos tinham conduzido ao interior da Líbia, e entre as razões afloravam desde os temas mais nobres, como a defesa sincera dos direitos humanos, aos mais tolos e egocêntricos, como o prazer de ser os únicos jornalistas do mundo a cobrir aquela região, a mais importante do país. Em alguns momentos, nos flagrávamos aos

risos com anedotas sobre reportagens antigas. Em outros, ao contrário, travávamos discussões difíceis, como quando conversamos sobre a ideia da morte. Ghaith, criado na Bagdá das invasões dos Estados Unidos, conhecia muito bem os efeitos da violência da guerra. Eu, criado na violência urbana do Brasil, sabia o que era ter uma arma apontada para a cabeça por um garoto drogado, que toma decisões sobre a vida alheia em uma fração de segundos. Ambos trazíamos as cicatrizes, físicas e psicológicas, que a perspectiva de morte iminente deixa para sempre.

— Foi como se algo tivesse se quebrado, como se eu já tivesse morrido uma vez — filosofei. — É estranho. Não sinto medo de morrer.

Ghaith ouvia deitado em seu colchão. Então se sentou e disse, solene:

— Eu entendo o que você está dizendo. Sinto a mesma coisa.

Ainda na expectativa de um sinal para que partíssemos de Sabratha, voltei a telefonar ao embaixador George Fernandes. Ele atendeu, moderando a voz, como quem tenta não incomodar as pessoas a sua volta. Estava mais uma vez caloroso e receptivo, e disse que tinha uma informação preciosa para mim. Kadafi acabara de convidar o Brasil para ser um dos três observadores internacionais da “crise política” que a Líbia atravessava. A proposta fora feita no encontro da cúpula do regime com os diplomatas estrangeiros. No evento, o “coronel” fazia um novo discurso, dessa vez em tom conciliador, que destoava da retórica beligerante e de suas promessas de esmagar a oposição.

— O convite acabou de ser feito para que o Brasil, a União Africana e a Conferência Islâmica sejam observadores do conflito no país — explicou o embaixador.

Enquanto conversávamos, George Fernandes direcionou seu telefone para tentar captar o som ambiente. Alguém discursava ao fundo — era tudo o que eu conseguia discernir. Ele segurou seu celular virado para o orador por alguns instantes, e a seguir voltou a falar, com ar de deslumbramento:

— Está ouvindo?! Kadafi está discursando neste momento!

Fiz menção de apreciar a “oportunidade” de ouvi-lo e pedi outras informações sobre a proposta, mas o embaixador não tinha muito mais a dizer a respeito, por ainda não ter se reunido com a cúpula do regime para ouvir os detalhes da proposição. Perguntei então a respeito da mediação sobre a qual havíamos falado, mas nenhum avanço acontecera por falta de oportunidade de abordar o assunto. Combinamos que falaríamos mais uma vez no final daquela tarde e desliguei o telefone com a consciência de que, com os cortes da comunicação que ocorriam todo fim do dia, isso seria muito difícil.

Minutos depois, Mohamed e Hussein voltaram ao galpão. Enfim chegara a hora de partir. Ghaith e eu tínhamos nossos equipamentos e mochilas organizados, à espera, e estávamos prontos para voltar à estrada. Apesar do tempo gasto por nossos anfitriões na verificação da segurança dos caminhos vicinais da região, a alternativa escolhida foi circular pelas grandes rodovias e avenidas da cidade, uma ideia que me soou estranha, e

que justamente tinha sido descartada pela manhã. Seguimos em direção ao centro de Sabratha, onde tentaríamos contornar uma série de checkpoints nas próximas horas. Era mais um grande momento de tensão. Pela primeira vez, desde o início do levante, estávamos circulando pelas principais vias de uma cidade pró-Kadafi. A despeito do risco, esse fato me permitia observar as condições de vida, de circulação, de segurança, averiguar a abertura do comércio, o funcionamento dos serviços públicos — enfim, lançar um olhar sobre um centro urbano em poder do regime. Por onde passávamos, víamos os traços da insurreição. Havia muitos prédios incendiados, da polícia e do serviço secreto, nos diziam Mohamed e Hussein. Mas em vários edifícios tremulavam bandeiras do regime, um símbolo da fidelidade de Sabratha ao “coronel”.

Os dois líbios que nos ajudavam demonstravam pela primeira vez muito nervosismo. Ao volante, Hussein suave e falava com expressão assustada, discutindo com Mohamed, que de tempos em tempos o repreendia, furioso. Em uma dessas alterações, pararam o veículo e trocaram de lugar. Apesar da eficiência de Hussein como motorista, fiquei satisfeito em saber que estávamos sob a conduta de alguém mais experiente em um momento tão delicado. Voltamos a circular, e então Ghaith recebeu uma ligação em seu celular. Tratava-se de um homem que se apresentava como “um amigo” disposto a “nos ajudar” a atravessar as barreiras em direção a Zawiyah. Para isso, pedia a nossa localização. O iraquiano trocou algumas poucas frases com seu interlocutor, mas descartou a ajuda e desligou. O telefone voltou a tocar. Ghaith atendeu e o diálogo se repetiu. O homem insistia que indicássemos nossa localização ou que descrevêssemos o automóvel em que estávamos circulando — e mais uma vez recebeu uma resposta negativa. Era uma armadilha. Ficou claro então que pelo menos um de nossos telefones celulares estava sendo monitorado e que a polícia ou o serviço secreto líbio sabia que estávamos rodando em Sabratha. Ghaith manteve o telefone ligado, sem atendê-lo. A cada instante, uma nova chamada era recebida, sem resposta. Nós tentávamos guardar algum sangue-frio, mas ficava cada vez mais claro que estávamos em uma situação limite: se não conseguíssemos atravessar as divisas entre Sabratha, Surman e Zawiyah nos próximos minutos, alcançando um território em poder dos rebeldes, corríamos o risco real de ser localizados a qualquer momento. E as consequências seriam imprevisíveis.

Então eu também recebi um telefonema de um número não indicado no meu celular. Senti um frio na espinha, mas atendi, porque queria saber se meu telefone estava ou não sendo monitorado. No outro lado da linha havia uma voz conhecida: Roberto Simon, repórter da editoria de internacional d’*O Estado de S. Paulo*, que naquele dia estava na função de chefe de reportagem. Sorri de satisfação ao ouvi-lo perguntar se teria condições de enviar um texto naquela noite a respeito do papel do Brasil como observador no conflito líbio. Respondi que sim, otimista. Durante esse diálogo eu já pressentia a captura, que àquela altura não podíamos mais descartar. Não quis me estender na conversa, por receio de que pudesse ser rastreado, mas não desliguei sem dar a ele uma informação sobre meu paradeiro. Até aquele momento eu nunca indicava minha posição geográfica por telefone, mas então eu lhe disse que estava em Sabratha, sem

entrar em detalhes sobre a travessia a Surman e a Zawiyah, nossos próximos passos. Se o telefone de Ghaith estava sendo monitorado, o meu passaria a sê-lo em breve.

A noite já caía quando paramos em um acostamento à beira da estrada que cortava a cidade. Preparamos a tentativa de travessia, para a qual contaríamos com o auxílio de mais um homem em outro veículo, que chegaria em poucos minutos. Assim que ele encostou o carro, o jovem Hussein, que parecia tremer nos últimos minutos, desceu e entrou no outro automóvel. Eles fariam a função de batedores, seguindo à nossa frente para testar o nível de segurança das barreiras e nos mantendo informados por telefone. Arrancamos em direção a Surman. Deixamos a avenida principal em baixa velocidade e tomamos ruas adjacentes, também monitoradas por checkpoints. Nos aproximamos de um primeiro, tendo sempre à frente o batedor. Fomos autorizados a passar sem que nenhum documento nos fosse perdido. No interior do carro, o silêncio e a tensão eram absolutos. Contávamos com a convivência daquele grupo específico de militares, que tinham feito vistas grossas à nossa passagem. Prosseguimos em direção à maior das barreiras. Quando nos aproximávamos, engoli em seco mais uma vez, com o coração disparado. O telefone de Mohamed tocou. Era um retorno negativo de nosso batedor. A essa altura, o celular de Ghaith, no silencioso, contabilizava dezenas e dezenas de ligações do homem que nos monitorava. Ele seguia telefonando, telefonando, telefonando sem que fosse atendido. Repetimos o percurso pela cidade, mais uma vez optando pelas ruas adjacentes. Petrificados, passamos pelo checkpoint em que, havia pouco, tínhamos sido autorizados a passar. Estávamos mais uma vez a uma barreira de alcançar um território seguro. Era nossa última tentativa, e não podíamos mais arriscar. Todos estávamos mudos no interior do automóvel, aguardando o sinal de nosso batedor. Com o coração a mil e um nó na garganta, desejei ardentemente que sua resposta fosse positiva. Mas estava errado.

Mohamed disse algo em árabe a Ghaith. O iraquiano olhou para mim e confirmou o que eu já havia entendido: tínhamos fracassado na tentativa de alcançar Zawiyah. Então a impressão de que nosso destino estava selado ficou muito mais forte. Trocamos impressões por um instante e perguntei qual era a sugestão de Mohamed: retornar ao galpão da fazenda em que havíamos passado a noite anterior ou ficar na cidade? Caso a primeira fosse a melhor alternativa, pensei, poderíamos analisar com rigor cada opção e, se necessário — como parecia ser —, programar uma estratégia de retirada do país.

Tínhamos consciência de que agora estávamos cercados, e que deixar a Líbia de maneira clandestina, como havíamos entrado, seria tão difícil como avançar. Ghaith me respondeu que Mohamed propusera nos levar para outra de suas propriedades, uma casa inacabada no centro de Sabratha, para onde ele tinha insistido em nos conduzir pela manhã, sem a nossa concordância. Dessa vez não tínhamos escolha. Estávamos mais do que nunca em suas mãos, e imaginávamos que Mohamed também arriscava sua vida ao nos auxiliar naquelas circunstâncias. Éramos obrigados a outorgar nossas decisões a um

terceiro, o que me fazia afundar em pessimismo por sentir o cerco se fechando.

Pouco mais de dez minutos depois de nossa última tentativa de travessia, Mohamed deixou a estrada, tomando uma rua de chão batido ao lado de uma praça pública. Aproximou-se em baixa velocidade, pedindo silêncio. Parou a alguns metros, desceu, observou todos os lados, abriu a porta da frente da residência e fez sinal para que entrássemos com discrição, o que fizemos. Tratava-se de uma casa de classe média semivazia, cujos cômodos da frente estavam mobiliados e habitados. Fomos levados para outra ala da casa, sem que tivéssemos contato com a família. No fundo ficava uma sala fria, sem móveis, onde nos abrigaram.

Mohamed estava tenso, elétrico, e não nos dava maiores explicações sobre seus passos. Voltou com colchões e cobertas, indicando que passaríamos a noite naquela sala. Do lado de fora da porta, mostrou-nos um banheiro que poderíamos usar — com chuveiro. Ghaith e eu sorrimos ao comentar a oportunidade de tomar um verdadeiro banho pela primeira vez em uma semana. Aquele breve momento de descontração reduziu o estresse. Antes de partir, Mohamed garantiu que faríamos uma nova tentativa de travessia no dia seguinte, mas pediu para que não falássemos ao telefone naquela noite, nem navegássemos pela internet, proibindo-nos de usar o Facebook — algo que não faríamos de modo algum, mas que me causou estranheza. Além disso, as recomendações de pouco serviam, porque estávamos mesmo encurralados. Se no dia anterior fora possível telefonar e enviar e-mails pelo celular de Ghaith, naquela noite não poderíamos nem sequer ligar o aparelho, que continuava sendo assediado por centenas de ligações.

Nos acomodamos no quarto por volta das oito horas da noite. Estávamos famintos após trinta horas sem uma refeição digna, comendo os poucos biscoitos que eu tinha na mochila e mais alguns, empacotados, que recebemos de nosso anfitrião. Ghaith e eu estávamos mais cansados e calados do que o usual naquela noite, até porque nos sentíamos muito preocupados. Trocamos impressões sobre os acontecimentos, discutimos em voz baixa todas as nossas alternativas, mas não aprofundamos nossos planos porque não tínhamos podido conversar em detalhes com Mohamed.

Quando a adrenalina já baixava, rasguei ao meio um lençol de hospital que eu havia recebido de Adel ainda em Zintan e joguei uma metade a Ghaith, para que ele a usasse como toalha de banho. Ao retornar, meu amigo sorria, satisfeito por estar limpo depois de uma semana — mesmo que continuasse usando as mesmas roupas imundas. Eu fui a seguir. O banheiro estava deplorável após a passagem do iraquiano. Não me importei, porque enfim tomava um banho e retirava a grossa camada de poeira do deserto que endurecia o cabelo e deixava a pele áspera. Quando voltei à sala, também com as mesmas roupas imundas, Ghaith estava quase dormindo. Apaguei a luz, me acomodei em meu colchão, escorando-me contra a parede para escrever algumas ideias que serviriam a futuras reportagens. Lendo meu bloco com o auxílio da tela do computador, deparei com algumas notas que eu tinha escrito a respeito dos últimos discursos de Kadafi e de seu herdeiro político sobre o trabalho da imprensa estrangeira. Em um de seus últimos pronunciamentos, feito no dia anterior, Saif argumentava que seu país era vítima de uma

campanha de propaganda da mídia estrangeira e do Conselho de Segurança da ONU, que “pela primeira vez na história” havia pronunciado uma resolução “baseada em reportagens mentirosas”. Por essa razão, sustentou ele, o regime líbio convidara alguns jornalistas a Trípoli.

— Sejam bem-vindos à Líbia. Abram os olhos e me mostrem as bombas, me mostrem os feridos, caminhem livremente por Trípoli — exortara.

“Livremente”, claro, era força de expressão, peça de propaganda. Os jornalistas convidados, instalados no hotel Rixos, no centro da capital, a algumas centenas de metros da fortaleza de Bab al-Azizia e de instalações militares e do serviço secreto, precisariam de autorização para seus deslocamentos — que eram em geral seguidos por agentes do regime, “por razões de segurança”. Apesar do cinismo do governo, pensei, Ghaith e eu continuávamos livres por ora e, embora vivêssemos enormes adversidades, talvez pudéssemos contar com o discurso de Kadafi e de Saif sobre a imprensa a nosso favor. A ditadura, que havia poucos dias ameaçava tratar jornalistas como o fazia com terroristas da Al-Qaeda — não raro presos, torturados e assassinados —, tentaria nas horas seguintes transmitir uma imagem de legalidade, de respeito aos direitos humanos e à liberdade de imprensa. No momento em que o “coronel” e seu filho faziam propaganda, executar jornalistas estrangeiros seria um escândalo político, calculei, preparando o espírito para o que parecia inevitável.

Na sala vazia e escura, o único brilho era o da tela de meu computador, cuja luminosidade eu havia reduzido ao mínimo. Liguei o celular de Ghaith uma última vez, instantes depois de fazer o mesmo com o meu, que não parecia monitorado. Fitei a tela durante a inicialização. Tão logo o sinal Libyana surgiu no canto superior esquerdo, uma nova ligação do homem que nos perseguia estourou na tela. Eram por volta de onze da noite. Desliguei o telefone e calculei: havia pelo menos quatro horas que recebíamos chamadas ininterruptas naquele número. Reuni blocos e caneta, postos sobre o colchão, à minha direita. Estendi o braço e inclinei o tronco em direção a uma das alças de minha mochila, a um metro e meio do meu alcance, quando ouvi uma voz agressiva falando alto, em outro cômodo, e se aproximando rápido do nosso. Senti um arrepio correr meu corpo, uma descarga súbita de frio que se estendeu do pescoço às pernas em uma fração de segundo ao reconhecer a voz de Mohamed, que avançava pelo corredor, gritando em árabe até irromper com violência à porta de nossa sala, acendendo a luz e ordenando:

— Saiam daqui! Saiam daqui agora! Saiam daqui!

Em uma sequência de movimentos aterrorizados, fechei a tela de meu computador com um tapa e saltei de meu colchão jogando parte de meus pertences ao chão. Ghaith acordara em um ato de reflexo, saltando também, sem entender o que se passava, muito confuso. Mohamed continuava gritando, com ar desesperado, levando as mãos à cabeça e

ao rosto, com expressão de choro, e gesticulando para que reuníssemos nossos pertences. Enquanto catava meus agasalhos, perguntei a Ghaith o que se passava. Grogue, mas já colhendo seus pertences em meio a tanta urgência, ele respondeu que não entendia o que estava acontecendo. Mohamed repetia que tinha avisado para que não usássemos Facebook, que tínhamos sido encontrados e que estávamos sendo expulsos de sua casa. Nossas vozes estavam trêmulas de susto. Em um instante nos aprontamos, Ghaith pedindo calma a Mohamed, que gritava ainda mais e gesticulava, nos mandando sair. Entendi que o iraquiano tentava convencê-lo a mudar de ideia, o que era improvável, dadas as circunstâncias. Então fui assaltado por uma certeza: na melhor das hipóteses, estávamos sendo lançados à rua, à noite fechada, em uma cidade pró-Kadafi; na pior, fôramos traídos e seríamos entregues, presos pelo regime, à mercê da tortura e da morte. Em qualquer uma delas, estaríamos sozinhos dali em diante.

Mohamed ignorou os apelos de Ghaith e nos empurrou para a rua. Ao abrir a porta da frente da casa, senti o choque da noite gélida, mas tive um breve alívio ao observar o entorno e perceber que ainda não havia ninguém. Tudo o que via eram casas fechadas, um cruzamento de ruas de chão batido e iluminação pública precária. Ainda assim, por algum motivo, não tive ilusões. Sabia que era o fim da linha. Mohamed seguiu esbravejando, agora em sussurros, e nos empurrando para o outro lado da rua. Chegamos à varanda de outra casa em construção, abandonada. Mohamed abriu a porta e mandou que entrássemos, postando-se ao lado da abertura. Enquanto Ghaith permanecia junto dele, tentando entender o que se passava, e argumentando que nenhum de nós tivera acesso à internet, ao Facebook ou a outra forma de conexão, eu me embrenhei na casa escura, procurando saídas alternativas.

Não havia escolha. Retornei à sala e dei a notícia a Ghaith: não existia outra saída. Mohamed continuava não aceitando nenhuma argumentação, mas seu show me convencia cada vez menos. De dentro da casa era possível ouvir o ruído de automóveis que rodavam pela estrada principal, nas imediações. Passado o terror inicial, comeci a retomar a razão, e meu primeiro pensamento foi a certeza de que alguém nos traía e nos encurralara. Iríamos ouvir o motor de um veículo se aproximar, e seria o fim da linha.

Em poucos minutos, ouvimos o ruído de um motor a diesel. Um carro chegava pela parte de trás da casa, em baixa velocidade, até parar. Ouvi as portas se abrirem. Ghaith e Mohamed silenciaram. Tudo silenciou. O tempo parou por um instante, enquanto quatro homens vestindo jaquetas pretas se aproximaram. Um deles trazia uma arma em punho, e os demais carregavam bastões de ferro. Mohamed deu um passo para o lado, cedendo passagem. Um dos estranhos caminhou até Ghaith, agarrando-o; outro veio até mim e apalpo minha jaqueta e meus bolsos até deparar com o iPhone que eu protegia com uma das mãos. Segurei o aparelho com firmeza, sem menção de reagir, lembrando que dezenas de entrevistas gravadas estavam ali. O homem fez força para arrancá-lo com as duas mãos, até conseguir. Então, sem que reagíssemos, fomos pegos à força pelos braços e arrancados da casa, empurrados à rua de chão batido e obrigados a olhar para baixo. Um de nossos algozes disse, em árabe:

— Seus filhos da puta, judeus sionistas, traidores de árabes!

Ouvi as ofensas procurando não expressar reações. Fui forçado a caminhar em direção à praça pública pela qual havíamos passado quatro horas mais cedo. Era um local ermo, perfeito para uma execução sumária, pensei. Mas eu não quis que aquela perspectiva me roubasse a racionalidade. Meu coração batia a um ritmo sereno. Me surpreendi por me sentir estranhamente calmo naquela situação. Eu queria manter o controle e buscar o maior número possível de informações, que me permitissem descrever a região em que havíamos sido detidos, se necessário. Observei as ruas desertas com dificuldade, por causa da iluminação escassa. Percorri uma distância curta, de cerca de 100 metros, quando entendi que não seríamos abatidos naquele instante. Os homens nos empurravam na direção de um jipe equipado com uma espécie de jaula na parte traseira. Ghaith foi forçado a entrar primeiro. Eu segui atrás. Para isso precisei retirar uma das alças da mochila às minhas costas, muito volumosa para caber no veículo. Ao iniciar um claro e lento movimento com um dos ombros, diante da porta do carro, senti o impacto brutal de um bastão de ferro contra minha cabeça. Perdi o equilíbrio e minhas forças se esvaíram por um instante. Fui contido para não cair. Um zunido explodiu em meus ouvidos, altíssimo e constante. Olhei ao redor, gogue, e vi a imagem distorcida do rosto de Ghaith, com ar desesperado, falando sem que eu pudesse perceber nada além do ruído e do movimento de articulação das palavras. Fui empurrado para dentro do veículo, atordoado e sentindo uma dor forte na testa, mas começava a ouvir vozes em meio a um zunido muito forte. Discerni a de Ghaith, que tentava me ajudar perguntando como eu estava. Ainda confuso, senti puxarem minha cabeça com força, vendando meus olhos. Atrás de mim, na parte traseira do jipe, um homem gritava em árabe. Eu entendia o nome “Kadafi” em meio a suas frases.

— Vocês querem derrubar Kadafi?! Vamos estuprar suas mães! Vamos estuprar suas mães! — ele esbravejava. — Kadafi vai lhes ensinar a lição!

Ouvi-lo me fez perceber que eu recomçava a discernir os sons, o que me tranquilizou. Em meio às ameaças, comecei a me preparar para o que poderia vir nas próximas horas. Pensei no treinamento de coberturas de guerra que eu tinha recebido da Sociedade Interamericana de Imprensa na Argentina, em especial as instruções sobre o comportamento nessas circunstâncias. Tentei manter a calma, não reagir, não argumentar e colaborar até que superássemos o auge da tensão. Os xingamentos que recebíamos, os gritos, as ameaças, as agressões, eram parte da tentativa de intimidação.

Rodamos alguns minutos naquela situação, sem nenhuma possibilidade de diálogo. Ghaith e eu mantínhamos o silêncio. Então o veículo parou. Ouvi barulhos de portas e homens descendo — os mais agressivos e exaltados deles. Apenas um os substituiu. Sentou-se no banco do carona e ordenou ao motorista que seguisse. Circulamos mais alguns minutos, até que ele nos mandou retirar as vendas dos olhos. Em nossa frente estava um homem de aparência normal, de postura serena, sem armas em punho. Sua primeira iniciativa foi “garantir” nossa “segurança”.

— Não se preocupe, nada vai acontecer com vocês — disse ele, pedindo a Ghaith

que traduzisse o que dissera. — Vocês estão em segurança.

Sem se apresentar ou dizer a qual órgão do sistema de segurança de Kadafi pertencia, o homem pediu detalhes sobre nossas origens. Quis saber o que fazíamos no país e quais eram nossas nacionalidades. Ao saber que eu era brasileiro, insistiu que nada grave iria nos acontecer.

— Você está mais seguro na Líbia do que no Brasil — afirmou, reiterando e esperando uma reação. — Você está mais seguro na Líbia do que no Brasil.

— Quer saber? Eu acredito — respondi sério, destilando ironia.

Sua atitude amistosa não me convenceu nem por um momento. Tive a sensação de que estávamos vivendo a alternância entre o tira mau e o tira bom, sem que nenhum deles representasse segurança. Continuávamos prisioneiros à mercê do regime, e imaginei que ele tivesse algum objetivo ao nos permitir retirar as vendas. A resposta era essa mesma: rodando por ruas escuras e quase desertas, o homem dizia que estávamos no centro de uma cidade, que imaginei ser Surman, entre Sabratha e Zawiyah. Mostrando pequenos comércios abertos no meio daquela noite e apontando para a boa conservação dos imóveis, ele começou a nos doutrinar.

— Vocês estão vendo esse mercado aberto? Vocês acham que ele estaria aberto se estivéssemos vivendo uma revolução? Estão vendo esses prédios? Eles parecem fazer parte de uma cidade que está em guerra? — questionava.

Seu intuito era nos convencer de que a revolução não existia, ou que estava limitada a certas cidades dominadas por tribos oposicionistas. Seu discurso beirava o ingênuo, como se fôssemos acreditar no que ele apontava apenas porque não víamos destruição ou marcas de vandalismo e insurreição. Com o passar do tempo, eu me surpreenderia com frequência com a superficialidade e a fragilidade dos argumentos que os agentes de segurança usavam para convencer jornalistas ocidentais. De todo modo, Ghaith e eu acenávamos a cabeça e, cinicamente, concordávamos com suas “constatações”, sem fazer nenhum comentário de apoio ou de contestação. Circulamos por Surman mais alguns minutos, até receber o “pedido” para que recolocássemos as vendas nos olhos. Fomos levados a um edifício cinza, de concreto, com aspecto duro, austero, de uma pequena fortaleza, que eu viria a saber meses mais tarde ser um misto de delegacia de polícia e de quartel do serviço secreto na região. Lá éramos aguardados no pátio por vários homens em trajes civis, nenhum conhecido. Fomos conduzidos, vendados, a um andar superior do prédio, e a seguir a uma sala, que presumi ser de um dos comandantes. Nossos pertences vieram nas mãos de outros homens, que começaram a revistar nossas mochilas. Embora estivessem examinando cadernos de anotações, em especial os de Ghaith, escritos em árabe e em inglês, demonstravam interesse especial nos equipamentos eletrônicos. A câmera do iraquiano foi um dos primeiros focos de atenção porque, navegando pelo painel, encontraram as fotos de rebeldes armados que ele tinha feito entre Nalut e Yefren.

— Onde foram tiradas essas fotos? — eles perguntaram, ao se deparar com as imagens inconvenientes graças a Ghaith, que não só respondia a verdade, como os

orientava a usar a máquina e continuar a navegar.

Entre os meus objetos, os agentes se ativeram a um gravador digital Sony no qual eu tinha registrado algumas das primeiras entrevistas que fizera em solo líbio. Sem intimidade com equipamentos digitais, não conseguiam destravar o gravador, o que podia ser feito com um simples movimento em uma tecla lateral, a partir do qual poderiam acionar o play. Ao ser questionado por que o aparelho não funcionava, eu respondi que talvez as pilhas tivessem acabado. Enquanto um dos homens seguiu insistindo, substituindo as pilhas originais por outras, de um controle remoto, outros inspecionavam meu microcomputador, um MacBook, cuja navegação é diferente daquela à qual os usuários de PCs estão acostumados. Percebi que isso atrapalhava a inspeção e que talvez pudesse contar com a desinformação de todos ali para não perder meus dados. Como não era forçado a colaborar, não ajudava. Só que, para minha surpresa e silenciosa indignação, Ghaith instruiu o homem que ainda mexia em meu gravador sobre seu funcionamento. Vários agentes se agruparam em torno do aparelho para ouvir as gravações que eu fizera, a maioria com um duro discurso rebelde.

Além dos equipamentos, eles se interessaram por nossos documentos. Então lembrei que em meu passaporte havia um visto líbio de 2009, quando eu acompanhara a delegação do Brasil liderada por Lula em visita oficial a Kadafi. Esperei que aquela página escrita em árabe pudesse contar pontos a nosso favor, mas, para minha frustração, não me perguntaram nada a seu respeito. As inspeções aconteciam como um interrogatório informal, com perguntas esparsas e sem ninguém registrando o que dizíamos. Depois de meia hora, o coordenador passou a nos questionar a respeito de nossa situação no país. Não tínhamos vendas nem amarras às mãos ou aos pés, e eu estava surpreso diante de uma situação até então segura, em contraste com a violência e a truculência dos homens que nos tinham detido em Sabratha.

Fomos indagados sobre nossa condição de jornalistas, sobre os jornais para os quais trabalhávamos, sobre o que fazíamos no país e sobre como tínhamos cruzado a fronteira. Explicamos que o tínhamos feito pelo posto de fronteira de Dehiba, deixando a Tunísia com todos os procedimentos legais. Mas não tínhamos recebido os carimbos nos passaportes no momento de cruzarmos a cancela líbia. Na prática, estávamos vendendo a imagem de jornalistas ingênuos que tinham tentado entrar legalmente no país, sem sucesso. Então lancei mão do visto em meu passaporte, lembrando minha primeira passagem pelo país. Disse que não era inimigo do povo líbio e que já havia estado com Kadafi havia dois anos, quando da cúpula da União Africana em Sirte. Além disso, reiterei que nosso objetivo não era só cobrir o conflito do ponto de vista dos insurgentes, mas também ouvir o que os apoiadores do regime tinham a dizer — o que era verdade. O grande empecilho era o fato de que os pró-Kadafi estavam orientados a denunciar a presença de jornalistas estrangeiros no país, e não acolhê-los e informá-los. Percebendo a brecha para que eu expusesse meus argumentos, disse a eles que o embaixador do Brasil em Trípoli sabia de nossa presença e que o Ministério das Relações Exteriores não apenas devia estar informado sobre nossa estada no interior do país como também recebera um

pedido de autorização para que ficássemos na capital. Essas informações podiam ser checadas com o embaixador George Fernandes em uma ligação, eu disse. Indiquei seus telefones e os estimulei a ligar naquele momento, o que foi negado.

— Se essa é a situação, vocês serão liberados amanhã de manhã, depois que confirmarmos com o embaixador. Não temos nada contra a imprensa, mesmo que vocês sejam contra nós — afirmou o agente, repetindo as palavras de Kadafi horas antes, quando discursara aos setenta diplomatas em Trípoli. — Vamos telefonar ao embaixador amanhã pela manhã e, caso a sua versão esteja correta, vocês poderão partir. Podemos até acompanhá-los por Sabratha, para que vocês entrevistem a população, que ama Kadafi.

— Excelente! — respondi, pouco convencido daquela abertura toda.

O interrogatório prosseguiu por uma hora e meia ou duas horas. Eu sabia que aquela bateria de questões pesaria contra nós dois em uma eventual investigação ou em um julgamento, da falta de vistos e carimbos nos passaportes às horas de entrevistas gravadas com opositores, das fotografias da rebelião em câmeras e celulares aos textos escritos. Mas imaginava que o caos e a fragilidade do regime naquele momento de revolução poderiam eventualmente nos ajudar. Na melhor das hipóteses ainda enfrentaríamos horas naquela situação, mas eu considerava que ser preso, nas condições em que estávamos sendo tratados, era o melhor dos cenários.

As circunstâncias começaram a mudar quando o homem que havia servido de guia durante o *city tour* em Surman e, mais tarde, inspecionara meu gravador, voltou à sala em que estávamos com uma notícia ruim, apesar do tom amistoso com que foi dada:

— Vocês vão ser levados a outra unidade, e serão entregues aos militares até que eles esclareçam as informações com o embaixador de seu país — disse, fazendo uma advertência: — Não se assustem. Vocês serão vendados de novo e serão algemados, mas nada vai acontecer.

Ao ouvir a explicação, perguntei, em um ato de reflexo:

— Onde fica essa unidade? Em Trípoli?

O agente hesitou, fez um breve instante de silêncio, mas consentiu.

— Sim, fica em Trípoli.

Era madrugada, e a temperatura caía muito. Ironicamente, passaríamos pelos mesmos checkpoints que nos haviam barrado e cruzaríamos a cidade de Zawiyah até alcançar a capital, o percurso que tentávamos fazer quando em liberdade. Mas estava claro para mim que o tratamento amistoso que recebíamos era só a antecâmara de um órgão diferente, que se preparava para nos receber na capital. Já vendados e escoltados, fomos levados de volta ao pátio e colocados na traseira de um camburão, frente a frente. Um sentinela que usava trajes civis — eu conseguia ver seus sapatos e sua calça jeans sob a venda — nos advertiu para que não conversássemos um com o outro, e se manteve do lado de fora por alguns minutos, antes de se juntar a colegas um pouco mais distantes, num local de onde suas vozes continuavam audíveis.

Ghaith e eu passaríamos pelo menos duas horas ali, no frio. Mas esse era um problema menor. Tão logo fomos engaiolados, Ghaith começou a se sentir mal, respirando com dificuldade. Pensei que se tratasse de uma crise de estresse, mas ele disse sofrer de uma claustrofobia que me surpreendeu e me preocupou. Não tínhamos alternativa além de uma espera que se mostraria longa e exaustiva. Eu quis saber como podia ajudá-lo, e Ghaith me pediu que conversássemos, como se transformássemos aquela jaula em uma sala de estar. Falamos a respeito das escolhas que havíamos feito até então, da prisão, dos novos riscos que corríamos, imprevisíveis — ou talvez previsíveis demais. Como não fomos importunados pelo sentinela, passamos a falar em voz baixa sobre os depoimentos que prestaríamos quando fôssemos separados e levados às autoridades, o que cedo ou tarde aconteceria.

— Vamos fazer o mais seguro: dizer a verdade — sugeri Ghaith, com meu aceite imediato. — Ficar criando versões só vai aumentar os problemas.

— É isso. Somos jornalistas de jornais do Reino Unido e do Brasil que, na cobertura da revolução, ingressaram no país sem autorização legal, solicitada em diferentes locais e que nos foi negada — completei.

Eu estava movido por duas preocupações: a primeira, dissociar nossa presença na Líbia do movimento rebelde, evitando que fôssemos acusados de agentes estrangeiros a serviço da rebelião, algo que o regime tentava equiparar a uma tentativa de golpe; a segunda, impedir que a insurgência fosse prejudicada por informações que pudessem revelar sua estratégia militar. Repassamos nosso percurso no interior do país, em um esforço para não esquecer nada, nem deixar lacunas em um ou outro testemunho que pudessem ser usadas contra nós. Citamos as cidades pelas quais havíamos passado, descrevemos o ambiente que tínhamos presenciado, mas decidimos que seríamos evasivos a respeito do apoio que havíamos recebido em nossos deslocamentos pelo país — em especial a respeito de nomes —, assim como sobre nossos entrevistados e suas estratégias de combate. A conversa foi interrompida duas vezes pelo sentinela, que nos mandou calar a boca. Mas seguimos sussurrando até ter certeza de que não cairíamos em contradições estúpidas por falhas de memória ou por descrições excessivas.

Ghaith parecia mais à vontade com o passar do tempo, controlando os efeitos da claustrofobia. Então voltamos a comentar o que vivêramos naquela noite e julgamos que tivéramos sorte por passar poucos minutos em poder de milicianos, nas mãos dos quais poderíamos ter sido torturados ou mortos, como acontecia com os rebeldes. Mas estávamos indignados com uma constatação: havíamos sido traídos por algum de nossos contatos depois de deixar Zintan. Falamos sobre o comportamento de cada uma de nossas fontes e das pessoas que tinham nos auxiliado em nossos deslocamentos. Minha atenção, claro, se voltava para Mohamed. Comentei que sua atitude me parecera suspeita quando nos expulsou de sua casa. A despeito de seu aparente desespero, ele parecera justificar o fato de termos sido localizados pelas forças do governo por supostamente usar telefones e computadores com conexão à internet. Era mentira. Prova disso era o fato de eu não ter conseguido manter contato com meus editores em São Paulo. A reportagem

que eu deveria ter enviado estava escrita, mas não tinha sido mandada por falta de acesso à rede. Além disso, ele agira como se houvesse a iminência de um assalto de milicianos à sua residência, o que não aconteceu. Em vez disso, fomos levados a uma casa sem saída até o momento em que fomos abordados pelos agentes do regime. Ghaith ouviu minhas ponderações e disse algo que me chocou — e que reforçou minha hipótese.

— Você percebeu que um dos milicianos que nos prendeu em Sabratha era o mesmo homem de jaqueta preta de couro que estava no galpão da fazenda na noite anterior, não?

Eu não tinha feito essa associação. Depois disso, lembrei das ligações frenéticas que recebêramos ao longo daquela noite no celular de Ghaith e que não tinham se repetido no meu telefone. Mohamed não tinha meu número, o que aumentou minha certeza de que ele nos traía. Fontes de tribos locais me revelariam a mesma impressão vários meses depois. Mas era difícil acreditar que ele fosse o único.

Estávamos há duas horas trocando impressões quando a movimentação em torno do veículo aumentou. Ainda vendados, partimos em direção a Trípoli, iniciando um trajeto por estradas de asfalto e por trechos de areia e pedras, cruzando diversas barreiras. No caminho, os agentes que nos transportavam ouviam músicas árabes e pareciam descontraídos na maior parte do tempo. Mas em diversos momentos um silêncio total tomava conta, como se a preocupação dos agentes crescesse. Eu imaginava que estivéssemos atravessando Zawiyah, em regiões ainda sob o controle dos rebeldes, nas cercanias de Trípoli. Lembrando os mapas rodoviários da região, me esforcei para entender o percurso que fazíamos até a capital — se é que de fato rodávamos em direção a ela.

Ao contrário do primeiro trecho que percorrêramos sob o controle de milicianos, dessa vez não éramos ofendidos ou questionados sobre o que quer que fosse. Esse silêncio me intrigava. Tinha certeza de que o regime não se contentaria apenas com as informações que já havíamos dado; não seríamos liberados antes de prestar esclarecimentos detalhados a respeito de nossa trajetória pelo país, assim como sobre o conteúdo de nossas gravações, fotos, textos, e-mails, mensagens, telefonemas, fontes. Toda essa investigação, eu imaginava, poderia levar dias, semanas. E, se o regime decidisse nos transformar em exemplos, as consequências poderiam ser graves.

Elas começariam a se materializar com o raiar do sol, quando o camburão parou pela primeira vez. Ouvi o som metálico de várias portas de veículos sendo abertas e fechadas, o que me fez supor que estávamos diante de um grupo grande de pessoas. Não reconheci nenhuma das vozes que trocaram informações do lado de fora, o que me fez supor que não se tratava das mesmas pessoas de antes. Estávamos sendo entregues a outros agentes de segurança do regime.

A porta do camburão se abriu. Senti o choque do frio rigoroso do alvorecer e o impacto do vento gélido do descampado. Fui puxado com violência e aos gritos para o lado de fora do veículo. Ficou claro que o tratamento mudara. Fui empurrado e caminhei alguns passos para a frente, me afastando do carro. Até aquele instante eu ainda conseguia

perceber a presença de Ghaith por perto. Então nos afastaram. Ouvi a voz de várias pessoas ao meu redor. Eles começaram a me revistar, apalpando com insistência meus bolsos, minha cintura e minhas canelas, retirando documentos, dinheiro, blocos, anotações, canetas e tudo o que eu trazia nas roupas e junto ao corpo desde o início da viagem. Falavam muito entre si, quebrando o silêncio de uma região deserta.

Passaram então a arrancar minhas roupas, ainda que eu não reagisse a nada. Desenrolaram meu *keffieh*, puxaram minha jaqueta de couro espesso, virando-a do avesso, com dificuldade, já ao longo de meus braços. Retiraram um segundo casaco, uma camiseta, meu cinto, calçados e meias. A essa altura, vestindo apenas uma calça jeans, eu tremia muito com o frio. Ouvi uma ordem e fui empurrado para a frente mais alguns passos, sentindo a areia fria nos pés. Gritei por Ghaith, para localizá-lo, e ele gritou de volta, a distância. Nós dois tínhamos o mesmo tom perturbado e angustiado na voz. Fui empurrado mais uma vez pelas costas, e os vultos que até então eu enxergava à minha frente, contra a luz, desapareceram. As vezes que me cercavam também se afastaram, e apenas um homem me acompanhou, me empurrando de tempos em tempos com um cano gelado no alto das minhas costas e dizendo algo que eu não entendia. Compreendi que estava sozinho, sem ninguém à minha frente, caminhando em direção ao nada.

Então fui assaltado pela impressão de que meu destino poderia estar selado, e que eu viraria mais um corpo atirado ao deserto, desaparecido para sempre, como Lúcia advertira. Foram breves instantes intermináveis, nos quais o soldado que me empurrara continuou a rezingar algo cujo significado eu não entendia, enquanto outros gritavam ao fundo. Me preparei para a execução sentindo uma tristeza imensa, a mesma que sentira dez anos antes, no Brasil, e sobre a qual conversara com Ghaith na véspera. Nesse instante eterno, me senti só. Um buraco se abriu em meu peito, e fui invadido por um vazio profundo. O medo que tinha experimentado em outros momentos se dissipara por completo; sabia que, se acontecesse, seria ali, rápido, sem torturas, sem sofrimento. Lamentei a dor eventual da minha família e das pessoas mais importantes da minha vida. Pensei em Lúcia e pedi desculpas a ela. Mas não lamentei nada além do sofrimento alheio, nem me arrependi das decisões que tomara. Me senti digno e seguro de minhas escolhas, de todas. E tive certeza de que assumiria todos os riscos de novo, sem hesitar, porque aqueles riscos fazem parte da vida que escolhi.

Ouvi uma ordem e senti um novo empurrão, dessa vez no braço esquerdo, como um gesto para que eu me virasse. E fui então empurrado mais uma vez, em direção aos veículos que aguardavam com motores ligados. As vezes me cercaram, agora dizendo para que me vestisse, em meio a outros empurrões, para que acelerasse. Quando acabei, tive as mãos reunidas às costas e amarradas com firmeza com cintas plásticas. Ouvi a voz de Ghaith gritar algo que não compreendi, mas entendi como seu sinal para o fato de que estávamos sendo separados. Fui levado aos solavancos a uma picape e jogado em seu banco traseiro, deitado. Um homem entrou pela porta da direita e empurrou minha cabeça em direção ao chão do veículo, encostando uma arma em minha têmpora direita e se sentando sobre minhas pernas, me imobilizando. Mais uma vez tive a sensação de que

seria morto, embora não me parecesse fazer sentido ser executado no interior de um veículo, salvo se estivessem forjando uma cena de crime com a qual pudessem justificar nossas mortes.

Também imaginei que talvez se tratasse de simulações de execução, uma prática comum entre sádicos a serviço dos regimes autoritários da região. Dessa vez, a ameaça se prolongou por mais tempo. Reparei mais uma vez que não havia nenhum ruído urbano. Os sons que eu ouvia eram vozes em torno do veículo, portas abrindo e fechando com forte som de metal e o balançar da suspensão quando outros soldados entravam e saíam. Ninguém falava inglês, mas após algum tempo o soldado que me detinha passou a tentar se comunicar com palavras soltas e perguntas espaçadas umas das outras.

— *Sahafa?* — resmungou.

— *Yes, I'm journalist. Sahafa.*

— *Country? America?* — perguntou, depois de instantes de silêncio.

— *No, I'm not American. I'm Brazilian.*

O diálogo continuou nesses termos, ele sempre em busca de informações básicas que pareciam querer confirmar dados ou me flagrar em contradição em relação aos interrogatórios daquela madrugada. As respostas eram repassadas em árabe para outros homens no veículo e fora dele, que imaginei serem superiores. Com as perguntas, estimei que a situação se estabilizava mais uma vez e que por alguma razão estavam à espera de um sinal para partir.

De súbito, o mesmo homem que me mantinha sob sua mira levantou-se e me puxou pela jaqueta, apertando-me mais uma vez, agora contra o assento. Por baixo da venda, observei nos trajes camuflados e nos coturnos algo que já imaginava: estávamos nas mãos de militares. Também vi quando ele aproximou de minha boca uma tampa de garrafa plástica com um líquido translúcido. Imaginei que não fosse água e não abri a boca. Ele insistiu, apertando contra meus lábios e virando o conteúdo, que correu pelo meu rosto sem que eu o bebesse. Então mais homens entraram no carro, fecharam as portas e ligaram o motor. Partimos em alta velocidade, patinando as rodas na areia. No meio do percurso, fui enfim erguido e acomodado no banco, mas com a cabeça empurrada contra as pernas, fora do alcance das janelas.

Logo ouvi o tráfego de automóveis em sentido contrário e deduzi que entrávamos em área urbana. O movimento se intensificou até que passamos pela guarita de um prédio e paramos em um pátio. Fui retirado e levado ao interior, subindo aos tropeços um lance de escada. Conduziram-me então para diante de uma parede. Senti a presença de alguém a meu lado, também em pé.

— *Ghaith?* — falei em voz baixa.

— *Yes* — ele respondeu.

Ao redor, ouvi vozes de vários homens discutindo ao fundo e mexendo em objetos. Ghaith foi interpelado e levado para perto de uma mesa. Eu fui a seguir, quando chamado. Retiraram minha venda, mas não olhei para as pessoas ao redor, com exceção de um senhor sentado à mesa. Nela, vi todos os meus pertences misturados aos de meu

colega, assim como nossas mochilas esvaziadas. Alguns equipamentos me foram mostrados, como se me questionassem se eram meus ou do iraquiano. Eu respondi dizendo a verdade sobre cada um deles. Mais uma vez se mostraram mais atentos aos eletrônicos, em especial ao telefone satelital. Observaram em detalhes meus passaportes, o atual e um vencido, no qual estava meu visto líbio de 2009. Um homem abriu minha carteira, retirando todos os documentos. Em um dos bolsos da carteira encontrou um santinho de papel de Nossa Senhora Aparecida, que me havia sido dado por minha avó, Julieta, e esquecido desde então. Pensei: “Putá que pariu!”, e temi ter problemas por um motivo tolo. O homem se fixou na imagem e guardou-a a seguir, com um comportamento respeitoso que não tivera com outros pertences. Em meio à bagunça, avistei um dos papéis nos quais trazia os telefones da representação do Brasil e do embaixador George Fernandes. Pedi licença, sob o olhar meio incrédulo de todos, e tirei a folha A4 entre a confusão, indicando que ali estavam os números por meio dos quais eles poderiam comprovar que tentávamos contato com autoridades líbias. O papel foi tirado de minha mão e devolvido à mesa, sem nenhum interesse. O gesto me fez lembrar que as convenções internacionais sobre a prisão de estrangeiros nunca tinham sido muito bem observadas pelo regime kadafista — e por certo não o seriam em tempos de revolução. Ainda assim, insisti em um telefonema, sendo ignorado mais uma vez.

Ghaith foi levado da sala, acompanhado por um soldado. Tive o cinto retirado por “razões de segurança”, apesar dos meus protestos. Eu estava mais magro desde que chegara à Líbia, e minha calça caía. Fui vendado mais uma vez e escoltado até o interior do prédio. Percebi que atravessara diferentes instalações até chegar a uma sala, na qual retiraram a atadura de meus olhos. Diante de mim havia uma parede de grades sólidas de cerca de três metros de altura. Fui conduzido para dentro dessa cela e escutei atrás de mim o som metálico da porta e das trancas cerradas. Estava preso em cerca de 12 metros quadrados, uma área situada no interior de uma sala do dobro desse tamanho, cortada em duas pela grade, que se estendia do chão ao teto. Minha primeira reação foi de indiferença em relação àquele lugar, por me recusar a admitir a possibilidade de viver nele um tempo indeterminado da minha vida, que poderia se limitar a algumas horas ou, em um acesso de loucura do regime, se estender por vários anos — como acontecera com as enfermeiras búlgaras e com o médico palestino condenados a penas de prisão perpétua até sua extradição, oito anos depois.

Observei o ambiente, e em um primeiro instante me incomodou o fato de a cela não ter janelas e ser arejada por um único buraco de 20 centímetros de diâmetro com um pequeno exaustor, muito barulhento, a quase três metros de altura. Por ironia, acostumado a denunciar em reportagens o sistema penitenciário brasileiro, sua superlotação, sua violência, suas doenças e suas condições sanitárias ultrajantes, achei a cela líbia decente. Contribuí para a imagem “positiva” o fato de ela ser muito iluminada por lâmpadas fluorescentes e contar com tapumes de um metro de altura que formavam uma espécie de curral no “banheiro”, equipado com um vaso sanitário imundo, ornado por uma crosta de merda, e uma torneira situada a 30 centímetros do solo. O piso era

revestido de um carpete muito sujo, no qual se acumulavam garrafas plásticas vazias, farelos de alimentos e embalagens de porcarias industrializadas para comer e beber, que eu viria a descobrir duas horas depois serem o café da manhã. Em um dos cantos, junto da parede externa, havia uma cama sem colchão, inutilizada porque a maior parte do estrado estava quebrado. Testei sua resistência e concluí que a madeira poderia ser útil.

Em outro canto, na diagonal oposta, estavam dois colchões da espessura de travesseiros, tão repugnantes como os da fazenda infestada de camundongos de Sabratha. Sobre eles havia um cobertor de lã e um travesseiro, ambos sem revestimentos, claro, mas ainda assim o que havia de menos sujo na cela. Em um ato impensado, me flagrei analisando a resistência dos materiais das paredes, um tema sobre o qual tinha colhido algumas noções entre 1996 e 1997, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre — um curso que eu abandonara por detestar a cadeira de Estudos do Concreto. Observei também a espessura das grades antes de concluir que a cela tinha um único ponto fraco: um buraco malfeito no “banheiro” que permitia ao encanamento da torneira atravessar a parede. Naquele ponto o cimento rachara e cedia com facilidade.

Acordei ofegante, saltando do colchão, assustado e perdido. Não sabia que horas eram e temi que muito tempo tivesse se passado. Não sabia ao certo o que havia acontecido. Eu me lembrava apenas de, uma vez “explorada” a cela, ter me sentado em um dos colchões postos no chão, com toda a roupa do corpo, na expectativa de ser chamado a qualquer momento, fosse para um interrogatório, fosse para a libertação, na melhor das hipóteses. Agora estava ali, em pé, em frente à grade, sem entender que havia dormido pesado, sem ter nenhuma ideia de por quanto tempo. Fui acometido de uma angústia brutal, uma respiração difícil, imaginando que pudessem ser duas, três horas da tarde. Era cedo demais para perder a noção do tempo. Calculei o fuso horário e imaginei que em São Paulo e Paris meus editores e Lúcia já estivessem cientes de que algo grave havia acontecido, porque havia doze horas não tínhamos mantido contato, contrariando o combinado. Imaginei a angústia de todos, em especial de minha mulher, com a falta de sinais. Tive certeza de que o fato em breve se transformaria na certeza de meu desaparecimento. Logo, o mesmo sentimento se estenderia a todos — família, amigos mais próximos, editores e colegas na redação em São Paulo.

Até então, em meio à adrenalina das oito últimas horas, eu me preocupava comigo, em controlar cada impulso, em evitar reações bruscas e em manter a racionalidade. Um surpreendente sangue-frio estivera presente em cada instante daquela madrugada, mas então, trancafiado na cela e na sala, comecei a sentir o efeito da pressão psicológica esmagadora que a incerteza e a falta de contato com o mundo exterior podem provocar. Preso, estava em segurança pela primeira vez desde a detenção em Sabratha. Ainda assim, senti um tormento e uma revolta que não experimentara em nenhum momento desde que entrara na Líbia.

Nos dias seguintes eu iria descobrir que, no moral de um prisioneiro, a desinformação absoluta e o isolamento do mundo exterior, sobretudo a impossibilidade de dar notícias, trabalham como tortura psicológica permanente, às vezes tênue, às vezes muito dura. Passei a viver essa sensação nos primeiros instantes da prisão, um impacto que se agravou depois que deparei, por acidente, com a primeira noção de tempo em uma cela: uma marcação feita por um prisioneiro que passara por ali e que deixara seis traços na parede. Gelei ao encontrar o desenho. A perspectiva de 144 horas como a que eu vivia naquele momento, de silêncio e privação, me fez explodir de raiva pela primeira vez.

Minha necessidade mais urgente era descobrir que horas eram, para dar início à minha própria contagem de tempo. Comecei a bater uma das ripas do estrado da cama contra as grades, tentando chamar a atenção dos carcereiros. Podia ouvir vozes que vinham de outras salas ou celas, mas ninguém na instalação militar parecia disposto a responder ao barulho que eu fazia. A essa altura, imaginava que seriam aproximadamente onze horas, a julgar pela intensidade do sol, que observei escalando a grade e olhando com dificuldade pelo buraco do exaustor.

Cerca de uma hora depois, um homem abriu pela primeira vez a porta. Era fracote, baixinho, e cobria o rosto com um *keffieh*. Dei risada de sua covardia. O prisioneiro, afinal, era eu; ele não tinha o que temer. Ao se aproximar, ele gesticulou, pedindo que eu reunisse as embalagens atiradas pela cela, o que fiz para ganhar sua confiança. O homem então me passou um pacote com seis garrafas de água mineral e uma caixa de sapato com um pãozinho duro recheado com pasta de sardinha, um suco de fruta em caixinha, uma embalagem do leite coalhado de que Ghaith gostava e eu detestava, e uma porção individual de bolo de cacau embalado. Esse era o café da manhã. Fiz questão de demonstrar pouco interesse pela comida, mas agradeci, gesticulando, e perguntei que horas eram. Intimidado, ele demonstrou entender meu pedido e fez sinal de negativo com o indicador. Não me informaria as horas.

Ao ver a porta da cela se fechar, me dei por satisfeito com o fato de ainda ser de manhã. Haveria tempo para uma solução até que a notícia do desaparecimento chegasse a quem estivesse preocupado com o fato. “Talvez isso se resolva rápido”, pensei, cogitando uma intervenção da embaixada do Brasil ou, eventualmente, do Iraque.

A solução, é claro, não viria no tempo que eu planejava, mas tampouco ele — o tempo — passava depressa. Várias horas mais tarde, recebi uma segunda visita. Outro carcereiro, dessa vez alto e corpulento, vestindo algumas peças militares, sem nenhuma proteção no rosto, trazia meu primeiro almoço na prisão, um cuscuz apimentadíssimo, acompanhado de um pedaço de carne — ou melhor, nervos —, de um suco de frutas de caixinha e de uma maçã. A comida me surpreendeu, por não ser desastrosa como seria previsível. Além disso, o contato com o carcereiro foi amistoso. Perguntei-lhe sobre o horário, passando do inglês aos gestos.

— *Two* — respondeu sem hesitar, com dois dedos erguidos.

A resposta me devolveu a noção de tempo e a esperança. Mas o primeiro dia se passou como se cada segundo fosse contado — e sem sinal algum. Fiquei vestido o tempo

todo, como se estivesse à espera de um chamado, pronto para sair, sem me apropriar do espaço, sem considerar aquele lugar como um hábitat, ainda que temporário, mas como um ponto de brevíssima passagem obrigatória. Freud diria que meus sintomas eram de negação da realidade que se apresentava, bem evidente. Eu estava atrás das grades, sem nenhum tipo de garantia, em uma instalação militar de um Exército que enfrentava uma revolução, em um país sem Constituição, no qual as instituições funcionavam ao bel prazer de um carrasco autocrata, agora encurralado pela insurreição popular. Eu tinha absoluta consciência de tudo, mas acreditava que uma saída rápida fosse viável, em que passassem as evidências em contrário.

Enquanto o tempo passava e o peso psicológico da espera e do silêncio aumentava, a prisão ganhava mais agitação. Mesmo trancado em uma sala isolada, de paredes espessas, passei a tentar discernir os sons que conseguia escutar. O primeiro deles era o Al-Athaaan, o canto de aviso antes do horário de Salá, as cinco orações diárias do islã. Logo, havia uma mesquita nas imediações, o que por sua vez me levava a concluir que eu não estava distante de um perímetro urbano minimamente povoado. Além disso, ouvia um barulho de hélices, que pensei por várias horas se tratar do funcionamento constante do exaustor. Mas ao longo do dia percebi que a intensidade do ruído variava, e então tive um insight, uma primeira pista de onde poderíamos estar localizados: eram aviões. Se de fato estivéssemos em Trípoli, como o agente de Sabratha dissera, a prisão devia se situar ou nas imediações do Aeroporto Internacional de Trípoli, a cerca de 30 quilômetros ao sul do centro da capital, no distrito de Qaser Ben Ghashir, ou perto do Aeroporto de Mitiga, mais próximo, situado a oito quilômetros a oeste do centro, bem próximo de áreas urbanizadas, segundo eu lembrava dos mapas da região. Estranhei ambas as alternativas, porque em qualquer das hipóteses não estaríamos distantes de redutos opositoristas. O Aeroporto Internacional, eu imaginava, era o mais vulnerável ao assédio dos rebeldes de Zawiyah e Zintan por se situar fora do perímetro da capital. Já Mitiga ficava próximo a Suq al-Juma'a, o primeiro reduto rebelde de Trípoli a se levantar contra o regime e passar ao controle da insurgência.

Essa constatação me daria condições de informar pistas sobre meu paradeiro quando tivesse — se tivesse — contato com o mundo exterior. Além disso, ela revelava um risco: o de que estivéssemos próximos de um alvo potencial em caso de intervenção militar. Mitiga, por exemplo, fora um dos principais objetivos das aviações norte-americana e britânica durante a operação El Dorado Canyon, em 1986, quando ainda funcionava como base aeronáutica com o nome de Okba Ben Nafi. Antes de nossa prisão, a comunidade internacional discutia no Conselho de Segurança da ONU a criação de uma *no fly zone*, uma zona de exclusão aérea. Na prática isso significaria o bombardeio prioritário de aeroportos e de bases que pudessem servir ao sistema de defesa antiaéreo líbio. Isso abria outra hipótese, ainda mais soturna: a de que já pudéssemos estar sendo usados como escudos civis. Podia soar paranoico e absurdo, mas usar vidas humanas para proteger instalações militares fora — e voltaria a ser — uma prática do regime.

Além do barulho de hélices, percebi ao longo do dia que interrogatórios eram

realizados não muito distante de onde eu estava detido. Ao longo daquela tarde, identifiquei um diálogo áspero entre soldados e um homem, que parecia intimidado por perguntas em seqüência. Algumas vezes, quando o volume das vozes aumentava, tive a impressão de que se tratava de Ghaith — semanas depois, por telefone, soube que ele havia sido interrogado durante quatro horas naquele mesmo dia. A impressão serviu para que eu preparasse meu espírito para uma bateria de perguntas nas próximas horas. Mais do que isso, passei a desejar esse momento, porque tentaria arrancar um prognóstico ou ao menos argumentar pelo direito a um telefonema.

A expectativa se confirmaria quando eu já não esperava mais, por volta das nove da noite, após o jantar — um prato de fusilli puro e picante, com um pedaço pequeno de frango. Dois homens vieram à sala, sem capuz ou disfarces, abriram a porta da cela e voltaram a me vendar, sem explicar por quê. Obedeci sem temor, na expectativa de me comunicar com o mundo exterior e acabar com a angústia que me corroía. Fui orientado pelos corredores do prédio até entrar em uma sala na qual percebi a presença de várias pessoas. Ordenaram que me sentasse em uma cadeira posta no centro do cômodo, de onde meus interlocutores ficavam fora do meu alcance. À minha frente, percebi a existência de uma escrivania. Atrás dela estava sentado o homem que comandaria o interrogatório, com o auxílio de outros “investigadores” e de um intérprete inglês-árabe, que chegaria minutos mais tarde. O diálogo começou com perguntas genéricas, sobre meu estado de saúde, sobre o machucado que trazia na testa inchada e sobre o roubo de meu telefone celular.

— Lamentamos pela agressão que você sofreu e pelo roubo. Você foi preso por homens que não fazem parte da nossa organização e que são despreparados, incompetentes. Estamos em um conflito perigoso. Espero que você compreenda — justificou o comandante. — Sobre seu celular, o Estado líbio vai indenizá-lo por todo prejuízo que você possa ter tido.

— Agradeço pela atenção. Mas a melhor forma de me ajudar não é um novo telefone, mas o que foi roubado, que é um equipamento de trabalho — respondi, aproveitando para falar sobre o isolamento ao qual estava submetido. — E, mais importante do que qualquer telefone, é um telefonema.

Recebi uma evasiva, a garantia de que o assunto seria discutido no final. Então passamos às primeiras perguntas, que partiram do óbvio: minha nacionalidade, minha profissão, minhas intenções na Líbia. Respondi sem hesitar, porque não havia o que negar. Perguntaram-me sobre *O Estado de S. Paulo*, sobre o fato de viver em Paris, sobre as funções de um correspondente e sobre como fizera para ser enviado à Líbia, primeiro em 2009, depois em 2011. Eram questões simples, muitas das quais já respondidas aos agentes que tinham nos detido em Sabratha. O tom era incisivo, mas sem ameaças, nem verbais, nem físicas. Durante quase duas horas, eu seria levado a reconstituir nossa entrada clandestina na Líbia, a ausência de visto e o contato com lideranças rebeldes locais nas cidades pelas quais havíamos passado. Quando tocávamos nesse assunto, percebi as primeiras tentativas de manipulação, que me surpreenderam pela ingenuidade.

Questionaram-me sobre os hábitos dos ativistas de Nalut, mas se ativeram à postura dos rebeldes de Zintan, uma cidade opositorista odiada por Kadafi.

— Os terroristas usavam roupas e barbas longas, não usavam? — me perguntavam. — Você não estranhou as vestimentas, a aparência deles?

Respondi evitando armadilhas, ponderando que em alguns casos sim, usavam roupas e barbas longas, em outros, não. Disse ainda que tinha viajado pelo mundo árabe-muçulmano o suficiente para não me impressionar ou prejudicar apenas pelas vestimentas ou pelos costumes, mas não estendi a argumentação.

Minhas respostas não os dissuadiam de buscar estabelecer relações entre os rebeldes da Tripolitânia e as organizações terroristas que de fato atuam em algumas regiões do Magrebe e em países vizinhos. A lógica grosseira que se tentava estabelecer no interrogatório era a de me induzir, ainda que sem violência explícita, a concordar com o fato de que os rebeldes, por serem “barbudos e armados”, eram seguidores de Osama Bin Laden. Simples assim. E esse argumento, usado à exaustão por Kadafi, era empregado no interrogatório sem o mesmo talento e sem a mesma verve oratória do “coronel”. Usado a sério por aqueles homens, o discurso parecia nonsense — como se a história contemporânea da África não fosse marcada por conflitos armados e pela progressiva islamização do continente, o que não significa a forçosa ligação com o terrorismo extremista muçulmano, ainda que sua existência não possa ser negada. Mas, com a insistência no assunto, senti que uma alegação explícita de que os insurgentes da Líbia tinham vínculos com o terrorismo viria, cedo ou tarde.

— Você sabe que as pessoas que usam essas roupas e têm barbas longas assim são da Al-Qaeda, não? — disse o intérprete, repetindo o comandante.

Aos poucos entendi que algo estava em jogo, uma espécie de barganha: se eu concordasse em afirmar que aquele vínculo existia, associando os ativistas do oeste à Al-Qaeda, talvez obtivesse algum tipo de vantagem — como menos tempo de prisão. Não pretendia ser herói ou bancar Dom Quixote, mas não estava disposto a propor ou a aceitar nenhum tipo de concessão, muito menos me tornar fantoche de uma ditadura afirmando algo que pudesse vir a ser usado pela propaganda oficial do regime, interna ou externa, para justificar a repressão violenta e os assassinatos em massa de populações civis que lutavam pela liberdade.

Mesmo com minhas evasivas constantes, o depoimento prosseguiu nessa linha por mais de duas horas. Ao fim, meus inquisidores se disseram satisfeitos por “meus esclarecimentos” e me informaram que retirariam a venda de meus olhos por um instante. Fui advertido de que não deveria olhar ninguém na sala e me concentrar no documento que havia sido colocado sobre a escrivaninha, à minha frente. Retirei a amarra dos olhos, percebendo que boa parte das pessoas se retirara. Sem olhar ao redor, tomei em mãos o “documento” — uma folha de caderno universitário, na qual havia um texto curto, de pouco mais de vinte linhas, escrito com caneta esferográfica azul, em árabe, sem tradução, sem timbre oficial, sem carimbos, sem assinaturas adicionais. Antes que eu perguntasse do que se tratava, fui informado de que era meu depoimento.

— E está todo aqui? — questionei, deixando escapar a ironia.

— As principais partes — respondeu o comandante.

— Apenas em árabe... — constatei, observando o “documento”.

Debruçando-se sobre a mesa, com um misto de dúvida, deboche e ameaça na expressão, o oficial retrucou:

— Você não confia na gente?

Expirei forte e rápido, expressando a ironia que mais uma vez me escapava antes que pudesse controlá-la. Rabisquei ao fim do texto algo que lembrava remotamente minha assinatura. Então voltei a ser vendado, enquanto os homens que permaneciam na sala se retiraram. Pelo que pude perceber, havia apenas duas pessoas à minha frente: o tradutor e o comandante. Questionei-lhes sobre a perspectiva de libertação, os contatos com a embaixada do Brasil e, enfim, sobre se poderia fazer uma ligação para Paris.

— Não podemos garantir, mas perguntaremos aos nossos superiores hierárquicos se você pode fazer essa ligação — assegurou o intérprete.

O comandante disse algo, apertou minha mão e, sem que eu ainda tivesse feito a questão, o intérprete traduziu:

— Não se preocupe. Você será solto ainda hoje ou amanhã cedo. Esta noite é menos provável, porque já é muito tarde.

Tentei conter a satisfação, mas nem eu mesmo me senti convencido pela minha expressão de seriedade. Fui levado de volta à cela e me sentei, à espera de um chamado iminente. Até o meio da noite, não receberia nenhum sinal, e interpretei que a libertação se daria no dia seguinte. Esperei vestido dos pés à cabeça, em função do frio da madrugada. Tive dificuldade para dormir porque a iluminação da sala, forte e constante, não foi apagada em nenhum momento. Para enfrentá-la puxei o capuz de um de meus casacos, cobrindo um pouco os olhos. O inconveniente era que eu não podia me mexer, ou perdia a proteção e acabava acordando. Nessas condições, despertei naturalmente poucas horas depois, muito cansado, mas excitado com a perspectiva de ser solto. Escalei a grade para observar pelo buraco do exaustor. O dia apenas começava a clarear. Sentei no chão, escorado na parede e ao lado da porta da grade, à espera do chamado que deveria vir nas próximas horas.

O primeiro contato só aconteceria por volta das oito horas, quando recebi o “café” da manhã de um dos carcereiros. Era outro homem mirrado como o primeiro, mas diferente e extrovertido. Pedi uma informação mais precisa sobre o horário em que seria libertado, mas ele não compreendeu uma só palavra do que falei. Tentei não demonstrar irritação, porque entendi que aquele carcereiro poderia ser útil em algum momento futuro. As horas começaram a passar, e com o tempo aumentou a angústia pela falta de comunicação. Ao final da manhã, eu já estava tão impaciente quanto nas primeiras horas de prisão, no dia anterior. No início da tarde, o mesmo carcereiro trouxe o almoço, idêntico ao do dia anterior, que já tinha sido difícil de digerir. Perguntei-lhe mais uma vez as horas e tentei segurá-lo mais tempo na cela para arrancar alguma informação a respeito da transferência. Só por mímicas consegui fazê-lo compreender minha questão, e tive

como resposta um frustrante “não sei de nada” também indicado por gestos.

Não queria acreditar na hipótese, mas passei a cogitar que a previsão de liberdade talvez fizesse parte de algum tipo de manipulação do comandante que me interrogara. A situação me deixou desnorteado, sem compreender o que os tinha feito mudar de ideia, buscando no interrogatório elementos que justificassem alguma mudança de postura, me questionando se não tinha sido intransigente demais. Então me dei conta de que esse poderia ser um dos objetivos: exaurir pela fadiga, pelo tormento das dúvidas, pela depressão, pela pressão psicológica. Me senti mais forte por alguns minutos, mas aos poucos me rendi, preocupado com o sofrimento de familiares, amigos e colegas, uma sensação que fugia ao meu controle.

À espera da libertação, fiquei mais do que nunca atento aos ruídos externos. Em vários momentos, identifiquei o som intermitente de vozes, que pareciam circular por salas adjacentes. No final da tarde, fui sobressaltado por gritos masculinos. Não era a primeira vez que acontecia, mas enfim era possível discernir melhor o significado do que diziam. Os primeiros eram de um homem que parecia berrar ordens em árabe, no controle da situação. Os demais eram muito graves: tratava-se de bramidos de dor. Não foi possível ouvir as agressões, socos, chutes, choques, nada. Mas os gritos da vítima chegavam à cela com clareza suficiente para eu ter certeza: era tortura. Em momento algum me senti surpreso por me deparar com aquela realidade, porque eu não esperava outra coisa de uma instalação militar de um regime selvagem como o de Kadafi. Meu tormento se devia ao fato de que, em várias oportunidades, tive a impressão de que a voz do homem que sofria, e por vezes tentava argumentar, era muito semelhante à de Ghaiith. Foram horas terríveis, nas quais passei da promessa de liberdade ao receio de que meu colega estivesse sendo torturado — e de que eu também pudesse vir a sê-lo.

À noite, horas depois desse episódio, eu não tinha apetite algum para mais uma refeição à base de *fusilli* picante. Senti pela primeira vez um forte abatimento, apesar dos meus esforços para manter a sanidade em meio ao isolamento e a um ambiente confuso, cheio de incertezas e de violações de direitos. Por volta das nove da noite, fui vencido pelo cansaço — ou pelo desalento — e dormi, na expectativa de que o sono se prolongasse até a manhã seguinte e me permitisse fugir da realidade. Foi um erro. Acordei horas depois, despertado por um pesadelo. Era madrugada, início do terceiro dia de prisão, mas não havia nem sinal do nascer do sol. Tentei voltar a dormir, mas foi impossível, inclusive pelo excesso de luz. Nas noites seguintes, eu passaria a sofrer com insônia.

Como no dia anterior, acompanhei o raiar do sol observando o filete de luz natural que entrava na cela pelo exaustor e ouvindo o chamado à Fajr, a primeira das cinco orações islâmicas do dia, sempre feita no alvorecer. A essa altura eu já estava vestido, à espera de um eventual chamado dos militares para partir, após ter me “banhado” usando a torneira do “banheiro”, uma pequena esponja e pedaços de sabonete abandonados. Ao contrário de horas antes, eu já não tinha mais convicção de que sairia a qualquer momento, embora ponderasse que talvez não tivesse sido libertado no dia anterior porque se tratava de uma sexta-feira, o dia santo muçulmano, equivalente ao

domingo para os ocidentais e cristãos. Era assim, em todo caso, que ainda controlava a inconformidade crescente que vinha tomando conta de mim nas últimas horas. Recebi o café da manhã cerca de duas horas após o amanhecer, mais uma vez servido por um homem que escondia o rosto. Tentei arrancar uma informação, o que não aconteceria de maneira alguma. Mas, ao insistir muito com frases em inglês que ele não conseguiu compreender, fiz com que ele chamasse um de seus colegas. O homem que entrou na sala, do outro lado das grades, já era conhecido. Alto, de pele morena e cabelo escuro, tinha cara fechada, que combinava com as roupas camufladas que vestia. Falando em tom áspero e de desafio, perguntou por que eu estava fazendo tanto barulho e por que dirigia a palavra ao carcereiro, como se o fracote tivesse pedido ajuda ao irmão mais velho.

— Não quis assustá-lo — respondi, diplomático. — Tudo o que quero é saber o que está acontecendo. Anteontem, recebi a informação de que sairia naquela mesma noite ou no dia seguinte, ou seja, ontem. Preciso saber o que se passa, porque se houver algum impasse talvez eu possa ajudar.

Percebi em sua expressão enrugada que o soldado não tinha entendido a metade do que havia falado. Então fiz uma síntese, em uma só questão:

— Me disseram que seria libertado até ontem. Quando sairei daqui?

— *Ah! Tomorrow after tomorrow!* — respondeu ele, sem convicção alguma.

— Amanhã ou depois de amanhã? Como você tem certeza?

Ambos viraram as costas e saíram da sala.

Senti uma ponta de esperança de que aquelas respostas fossem sólidas, mas o fato era que o diálogo não era nada convincente. Minhas dúvidas e insatisfações com a falta de interlocutores e de posições concretas se transformaram irritação. Escrevi em inglês nas fibras do carpete a frase “Vocês prometeram. Deixem-nos partir agora”, com as letras voltadas para o lado de fora das grades.

No fim daquele dia eu voltaria a ouvir gritos vindos de algum ponto do prédio, indício de que pelo menos um prisioneiro era torturado. A nova sessão de suplício me ressaltava mais uma vez que estávamos diante de um regime que prendia, torturava e matava, sem nenhum respeito a leis, nacionais ou internacionais. Não se tratava de um governo que fazia promessas. E, se as fazia, não se sentia na obrigação de cumpri-las.

Horas mais tarde, quando a porta da sala voltou a se abrir e um novo carcereiro trouxe o almoço, estiquei o braço e peguei uma lata de refrigerante. Fiz sinal de que não queria o resto e de que não voltaria a me alimentar até minha libertação. Ele deu de ombros, mas demonstrou irritação. Saiu e chamou outro militar, dessa vez um desconhecido, que veio até as grades. Como o anterior, olhou os escritos no chão, mas dessa vez não os ignorou.

— Você quer sair? Talvez você saia, mas não vai ser parando de comer. Não nos obrigue a alimentá-lo à força — ameaçou.

Eu não cogitava uma greve de fome, e só tinha negado a refeição porque estava irritado. Mas aproveitei a presença do oficial para argumentar que eu já deveria ter saído, de acordo com o que o intérprete havia dito após meu interrogatório. Logo, algo saíra

errado. Disse que estava à disposição para um depoimento e que voltaria a me alimentar normalmente e aguardar o sinal para a libertação, mas reiterarei que precisava informar a embaixada ou pessoas próximas que estava vivo e em segurança. O oficial ouviu, com ar lacônico e indiferente, e respondeu:

— Não me obrigue a voltar aqui.

Durante várias horas nenhum carcereiro retornaria à cela. Eu voltaria a ouvir gritos, mas sem ter certeza de se tratar de tortura. De toda forma, decidi que precisava me preparar para essa hipótese, já que a libertação se distanciava. Eu sabia que não era valioso para o regime, mas não tinha certeza se os militares pensavam da mesma maneira. Imaginava, por exemplo, que eles pudessem estar em busca de nomes de líderes rebeldes, de planos ou das posições das forças insurgentes na Tripolitânia. E dessas informações eu dispunha, pelo menos uma parte. Então me levantei do canto da cela em que estava sentado, junto da grade, com a lata de refrigerante em mãos. Nesse momento ouvi o chamado para a Maghrib, a oração de fim de tarde daquele sábado melancólico. Fui ao “banheiro”, joguei o refrigerante na privada e retornei a meu lugar, com a embalagem de metal vazia e uma madeira do estrado da cama que tinha os pregos mais longos. Com ele rasguei a lata até destacar uma lasca resistente e com bom poder de corte. Transformei-a em um pequeno estilete que pudesse esconder nas roupas ou no cabelo, e que conseguisse manter comigo para um caso extremo, no qual preferisse encerrar tudo, cortando os pulsos ou a aorta. Observei o metal e lembrei do diálogo com o motorista que nos ajudara a cruzar o deserto até Sabratha. Por ironia, dali para a frente eu traria comigo uma arma contra mim mesmo, para qualquer eventualidade.

À noite, quem veio à cela foi o carcereiro com o qual eu tinha mais abertura, embora ele não falasse nada além do árabe. Tentei buscar seu auxílio para entender onde estávamos, desenhando no carpete um mapa da região, com as principais cidades da Tripolitânia. Ele entendeu minha intenção e se recusou a me ajudar. Decepcionado, me deixei abater e forcei o sono.

Acordei com os primeiros sinais da luz do dia da manhã seguinte, domingo, 6 de março, tentando me conformar com a ideia de que poderia passar um tempo indeterminado naquela cadeia. Minha primeira providência foi iniciar uma contagem dos dias, rabiscando uma das paredes da cela com um segundo estilete que eu preparara. Escrevi o dia da semana, seguido do dia do mês, não apenas para me orientar, mas também para dar ao prisioneiro que me sucedesse naquele lugar a mesma noção de tempo de permanência que eu tivera com a contagem de traços feita na parede pelo meu antecessor. Ao fazer a marcação, tive certeza de que eu já devia ter sido dado como desaparecido por minha família e por meus editores.

Essa situação deixou de me causar angústia e passou a me deprimir. Eu estava sentado em meu colchão, contra a parede, à espera da chegada do primeiro carcereiro, quando ouvi alguns disparos de pistolas e fuzis a distância. Embora já suspeitasse que

estava preso em uma região sujeita a ataques rebeldes, os tiros me surpreenderam. Desejei que fossem de ativistas em um ataque contra a instalação militar, mas não conseguia acreditar muito nessa hipótese. Com o passar dos minutos, porém, percebi que os estampidos se intensificavam, não só deixando claro que se tratava de um combate cerrado, mas também que se aproximavam da base e que ganhavam em poder de fogo. Além de fuzis leves, também reconheci estrondos de canhões antiaéreos iguais aos que eu tinha visto em operação em Nalut e em Zintan. Ao ruído das rajadas somavam-se gritos tensos, indício de que o conflito se aproximava do prédio e de que os militares estavam assustados.

A pressão dos rebeldes aumentou a tal ponto que os militares passaram a disparar do outro lado da parede de concreto de minha cela — a poucos metros de onde eu estava. Foi impressionante e assustador, em especial pelo fato de eu estar encurralado, incapaz até mesmo de me proteger. Por vários dias eu tinha desejado que os insurgentes avançassem e tomassem o prédio, mas quando de fato aquele desejo vago estava prestes a se tornar realidade percebi o risco que corria como prisioneiro. Poderíamos ser alvos involuntários de artilharia contra o prédio. Ou pior: caso a derrota dos kadafistas fosse iminente, poderíamos sofrer algum tipo de vingança. E a única coisa que me restava fazer era preparar o espírito para uma invasão da prisão.

As rajadas e os gritos seguiram intensos por mais de 45 minutos, antes de perderem intensidade e desaparecerem em um silêncio enigmático, só quebrado pelo som das hélices de dois helicópteros que sobrevoaram a região no fim dos combates. Nas horas que se seguiram ao conflito, ninguém viria à cela, nem se movimentaria nas salas ao lado, de onde vinham gritos de desespero. Cheguei a cogitar que a instalação tivesse sido abandonada, mas por volta das duas da tarde um homem trouxe a primeira refeição do dia, um almoço idêntico a todos os anteriores. Era um militar que eu ainda não tinha visto, com ares de autoridade. Antes que eu o questionasse sobre o que acontecera, ele disse que rebeldes tinham tentado invadir a base. E completou:

— Se esses ratos voltarem aqui e nós formos atacados, vamos lutar até morrer. E vocês vão ser os primeiros.

Semanas depois, após nossas libertações, Ghaith e eu conversamos sobre o episódio, um dos mais marcantes de nossas passagens pelos porões kadafistas. Ao longo daquele dia, ele contou, as celas do pavilhão em que estava começaram a receber novos prisioneiros, entre os quais rebeldes de Zuwara e Zawiyah, além de um homem com sotaque inglês norte-americano. Ghaith escreveu um relato a respeito para o *Guardian*, e sua descrição sobre a reação dos presos nas celas durante o confronto revelava que todos, como eu, tinham convicção de que os militares atacariam os prisioneiros em caso de uma eventual invasão. A Ghaith, um homem — por certo o mesmo que veio até mim — afirmou naquele mesmo domingo:

— Vamos esmagar os europeus imundos com a ponta de nossos sapatos. Se esses cães rebeldes vierem aqui para nos atacar, nós vamos morrer juntos. Os filhos de Kadafi nunca fugirão. Um homem só morre uma vez. E é melhor morrer lutando.

A ofensiva dos opositores aumentou minha ânsia de deixar aquela prisão, a ponto de desejar muito um novo ataque. Fosse qual fosse o resultado, eu preferia acreditar na hipótese de liberdade ou de uma rendição dos militares, o que me permitiria voltar às ruas. Mas essa ofensiva não viria durante o período de detenção, o que só agravaria meu estado de inquietude.

No dia seguinte, ao receber o café da manhã de um dos carcereiros mais amistosos, perguntei as horas. Em sinal de confiança em mim, ele veio para perto da grade trazendo em mãos seu telefone celular, um modelo antigo e pequeno da Nokia, no qual havia um relógio digital. Quando ele se aproximou, estendi as duas mãos para fora das grades, tocando no aparelho. Tomado de instinto, pensei em pegar o celular, o que seria muito fácil naquelas circunstâncias, e fazer uma ligação de urgência, enquanto esperava a chegada da guarda. Mas as consequências dessa atitude seriam graves. Descartei a reação naquele momento, mas não afastei a possibilidade de tentar dominar o mesmo guarda no futuro, caso o quadro não se alterasse. Percebi então que eu estava dominado pela angústia e pela agressividade, com pensamentos cada vez mais violentos. Em vez de agredir o carcereiro, pedi, por gestos, que ele chamasse um de seus superiores. Dessa vez, um dos carcereiros que eu já conhecia veio à cela. Eu só tinha uma pergunta: por que ainda não estava em liberdade e quando seria solto — a questão inútil de sempre. Ele respondeu:

— *Tomorrow after tomorrow.*

Ao ouvi-lo, minha espinha gelou. Aquela era apenas uma resposta-padrão dos carcereiros aos prisioneiros, e não significava de modo algum que eles estivessem a ponto de sair da prisão. Senti como se minhas últimas ilusões de uma solução rápida para o impasse tivessem se perdido, assim como a expectativa de que fora da Líbia a informação sobre minha prisão já pudesse ter chegado a famílias e colegas. A partir de então, mergulhei fundo na incerteza. Com o passar dos dias, a prisão em um país onde a lei está em suspenso e onde a noção de justiça é fluida tem o poder de arrasar o moral com muita rapidez, e sem que percebamos.

Isolado em uma cela, sem contato com o exterior, descobri que a liberdade não é apenas uma condição humana, uma aspiração racional à autodeterminação. É também uma sensação física elementar, que se revela em ações prosaicas do cotidiano, como o simples ato de interagir com o outro, de observar ao longe, de sentir o ar puro ou o calor do sol. Na prisão, banhado 24 horas por dia por lâmpadas fluorescentes, a luz natural, por exemplo, passou a ter um significado diferente do que eu conhecia até então. Limitou-se a ser uma faixa estreita de claridade que raiava pelo exaustor e se deslocava no interior da cela ao longo de uns dez minutos no final de cada tarde. E, ao rastejar em busca dessa luz, entendi que aos poucos tudo na minha vida estava mudando de sentido, para pior, sem que eu percebesse. A presença de meus próximos se desmaterializava, transformando-se em lembranças. Os sabores e cheiros que cercavam meu cotidiano se restringiram ao odor de um banheiro abjeto ou de meu próprio corpo, miserável apesar de meus esforços de higiene. Descobri que minha vida passara a se adaptar sem meu

consentimento, reduzindo-se a algo inferior, como se a riqueza da existência se perdesse na injustiça, no esquecimento e na rotina de silêncio e solidão. Adaptar-me aos limites impostos era minha única saída para preservar o ânimo. Mas significava morrer um pouco a cada instante, o custo por deixar a existência em suspenso em troca de algo diferente, soturno, ao qual fui apresentado: a subsistência, condição que tantos outros, em cárceres injustos da Líbia ou fora dela, conhecem tão bem — e tão melhor do que eu.

Com o passar dos dias, notei que o sofrimento psicológico causado pelo isolamento se intensificava à noite. Era quando me sentia mais abatido, porque a perspectiva de deixar a prisão se reduzia ainda mais. E esse abatimento se traduzia em pesadelos, que aumentavam dia a dia. Aos poucos, comecei a ter receio do que a noite me traria. Na madrugada de terça para quarta-feira, sonhei que estava sendo preso à noite, no quarto de minha casa, em frente a Lúcia. No sonho, nós dois sabíamos que eu desapareceria para sempre. A seguir, me vi preso em uma sala clara, hiperiluminada, num lugar que, descobri, não se tratava de uma prisão comum, mas de um sanatório. Acordei de súbito, olhei ao redor e senti que estava em pânico e desorientado, sem saber o que era pesadelo e o que era realidade. Me encostei na parede, agarrado às pernas e repetindo que aquilo tinha sido só um sonho, só um sonho. Mas o assustador era que minha vida real, nas circunstâncias em que a estava vivendo, era tão ruim quanto o pesadelo. Fiquei acordado durante toda a madrugada, aterrorizado pelo medo de estar enlouquecendo. Peguei um dos estiletos e risquei na parede:

*The night
is the hardest part of the day
All the demons are free
But me*

Na tarde de quarta, 9 de março, repeti a pequena pressão que tentava exercer todos os dias e pedi ao carcereiro que me servira o almoço a presença de um oficial. Esse pedido nunca havia sido atendido até então, mas, para minha surpresa, um coronel líbio postou-se atrás da parede, protegendo sua identidade, e perguntou, com um timbre grave e irritado:

— O que você quer?

— Quero saber quando vou sair daqui — respondi, em tom impaciente.

— Você quer saber quando vai sair? — repetiu, irônico e sádico, menosprezando meu direito de questioná-lo. — Esqueça. Vocês vão ficar aqui até que esses problemas com a Al-Qaeda acabem. E só então vamos ver.

Estava claro que sua intenção era aprofundar a pressão psicológica sobre um “inimigo” do regime kadafista, como os jornalistas estrangeiros eram considerados. Mas, além de semear o terror naquela cela, pensei, o coronel também ilustrara os 42 anos do regime que definhava: a Líbia de Kadafi era uma terra sem lei, sem Constituição, onde agregados do Estado ditavam a justiça como se fossem senhores de libertações, de prisões, de torturas físicas e psicológicas e de execuções sumárias, como tinham atestado os testemunhos que eu ouvira em diferentes cidades rebeldes do país no início da

revolução.

Nos dias em que estive preso, entre a custódia em uma sala de uma unidade da polícia e do serviço secreto de Sabratha e a seguir naquele quartel das Forças Armadas na periferia de Trípoli, a constatação mais evidente que eu fazia era a de que a ausência de um Estado de direito, de um arcabouço jurídico, de uma Constituição que orientasse a postura do regime tornava tudo possível e explicava os excessos. Explicava os vários dias de prisão sem acusação formal, sem advogados, sem telefonemas, sem direito a informar à família ou a autoridades, sem direito à luz do sol, sem banho. Justificava os documentos que assinamos, escritos em árabe e sem tradução. Esclarecia a completa ausência de processos ou de prazo de detenção, assim como as ameaças tácitas e permanentes de torturas e execuções.

Entender que eu estava em um país sem lei, sem perspectiva alguma de deixar a prisão até o fim do conflito, teve o efeito de uma bomba sobre meu estado de espírito. Em especial porque sabia que, mesmo que as violações de direitos vividas por Ghaith e por mim já fossem graves, não passavam de pueris diante das situações muito mais sérias que tínhamos verificado no interior do país, onde os depoimentos de maus tratos e de execuções de opositores afluíam a cada nova entrevista. Ao pensar nessas pessoas, lembrei de Saleh Khalifa, o rebelde de Nalut torturado nos anos 1990 por ser “herege”, e de Naji Sassi, militante da mesma cidade que tivera sua casa invadida, saqueada e depredada nos anos 1980, quando perdeu o irmão, preso, a mãe, suicida, e o pai, executado mais tarde pelos carrascos da ditadura. Concluí que Kadafi e seu regime, que calara por 42 anos seus opositores sufocando-os em prisões, sem lhes reconhecer direitos, amordaçando-os e tolhendo-lhes a liberdade de expressão, não poderia mesmo resistir muito tempo. Cairia em breve. Por bem ou por mal.

Ouvi o chamado para a Dhuhur, a prece de meio-dia, e me dei conta de que havia passado oito dias a resmungar “Meu Deus!” a cada vez que pensava no sofrimento de familiares e amigos fora da Líbia. Na realidade, percebi que com o passar do tempo a única forma de conseguir algum alívio no peito vinha sendo rezar, da mesma maneira como faziam quatro vezes por dia os muçulmanos da mesquita vizinha à prisão. Pedia a Deus serenidade, serenidade e serenidade, e rezei tentando lembrar das orações católicas, as únicas que eu conhecia. Tinha perfeita consciência de que esse recurso, a reza, era irracional, e por várias vezes me perguntei por que o usava, já que abandonara todo tipo de crença havia muitos anos. Mas o fato de me religar a Deus naquele momento de minha vida estava atrelado à absoluta falta de esperança na qual eu havia mergulhado, em especial após a conversa com o coronel covarde. Essa experiência me fez refletir: não faz sentido que, em países sufocados pela ausência quase completa de liberdades individuais e políticas, como as ditaduras do Norte da África e do Oriente Médio, a religião e sua deriva sectária, o extremismo, sejam um dos últimos recursos para enfrentar a opressão, a humilhação e a injustiça? Não seria a religião um recurso para suportar o sofrimento, o

isolamento, o silêncio? E não seria a religião o último estágio antes do levante, da insubordinação? Não seria a rebelião desesperada o ponto de não retorno, a vertigem, a quebra da barreira do medo e do silêncio?

Eu tinha todo o tempo do mundo para refletir a respeito de questões pseudotranscendentais, deprimido e jogado ao colchão, quando a porta da sala na qual se situava a minha cela se abriu em um horário incomum. Eram por volta de três da tarde de terça-feira, 8 de março de 2011, quando dois militares cruzaram a porta e vieram em direção às grades. Um deles era o que eu apelidara de sádico, o primeiro dos que havia “prometido” minha libertação para “*tomorrow after tomorrow*”. Estranhei seu sorriso. Sem desmanchá-lo, perguntou-me, esperando uma resposta óbvia:

— Você quer tomar um banho?

Respondi que sim, admirado e aliviado, após sete dias de péssima higiene que haviam me obrigado a arrancar as mangas de minha camiseta por não suportar mais meu próprio cheiro. Reuni minhas roupas e esperei junto da grade, enquanto o segundo carcereiro partira em busca da chave do grosso cadeado prateado de fabricação norte-americana que me trancafiava. Quando voltou, o sádico recuou e disse que eu não precisaria de uma ducha.

— Esqueça o banho — ordenou. — Você está sendo libertado.

Perguntei se Ghaith também seria libertado. O sádico deu de ombros, agora sem sorriso, como se não soubesse me responder. Domei meu reflexo, que estava a ponto de lhe dizer: “Só aceito partir com a garantia de que ele também seja solto”. Seria quixotesco e burro, mas estive a ponto de impor essa condição. Então me perguntei como poderia auxiliá-lo mais: saindo, avisando sua família e denunciando sua prisão, ou impondo sua libertação como condição para aceitar sair, correndo o risco de ambos sermos esquecidos em algum porão. Mesmo dividido, julguei que seria mais racional partir. Me senti um covarde.

A porta da cela se abriu e tive um choque psicológico ao me dar conta de que ser libertado me surpreendia — um sinal de que, em meu subconsciente, eu me preparava para uma longa prisão. Peguei minhas roupas e dei meu primeiro passo para fora da cela. Observando-a do ângulo no qual era vista pelos carcereiros, me senti humilhado, como se fosse um animal que precisa de ração para sobreviver. Ao mirar a contagem dos dias de prisão na parede, percebi que não tinha escrito o último. Voltei: “*Tuesday, 8 March, 2011*”. Ao sair de novo da cela, no interior da sala, um jovem me esperava.

— *Hola, Andrei. ¿Como estás?*

— *Estoy bien, gracias. ¿Quien eres tú?*

— *Yo soy un diplomático de la Cancillería. Estoy aquí para llevarte conmigo. No*

sabíamos que fueron arrestados.

— *No creo. ¿Como puedes no saber que dos periodistas extranjeros fueron detenidos por la policía y el ejército en Libia?*

O jovem pediu desculpas e disse que em seu posto todos foram surpreendidos ao saber que eu estava detido. Perguntei, então, como tinham nos localizado. Segundo ele, o embaixador do Brasil em Trípoli, George Fernandes, entrara em contato com o ministério em busca de informações a respeito de um jornalista brasileiro desaparecido havia cerca de oito dias no interior da Tripolitânia. Argumentei que não se tratava apenas de um jornalista, mas de dois, o outro de nacionalidade iraquiana e a serviço do diário britânico *The Guardian*. Como o militar sádico, o jovem não soube informar nada a seu respeito. Demonstrou surpresa e garantiu que buscaria detalhes de suas condições. Então tive dúvidas sobre a identidade daquele homem, cuja imagem não condizia com a de um diplomata. Seu domínio da língua era precário e ele era tímido, inseguro, malvestido, com aspecto sujo. Não demonstrava confiança. Ou talvez se sentisse intimidado pelo ambiente em que estávamos.

Aguardei vinte minutos na sala ao lado da cela enquanto meus equipamentos eram recolhidos e devolvidos. Nesse meio-tempo, examinaram minha testa, já desinchada, mas ainda com uma marca tênue do golpe que eu sofrera no momento da prisão. Percebi certa inquietude, como se não tivessem gostado da ideia de me deixar partir com marcas de violência. Mas retornaram com minha mochila e com meus equipamentos. Uns 90% de meu dinheiro tinha sumido. Meu notebook parecia em ordem, mas fora inspecionado, o que era possível saber pela existência de um arquivo de Word denominado “jtytytytyty”, criado por inadvertência às 22h56 de 3 de março de 2011. A boa notícia, por outro lado, era que meus blocos de anotações não tinham páginas arrancadas, e meu gravador ainda continha entrevistas intactas. Já meu celular desaparecera para sempre, com outras dezenas de entrevistas gravadas. Ao revisar os pertences, encontrei aparelhagens e documentos de Ghaith, que estavam misturados aos meus. Ele continuava preso na instalação, e eu precisava colher o máximo de informações sobre aquele lugar.

Antes de ser transferido, fui identificado com um número e fotografado contra a parede da sala, e tive de assinar um documento escrito por mim, de próprio punho, afirmando que todos os meus pertences que tinham chegado à prisão saíam comigo. Uma vez entregue a declaração, fui vendado mais uma vez. Em tom de consolo, o jovem diplomata afirmou que ele também tinha sido vendado no centro de Trípoli, de onde partira para aquela base. Fui escoltado pelas salas do prédio, até sentir que saía ao ar livre. Percebi então quanto o ambiente de minha cela tinha o ar viciado, pesado e abafado. Seguimos o percurso pelo pátio até chegar a uma caminhonete. A porta traseira foi aberta, e me orientaram a deitar no assento, enquanto dois homens subiam nos bancos dianteiros. Partimos, e ao deixar a instalação observei pela janela, olhando por baixo da venda, o pórtico do prédio e suas cores, em um esforço para reconhecê-lo no futuro. Também pude perceber que não estávamos na beira do mar, como chegara a desconfiar, e sim às margens de uma estrada ou avenida muito movimentada, sem calçadas e com uma

espécie de acostamento de chão batido. Rodamos algum tempo em silêncio. Dobramos à esquerda, em uma avenida, e alguns minutos depois um dos dois agentes se dirigiu a mim:

— Tire a venda. Você já pode se levantar.

Sentei-me no banco traseiro e percebi que chegávamos a outra avenida, à beiramar. No mesmo instante, tive a sensação de déjà-vu. Aquela paisagem urbana eu já conhecia. Tínhamos passado por ela, eu e dois colegas jornalistas, Marcelo Ninio e Alexandre Rocha, quando fizéramos o percurso Trípoli-Leptis Magna em 2009. Estava a caminho do centro da capital, vinha do leste e não tinha rodado mais do que vinte minutos no percurso. Essas constatações me levaram a concluir que fora preso em uma unidade militar não muito distante do Aeroporto Internacional de Mitiga — e era lá que Ghaith ainda poderia estar, caso não fosse libertado. Nós nos aproximávamos do perímetro central, nas imediações do futuro hotel Al Ghazala Intercontinental, um gigante de concreto em construção próximo da então praça Verde. Rodando pela cidade, percebi que Trípoli estava calma — calma demais. Alguns veículos circulavam pelas ruas, mas longe do trânsito intenso da cidade de 1,6 milhão de habitantes que eu tinha conhecido. Também me chamou a atenção a ausência de pedestres. Tudo ali me parecia estranho, mas não vislumbrei nenhum sinal evidente de rebelião desde que tirara as amarras dos olhos. Pelo contrário: tudo parecia organizado. Essa impressão não me iludia. Assim como acontecera em Sabratha e Surman, talvez a venda tivesse sido usada para me impedir de tomar contato com os sinais mais evidentes de insurgência na capital.

Chegamos a uma casa protegida por altos muros, situada na rua Sharia Sidi Issa, perto da mesquita Belemam, no centro. Pelas bandeiras hasteadas em ruas adjacentes, deduzi que se tratava do bairro em que se localizavam as sedes de embaixadas. Ao chegar, fui conduzido até o interior da residência, deserta, e orientado a aguardar sozinho em uma sala de uma única janela, com persianas fechadas e iluminada por lâmpadas fluorescentes. Cerca de trinta minutos depois, um homem de cabelo grisalho apresentou-se, vestido de calça social, camisa e blazer. Tratava-se do general Sadegh Krema, diretor do Departamento de Relação Internacional e Cooperação, supostamente ligado ao Ministério das Relações Exteriores.

A chancelaria era então dirigida — por apenas mais alguns dias — por Moussa Mohammed Koussa, homem que entre 1994 e 2009 havia sido o chefe da espionagem interna e externa da ditadura de Kadafi. A fachada do departamento escondia as reais atribuições do organismo dirigido pelo general. Nos bastidores do regime, Krema era um dos pontos de contato entre o Ministério das Relações Exteriores líbio oficial e um dos mais temidos serviços de inteligência do regime, o Mukhabarat el-Jamahiriya — cujo diretor, Abuzed Omar Dorda, seria caçado e detido pelos revolucionários meses mais tarde. Em nome do Mukhabarat, Krema era o principal, ou no mínimo um dos principais interlocutores da CIA e do MI6, os serviços secretos norte-americano e britânico, na Líbia. Prova disso seria revelada pelo *The Guardian* quando da queda de Trípoli: correspondências trocadas entre 2003 e 2004 entre os três governos demonstravam a

colaboração entre os aparatos de espionagem do Ocidente e de Kadafi a respeito de suspeitos de terrorismo depois do Onze de Setembro. Essa colaboração era, no mínimo, irônica. Ao longo dos anos 1980, o Mukhabarat tornara-se conhecido em todo o mundo como o órgão usado por Kadafi para espionar dissidentes dentro e fora do país, assassinando-os quando necessário, além de orquestrar os atentados contra a discoteca La Belle, em Berlim Ocidental, em 1986, e contra os voos de Lockerbie e UTA-772, no Chade, no ano seguinte.

Krema e sua biografia entraram com ar austero, estenderam a mão, cumprimentando-me, e entregaram uma carta de visitas escrita em árabe e em inglês, o pequeno documento que me permitiria começar a remontar o quebra-cabeça de nossa prisão, uma vez expulso da Líbia. Em Sabratha, tínhamos sido detidos por milicianos, civis a soldo do regime. Na manhã seguinte, deduzi, já estávamos nas mãos do Mukhabarat, um serviço secreto célebre pela inclemência com que fizera desaparecer milhares de líbios ao longo de décadas de regime. De quebra, essa informação colocava em dúvida a versão do jovem que havia me encontrado na cela uma hora antes. Ou o Ministério das Relações Exteriores sabia de nossas detenções desde os primeiros momentos ou o Mukhabarat não obedecia as ordens do Ministério durante a revolução e operava com autonomia na repressão violenta ao levante na Líbia. Ou as duas coisas. Na situação em que eu me encontrava, é claro, não evoquei nenhum desses assuntos com meu anfitrião. Educado, mas sério, Krema também não precisou mostrar suas credenciais e se limitou a confirmar informações a meu respeito, assim como sobre a cobertura que eu realizava no país.

— Então você é o jornalista brasileiro que estava em Sabratha — afirmou, sem esperar confirmação. — Seu embaixador me ligou. Ele está a caminho.

— É mesmo, general? Lamento por todo o inconveniente. Pedi muitas vezes na prisão que contatassem a embaixada. O embaixador teria confirmado minha identidade e evitaríamos tantos problemas — argumentei.

— Agora está feito — minimizou ele, cortando o assunto com ar de desdém. — Você ficará sob custódia do embaixador, que vai acompanhá-lo ao aeroporto, de onde você retornará a seu país ainda hoje.

Eu imaginava que seria de fato expulso da Líbia no momento de minha libertação, mas estava decidido a reverter essa decisão.

— Na verdade, general, como jornalista meu trabalho é permanecer na Líbia neste momento de instabilidade. O governo convidou repórteres de certo número de países, e eles estão em Trípoli. Eu gostaria de permanecer aqui, mostrando ambos os lados do conflito.

Impaciente e em tom de advertência, Krema retrucou:

— Você não está entendendo: deixar o país é uma das condições para sua libertação. Você parte no primeiro voo disponível para fora da Líbia.

— E quanto a meu colega, Ghaith? Ele foi libertado?

— Seu colega não é problema seu. Mas o caso dele está sendo encaminhado, não se

preocupe — respondeu o general, rude e enigmático.

— Desculpe, mas isso significa que ele foi libertado? — insisti, percebendo que o assunto o contrariava.

— No momento certo ele terá o mesmo destino — disse, empurrando a cadeira para trás e levantando-se. — Desculpe, agora vou deixá-lo. Aguarde alguns minutos e retornarei, talvez já com o embaixador. Você quer beber alguma coisa? Água?

— Não, obrigado, estou bem — respondi. — Poderia dar um telefonema?

— Vou pedir que lhe tragam água.

Instantes depois, um homem tímido e de aparência simples abriu a porta da sala trazendo um refrigerante de limão. Ainda levaria algum tempo até que o general Krema retornasse à sala, então acompanhado de George Fernandes, a quem eu nunca havia visto. O embaixador estava sorridente, feliz em me encontrar, um sentimento recíproco. Por um instante me senti como um filho travesso na sala da direção da escola, levando bronca do diretor na frente do pai. Simpático e diplomático, o embaixador trocou gentilezas com o general e comigo, ouviu Krema recitar, em tom amistoso, sua lista de condições para minha liberdade, no topo da qual estava meu repatriamento. Fernandes concordou com as exigências, garantiu que eu ficaria sob seus cuidados, na residência oficial, e que partiria no primeiro voo para Paris. Só havia dois problemas: não havia partidas para a Europa e um verdadeiro campo de refugiados, com milhares de estrangeiros, tinha se instalado no pátio do Aeroporto Internacional de Trípoli à espera de vagas nos aviões que deixavam o país. Ficou então acertado que tentaríamos obter um assento em um voo que me permitisse fazer uma conexão em direção a Paris. Aproveitando a presença do embaixador, voltei a falar de Ghaith e de meu desejo de permanecer na Líbia, sem conseguir evolução alguma da parte do general.

Deixamos o casarão em um sedã preto, ornado com bandeiras do Brasil, em direção a um subúrbio de Trípoli, onde se localizava a residência do embaixador. Quanto mais nos afastávamos do centro da cidade, mais tive a impressão de que a vida seguia seu curso normal, ou quase. Fernandes me apontou alguns poucos prédios danificados pela revolução, entre os quais a sede do Qat Al-shaab, o Congresso do Povo — a versão líbia de parlamento e um dos símbolos do regime —, cuja fachada, repintada de branco às pressas, ainda deixava ver os traços de um incêndio que atingira parte de suas dependências. No caminho, o diplomata, muito afável, me alimentava com informações sobre seus diálogos com Lúcia, minha mulher, e com alguns colegas de outros órgãos da mídia, que haviam demonstrado imensa preocupação com meu desaparecimento. Além disso, descrevia a enorme repercussão nacional e o interesse internacional que nossas prisões, a de Ghaith e a minha, haviam gerado. Minha experiência era suficiente para saber que uma mobilização midiática havia sido feita em torno do caso, uma forma de a comunidade internacional exercer pressão sobre o regime. Mas a rigor julguei o relato exagerado.

Rodamos por mais de uma hora por avenidas entupidas de automóveis até chegar à residência oficial, habitada apenas pelo embaixador, homem digno que não abandonara

o posto em meio à adversidade, mas ordenara a seus funcionários que partissem no início da revolução. Ao entrar na casa, fui levado por ele até um cômodo onde havia um telefone, com o qual tentaria contato com Lúcia, em Paris, com minha família em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, e com meus editores em São Paulo. Em meio às primeiras tentativas, fracassadas, ouvi no televisor ligado uma chamada da Al Jazeera em inglês para o conflito na Líbia, seguida de um alerta do embaixador sobre a notícia.

— Andrei, venha ver! — gritou ele, referindo-se ao noticiário.

Ao chegar, deparei com uma fotografia de Ghaith, que tomava toda a tela e ilustrava uma reportagem sobre dois jornalistas, um iraquiano a serviço do *Guardian*, e um brasileiro, repórter d’*O Estado de S. Paulo*, desaparecidos na Líbia durante a cobertura da revolução contra Kadafi. Impressionado com a repercussão, lamentei em silêncio. Repórter não deve ser notícia.

Depois de conseguir comunicação com o exterior, procurei aos poucos me inteirar das informações sobre a conjuntura na Líbia. O embaixador já havia feito alguns relatos no carro, quando tive a sensação de que pouco ou nada havia evoluído. Essa impressão se ampliou quando tomei contato com a cobertura das grandes redes internacionais de tv. “Incrível, nada mudou!”, pensei. Como eu pudera verificar ao longo daquele dia, Kadafi mantinha o controle sobre Trípoli, ainda que bolsões de resistência estivessem atuantes, a exemplo da ofensiva contra o Congresso do Povo. Fiel à sua estratégia de manipular informações sobre o conflito, o coronel havia relatado em pronunciamento feito no 34o aniversário do Congresso que as “principais vítimas” dos confrontos eram soldados fiéis ao regime — culpando os revolucionários pela violência que se espalhara pelo país. Enquanto isso, seu filho e herdeiro político, Saif, acusava o Ocidente de fazer da Líbia a “vítima de uma campanha de propaganda da mídia estrangeira”.

No campo de batalha, entretanto, o “líder” prosseguia sua contraofensiva, retomando o domínio de rotas de transporte e de cidades rebeldes na Tripolitânia e em partes da Cirenaica, avançando em contra-ataques na direção de Benghazi. Os efeitos dessa reação no oeste, com o aumento do controle sobre o território, Ghaith e eu havíamos sofrido na pele. Os relatos vindos do front leste também indicavam combates em torno do terminal petrolífero de Brega, situado a cerca de duzentos quilômetros do epicentro da revolução. A cidade se tornara o alvo central da contraofensiva a leste das forças leais ao regime, formadas por militares, mas também por voluntários e por mercenários, segundo relatos que vinham das linhas de frente, tanto de rebeldes quanto da imprensa. Situação semelhante era vivida em Ben Jawad e em Ras Lanouf, na estrada costeira do Golfo de Sirte. Ajdabiya também sofreria bombardeios aéreos, prenúncio de que um ataque por terra tinha grandes chances de ser bem-sucedido. A cada minuto parecia ficar mais claro que os ativistas não conseguiriam manter o domínio que haviam obtido no leste, embora ambos os lados do conflito ainda reivindicassem o suposto controle das três cidades.

A intensificação das lutas resultava em uma situação humanitária cada vez mais

dramática. Estimativas do governo italiano indicavam que cerca de 1,5 milhão de pessoas havia deixado a Líbia em direção à Tunísia e ao Egito, a pé, ou via mar e ar. Conforme dados da Liga Líbia de Direitos Humanos, cujas projeções eram feitas com base em informações de campo, mas contabilizadas no exílio, em Paris, cerca de 6 mil pessoas haviam morrido, a metade delas em Trípoli, um terço em Benghazi e as restantes nos novos centros regionais da revolução. Haveria ainda entre 25 mil e 30 mil feridos — dados que considerarei alarmantes demais, talvez até alarmistas. Além deles, o número de desabrigados pela guerra crescia com o avanço das tropas fiéis ao regime sobre cidades como Ben Jawad.

Em Zawiyah, a cidade à qual tentávamos chegar quando fomos presos, os rebeldes haviam sido massacrados em uma contraofensiva que deixara a avenida principal da cidade, o campo de batalhas, em ruínas exatamente no intervalo em que eu passara na prisão. Desde o dia 9 de março, quarta-feira, o governo considerava a cidade recuperada e sob seu controle. Deparar com essa informação, no dia seguinte ao fato, teve um impacto diferente para mim. Zawiyah era o nosso destino, era para lá que Ghaith e eu nos dirigíamos quando fomos presos. Ainda em Sabratha, antes da detenção, tínhamos recebido informações de que o ataque kadafista aconteceria a qualquer momento — e essa era uma das razões pelas quais tentávamos ingressar na cidade. Nosso objetivo era testemunhar o conflito e relatar seus desmandos, o que não tínhamos conseguido fazer. Se houvéssemos chegado a tempo, talvez tivéssemos a oportunidade de advertir a comunidade internacional sobre o que se passaria. Informado da presença da imprensa, talvez o regime estacionasse um dia a mais, talvez negociasse, e talvez o número de vítimas fosse menor. Nada disso acontecera. Agora estava eu à procura de notícias confiáveis a respeito do número de mortos do ataque, e tudo o que encontrava eram as promessas de que o oeste seria retomado pelo regime. Nos dias seguintes, apenas bastiões como Misrata, Zintan e Nalut, junto da fronteira de Dehiba, ainda persistiriam. Ao “coronel” restaria retomar o leste. Caso conseguisse de fato invadir Benghazi, a revolução seria sufocada nas demais regiões do país em questão de dias.

Enquanto partia para cima dos ativistas, o regime continuava a apresentar ao mundo uma versão absurda, que me parecia ingênua, de tão estúpida e desconectada da realidade, para explicar o conflito. Em uma entrevista ao semanário francês *Journal du Dimanche*, Kadafi voltara a sustentar que o levante era obra da Al-Qaeda e de adolescentes viciados.

— Esses jovens não conhecem a Al-Qaeda nem a ideologia dessa organização. Mas os membros de suas células chegam a ponto de lhes dar pílulas alucinógenas — dizia o “coronel”, sem rir, em seu mundo paralelo. — Os comandantes da Al-Qaeda vêm cada dia para falar a eles, os jovens, e lhes dar essas pílulas e dinheiro e lhes pedir para incendiar delegacias e atacar depósitos de armas. Agora esses jovens tomaram gosto por essas pílulas e pensam que metralhadoras são como fogos de artifício.

Em meio às explicações para o conflito, Kadafi, é claro, bradava ameaças contra o exterior e contra seus inimigos internos. O coronel seguia denunciando os “países

colonialistas” que tramavam “um complô para humilhar o povo líbio e o reduzir à escravidão e controlar o petróleo”, entre ataques aos ativistas de cidades como Zintan, alvo particular de sua ira. Além de se pronunciar aos veículos da imprensa internacional, outra das recentes estratégias do regime para divulgar sua “propaganda” passara a ser organizar visitas guiadas para jornalistas estrangeiros, uma forma de transmitir sua versão dos fatos — por mais cretina que fosse — e de celebrar os primeiros frutos do contra-ataque. O objetivo das turnês era “provar” à imprensa internacional que a situação no interior da Líbia estava calma e que o apoio ao “coronel” Kadafi era incontestável. As reportagens realizadas no trajeto entre Trípoli e Ras Jdir, na fronteira com a Tunísia, indicavam que os checkpoints estavam de volta ao controle do Exército, e muitos dos quais contavam agora com carros blindados. As barreiras também eram ocupadas pela polícia ou por milicianos a serviço da ditadura, não raro armados com metralhadoras e veículos com canhões antiaéreos.

No cenário externo, as novidades eram ainda mais limitadas. Minha única surpresa no dia de minha libertação foi o anúncio pelo governo de Nicolas Sarkozy, da França, de que reconheceria a partir de então o CNT, recém-formado em Benghazi, como seu único interlocutor diplomático na Líbia. O chefe de Estado havia recebido no mesmo dia dois emissários do Conselho, entre os quais Mahmoud Jibril, um dos opositores de Kadafi no exílio que se tornaria uma das personalidades mais admiradas do país. Durante a revolução, Jibril liderara a batalha política contra o regime, criando uma alternativa de poder legítima e confiável. A esperança dos líderes opositores, ele me diria meses mais tarde, era de que, mesmo que a revolução falhasse no plano militar, a vitória viria no plano político, com o reconhecimento pelo Ocidente de que a Líbia desejava se tornar uma sociedade democrática. Em um primeiro momento, a iniciativa da França pareceu ao mundo um sinal diplomático precipitado, mas Sarkozy indicava ao mesmo tempo que as relações com Kadafi seriam de fato cortadas — o que reforçava a perspectiva de uma intervenção mais ativa da comunidade internacional.

De todas as informações a respeito do desenrolar do conflito, nenhuma me surpreendeu mais pela inércia do que as negociações no Conselho de Segurança por uma resolução das Nações Unidas que resultasse em uma intervenção política, militar ou não. Às vésperas de nossa prisão o tema já era discutido e por vezes imaginei que instalações militares, como aquela na qual estávamos detidos, pudessem ser alvos eventuais da Otan. Desde 26 de fevereiro o Conselho de Segurança da ONU já havia aprovado por unanimidade, quinze votos a favor, a Resolução 1970, proposta por França, Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos, que condenava o uso da força na repressão às manifestações pacíficas da população líbia em favor da abertura democrática e pedia o despacho “urgente” de uma comissão independente para investigar os crimes perpetrados pelo regime, evocando um papel protagonista ao Tribunal Penal Internacional. O mesmo texto exigia a abertura do país à assistência humanitária, impunha sanções internacionais como forma de dissuasão ao regime, além da interrupção de viagens internacionais e o congelamento de bens e recursos financeiros dos membros da família Kadafi e de altas

personalidades do regime.

Do ponto de vista militar, a decisão prática mais importante foi o embargo do fornecimento “direto ou indireto” de armas à Líbia. A negociação, que ao final contara com os votos de Rússia, China, Índia e Brasil, países resistentes à ideia de uma intervenção, foi viabilizada sob o impulso da demissão do ex-ministro das Relações Exteriores de Kadafi entre 2000 e 2009, Abdel Rahman Shalgham, nomeado ao posto de representante da Líbia no Conselho de Segurança. Ex-membro do círculo de relações do “coronel” em Trípoli, o diplomata justificara em discurso ao Conselho de Segurança que não podia compactuar com a política de repressão violenta das manifestações. Nessa ocasião, em 25 de fevereiro de 2011, renunciou a seu cargo, lembrando ameaças feitas por Kadafi a seu povo, entre as quais a de distribuir armas às tribos e de “tornar a Líbia vermelha de sangue”:

— Muamar Kadafi não pode dar uma só arma a ninguém na Líbia porque ela será usada contra ele — argumentara Shalgham, em um discurso de repercussão internacional.

De todo modo, até aquele 10 de março a resolução talvez tivesse algum efeito prático quanto à redução do fluxo de armas para o país, quanto ao congelamento de bens e à proibição de deslocamentos ao exterior, mas nada havia mudado no que dizia respeito à repressão armada e violenta aos insurgentes. Por esse motivo, os pedidos de uma intervenção militar vinham crescendo, mas não na velocidade de que a população líbia necessitava. No período de minha prisão, alguns sinais políticos relevantes haviam acontecido. A secretária de Estado dos Estados Unidos indicara, desde o dia 2 de março, que “refletia” sobre várias soluções para conter Kadafi, entre as quais uma “proibição de voos no país”, considerada uma possibilidade. Até então, a União Europeia se mostrava reticente quanto a uma intervenção militar. Apenas a Liga Árabe falava de maneira aberta sobre a implantação de uma *no fly zone*, uma zona de exclusão aérea na Líbia, ainda que fosse contrária a uma intervenção militar por terra.

Uma decisão semelhante havia sido tomada pela ONU em 1992 quando da primeira guerra do Iraque, com o objetivo de impedir voos em duas faixas do território do país, ao norte e ao sul, para evitar bombardeios às populações curdas e xiitas pelo regime de Saddam Hussein. Essa também era a demanda de Mustafa Abdel Jalil, recém-escolhido presidente do CNT líbio, que pedira às Nações Unidas autorização para que a comunidade internacional realizasse ataques aéreos às forças do regime. Sobre esse tema ainda não havia consenso nas três principais capitais envolvidas — Paris, Londres e Washington —, segundo o secretário da Defesa norte-americano, Robert Gates. Na capital francesa, o ministro das Relações Exteriores, Alain Juppé, manifestara sua preocupação com relação à “reação da rua árabe, das populações árabes ao longo do Mediterrâneo, se eles vissem forças da Otan desembarcando”, o que poderia ser “contraprodutivo”.

Como por acaso, a França já enviava à região navios de guerra, como o porta-helicópteros Mistral, cuja missão oficial era participar na evacuação de trabalhadores egípcios do país. Uma postura semelhante tinha sido adotada pelos Estados Unidos, que enviaria forças navais e aéreas ao Mediterrâneo “para ajuda humanitária”, assegurara

Hillary Clinton, que garantia não haver previsão de uma “ação militar iminente que implicasse navios norte-americanos”. Uma semana depois da Resolução 1970, que não previa o uso da força pela comunidade internacional, e mais de dez dias antes da adoção da Resolução 1973, as armadas de Estados Unidos, França e Reino Unido já se posicionavam na região — todos, é claro, com “fins humanitários”. Ironias à parte, a adoção de uma *no fly zone* já havia sido discutida nos bastidores do Conselho de Segurança quando da Resolução 1970, mas fora vetada por Moscou e Pequim, cujas diplomacias tinham conhecimento das intenções do Ocidente. Nesse meio-tempo, Anders Fogh Rasmussen, secretário-geral da Otan e homem que desempenharia um importante papel nos meses seguintes, reafirmava que não cogitava uma intervenção na Líbia, embora se preparasse para “qualquer eventualidade”. E, apesar da linguagem diplomática e dos desmentidos recorrentes, já parecia claro que as potências do Ocidente, lideradas por Barack Obama, Nicolas Sarkozy e David Cameron, estavam decididas a realizar operações militares contra as Forças Armadas de Kadafi.

Recapitulando as informações dos dias em que estive preso, era possível perceber a evolução do discurso político, que dia a dia, passo a passo, parecia preparar a opinião pública internacional para a decisão da ONU autorizando os bombardeios. Em 4 de março, o presidente Barack Obama sentenciara Kadafi ao afirmar, pela primeira vez, que ele “perdera legitimidade” e que deveria “deixar o poder”. Na mesma declaração, Obama informou ter solicitado aos departamentos de Defesa e de Estado que “estudassem todas as opções”, em especial a imposição de uma zona de exclusão aérea. Hillary Clinton, Alain Juppé e William Hague, os chanceleres de Estados Unidos, França e Reino Unido, vieram a público logo depois de defender a adoção da zona de exclusão aérea, em uma ofensiva política orquestrada.

O apoio à decisão já havia sido obtido de parte do CNT, da Conferência Islâmica e da Liga Árabe. Kadafi, percebendo a iminência de uma operação militar, havia advertido — ou prometido — que “milhares de líbios morreriam em caso de intervenção dos Estados Unidos ou da Otan”, ao mesmo tempo que reiterava a intenção de não abandonar a Líbia. O coronel também lançava mão de sua ameaça mais usual em quatro décadas de relação com o Ocidente: a expulsão de companhias multinacionais no país. Era a retórica do mundo em luta pelo petróleo da Líbia, um discurso que, no início nacionalista de sua ditadura, havia servido para reunir a sociedade civil, mas que naquele momento não surtia mais efeito, nem em âmbito interno nem externo.

Nas duas horas em que permaneci no casarão do general, cheguei a evocar a hipótese de que as Nações Unidas aprovassem uma *no fly zone*, o que na prática significaria um ataque do Ocidente. Não recebi resposta à questão, mas resmungos e silêncio de um homem cabisbaixo, o inverso do oficial de ar autoritário e seguro que se apresentara. Observando aquelas instalações e a reação de Crema, fui interpelado pela sensação de que o regime temia muito o efeito dos bombardeios. Não se tratava de medo diante do risco de vida que eles representavam, uma ameaça à qual militares são habituados, mas o temor diante do que a Otan, associada ao levante interno, representaria

para a estabilidade da ditadura. No prédio em que eu estivera — e que eu viria a saber, meses depois, ser um dos núcleos da espionagem do regime —, havia uma atmosfera de abandono, de fim de festa, de declínio, de deserção até. Krema não parecia fazer questão de ocultar a realidade. Seu desejo mais urgente — e mais simples — parecia ser livrar-se de um jornalista que testemunhava a decadência.

Voltei a tentar contato com a França e com o Brasil. Enfim, após oito dias de “desaparecimento”, consegui ouvir a voz de Lúcia. Escutá-la me trouxe a sensação de que uma carga de estresse e de angústia começava a deixar minhas costas. Sua voz ao telefone era emocionada e chorosa, e mais do que nunca terna, doce, reconfortante. Até aquele momento eu temia cobranças, não apenas dela, mas de toda minha família. Esse eventual questionamento não só seria refutado como se tornaria um motivo de atrito. Eu esperava ser cobrado, mas fui ouvido. Conversamos alguns instantes em tom emocionado, falando sobre as primeiras horas de angústia e sobre o “desaparecimento” — e então me vi pela primeira vez como “desaparecido”, o que foi um choque. Falamos ainda sobre a prisão e sobre minha saúde física e psicológica. Esse diálogo se tornou mais um dos motivos pelos quais eu a admiro — e não só como mulher, mas também como jornalista. Isso porque a repórter talentosa e atenta irrompeu em meio à nossa conversa quando percebi que ela ouvia meu relato e, em meio às minhas frases, intercalava locuções — “Ahan... Ahan...” — típicas de quando nós estimulamos nossas fontes a prosseguir. Percebi que tomava nota, me entrevistando, tendo uma “exclusiva”. Sorri e, com a mesma mentalidade distorcida, me enchi de orgulho e revidei. Aproveitei seu surto de profissionalismo e mencionei minha intenção de permanecer em Trípoli caso conseguisse reverter a expulsão ao longo daquela noite. Trocamos ideias sobre o assunto e ouvi suas ponderações, todas razoáveis. Concluí mais tarde que talvez fosse de fato o momento de sair da Líbia — desde que deixasse costurado meu retorno. Ao nos despedirmos, eu tinha a garganta emaranhada. Tomei conhecimento da preocupação e da mobilização de familiares, amigos e colegas de profissão e me senti abatido pelo impacto emocional que causara em todos. Sentia esse desânimo ao conseguir contato com a redação, em São Paulo. A bem da verdade, não sabia o que esperar. Mas o que se seguiu foram vários diálogos que ficarão gravados em minha memória, da saudação calorosa e acolhedora das telefonistas à alegria de Roberto Simon, repórter com quem eu trocara as últimas palavras antes da prisão e as primeiras após a libertação, ou ainda aos gritos de euforia de Roberto Lameirinhas, editor de internacional. Com Lamei, passado aquele momento, eu gravaria a primeira de uma série de entrevistas a veículos de vários países, com o objetivo de reivindicar a libertação imediata de Ghaith, o que se tornara a prioridade de todos nós, no Brasil e na Inglaterra.

Faltava falar com a família. Disse-lhes mais tarde que tinha enfrentado problemas de comunicação. Não era verdade. Não liguei por decisão própria, por não me sentir preparado para o fardo emocional, pesado demais.

Depois dos contatos, reanimado pelo carinho que recebi, voltei à companhia do

embaixador, com quem tinha detalhes a discutir sobre o dia seguinte, além de querer trocar ideias sobre a situação política e social do país. Nesse meio-tempo, eu recebera um telefonema de um jovem que se apresentara como diplomata, Emad Embirsh, que viria a meu encontro ainda naquela noite para uma conversa. Ele tinha a intenção de me entregar vídeos gravados nas frentes de conflitos, mas não detalhou o conteúdo. Tomei uma ducha — o primeiro verdadeiro banho em vários dias — e me sentei à mesa para jantar com George Fernandes. Depois da refeição, o embaixador me convidou para caminhar pelo bairro, uma forma de ter um pouco mais de contato com o cotidiano da capital em meio à revolução. Deixamos a casa e o que vi foram ruas desertas, estreitas e sombrias, mas um lugar simpático, nada ameaçador. Dobramos a primeira esquina à direita e deparamos com uma picape com o motor ligado e dois homens em seu interior. O embaixador então advertiu:

— Talvez estejamos sendo espionados pelo serviço secreto. O regime faz muito disso.

A informação não me surpreendeu nem um pouco, por motivos óbvios. George Fernandes e eu já havíamos discutido o assunto por telefone, quando ele me informou que tivera as linhas da embaixada grampeadas, sendo obrigado a protestar no Ministério das Relações Exteriores sobre o monitoramento que ele e seus subordinados estavam sofrendo. Seguimos a caminhada trocando impressões, tomamos o trajeto de uma grande avenida, fomos a um minimercado nas imediações e retornamos, escolhendo uma das ruas paralelas à primeira que havíamos tomado. Quando nos aproximávamos da residência, vimos a distância a mesma caminhonete, tripulada pelos mesmos homens, com o mesmo motor ligado, agora em outra rua. Passamos ao largo e regressamos, ignorando a presença do veículo.

No intervalo de poucos minutos, Embirsh chegou. Tratava-se de um homem simpático, malvestido, com inglês precário. Mais uma vez, não era a figura de um diplomata, mas não o contestei sobre suas verdadeiras atribuições no governo porque tinha outras prioridades. Trocamos informações sobre as alternativas de voos para Paris no dia seguinte — havia a perspectiva de um. A tendência, porém, era que eu deixasse o país via Dubai —, obedecendo as ordens do general Krema. Mas frisei que meu desejo era permanecer em Trípoli com a autorização do regime. Embirsh se mostrou satisfeito com a proposta, e passou a ligar para seus superiores. Um dos homens que tentava localizar ao telefone era Moussa Ibrahim, porta-voz de Kadafi encarregado de passar à imprensa estrangeira, no hotel Rixos, as informações oficiais do regime, do qual se tornaria uma das faces.

À espera de respostas, o suposto diplomata pediu que sentássemos em frente a um notebook, no qual ele pretendia me mostrar as imagens que mencionara ao telefone, gravadas em CD-ROM, para que eu pudesse levá-las comigo. As filmagens, amadoras e realizadas com telefones celulares, mostravam rebeldes em ação em Benghazi e no deserto. Em uma delas, os ativistas atiravam com fuzis AK-47 e treinavam com canhões antiaéreos e lança-foguetes. Em outra, um manifestante, em pé sobre um tanque de guerra

abandonado, tinha o ódio no rosto e, em mãos, um órgão humano.

— Você está vendo isso?! É um coração! É um coração! Quem arranca o coração de uma pessoa? — questionou Embirsh. — É a Al-Qaeda!

Não me preocupei em contrapor suas afirmações e continuei a ouvi-lo. As imagens se repetiam, não as mesmas, mas com conteúdo similar: homens treinando o uso de armas, disparando em meio ao deserto. Em determinado momento, ele deu stop nas imagens e, apontando para a tela, ressaltou:

— Veja essas roupas, veja essas barbas! São da Al-Qaeda!

Aos poucos aquela arguição começou a me incomodar, porque se alongava e parecia partir do princípio de que eu, ou nós, jornalistas estrangeiros, éramos idiotas. As roupas apresentadas como de terroristas não passavam de trajes típicos de diversas regiões do mundo árabe-muçulmano, assim como as barbas longas eram tradição entre islâmicos e judeus mais radicais — o que tampouco é sinônimo de terrorismo. Quanto aos disparos e treinamentos, não eram nada além do que havíamos visto no deserto com os próprios olhos: atividade paramilitar de rebeldes em luta pela revolução. Assim pude fazê-lo sem deixar clara minha impaciência, interrompi os vídeos, agradei seu esforço em vir até a residência do embaixador, mas tentei conduzir o assunto de volta à possibilidade de permanecer no país. Então, mesmo sem obter retorno de seus superiores, Embirsh afirmou:

— Você pode ficar. Passará a noite aqui e amanhã irá para o hotel Rixos, onde ficará com os demais jornalistas estrangeiros.

Discutimos os três a oferta, e tanto o embaixador como eu parecíamos ter chegado à mesma conclusão: a de que a garantia de Embirsh não era suficiente para contrabalançar o peso da ordem de expulsão recebida do general Krema. Seria inevitável haver um impasse com consequências imprevisíveis opondo, na melhor das hipóteses, um subalterno do Ministério das Relações Exteriores — se Embirsh de fato fosse um funcionário do Ministério — e um oficial do Mukhabarat. O que Embirsh me propunha não era suficiente para evitar um desentendimento que poderia prejudicar o embaixador, responsável por minha “recondução” ao exterior.

Então o líbio sugeriu que eu partisse para Paris e retornasse com um visto, como jornalista convidado do regime. Ele se encarregaria, garantiu, de providenciar uma autorização. De acordo com seu plano, ela me seria entregue na embaixada da Líbia em Madri, já que as representações de Paris e Roma, as mais próximas, haviam passado ao controle de rebeldes. Essa alternativa me parecia razoável. Embora fosse longe do ideal retornar a convite do regime, o visto me permitiria estar em Trípoli quando, cedo ou tarde, houvesse a intervenção da Otan, com efeitos imediatos sobre os rumos da revolução. Trocamos telefones e endereços de e-mail e lhe entreguei em um pendrive a cópia de meu passaporte, para que o visto fosse concedido com mais rapidez. Satisfeito com a alternativa encontrada, George Fernandes se mostrou receptivo, entusiasmado até.

— Quando você voltar, pode ficar hospedado aqui — ofereceu, propondo a seguir uma razão forte para que eu retornasse com urgência a Trípoli. — Talvez seja possível

conseguir até uma entrevista com alguém da cúpula do governo, com Saif ou até mesmo com Kadafi. Não posso prometer nada, mas com Saif acho bastante possível.

A oferta de George Fernandes não era nada absurda. O “coronel” vinha concedendo entrevistas exclusivas com certa assiduidade a jornais e emissoras de tv estrangeiros, os quais usava para transmitir seus recados à comunidade internacional, além de posar de líder político transparente, sua febre momentânea. Embora eu estivesse sendo “repatriado”, se conseguisse de fato retornar a Trípoli talvez pudesse contar — mais uma vez, diga-se — com a relação histórica entre o regime e os governos brasileiros, da ditadura militar a Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, o embaixador parecia de fato dispor de bons contatos, mesmo em meio ao tumulto da revolução. O fato é que eu ainda não havia deixado o país e já estava na expectativa de voltar — o que seria no mínimo difícil explicar aos que me cercavam.

Nos despedimos de Embirsh e poucos minutos depois eu me fechava em um dos quartos da residência. Estava exausto, em uma cama confortável, em uma escuridão absoluta e com uma madrugada inteira pela frente, após tantas noites na claridade artificial das luzes fluorescentes. Mas não dormi nem por um minuto, refletindo no que havia acontecido, na sorte de Ghaith e no quanto a ideia de deixar o país me contrariava — pelo menos naquele momento.

Na manhã seguinte, rumamos para o Aeroporto Internacional de Trípoli no carro oficial da embaixada, guiados por um motorista de meia-idade, ao que me lembro com um vistoso bigode e um ar duro, mas gentil. Tinha ótima capacidade de estabelecer relações de confiança com seus compatriotas, o que lhe conferia o poder de abrir as mais improváveis portas. Ao chegarmos à área do estacionamento do terminal, deparamos com uma multidão de pessoas abrigadas sob tendas ou sob a marquise do prédio principal. Eram em geral negros e imigrantes do sudeste asiático que tentavam havia dias uma oportunidade em um dos voos para fora do país, em fuga da perspectiva de guerra.

Em meio a esse mar humano havia veículos incendiados ou depredados e capotados, alguns deles com placas diplomáticas. George Fernandes explicou que a inconformidade com a falta de transporte aéreo para deixar o país havia causado rebeliões contra os representantes de outras embaixadas, sem nenhuma relação com a luta dos líbios por liberdade, e sim com instintos de sobrevivência. As cenas que presenciávamos eram degradantes e dignas de campos de refugiados. Eram milhares de miseráveis à espera de voos que não existiam mais, porque 95% das rotas tinham sido canceladas. Para manter a ordem, a polícia e o Exército isolaram várias áreas, mantendo vazio o saguão do prédio, o único lugar onde seria possível obter proteção do frio da madrugada. Quando nos aproximávamos da entrada do terminal, ouvimos tiros e gritos da multidão, que reagia em uníssono com espanto e medo. Ali tive a convicção de que Kadafi, embora estivesse recuperando cidades vizinhas, perderia o controle sobre a capital — talvez não para os rebeldes, mas para o caos.

Também senti desconforto ao compreender que, em nome do acordo para minha libertação, firmado com Sadeqh Krema, todas as portas se abririam à minha frente,

passando por cima de pessoas que desejavam deixar o país por temer pelo futuro de suas famílias, enquanto eu queria permanecer. Horas depois, já de dentro do avião e com um celular que me fora emprestado pelo embaixador — na expectativa de que pudéssemos continuar a nos comunicar —, telefonei a minha mãe, Maria Tereza. Ela atendeu em tom sério e ponderado, e conversamos por não mais de cinco minutos como adultos, como se falássemos de outros, sem emoções, até sucumbirmos às lágrimas, ambos. Minha mãe então me perguntou por quê. Hesitei um instante, e respondi: estivera ali em nome dos valores humanistas que ela me transmitira.

No trajeto a Dubai, realizado em um dos últimos aviões da companhia aérea estatal Afriqiyah a deixar o solo líbio antes da intervenção da Otan, eu estava entre mais de uma centena de refugiados. Tratava-se de imigrantes que trabalhavam em grandes cidades, como Trípoli ou Benghazi, e que deixavam o país assustados com os rumos da primeira entre as recentes revoluções no mundo árabe a resultar em um conflito armado. No assento ao meu lado estava Shahin Ahmed, um jovem de 28 anos originário de Bangladesh que trabalhara pouco mais de dois anos na indústria líbia. Não falamos durante quase toda a viagem, como se ele respeitasse minha necessidade temporária de um pouco de silêncio. Cerca de duas horas antes de aterrissarmos, porém, ele puxou assunto e passamos a conversar sobre a situação dos imigrantes retidos no aeroporto de Trípoli. Shahin me contou que aceitara migrar para a Líbia em 2008, ao lado de duzentos outros compatriotas, em troca de uma remuneração mensal de setecentos dinares, ou bem menos de quinhentos dolares.

— Era um bom salário, que me permitia viver e economizar — disse. — Mas a Líbia está com problemas, e prefiro retornar a Bangladesh, onde posso voltar a me alimentar direito e a viver com mais tranquilidade.

Percebi entre os passageiros uma curiosidade em relação ao ocidental que também deixava o país em conflito. Ao saberem que eu era jornalista, vários quiseram contar suas histórias e experiências recentes. Um deles era outro trabalhador de Bangladesh, Sujit Kumar Das, 47 anos, seis dos quais vividos na Líbia. Enquanto Ahmed mostrava em suas expressões ainda trazer o medo que sentira nas últimas semanas, nas quais vivera a decomposição do kadafismo, Das era o retrato da indignação, da decepção e do cansaço. Seu primeiro alvo de protesto fora o descaso com que os operários haviam sido tratados pelas companhias que os empregavam até a eclosão do movimento revolucionário — um desprezo que, claro, também foi a tônica do regime em relação aos estrangeiros que buscavam a fuga. O resultado da negligência quase generalizada eram os milhares de refugiados que se aglomeravam em frente ao terminal do Aeroporto Internacional de Trípoli à espera de uma passagem de avião. Durante sua estada, Das presenciara os ataques aos veículos diplomáticos que eu vira destruídos antes do embarque. Entre os imigrantes que aguardavam, disse ele, havia também rumores sobre execuções que teriam acontecido como punição sumária a quem manifestara descontentamento. A violência

mais usual, contudo, foi o completo abandono.

— Esperei sete dias em frente ao aeroporto na esperança de sair do país. Não havia o que comer, ninguém para socorrer os doentes, nada — afirmou, com desesperança na voz, ao lamentar o destino dos que ainda aguardavam. — Todos ficam cinco, seis, sete dias à espera de voos. Às vezes, os voos que esperávamos eram cancelados de um momento para outro.

Ao final do trajeto até Dubai, eu tinha feito novos amigos entre os refugiados do conflito, alguns dos quais muito satisfeitos por terem sido ouvidos por um jornalista. Para meu retorno à vida normal, porém, ainda faltava um trajeto entre o Golfo Pérsico e a França, que eu faria ainda naquela madrugada em um avião da Emirates. No início da manhã de sábado, 12 de março, eu enfim reencontraria Lúcia no Aeroporto Charles De Gaulle, em Paris. Naquele momento eu experimentava um sentimento contraditório. Obtivera a liberdade e retomava o contato com as pessoas que amava, mas minha preocupação maior continuava na Líbia: trabalhar pela liberdade de Ghaith, cujo destino ainda era incerto, tanto quanto o meu o fora durante o tempo de prisão.

Esse foi o motivo pelo qual, logo após o fim do périplo de mais de 24 horas entre a capital líbia, Dubai e Paris, aceitei contar o que se passara a colegas jornalistas, respondendo tanto quanto possível a dezenas de repórteres de diferentes países do mundo. As entrevistas eram um meio importante de impulsionar a mobilização pela libertação do iraquiano. Além da imprensa brasileira, grandes veículos do mundo, como Associated Press, CNN, BBC, *Le Monde*, entre outros, reproduziriam o apelo por sua soltura, sem permitir que a prisão de Ghaith caísse no esquecimento. Em outras frentes, Lúcia continuou a mobilização espantosa que havia produzido nas redes sociais em torno da minha prisão, agora pedindo por Ghaith. Vinícius, um de meus irmãos — o mais implicado na minha procura durante o “desaparecimento” —, tinha informações de bastidores que nos permitiriam ter um pouco mais de clareza sobre a prisão.

De sua parte, a direção do *Estado* se mantinha em contato com organizações de defesa da liberdade de imprensa de todo o mundo. Ainda, entidades como a Associação Mundial de Jornais (WAN) e a Repórteres Sem Fronteiras pressionavam autoridades políticas e a comunidade internacional para exigir a libertação de meu amigo. A direção do *Guardian*, é claro, negociava nos bastidores a soltura de seu repórter, valendo-se entre outros recursos da intermediação da embaixada da Turquia.

Além de divulgar o assunto por meio das entrevistas, eu buscava reconstituir, com o apoio de minhas fontes na Líbia e fora dela, o local para o qual havíamos sido levados em Trípoli, na esperança de que essa informação pudesse evitar um eventual bombardeio da instalação pela Otan caso a intervenção militar se concretizasse.

Essa mobilização era necessária porque a situação de Ghaith era delicada sob todos os aspectos: como iraquiano, ele não dispunha do apoio diplomático de seu país na Líbia; como jornalista de um diário britânico, não contava com nenhuma simpatia do regime; e, apesar de todos os apelos, também não contaria com o bom trânsito da diplomacia brasileira em Trípoli, tão eficiente na minha soltura. Nunca compreendi as

razões desse silêncio, já que ainda em Trípoli o embaixador George Fernandes havia me assegurado estar pronto a auxiliá-lo, desde que recebesse a ordem do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

Essa conjunção de fatores negativos preocupava a todos porque revelava a precariedade dos canais de comunicação de que dispúnhamos para negociar com o regime. As razões de inquietação aumentariam ainda mais na tarde daquele sábado, quando recebi de Safa Ahmad, jornalista e companheira do iraquiano, e de Ian Katz, editor-chefe-adjunto do *Guardian*, a informação de que Ghaith poderia ser levado aos tribunais, acusado de espionagem. Tratava-se, era evidente, de uma chantagem feita pelo regime, cujas razões eu desconhecia.

O desfecho de sua prisão seria narrado em reportagem do *Guardian*. Após minha libertação, Ghaith fora transferido para “minha” cela. Nela, imagino eu, deve ter se fartado com litros do leite coalhado que eu guardava, após todo café da manhã, dentro da estrutura de madeira da cama quebrada. Como acontecera comigo, o iraquiano ficara preso em regime de isolamento e sem iluminação natural. Da prisão, como contaria mais tarde, podia ouvir os interrogatórios de pessoas suspeitas de ligação com a revolução que aconteciam nas salas contíguas, em geral sucedidos das mesmas sessões de espancamentos e torturas que eu “testemunhara” durante minha estada. Mais tarde, seria transferido, retornando ao subsolo da instalação militar, onde dividiria uma cela com um imigrante de Bangladesh preso por não dispor de um visto no passaporte quando se organizava para deixar o país — como os demais trabalhadores que eu encontrara no avião. Ghaith ainda seria transferido uma última vez antes de receber na terça-feira, 15 de março, a notícia de que seria enfim libertado. Foi vendado, mas seria reconduzido a sua cela porque sua soltura seria “adiada”. No dia seguinte, seria mais uma vez vendado e levado a uma van, na qual circularia por cerca de uma hora, reabrindo os olhos... em sua cela. Duas horas depois, na mesma quarta-feira, foi mais uma vez vendado e informado de que seria levado a julgamento. Ao desembarcar da van, encontraria três jornalistas do *Guardian* em Trípoli. Às 2h56 de quinta-feira, 17 de março, um repórter livre, também obrigado a deixar a Líbia, escreveria uma mensagem que recebi em meu celular, em Paris.

Crazy Brazilian...

Na quietude de minha sala de estar, recebi a mensagem enquanto escrevia alguns esboços de um diário de cobertura que usaria mais tarde na elaboração deste livro. Embora já tivesse a confirmação de sua soltura, o sms de Ghaith servira no meu imaginário como o epílogo de um incidente profissional assustador, mas ainda assim menor. Mesmo que os riscos que corremos quando da prisão e ao longo do tempo de detenção tivessem sido imensos e imprevisíveis, o fato era que saímos vivos. Nossa experiência, eu ponderava, não era nada se comparada à realidade de opressão, de torturas e de assassinatos vivida por dissidentes líbios ao longo de décadas de regime.

Também não seria nada diante da dor das famílias dos jornalistas que perderiam a vida no conflito — o que era questão de tempo.

Ao sair da prisão, eu tinha a convicção de que casos mais graves que os nossos aconteceriam em breve, dada a violência da revolução e da repressão. Essa convicção não era um segredo de Estado. Todos os que rumavam ao país conheciam a intenção de Kadafi de reprimir a presença de repórteres, fotógrafos e todo membro da mídia que ingressasse sem autorização no país. A ameaça foi clara e cumprida à risca: antes mesmo que Ghaith e eu tivéssemos posto os pés na Tripolitânia, jornalistas e ativistas políticos libios como Jamal al-Hajji, Tagi al-Din al-Chalawi, Abdel Fattah Bourwag e o blogueiro Mohammed al-Ashim Masmari já haviam sofrido a repressão, experimentando os porões do regime. Durante nossa detenção, eu viria a saber mais tarde, os repórteres Goktay Koraltan e Feras Killani, da BBC Arabic, seriam capturados por milícias e torturados com simulações de execução em Zawiyah. Nos dias que se seguiriam à minha libertação, o memorável Anthony Shadid, morto meses depois na Síria, Stephen Farrell, repórter e cinegrafista, e os fotógrafos Tyler Hicks e Lynsey Addario, todos a serviço do jornal *The New York Times*, desapareceriam no interior do país, ressurgindo em poder do regime. Um pouco mais tarde, em 12 de março, viria a confirmação da morte de Ali Hassan al-Jaber, cinegrafista da rede Al Jazeera, em Benghazi. As baixas se multiplicariam ao longo dos meses, resumidas nas perdas trágicas de Tim Hetherington e Chris Hondros em Misrata.

Em Paris, a organização Repórteres Sem Fronteiras somaria onze mortes ao longo dos enfrentamentos, além de 32 detidos, quinze sequestrados e trinta expulsos. Em um excelente texto publicado pelo *Guardian*, “Reporting Libya: freelance coverage, full-time dangers”, Peter Beaumont faria um balanço sobre a sorte de jornalistas na revolução, lembrando que a Líbia somara, ao longo de oito meses de combates, metade do número de jornalistas mortos em dez anos de guerra no Afeganistão. Não, não há espaço para nenhuma vitimização: Ghaith e eu, a bem da verdade, estamos sãos e salvos.

No curso da semana em que Ghaith foi libertado, a revolução deu uma guinada decisiva e inédita. A ofensiva do regime prosseguia em direção às cidades do interior da Tripolitânia e à Cirenaica. Zawiyah havia sido quase arrasada pelo contra-ataque, obrigando os revolucionários que sobreviveram a desaparecer no anonimato, protegendo-se da perseguição e dos atos de vingança das forças leais. Os relatos de testemunhas que chegavam à imprensa internacional, impedida de acompanhar o conflito, indicavam que, com a ocupação paulatina pelo Exército, um verdadeiro massacre estava em curso. Milícias também passaram a tomar as ruas, assegurando o domínio de uma cidade que se mostraria decisiva para a sobrevivência da ditadura. Ainda a oeste, outros núcleos insurgentes da Tripolitânia, como Yefren, caíram nas mãos dos chefes militares de Kadafi. A exceção seriam três enclaves insurgentes: Zintan e Nalut, ambas “protegidas” pela cadeia de Nefusa, que lhes conferia uma posição privilegiada nas montanhas; e Misrata, a leste da

capital, que viveria nas semanas vindouras o mais extenso e doloroso cerco do levante.

Com o passar dos dias, a lista de cidades retomadas por Kadafi não parava de crescer também a leste. Marsa el-Brega foi retomada, o que abriria às tropas do regime a perspectiva de um ataque a outra “cidade vital” para a sobrevivência da revolução, Ajdabiya, último bastião rebelde antes de Benghazi, sede do CNT. Essa definição, “cidade vital”, foi empregada pelo general Abdel Fattah Younis, comandante dos insurgentes, que seria morto em julho em circunstâncias obscuras, após rumores de que ele ou membros de sua família ainda estariam em contato com o regime de Kadafi. Younis previra que as forças leais à ditadura enfrentariam “sérias dificuldades logísticas” para progredir na região. Naquele momento do conflito, porém, as tropas de Kadafi pareciam se inspirar nas lições de um célebre general que atuara na mesma região: Erwin Rommel, a “raposa do deserto” — de quem o ditador se considerava grande admirador. À frente da Deutsches Afrikakorps, Rommel protagonizou no deserto líbio uma das mais memoráveis ofensivas da Segunda Guerra Mundial, revertendo o recuo das forças coloniais italianas comandadas por Rodolfo Graziani e partindo em direção ao Egito, empurrando pelo caminho as tropas britânicas entre fevereiro de 1941 e julho de 1942.

Sem a zona de exclusão aérea, Kadafi ainda dispunha de tanques para avançar e poderia sobrevoar a região com caças, reduzindo a defesa rebelde antes da chegada das tropas por terra. Na segunda-feira, 14 de março, Ajdabiya voltaria a ser bombardeada, dessa vez como preparação para o assalto das forças do regime. Se nada fosse feito para impedir o avanço e se as tropas líbias de 2011 tivessem aprendido com os acertos e os erros de Rommel, em especial como enfrentar as adversidades logísticas da região, garantindo suprimentos de água, de combustíveis e de munição, a tomada de Benghazi poderia se materializar em questão de dias. E o espectro dessa vitória trágica sobre os revolucionários se tornaria ainda mais realista quando, em 15 de março, os últimos rebeldes em fronts avançados tiveram de recuar até a periferia de Ajdabiya, abandonando o centro da cidade estratégica às mãos de Kadafi. Sem intervenção militar internacional, era certo, a rebelião estaria com os dias contados, como previra Saif al-Islam em entrevista aos jornais italianos *Corriere della Sera* e *La Repubblica*, aos quais previra o fim dos combates “para breve”.

O recuo — ou a fuga — dos rebeldes do front de Marsa el-Brega e a iminente perda de Ajdabiya abriram os olhos da comunidade internacional para o fato de que o movimento insurgente, nascido pacífico e induzido a pegar em armas, não tinha equipamentos nem preparo para combater um Exército líbio precário, é verdade, mas ainda assim sem sombra de dúvida superior. Despachos de jornalistas que acompanhavam o front leste coincidiam com as constatações que Ghaith e eu havíamos feito no oeste: com professores de história como soldados na linha de frente e sem a “proteção” internacional, a revolução seria genuína, popular, heroica e memorável, mas sangrenta, breve e fracassada. Contagiado pelos avanços obtidos por suas forças no deserto, Kadafi parecia mais certo do que nunca de uma vitória iminente. Na terça-feira, 15 de março, sua autossuficiência o levou à tv estatal para assegurar que a vitória era questão

de pouco tempo, garantindo que “a liberdade” triunfaria graças à disposição de “todo o povo líbio”, “pronto a combater e proteger o petróleo” do país. Caso se tratasse de um complô estrangeiro, liderado por França, Reino Unido e Estados Unidos, advertiu o coronel, ele seria esmagado; se fosse um complô interno, completou, também seria esmagado. Seu vaticínio era uma condenação pública à morte, um genocídio anunciado em rede de tv que chocaria o mundo inteiro. O clã Kadafi prometera fazer correr “um rio de sangue” em seu próprio país; agora, às portas de Benghazi, parecia pronto a cumprir a promessa.

— Nós estamos determinados a esmagar o inimigo — sentenciou.

Esse era o cenário que se preparava quando tropas kadafistas lançaram a ofensiva “decisiva” de 16 de março sobre o enclave ativista de Misrata, onde a batalha contra um “punhado de loucos” e de “ratos e cachorros perdidos” terminaria em 24 horas, quando a cidade seria “libertada”, segundo o regime. A situação também era grave em Zintan, onde os ataques com armas pesadas lançavam sobre a cidade a perspectiva de tornar-se “terra arrasada”, nas palavras do comandante rebelde local Jamal Mansour. Situação não menos grave se reproduziria a leste, onde as forças do regime já haviam tomado focos rebeldes como Zuwaytinah, a 150 quilômetros ao sul, e se preparavam na quinta-feira, 17 de março, às portas de Benghazi, para uma ofensiva violenta sobre o berço da revolução. Encurraladas, 300 mil pessoas fugiam em direção a Tobruq e à fronteira com o Egito, decisão seguida pela Cruz Vermelha Internacional, que retirava seu pessoal, “extremamente inquieta” quanto ao que aconteceria “aos civis, aos doentes, aos feridos, aos detentos e aos outros que têm direito a uma proteção em tempo de conflito”. O mundo voltava os olhos a Benghazi e a Nova York, onde as principais potências deliberariam no Conselho de Segurança da Onu sobre a pertinência ou não de uma nova resolução que impedisse o massacre anunciado. Dissidente, o embaixador-adjunto da Líbia nas Nações Unidas, Ibrahim Dabbashi, exortava a comunidade internacional a aprovar um texto “em dez horas”, sob pena de permitir que “um verdadeiro massacre” se produzisse no Norte da África.

Depois de dez dias de tergiversações, período no qual a diplomacia internacional se dividira entre a “pertinência” e a “urgência” de uma resolução que instituisse a zona de exclusão aérea, as ameaças do regime pareciam paradoxalmente contribuir com os últimos argumentos de que diplomatas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França necessitavam para obter o silêncio dos representantes de Rússia e China. Criticado pela postura em favor de Ben Ali durante a revolução na Tunísia e pela falta de iniciativa quando do levante no Egito, o Palácio do Eliseu decidiu acelerar a intervenção militar, uma forma de apagar as críticas contra sua política externa e o envolvimento de alguns de seus ministros com o regime tunisiano — em especial da ministra das Relações Exteriores, Michéle Alliot-Marie, que caíra dias antes. Contrariando a cautela dos diplomatas do Quai D’Orsay, o Ministério das Relações Exteriores da França, e impulsionado pelo voluntarismo do filósofo Bernard-Henri Lévy — que ao pressionar por uma intervenção transformara a diplomacia da França em um verdadeiro bordel naqueles dias, anunciando

medidas desconhecidas do ministro Alain Juppé —, Sarkozy se lançou em busca de uma resposta da Onu.

Na terça-feira, 15, o embaixador da França nas Nações Unidas, Gérard Araud, fez novo contato com a embaixadora dos Estados Unidos, Susan Rice, tentando convencer a administração norte-americana a aderir a uma ofensiva militar na Líbia. Washington receava que o eventual ataque da coalizão se transformasse num novo front dos Estados Unidos na região — o terceiro, após o Afeganistão e o Iraque — por suspeitar que França e Reino Unido não dariam conta sozinhos do conflito. Pela manhã, em uma conversa privada, Susan afirmou a Araud que “nem em seus sonhos” os Estados Unidos se lançariam àquela empreitada. À noite, Araud receberia um telefonema de Susan Rice com a mensagem inversa: “Nós estamos dentro”. Havia, então, um último obstáculo: Vitaly Churkin, embaixador da Rússia, ameaçava propor um texto aguado, que não previa a zona de exclusão aérea. A resposta da representação francesa em Nova York foi a de apresentar o texto da Resolução 1973 “*in blue*” — com direito a veto de eventuais emendas — ao Conselho de Segurança.

As dissensões seriam levadas até horas antes da submissão do texto franco-britânico-libanês ao plenário. O documento evocava as “pesadas perdas civis” e as “sistemáticas violações de direitos humanos, incluindo prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e execuções sumárias” para justificar a adoção de “medidas adicionais necessárias” à Resolução 1970, com o apoio da União Africana e da Organização da Conferência Islâmica, além da Liga Árabe. Deplorava “o uso de mercenários pelas autoridades líbias” e considerava que o banimento de voos no espaço aéreo líbio constituiria um “importante elemento de proteção de civis”, argumentando em favor do “estabelecimento imediato de um cessar-fogo”. Em seu artigo 4, sobre a proteção de civis, a resolução ia mais longe: “Autoriza Estados-membros [...] a tomar todas as medidas necessárias [...] para proteger civis e áreas povoadas por civis sob ameaça de ataque”. Nesse texto, a expressão “todas as medidas necessárias” chamou minha atenção. A citação aparecia ainda no parágrafo 13, sobre o reforço do embargo de armas, assim como no parágrafo 8, sobre a *no fly zone* destinada a banir todos os voos, com exceção dos realizados com objetivos humanitários e de assistência. “Autoriza os Estados-membros [...] a tomar todas as medidas necessárias para forçar a conformidade com o banimento de voos”, dizia o trecho.

Embora esses termos tivessem sido alvo de divergências públicas entre representantes diplomáticos dos países do Conselho de Segurança, cada palavra havia sido discutida à exaustão em outro cômodo do prédio das Nações Unidas em Nova York: a sala de consultas, fechada, à qual apenas membros das delegações envolvidas nas discussões tinham acesso. Um desses diplomatas, diretamente implicado na redação final do texto, era um de meus amigos, mais do que uma fonte confiável. Impactado por meu “desaparecimento” na Líbia, ele brigara para incluir no texto uma referência à repressão à imprensa na Líbia, condenando “atos de violência e intimidação cometidos por autoridades líbias contra jornalistas, profissionais de mídia e pessoal associado”. Dias

depois do texto aprovado, ele me escreveria: “Introduzi este parágrafo 6 do preâmbulo da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU para você, mas também como uma homenagem da França aos que arriscam a vida para informar a gente”. A seguir completou, brincando: “Nunca mais faça isso”. Depois da aprovação do texto, eu discutiria com essa fonte privilegiada sobre os bastidores da reunião. Perguntei sobre a expressão “todas as medidas necessárias”, ironizando a ambiguidade da resolução, que possibilitava à coalizão Estados Unidos, França e Reino Unido e depois à Otan justificar todas as eventuais intervenções militares empregadas. Sua resposta foi objetiva, sem hesitações: o propósito era a ambiguidade.

— Antes de votar a 1973, fomos à sala de consultas e explicamos tudo em detalhes, incluindo os termos empregados. E questionamos: “Vocês estão cientes do que estão autorizando?”. Então fomos ainda mais explícitos, afirmando: “É recurso à força” — recordou meu amigo diplomata. — Quem diz “*no fly zone*” está dizendo “supressão dos sistemas de radares”, dos postos de comando, dos sistemas de defesa, mas quem aprovou aquela resolução sabia que não era apenas isso. Todos estavam muito cientes.

Na opinião dos países ocidentais que sustentavam a resolução, a opacidade do texto, garantida pela expressão “todas as medidas necessárias”, servia como suporte jurídico não apenas a uma ofensiva aérea para neutralizar os sistemas de defesa e de comando do regime, o que aconteceria em breve, mas também para decisões eventuais muito mais delicadas, tomadas nos meses que se seguiriam, como o fornecimento de armas destinadas “à proteção de populações civis”, o envio de esquadrões de elite por terra e, o mais impressionante, os ataques a Muamar Kadafi. Segundo o diplomata, a meta não era derrubar o “coronel”, mas, “como comandante da operação de repressão, ele era um alvo legítimo”. O texto que permitia “todas as medidas necessárias” seria aprovado em uma sessão iniciada às dez da noite de 17 de março, em Nova York — madrugada de sexta-feira em Paris —, com abstenções de Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia e o voto em favor de dez países.

Com a resolução da ONU, abriram-se as portas para a ofensiva. Nas ruas de Benghazi, ativistas comemoraram a decisão na noite de quinta para sexta-feira. Mas as tropas kadafistas estavam às portas da cidade, e a intervenção exigia uma corrida contra o tempo na tentativa de impedir o avanço das forças do regime. Um novo ultimato foi anunciado pelos aliados ocidentais e árabes. Mais uma vez o regime se comprometeu a um cessar-fogo unilateral, atitude que não seria respeitada nem por um instante. Entre a noite de sexta-feira, 18 de março, e sábado, explosões e tiros de canhões antiaéreos ecoaram na cidade. Infiltrados entre a multidão, militares e mercenários, membros das *kataeb*, os regimentos de elite do regime, além de integrantes da Legião Thawara, semearam o pânico disparando fuzis e granadas, sem discernir entre alvos armados e a população civil.

Na tarde de sábado, encurralada pela emergência, a coalizão de Estados Unidos, França, Reino Unido, Catar e Emirados Árabes organizou em Paris uma cúpula de urgência “para o apoio ao povo líbio”. Desse evento participaram Hillary Clinton, David

Cameron e o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, chefes de Estado e de governo da Alemanha, da Espanha, da Itália e da Bélgica, além do anfitrião. Ao término da reunião, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, recebeu a imprensa no Palácio do Eliseu para um pronunciamento de quatro horas e meia. Nem eu nem outros jornalistas presentes tínhamos dúvidas do que seria anunciado: a decisão de lançar uma operação militar. Mas uma nuance surpreenderia o mundo.

— Desde já nossos aviões impedem ataques aéreos sobre Benghazi. Desde já, outros aviões franceses estão prontos a intervir contra blindados que ameacem civis desarmados — afirmou Sarkozy, com ar solene e inquebrantável, detalhando a advertência enviada a Kadafi, e menosprezada pelo ditador, sobre a necessidade de “um cessar-fogo imediato” e “a retirada das forças que atacaram populações civis”. — Hoje, nós intervimos na Líbia sob o mandato do Conselho de Segurança da ONU, com nossos parceiros, em especial de nossos parceiros árabes. Nós o fazemos para proteger a população civil da loucura assassina de um regime que, matando seu próprio povo, perdeu toda a legitimidade.

Às portas de Benghazi, as tropas de Kadafi já assediavam a entrada oeste da cidade, cumprindo as primeiras tarefas para executar à risca a ordem do “guia”: “perseguir os malcriados e os barbudos” e “puni-los sem piedade”. Até então o regime ainda prometia não caçar os que depusessem suas armas e fugissem à noite, uma estratégia para enfraquecer a resistência armada pela defecção. Kadafi também assegurava que atacaria toda aeronave, civil ou militar, que sobrevoasse sem autorização o espaço aéreo do país, assim como embarcações que navegassem nas águas territoriais da Líbia no Mediterrâneo. Seu discurso deixou entrever que o regime se preparava para a guerra. Mesmo diante da perspectiva de um ataque aéreo, o ditador acelerou seus planos para marchar não apenas sobre Benghazi, mas também sobre Misrata. Em Paris, onde eu acompanhava o desdobramento dos fatos, temi que em vez da “Batalha por Trípoli”, anunciada pelos ativistas de Zintan, uma “Batalha de Benghazi” acabasse selando a sobrevivência ou a destruição do movimento rebelde.

Desde a noite da votação da Resolução 1973 em Nova York, o Exército leal a Kadafi, acompanhado de mercenários, avançara 160 quilômetros, ingressando na periferia de Benghazi. Seus moradores receavam que, se as Forças Armadas adentrassem o perímetro urbano, os bombardeios aliados fossem limitados pelo risco de perdas colaterais, um medo justificável. Nesse caso, a intervenção da comunidade internacional, marcada pelas

tergiversações, pelas complexas negociações de bastidores e pela hesitação, poderia se mostrar tardia. Foi quando caças Rafale decolaram do porta-aviões *Charles de Gaulle* e atacaram os primeiros tanques que avançavam para Benghazi, dando início à operação *Odyssey Dawn*, crucial para o destino de Kadafi.

A decisão francesa expôs a diferença de modus operandi em relação à estratégia do Pentágono, que optou por lançar na mesma noite um total de 112 mísseis Tomahawk contra sistemas de defesa posicionados em Benghazi, Misrata e Trípoli. Essa ofensiva serviu para abalar a artilharia antiaérea kadafista e garantir a implantação da *no fly zone* — o que os bombardeios franceses não asseguravam —, além de ampliar a segurança dos caças da coalizão. O ataque, porém, mascarava a reticência da administração norte-americana em ultrapassar a linha vermelha e mergulhar no conflito. Pelo acordo firmado nos bastidores, caberia aos “aliados europeus” e aos países árabes o protagonismo da intervenção. Os Estados Unidos haviam prometido apoio logístico, com o uso de aviões de vigilância, de sistemas de comunicação e espionagem, deixando à disposição dos aliados um arsenal de informações precioso, composto por imagens de satélites feitas ao longo de anos, com dados sobre o posicionamento das unidades militares da Líbia. De posse dessas orientações, analisadas em 3D, não foi difícil aos bombardeiros norte-americanos B2, aos Tornado britânicos ou aos Mirage e Rafale franceses implantarem a zona de exclusão aérea. Uma vez eliminados os sistemas de defesa, a etapa seguinte foi garantir a proteção de civis, atacando as linhas de abastecimento das forças do governo e isolando a infantaria mecanizada líbia.

Restava uma divergência importante: a França não aceitava que as operações fossem realizadas sob a responsabilidade da Otan, a despeito da insistência do secretário-geral da organização, Anders Fogh Rasmussen. Nos bastidores, em Paris, dizia-se que os países árabes eram reticentes à organização por seu peso simbólico negativo no Oriente Médio. A alternativa encontrada foi entregar as atividades militares ao controle de uma “instância de coordenação política” formada pela Liga Árabe e pelos ministros das Relações Exteriores de Estados Unidos, França e Reino Unido. A Otan imprimiria a esse grupo suas “capacidades de planejamento e intervenção”.

As questões em torno do emprego da Otan, contudo, eram apenas um dos impasses das operações na Líbia. No seio da União Europeia, já dividida pela oposição da Alemanha aos ataques, as dúvidas cresciam. Além disso, o embaixador da Rússia na Otan, Dmitri Rogozin, já nos primeiros dias de ofensiva elevou o tom crítico em relação aos bombardeios, advertindo que eles “não correspondiam à resolução” e insinuando que os aliados tinham como objetivo a deposição de Kadafi e não a proteção da população civil.

A intensidade dos protestos aumentou quando a coalizão bombardeou o quartel-general de Kadafi em Trípoli. Não bastasse, o secretário de Defesa da Grã-Bretanha, Liam Fox, contribuiu para a polêmica ao não excluir o fato de que os ataques visavam a vida do “guia”. Fox foi desmentido pelo secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, que classificou a hipótese de caçar o coronel como “insana”. Na França, Alain Juppé também desmentiria que o coronel fosse o alvo das operações. Mas, nos bastidores

diplomáticos, o ditador já era descrito em conversas *off the record* como um “alvo legítimo”, sob o argumento de que ele “comandava operações” hostis à população civil, o critério de base da intervenção militar prevista pela resolução. Para bom entendedor a questão era clara: se pudesse ser localizado, Kadafi seria caçado sem maiores pudores. A mensagem indireta transmitida aos rebeldes, cada vez mais armados, me preocupara: a de que a eliminação sumária do coronel era um dos objetivos “possíveis”. Se uma execução fazia parte do jogo das democracias do Ocidente, em tese zelosas da justiça e dos direitos internacionais, esses mesmos Estados não teriam autoridade moral para evitar exações da parte dos insurgentes.

Em pouco tempo, o ingresso da Otan no comando das operações deixou de ser tabu na França e foi oficializado. A troca de comando não resolveu, porém, impasses como o período de operações, a perseguição a Kadafi e até mesmo a realização de ações terrestres em solo líbio, que já passavam a ser evocadas. William Hague, secretário de Relações Exteriores britânico, recusava-se a estipular um prazo para o fim da atividade militar, revelando que, para a coalizão, a intervenção estava apenas em sua “primeira fase”, mesmo que em 23 de março as forças aéreas líbias não tivessem mais “olhos e ouvidos”, ou seja, não existissem mais como força de combate, segundo Greg Bagwell, general da Divisão Aérea britânica.

Com a implantação da *no fly zone*, o objetivo mais imediato passaria a ser a redução da infantaria mecanizada de Kadafi — o que, de forma indireta, deveria contribuir para o avanço rebelde. Seus tanques e demais máquinas de guerra passaram a ser, dali em diante, o alvo prioritário da coalizão, não só em Benghazi como também em duas cidades sitiadas: Zintan e Misrata.

Os primeiros bombardeios se mostraram bem-sucedidos na missão de neutralizar o espaço aéreo líbio e impedir o avanço das tropas do regime contra o berço e bastião insurgente de Benghazi. Já o efeito colateral — não admitido em público, mas desejado nos bastidores —, o avanço rebelde, ainda tardaria a ocorrer. Em 15 de março, os insurgentes haviam perdido o controle de Ajdabiya para os soldados leais a Kadafi, que avançavam em direção ao Egito. Uma semana depois da ofensiva, a capital do distrito de Al-Wahat, a cerca de 160 quilômetros ao sul, no Golfo de Sirte, passaria a ser mais uma vez o foco da disputa, com o novo recuo das forças kadafistas em consequência dos bombardeios da coalizão. Em 25 de março, a infantaria da 32a Brigada do regime foi alvo de ataques aéreos da coalizão que destruíram tanques, lança-mísseis BM-21 e veículos de transporte, assim como as linhas de reabastecimento, cruciais em termos logísticos. Mais importante ainda: deixaram corpos calcinados de militares e mercenários que não haviam aceitado os ultimatos para a rendição e que passaram de caçadores a cadáveres, jazendo ao redor dos metais retorcidos. Os repórteres que haviam estado na região junto das katibas rebeldes, logo após os bombardeios, como Christophe Ayad, do jornal *Libération*, narraram cenas de horror.

A investida surtiu efeito. No sábado, 26 de março, a cidade voltaria a cair em mãos rebeldes. Os ataques aéreos, a maior parte patrocinados pela aviação franco-britânica,

havam exposto a brutal diferença de capacidade bélica entre a coalizão e as forças leais a Kadafi. A partir de então, nenhum carro blindado poderia se deslocar ao abrigo dos sistemas de vigilância internacionais. Uma vez identificados, seriam alvos fáceis se permanecessem reunidos, em formação de ataque. Como em 1940, quando os britânicos haviam empregado a Desert Air Force para desestruturar as linhas de retaguarda das forças alemãs comandadas por Rommel, os aliados ocidentais e árabes aplicaram um duro golpe nas tropas kadafistas e, a partir desse domínio do espaço aéreo, as chances de vitória do ditador líbio se reduziram de forma dramática. Restava a ele uma alternativa tão concreta como viável: resistir.

Prolongando o conflito, o “coronel” obrigou os militares ocidentais a se estender na Líbia, esperando levar os governos da coalizão ao desgaste e a opinião pública internacional à exasperação. Embora não pudesse retomar o controle sobre todo o território líbio em função da presença estrangeira, Kadafi reiterava em seus discursos almejar uma vitória a longo prazo. Para enfrentar essa resistência, os aliados transferiram o comando da intervenção militar a uma nova figura de proa: o general canadense Charles Bouchard, da Otan. Com ele no comando, o discurso sobre a duração do conflito mudaria de maneira radical. Previstos inicialmente para levar dias ou semanas, mas não meses, os combates exigiriam pelo menos noventa dias de bombardeios. O novo prognóstico fez pairar o espectro de um atoleiro na Líbia, que passou a assombrar os líderes políticos. Em meio à nova realidade do conflito, as críticas aumentaram. Sergei Lavrov, chanceler russo, continuava a protestar contra o que considerava o objetivo dos aliados, derrubar Kadafi, embora o Conselho de Segurança da ONU não tivesse deliberado que a coalizão desse dar apoio aos rebeldes armados nas ofensivas contra Ajdabyia, Brega e Ras Lanuf.

Enquanto a comunidade internacional trocava farpas, a revolução começava a produzir uma nova cidade-mártir: Misrata. Situada no oeste do país, a duzentos quilômetros de Trípoli, a meio caminho de Sirte e a mais de oitocentos quilômetros de Benghazi, o enclave rebelde passara a ser assediado em 20 de março por um cerco de tropas leais a Kadafi. Como se pagassem pelos rebeldes de todo o país, insurgentes e civis não armados começariam a viver naqueles dias o mais longo sítio da revolução na Líbia, um pesadelo com consequências que se prolongariam por meses — e decerto pelos próximos anos. Desde muito cedo, nos primeiros dias de cerco, vídeos amadores da destruição causada pelos combates vieram à tona, assim como relatos sobre a presença de snipers líbios e de nacionalidades estrangeiras.

A função desses grupos de atiradores de elite era emboscar os ativistas, posicionando-se em edifícios da Tripoli Street. De parte dos opositoristas, caçar os snipers, evitando sua atuação, era questão de vida ou morte. Mas, bem além dessa missão, os insurgentes tinham de conviver com os bombardeios diários e intensivos das tropas kadafistas, marcados por uma artilharia que com frequência não tinha alvo definido —

além do objetivo de destruir o máximo possível, em especial o moral dos rebeldes. Em 25 de março, um relato ainda obscuro sobre as mortes de uma mulher e de seus três filhos pequenos ajudou a despertar a atenção da comunidade internacional para o isolamento de Misrata, esquecida à leste em meio aos fiéis ao regime. Nessa época, a cidade enfrentava racionamento de água, panes de eletricidade e escassez progressiva de gêneros alimentícios básicos, como leite, nas regiões mais castigadas pelos enfrentamentos. Sem alternativas, os moradores sepultavam os corpos das vítimas em valas coletivas no cemitério de Shat-Hansheer.

Nesse ínterim, o regime chegou a organizar visitas de jornalistas estrangeiros à periferia da cidade. O objetivo, como em Trípoli, era tentar convencer a comunidade internacional de que Misrata estava sob seu controle. Mas os relatos que vieram do front foram sintomáticos. Jérôme Delay, enviado do jornal francês *Le Monde*, descreveu uma mise-en-scène patética, com crianças vestidas de verde demonstrando seu “apoio” ao regime, enquanto combates intensos podiam ser ouvidos a alguns quilômetros de distância, no centro da cidade.

Além da violência do conflito, a crise humanitária começou a ficar cada vez mais clara e escandalosa aos olhos da comunidade internacional. Nos primeiros dias de abril, a insatisfação dos ativistas com o suposto imobilismo da Otan em bombardear a artilharia kadafista nos arredores da cidade ganhou dimensão de protesto. Em 6 de abril, quando o assédio maciço a Misrata já se estendia por semanas, o general Abdel Fattah Younis, chefe militar dos rebeldes em Benghazi, fez um apelo à imprensa internacional para que “apoiasse com força a população”, exortando a Otan, que na sua visão deixava os habitantes “morrerem todos os dias”, a intervir. Younis convocara a imprensa para falar dos desdobramentos do conflito, mas a situação em Misrata, “à beira do fim”, quase um local-fantasma pelo “extermínio” em curso, ganhara todas as atenções. De acordo com o general, casas, hospitais, hotéis e até mesquitas haviam se tornado alvo da artilharia pesada do regime. O pronunciamento teve grande repercussão na Europa, e a pressão crescente passou a surtir os primeiros efeitos naqueles mesmos dias. Em Bruxelas, o general holandês Mark van Uhm afirmou que a defesa do enclave tornara-se a “prioridade número um”.

O risco de que Misrata pudesse retornar às mãos do regime mesmo após a intervenção internacional escancarou as dificuldades dos rebeldes em avançar na região de Brega e despertou nos países-membros da coalizão o receio de que a insurgência não fosse capaz de seguir adiante por seus próprios meios, nem de tomar o controle do país, nem de garantir sua própria segurança. Em uma sessão do Senado, em Washington, o general norte-americano Carter Ham, ouvido por parlamentares como John McCain, afirmou em 7 de abril que os insurgentes tinham apenas “uma pequena probabilidade” de avançar até Trípoli e derrubar Kadafi. Tampouco a Otan parecia capaz de conter as forças kadafistas que pressionavam Misrata havia 43 dias.

Naquele momento, todos os setores da cidade ocupados por rebeldes armados estavam na mira de bombardeios, assim como a região do porto — que chegou a ser

fechado —, o último ponto de contato da população local com o mundo exterior. Embarcações como o navio enviado pelo Programa Alimentar Mundial e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha enfrentavam o risco de tornar-se alvos ao se aproximar do cais e descarregar cargas de alimentos, medicamentos e médicos para o hospital local, que vivia dias difíceis.

A maior parte dos feridos e mortos era vítima do uso intensivo de foguetes Grad lançados da periferia do município. O objetivo dos bombardeios era provocar o que no jargão militar é chamado de “saturação” — a devastação pura e simples de distritos inteiros, inclusive regiões residenciais. O uso de bombas de fragmentação, proibido por convenções internacionais e negado pelo regime, também foi comprovado por organizações não governamentais como Human Rights Watch. Entre as provas estavam fotografias publicadas pelo *New York Times* que indicavam resquícios de bombas de 120 milímetros, de fabricação espanhola. Outros sinais de crimes de guerra, como o uso de escudos humanos, também foram verificados desde o início da ofensiva, quando famílias inteiras foram detidas em suas casas e cercadas de armamentos do regime, servindo como proteção ao material bélico. Reagindo às denúncias e negando as evidências, que complicariam ainda mais a situação do regime no Tribunal Penal Internacional (TPI), Seif al-Islam respondeu ao jornal *The Washington Post* que o regime não cometera “nenhum crime” na repressão e desafiou a corte a enviar emissários a Trípoli.

Mas os crimes em Misrata não eram fantasia do Ocidente. Quebrando o isolamento da cidade, representada por poucos e bravos jornalistas que se aventuraram em navios, cruzando o Golfo de Sirte até a cidade cercada, a imprensa internacional pôde verificar a extensão dos ataques. Entre os que assumiram os riscos da empreitada estavam dois profissionais que se tornariam meus amigos durante a cobertura do conflito, Marcel Mettelsiefen, da *Der Spiegel*, e Jean-Louis Le Touzet, do *Libération*. Em 20 de abril, a presença de repórteres seria punida com uma tragédia brutal, as mortes de Tim Hetherington e Chris Hondros, ambos de 41 anos, atingidos por morteiros na Tripoli Street. Tratava-se de jornalistas reconhecidos em nível internacional — Hetherington concorrera ao Oscar pelo documentário *Restrepo*, de 2010, sobre a guerra do Afeganistão, e Hondros vencera o World Press Photo Award 2007. Suas mortes lançaram luzes sobre a gravidade da situação humanitária em Misrata, o que por certo salvou centenas de vidas nas semanas que se seguiriam. André Liohn, fotógrafo brasileiro a serviço da Human Rights Watch que viveu de perto a tragédia, tanto por estar na cidade quanto por ter providenciado a evacuação dos corpos, é a pessoa para falar a respeito.

Coincidência ou não, as advertências feitas por Younis e pela imprensa estrangeira sobre a calamidade em curso em Misrata marcaram a intensificação dos bombardeios da Otan sobre as tropas de Kadafi. A eficácia dessas operações começou a se fazer sentir no final do mês, quando o Estado-Maior do regime informou que retiraria as tropas que assediavam os ativistas. Mas surgiram dúvidas sobre a real estratégia das Forças Armadas. O temor dos rebeldes era que o Exército abrisse caminho aos mercenários do regime, muitos provenientes de povoados vizinhos. As duas versões seriam confirmadas nos dias

que se seguiriam, quando Khaled Kaim, vice-ministro das Relações Exteriores, garantiu que a retirada nem sequer estava em questão, mas “apenas” a substituição dos militares pelos chefes tribais da área, que formariam uma legião de “60 mil homens” dispostos a defender o regime.

Esses grupos vieram em sua maioria de três cidades vizinhas: Touarga, Bani Ualid e Zliten. A primeira, situada na estrada que conduz a Sirte, serviria como entreposto avançado e quartel-general das tropas kadafistas que atacariam a cidade, além de ceder mão de obra para os combates. De Touarga, relatariam os habitantes de Misrata, partiriam as ofensivas do regime que deixariam grande parte do número de mortos, feridos, torturados e humilhados na cidade. A participação de soldados negros no cerco e na campanha de terror ordenada pelo Exército de Kadafi também seria decisiva para o futuro da comunidade, que viria a ser perseguida e banida para Trípoli, Benghazi e outros países africanos. A Bani Walid e Zliten iriam membros da tribo Warfalla, a mais populosa do país. Muitos desses civis já participavam das ofensivas kadafistas contra o bastião rebelde na condição de voluntários. Na prática, o regime substituiu os militares, alvos dos bombardeios da Otan, por civis armados, o que tornara mais difícil — e controverso — o trabalho da Aliança Atlântica em defesa da cidade.

Em paralelo, surgiram os primeiros relatos de soldados, mercenários ou voluntários do governo que indicavam um fato novo importante: o aumento das defecções entre as tropas que cercavam a cidade. Alguns soldados e civis combatentes afirmavam não estar de acordo com o cerco, com os constantes bombardeios às cegas e em especial com a estratégia empreendida pelo regime de espalhar o terror, apoiando-se em execuções sumárias, torturas, estupros e o uso de crianças como escudos humanos.

Enquanto o cerco a Misrata e a Zintan continuava, os debates político-diplomáticos prosseguiram, em especial na Europa. A repressão sangrenta na Tripolitânia tornara mais clara a percepção de que os meios militares colocados à disposição da Otan, em particular pela França e pelo Reino Unido, não haviam sido suficientes. Em Paris, o Ministério da Defesa reconhecia que a situação militar na Líbia era “complexa”, enquanto em Washington Hillary Clinton admitia que só o poderio aéreo dificilmente resultaria na vitória sobre as tropas kadafistas. Foram abertas então as primeiras discussões sobre uma eventual intervenção de tropas terrestres, sem que a decisão encontrasse amparo jurídico claro na Resolução 1973. Diante do irrealismo da proposta, a alternativa passou a ser mais sutil, mas também muito sensível: o treinamento militar de ativistas, o apoio estratégico aos postos de comando e, sobretudo, o fornecimento de armas. A alternativa evocada pela diplomacia britânica foi a de maior “participação” dos aliados árabes da coalizão, em especial do Catar, dos Emirados Árabes e da Jordânia, no fornecimento de recursos bélicos e na formação dos opositores.

Enquanto os europeus discutiam os rumos do conflito, levando em consideração os custos crescentes da intervenção em um contexto de grave crise econômica, os países

árabes, em especial do Golfo Pérsico, lançaram-se ao financiamento da rebelião. Atendiam, assim, ao apelo de Mustafa Abdel Jalil, chefe do CNT, segundo o qual a rebelião precisava de auxílio financeiro urgente porque a maior fonte de riquezas do país, a exportação de petróleo, estava paralisada. Atendendo ao chamado, o Kuwait anunciou um programa de socorro financeiro de 180 milhões de dólares ao Conselho, na expectativa de reativar serviços públicos mínimos. Nesse primeiro momento não foi admitido em público o plano de fornecimento de armas aos insurgentes líbios que os países da Liga Árabe, liderados pelo Catar, puseram em prática sem que houvesse consenso internacional.

Os consensos, aliás, tornavam-se cada vez mais raros e uma insatisfação mútua começava a chegar à opinião pública, tanto da parte da coalizão em relação às operações da Otan, consideradas insuficientes, quanto da Otan aos países aliados, que dificultavam ao máximo a liberação de recursos para a ofensiva. Esse embate ganhou a imprensa na França quando o chanceler Alain Juppé disparou contra a Aliança Atlântica, considerando a intervenção “insuficiente” e exortando o comando a “desempenhar plenamente seu papel”, destruindo armas pesadas usadas “para bombardear populações civis”, em especial em Misrata e em Zintan. O problema era que as divisões políticas cresciam no interior da coalizão. Com as discussões sobre o fornecimento de armas e com a realização de bombardeios visando Kadafi, Gérard Longuet, ministro da Defesa da França, admitiu em 15 de abril que Sarkozy, Cameron e Obama estavam “certamente” saindo do quadro jurídico da Resolução 1973 ao exigir que o “coronel” deixasse o poder.

A resposta de Kadafi ao apelo dos líderes ocidentais veio duas semanas depois, por meio de um novo pronunciamento à tv, o primeiro desde 9 de abril. Ele reiterou seus velhos jargões, acusando “terroristas” de fora da Líbia, vindos da Argélia, do Egito, da Tunísia e do Afeganistão pelos distúrbios que teriam levado à guerra contra a Otan. Em vez de “rios de sangue”, empregou palavras como “conciliação” e descreveu o povo líbio como “uma família” para a qual ele seria “mais sagrado do que o imperador do Japão o era para seu povo”. Além de enaltecer a si próprio, Kadafi repetiu que não se renderia, mas se disse “pronto a negociar” com a França e os Estados Unidos, desde que os bombardeios cessassem. Às declarações, o CNT teve uma reação firme, recusando o diálogo, mesmo com os rebeldes estagnados no leste e encurralados em Misrata e em Zintan.

A autoconfiança dos insurgentes do CNT advinha do fato de que a Otan passara a “diversificar” seus alvos. Desde a entrada em cena da Aliança Atlântica, no final de março, Bab al-Azizia já havia sido alvo de disparos. No fim de abril, a fortaleza kadafista voltou a ser atacada, em meio a uma ofensiva sobre Trípoli. Essas investidas foram denunciadas pelos porta-vozes do regime como tentativas de assassinar o “guia”. Em 30 de abril, um bombardeio “eficiente” dirigido contra a família atingiu Saif al-Arab, o “sabre dos árabes”, 29 anos, filho mais novo do ditador, ex-estudante de direito em Munique e playboy reconhecido na noite alemã. O ataque teria visado Muamar Kadafi, supostamente escondido na residência, mas acabou matando seu filho e três netos — segundo

informações oficiais — quando um míssil da Otan destruiu a casa em que estavam.

O recado transmitido pelo bombardeio não poderia ser mais claro, apesar dos novos desmentidos da Aliança Atlântica e dos líderes políticos ocidentais: a caça a Kadafi se intensificava. Como Gérard Longuet, muitos experts em direito internacional entendiam que a frase “todos os meios necessários” não autorizava tudo, e por certo não a perseguição a Kadafi. Se essa era a intenção, diziam essas vozes, seria necessário negociar um novo — e impossível — texto no Conselho de Segurança, que fosse incisivo sobre a retirada do ditador de seu posto. Longuet defendeu essa iniciativa. No mesmo dia, porém, outras autoridades reafirmaram que o regime havia perdido legitimidade e que não haveria necessidade de “nenhuma nova resolução”.

Em meio a ruídos políticos crescentes e a debates entre os aliados sobre a legitimidade dos ataques diretos a Kadafi e o eventual fornecimento de armas aos rebeldes, uma breve reportagem de Karen DeYoung e Greg Jaffe para *The Washington Post* revelou em maio que as forças da Otan na Líbia enfrentavam falta de munição. A escassez se referia em especial às bombas controladas por laser, as mais empregadas, cuja fabricação não acompanhava o ritmo de uso dos armamentos, esvaziando os estoques. O problema se somava ao número limitado de aviões colocados à disposição da Aliança Atlântica para atacar as forças kadafistas. As adversidades financeiras da ofensiva seriam causadas pelo pouco interesse dos Estados Unidos em se colocar na linha de frente, priorizando os trabalhos de inteligência e de logística, e sobretudo pela incrível dificuldade que França e Reino Unido, duas das maiores potências militares do planeta, membros do Conselho de Segurança e detentores de arsenais nucleares, tinham de custear as missões no deserto do Norte da África. Ao fim das primeiras oitocentas missões realizadas até então — divididas também com Bélgica, Noruega, Dinamarca e Canadá, além dos países árabes — a aliança estava sem fôlego para prosseguir em um longo conflito, se necessário. Washington então refletiu sobre a hipótese de retomar os bombardeios, com o intuito de suprir as carências dos aliados europeus — e voltou à cena.

Diante do risco iminente de o conflito se prolongar por tempo indeterminado, sem que os rebeldes conseguissem avançar no front de Brega, no leste, e sem que o cerco a Misrata e a Zintan fosse rompido, os Estados Unidos passaram a utilizar os Predator, aviões não tripulados e de alta precisão. Eles atacaram os caminhões lança-foguetes BM-21 Grad que destruíam as duas cidades. Até então, soldados e mercenários do regime ainda as assediavam. Com os ataques, aumentou o número de mortes. Mas o fato era que, em termos militares, o cerco a Misrata atingia seu limite, e o uso dos bombardeiros não tripulados coincidiu com o início da perda do poder de fogo por parte do regime e com o abalo de suas linhas de aprovisionamento. A perspectiva de vitória sobre o cerco pareceu mais do que nunca ao alcance rebelde.

Desde os primeiros dias de meu retorno a Paris, eu também me encarregava de assediá-lo regime, com telefonemas para Trípoli, Madri e Brasília. Em contatos com Emad

Embirsh, o suposto diplomata do Ministério das Relações Exteriores que fora a meu encontro na residência do embaixador, na capital líbia, confirmei a aparente disposição do regime de me receber como convidado. Motivado pela perspectiva de uma entrevista com o “coronel”, eu me mantinha preparado para partir mesmo depois do início da intervenção da Otan — o que, eu sabia, reduzia muito minhas chances de sucesso. Como havíamos acertado antes de meu retorno a Paris, Embirsh disse ter enviado uma orientação à embaixada da Líbia em Madri para que preparassem um visto.

Meu interlocutor na Espanha se apresentara como Faisal, sem me informar seu sobrenome. Ele se dizia “encarregado de assuntos consulares”, mas sua verdadeira função me intrigava. Seu nome não constava da lista do corpo diplomático líbio entregue às autoridades espanholas. Ainda assim, insisti nos contatos com ele. Ao final de alguns dias, sua resposta foi: Trípoli decidiria. Durante algumas semanas permanecemos no impasse até que Faisal respondeu que jamais recebera a tal autorização para emissão do visto. Entendi então que minha intuição sobre Embirsh no dia de minha libertação estava correta: ele era um entreposto na hierarquia da ditadura, sem nenhum poder de decisão. Tentei convencer o então embaixador da Líbia em Brasília, Salem Omar Abdullah al-Zubaidi. Com o discurso contrário ao de Embirsh, ele foi claro ao afirmar que o regime não tinha interesse na minha volta — o que era evidente.

A essa altura, a alternativa de retorno à Líbia limitava-se a um eventual ingresso pela fronteira egípcia, um roteiro que me atraía, é claro, mas que já era feito havia semanas por centenas de jornalistas de todo o mundo. Eu pouco ou nada poderia acrescentar em relação a informações relevantes sobre o conflito. A hipótese mais atraente era Misrata. Mas eu tinha consciência de que meus editores preferiam me preservar em uma espécie de “quarentena” — do bem —, assim como Ghaith vivia o que descreveu, brincando, como “prisão domiciliar”, “imposta” por seus editores do *Guardian*. Sem escolha, tratei de cultivar minhas fontes na fronteira da Tunísia, no interior da Tripolitânia, nas comunidades líbias da França e do Brasil e nos meios diplomáticos, sempre muito bem informadas sobre os rumos da revolução e seus bastidores, assim como nos meios diplomáticos.

Esses contatos, somados aos relatos que provinham de agências de notícias nos fronts de Brega e de Ajdabiya, e do CNT em Benghazi, reforçavam uma convicção que me acompanhava: a de que o sucesso ou o fracasso da revolução na Líbia passaria pelo controle da Tripolitânia, a região mais populosa e com maior PIB per capita, na qual se concentrava a maior parte dos recursos humanos e materiais das Forças Armadas e, sobretudo, onde se situavam as mais importantes instituições do regime. Se Kadafi permaneceria ou não no poder era uma questão em aberto. Mas não havia dúvidas quanto à relevância estratégica das duas cidades rebeldes do oeste, Misrata e Zintan, não por acaso sitiadas. Tal como o dr. Mohammed Othman, eu acreditava que a eventual “Batalha de Trípoli” — sobre a qual eu havia escrito em fevereiro — só seria possível com a mobilização do oeste líbio.

Tal como Misrata, Zintan vivia um longo cerco, iniciado logo após Ghaith e eu deixarmos a cidade. A 45 quilômetros dali, Yefren — outro dos núcleos insurgentes pelos quais havíamos passado — era palco de uma ofensiva kadafista típica, precedida de cortes de luz e água, de bombardeios, invasão e terror. Como aconteceria em diversos povoados da região, famílias inteiras partiram antes que o pior acontecesse. Zintan, porém, parecia mais bem protegida, a despeito do sítio. Quando passáramos pela cidade, antes de partir em direção a Sabratha, no final de fevereiro, líderes tribais e militares começavam a se organizar em torno de um conselho político regional, à imagem da instância nacional que havia sido formada dias antes em Benghazi, o CNT. O primeiro desafio foi trabalhar em conjunto para manter um nível adequado de suprimentos para a resistência, com alimentos, combustíveis e armamentos. Também foi necessário coordenar a estratégia de enfrentamento ao regime.

Nessa época, o dr. Mohammed Othman, o homem que nos recebera em Zintan, não se ocupava apenas da gestão do hospital e da busca de medicamentos no interior da Tunísia, mas também fazia parte do grupo de líderes da insurgência. Em 27 de fevereiro, ele partira em direção a Tobka, vilarejo situado a 250 quilômetros ao sul e também habitada por membros da tribo zentene, onde passara parte da juventude e ainda tinha parentes. O fato de conhecer o percurso lhe permitiu viajar em meio ao deserto, evitando as estradas cada vez mais controladas por soldados kadafistas e mercenários. De Tobka, onde 90% dos jovens estavam dispostos a combater por Zintan, saíam recursos humanos e materiais. Desse entreposto avançado no território líbio, o médico e outros rebeldes passaram a contrabandear armas, em um movimento cada vez mais perigoso, mas crucial para a resistência.

Como ficara claro no final de fevereiro, os rebeldes não conseguiriam avançar sobre Trípoli com o que dispunham de material bélico. Ao contrário, a cidade estava à mercê do regime. No início de março, o cerco se produziu em três ou quatro pontos de Zintan, quando os militares contaram com o apoio de pequenos centros urbanos ao sul da Tripolitânia que lhe eram fiéis, e nos quais se situavam grandes arsenais e casernas da ditadura. Quando o sítio se materializou, os ativistas tinham poucos meios para impedir a capitulação completa. Até então sem o apoio da Otan e da comunidade internacional, Zintan tentava chamar a atenção de emissoras de TV internacionais, como Al Jazeera e BBC, além de rádios e canais canadenses conhecidos do dr. Othman, de Adel e de Ali — os três exilados no Canadá durante parte da duração do regime. Entre a população, muitos tinham medo do que poderia acontecer se as forças do governo invadissem o local. Entre alguns líderes do movimento, a notícia de que Ghaith e eu tínhamos sido presos contribuiu para esse clima de insegurança, porque se suspeitava que, se torturados, nós revelaríamos segredos da rebelião.

Não bastassem os receios, a cidade não recebia ajuda humanitária e por isso definhava pouco a pouco. Quem segurava o moral eram os jovens, excitados com as perspectivas, ou melhor, com o sonho de liberdade, mesmo que dispusessem de muito poucas armas.

Enquanto as tropas kadafistas resistiam à ofensiva da Otan e dos rebeldes em Brega, no leste, e massacravam Misrata com bombardeios diários, em Zintan a estratégia da ditadura foi a negociação. Ao longo de vinte dias o regime enviou mensageiros às reuniões do conselho rebelde local, alguns deles naturais da própria cidade, com dois recados: ameaças de destruição completa ou tentativas de suborno em massa. Em um desses encontros, o mensageiro informou que o governo estava disposto a dar 250 mil dinares — cerca de duzentos dólares — por pessoa pela rendição.

Precisando de tempo para montar a resistência militar, os zentene aceitaram o diálogo, enquanto contrabandeavam armas para o interior da cidade. Nesse mesmo período, também organizaram ataques ao posto de imigração ao sul da Tunísia — pelo qual Ghaith e eu ingressáramos no país em fevereiro —, onde a presença de soldados de Kadafi era ostensiva. Na madrugada de 18 de março, rebeldes das duas cidades, Zintan e Nalut, atacaram a caserna do vilarejo de Gzaya e a cidade de Wazin, pró-regime, em uma ação coordenada que perdurou até o fim da manhã e deixou dezenas de mortos. O ataque provocou a retaliação do Exército. Na fronteira entre a Líbia e a Tunísia, esperava-se uma ofensiva das tropas de Khamis Kadafi sobre Nalut, que tentava impedir o cerco cortando as rotas de transporte entre a fronteira e Trípoli, isolando os kadafistas de Wazin e dificultando o trânsito de soldados. A partir de 19 de março, a fronteira foi bloqueada pelo Exército, e nenhum líbio pôde cruzá-la. À noite, por temor de um ataque iminente, as luzes dos postos passaram a ser apagadas, mesmo do lado tunisiano. O receio de todos era que, além da ação dos rebeldes, a intervenção da Otan pudesse resultar em um bombardeio sobre a região para abrir aos ativistas a comunicação com a Tunísia, essencial para a sobrevivência da oposição na Tripolitânia. A tensão atingiu o pico quando os ativistas de Zintan informaram os interlocutores do regime sobre suas reais intenções: nunca iriam se render. As razões eram múltiplas: Kadafi jamais esqueceria o levante que haviam patrocinado em fevereiro, e, sobretudo, os zentene não aceitavam sua liderança. Preferiam a via dolorosa da revolução, insegura e instável, mas ainda plena de esperança.

Com a recusa, o assalto das tropas de Kadafi começou em 23 de março, em uma primeira grande tentativa de invasão, com tanques, lança-foguetes, armas antiaéreas e milhares de soldados, que chegaram a ingressar no perímetro urbano. Vinham pelo sul, onde se alimentavam nos arsenais do regime, e do nordeste de Zintan, das imediações da maior floresta da Líbia, a algumas dezenas de quilômetros de distância. Para surpresa de todos, no entanto, seus piores temores não se concretizariam — ao contrário. Zintan foi atacada pelo acesso central, onde os insurgentes haviam posicionado caminhões-tanques carregados de combustível, aos quais ateariam fogo durante a ofensiva, recebendo os soldados sob salvas de explosões e fogo cerrado. O início dos combates levou algumas famílias a abandonar Zintan, cruzando a fronteira com a Tunísia. Mas a recepção preparada pelos opositoristas assombrou as Forças Armadas, que sofreram deserções. Na ação fracassada dos kadafistas, três lançadores de foguetes BM-21 Grad foram tomados pelos rebeldes, que passaram a usá-los contra o Exército. Com a primeira vitória fortaleceu-se não apenas o moral dos opositoristas, mas a capacidade de defesa de

Zintan. O mesmo cenário se repetiria nos dias seguintes, com novas batalhas vencidas e mais equipamentos abandonados. Eles serviriam para reforçar a barragem, dificultando a entrada das tropas do regime.

Em uma dessas ofensivas, entretanto, os comandantes kadafistas adotariam a mesma estratégia desumana que punia Mísrata: o terror. Atirando de fronts ao norte e ao leste da cidade, os militares passaram a usar foguetes Grad de modo intenso. Começavam de manhã cedo, todos os dias, e atacavam até a noite. Em um dos primeiros dias desse assédio, uma família inteira morreria, de velhos a crianças. Encurralada, Zintan passou a viver um período terrível, com um número crescente de feridos e mortos, castigados por explosivos sem precisão, fadados a cair sobre qualquer ponto, ao acaso. Nos relatos dos moradores, uma palavra se destacava: horror. Foi um tempo de medo, em que mulheres e crianças acumularam traumas por meses.

A política do pavor se prolongou, assim como o cerco. Dehiba estava nas mãos dos militares, o que não permitiu aos opositores da Trípolitânia usar a fronteira para se reabastecer de alimentos, combustível e medicamentos. Faltavam anestesia e outras drogas essenciais para tratar os feridos e realizar cirurgias de emergência. A alternativa encontrada foi o contrabando pelo deserto, com a conivência de autoridades locais e a colaboração de moradores das cidades próximas da fronteira. Da mesma maneira foi feita a evacuação dos feridos e de famílias exauridas pelo conflito. No final do primeiro mês, refugiados de Zintan, Yefren, Kalaa e até mesmo de Mísrata afluíram em direção à Tunísia, onde justificavam a decisão de abandonar o país pelo medo de que a sede de vingança do regime se transformasse em invasões sanguinárias. Balanços parciais realizados por organizações humanitárias na região indicavam que milhares de pessoas haviam entrado em Dehiba no intervalo de poucos dias, obrigando moradores locais, líderes políticos tunisianos e o Crescente Vermelho a organizar campos de refugiados. Uma semana depois, a ocupação já superava a capacidade de acolhimento do campo.

Em Zintan, o medo e o risco excessivo gerado pelos bombardeios empurrou mulheres e crianças para cavernas nas montanhas, onde a segurança era maior. Ainda assim, o medo e a tortura psicológica abalaram famílias e rebeldes no front. A solução foi evacuar mulheres e crianças. Em meio ao momento de penúria e angústia, o levante da cidade vizinha de Nalut se mostrou mais uma vez muito importante para a sobrevivência da rebelião nas montanhas de Nefusa. Juntos, ativistas das duas cidades planejaram e executaram um ataque à fronteira. Dominado o posto em uma primeira ofensiva, o Exército contra-atacou, recuperando-o. Os choques invadiram o território tunisiano e, nos dias que se seguiram, o posto voltou a ser dos rebeldes, sofreu um novo contra-ataque kadafista e depois caiu em definitivo em mãos opositoras.

Uma vez reaberta a fronteira, o transporte de produtos foi restabelecido, melhorando as condições de abastecimento. Nos dias que se seguiriam, caravanas inteiras deixaram para trás seus pertences e suas vidas na Líbia e partiram, levando cerca de 70% das famílias. Zintan e outros povoados se tornaram cidades-fantasma após a evacuação. Cercados havia um mês, os rebeldes só tinham uma esperança: a intervenção

militar externa. Sem ela, a revolução não só seria impossível; seria, cedo ou tarde, um desastre.

Quando a evacuação ainda estava em curso, aviões da Otan bombardearam pela primeira vez as forças de Kadafi na região de Nefusa. A destruição de tanques, de lançadores de foguetes e de carros mais leves provocou uma onda de euforia entre os rebeldes, assim como um abalo sobre parte das tropas kadafistas. Embora o assédio provocado pela chuva de granadas persistisse, cada vez mais líderes tribais tinham a convicção de que o Exército não seria capaz de invadir Zintan. Havia semanas os revolucionários estavam mais bem armados e mantinham o controle da situação. Um número maior de homens se oferecia para defender a cidade, todos confiantes de que soldados e mercenários não teriam a coragem ou a capacidade de esmagá-la.

Nessa época, o conselho local já mantinha contatos com Benghazi, de onde se tentava auxiliar a insurgência em Nefusa e em Misrata. Estabelecer a comunicação regular, contudo, foi uma tarefa complexa. Faltavam equipamentos específicos, como telefones satelitais, essenciais em um país onde telefones fixos e celulares ou não funcionavam bem, ou eram monitorados. Os primeiros contatos diretos com Benghazi tinham sido feitos por intermédio de um representante de Yefren, enviado à cidade via Túnis e, a seguir, Cairo. Outra forma de contato eram viagens frequentes à capital tunisiana, um trajeto que o dr. Mohammed Othman conhecia bem, por repeti-lo em busca de material médico necessário para tocar o hospital. Em um desses deslocamentos, feito na primeira semana de maio, o dr. Othman recebeu um recado sigiloso: um de seus velhos amigos o procurava com urgência. Tratava-se de Abdel Majid Mlegta, empresário de Zintan, morador de Trípoli. Por suas relações em comum, Mlegta sabia que o dr. Othman era personagem ativo da revolução e decidiu convidá-lo para um encontro. A razão não lhe foi informada. Quando teve a oportunidade de fazê-lo, o médico telefonou a Abdel Mlegta e ambos marcaram um encontro para meados de maio. Não se tratava de uma reunião qualquer. O tema era a tomada de Trípoli.

Mlegta e o dr. Othman se encontraram em Túnis. O comerciante disse-lhe que havia algum tempo ele e outros zentenes, moradores da capital, ajudavam a financiar o hospital de Zintan enviando dinheiro. Sua contribuição para o sucesso da revolução, no entanto, poderia ir bem além. Mlegta era proprietário de uma companhia alimentícia que fornecia, desde muito antes da insurgência, suprimentos para diferentes forças de segurança de Kadafi em Trípoli. Por sua longa relação, não apenas conhecia os comandantes dessas instituições como gozava da amizade de alguns e da confiança de todos, entre os quais do general Abdel Fattah Younis. Em fevereiro e março, quando do início da rebelião, o empresário começou a coletar discretamente, com a colaboração voluntária ou involuntária de seus amigos e conhecidos no aparato de segurança do regime, toda informação estratégica útil. Esses dados foram reunidos em um inventário no qual estava indicada a localização de 122 unidades militares de Trípoli, assim como o

número de soldados de que dispunham, com quantas e quais armas contavam, para onde se moviam, como se moviam e quais seus alvos.

Dr. Othman analisou algumas páginas durante o encontro. Fascinado pela quantidade de informações e já convicto da importância do volume, pediu um tempo para avaliar o melhor destino para aquele material. Tinha certeza de que, de posse de dados precisos sobre as tropas kadafistas no centro do poder do país, e de sua análise minuciosa, seria possível derrubar o regime. Em torno do dossiê de inteligência produzido por Mlegta seria possível organizar uma estratégia de tomada da capital, sem a qual a ditadura não se sustentaria. Três duros meses após mencionar a mim e a Ghaith os planos para o que chamara de Batalha de Trípoli, o médico finalmente tinha em mãos aquilo de que precisava.

Sua primeira convicção, ainda no início da revolta, era de que Benghazi fora o ponto de partida crucial da revolução, essencial para a resistência dentro do país e para sua articulação com o exterior. Mas a capital da Cirenaica se situava longe demais do centro do poder, e tinha pelo caminho nada mais do que Sirte, um entreposto militar importante. A tomada do poder, acreditavam dr. Othman e Mlegta, só seria possível se os rebeldes da Tripolitânia estivessem em condições de assaltar Trípoli em uma rápida e surpreendente ofensiva, que pegasse as tropas governistas de surpresa. Com essa convicção em mente, eles precisariam convencer as autoridades do CNT sobre a urgência de investir todas as fichas em bastiões insurgentes do oeste líbio, como Zintan, Nalut e Misrata, que ainda desafiavam o regime. Logo, era urgente procurar as mais altas autoridades do Conselho. O nome que lhes veio à cabeça foi o de Mahmoud Jibril, opositor histórico, no cargo de “primeiro-ministro” do CNT. Dr. Othman organizou uma estratégia de ataque em um computador, reunindo as informações de Mlegta em mínimos detalhes, e preparou um arquivo em Power Point resumido e denominado Tripoli Liberation Plan, a ser apresentado ao Conselho.

Em sua primeira página, o documento continha seis diretrizes de uma “estratégia geral”: intensificar as atividades rebeldes em Brega, no front leste, com o intuito de atrair a atenção do regime; fortalecer os combates nos fronts do oeste, em especial em Zintan e Misrata, até suas liberações; movimentar as forças rebeldes de ambas as cidades em direção a outros centros urbanos insurgentes da Tripolitânia, ainda sob o controle do regime, como Zawiyah, Azizia, Khoms e Zitan, a fim de atrair as tropas kadafistas para fora de Trípoli; aumentar o volume de ataques aéreos da Otan contra as instalações militares da capital descritas por Abdel Mlegta; fomentar a insurreição popular também na capital, essencial para a perda de controle das ruas pela ditadura; e, por fim, concretizar o assalto final: a Batalha de Trípoli. Para a execução dessas ações, seria necessária a criação de uma sala de controle capaz de monitorar as atividades dos revolucionários em Brega, Zintan e Misrata, interagir com o comando da Otan sem intermediários, coordenar os movimentos silenciosos de Trípoli — a cargo de Mlegta, que reunira um grupo de catorze militares e cinquenta civis — e comandar as katibas opositoras até o ataque.

O plano também previa as necessidades de equipamentos em quatro regiões do país. Em essência, pedia um comando unificado em cada uma delas, linhas de fornecimento de equipamentos de comunicação, como telefones satelitais, cobertura dos avanços por ataques aéreos da Aliança Atlântica e propaganda em Trípoli. A necessidade mais premente, porém, gerava controvérsia em nível internacional: o fornecimento contínuo de armas.

Apesar do otimismo, a estratégia exigiria tempo, organização e, sobretudo, silêncio. Tanto dr. Othman quanto Mlegta sabiam que as informações de que dispunham lhes davam a perspectiva de uma estratégia concreta para derrubar o regime após 42 anos, mas só havia uma chance de sucesso: o segredo absoluto. Para o plano obter êxito, seria preciso falar a um número muito, muito pequeno de altos postos do Conselho Nacional de Transição. Ambos tinham a consciência de que as forças de segurança ainda detinham o poder de sufocar qualquer movimento popular em Trípoli, nem que para isso fosse necessário matar todos os seus participantes. Elaborada a estratégia e garantido o sigilo, o passo seguinte seria acionar um interlocutor de Túnis, que mantinha contato permanente com o CNT. Mlegta contactou Jumaa Lusta, um homem de negócios que se tornaria proprietário de uma rede de tv após a libertação. Dr. Othman procurou um velho amigo de Zintan que vivia em Paris, Jalaliddin Dira, coronel aposentado da Força Aérea líbia, ex-assessor de Defesa do país e contato militar da rebelião. Lusta acionou por telefone Mohamed Allagi, ministro da Justiça do Conselho Nacional. Disse estar ao lado de dois homens de sua inteira confiança que desejavam falar com urgência com Mahmoud Jibril. Eles não revelavam o tema da reunião, mas garantiam ser muito importante.

Dr. Othman retornou no dia seguinte a Zintan, à espera da confirmação do encontro. Nesse ínterim, Allagi ligou para Jibril, que atendeu o telefone em Doha e ouviu com atenção o pedido de audiência. Aquiesceu às cegas, pedindo a seu interlocutor que os enviasse até o Catar. Dr. Othman e Mlegta receberam a informação de que seriam recebidos em Doha dois dias depois. Para chegar a tempo, retornaram ao balneário de Djerba, na Tunísia, na mesma noite, de onde pegaram um voo até Túnis e outro até Doha.

A maratona lhes permitiu chegar a tempo à reunião. O médico relatou a história de seu encontro com Mlegta e disse-lhe que tinham em mãos um plano para a tomada de Trípoli. Reiterou a certeza de que, se os rebeldes do oeste pudessem tomar a capital, a Líbia estaria livre.

Jibril disse-me ter ouvido os planos com atenção e, ao término da conversa, estar certo de que a estratégia fazia sentido. Mas se tratava de um homem realista, que sabia de suas limitações no poder. Respondeu-lhes que precisava saber o que os contatos da Otan diriam a respeito. Perguntou-lhes ainda de que precisavam para viabilizar a ofensiva rebelde. Dr. Othman citou três pontos: contato direto com a Aliança Atlântica para atingir os alvos de Trípoli; equipamentos de comunicação que seriam entregues à network oposicionista na capital; e, por fim, armas. O material bélico seria distribuído em Zintan, Misrata e em outras cidades do oeste, a fim de quebrar o cerco do regime e preparar a invasão da capital, e contrabandeadas ao interior de Trípoli. Jibril concordou e prometeu

empenho.

Nessa época, falar em fornecimento de armas à oposição já não era mais o tabu do início do conflito. Grupos de elite das forças especiais britânicas e francesas seriam enviados por terra para prestar “consultoria” à insurgência. Jibril telefonou a Nicolas Gallet, conselheiro diplomático do Palácio do Eliseu, e a Henri Guaino, conselheiro político do presidente Nicolas Sarkozy, para informar sobre a reunião, as perspectivas e para lhe pedir que colocasse Dr. Othman e Mlegta em contato com os serviços de inteligência franceses e com as forças da Aliança Atlântica. Todos os pedidos foram atendidos.

A partir de então, e nas semanas que se seguiriam, os dois rebeldes e seus interlocutores se encontrariam cinco ou seis vezes em Paris para esclarecer e sistematizar os planos. Durante todo o tempo Dr. Othman manteve contato com os líderes do CNT e com Jalaliddin Dira, na capital francesa. Em um desses encontros, o médico e Mlegta convenceram Jibril de que Dira precisava estreitar o contato para convencer o governo de Sarkozy a investir mais nas montanhas do oeste líbio, porque essa seria a melhor via para tomar Trípoli. Até então a impressão na Líbia era de que os aliados estrangeiros investiam muito no leste, e tomar a capital a partir de lá seria muito mais difícil. Com o passar dos dias, o entourage de Sarkozy — do qual, nesse caso, fazia parte o filósofo Bernard-Henri Lévy — e os agentes franceses se interessaram pela opção apresentada, muito em função de Dira, que comprava fardas militares para os rebeldes com seu próprio dinheiro e misturava a seus prognósticos reais mentiras sobre o tamanho do efetivo rebelde e sobre a qualidade de seu preparo. Em uma dessas reuniões, a resistência de Paris, que temia os islamitas radicais, foi quebrada. A França se juntou ao Catar para fornecer armas e equipamentos à rebelião.

Os primeiros telefones satelitais entraram no país pelas mãos da equipe de Mlegta, que desmontava os aparelhos para burlar os detectores de metais da fronteira de Ras Jdir. Já quanto ao fornecimento de armas, a opção foi arremessá-las por avião em caixas sustentadas por paraquedas, já que não havia um campo de pouso disponível e as tropas kadafistas ainda cercavam as montanhas. Nos dias de fornecimento, os insurgentes foram orientados a se posicionar em determinados pontos da região montanhosa, onde o material era atirado. A maior parte das armas chegou intacta. Tratava-se de lançadores de granadas antitanques (RPGs), lançadores de foguetes, granadas, fuzis e munição.

Com a aproximação entre agentes franceses e opositoristas, um aeroporto na região passou a ser necessário para que as transferências de armas fossem intensificadas. Analisando os mapas de Nefusa, a melhor opção foi adaptar uma estrada que ligava Nalut a Zintan, transformando-a em um ponto de aterrissagem, inclusive com luzes de sinalização para pousos noturnos. O aeroporto também serviu para estreitar a interação entre Zintan e os membros do CNT, de Benghazi, a partir de julho, quando a pista se tornou operacional. Sua principal função, entretanto, foi a de equipar os insurgentes com o material listado por dr. Othman e por Mlegta. Nas semanas seguintes, armas provenientes da França e do Reino Unido passaram a abastecer a insurreição na parte

oeste da Líbia, assim como Catar, Emirados Árabes Unidos e Sudão o faziam em larga escala no leste. Outra parte dos carregamentos foi transportada por navios em direção a Misrata e Trípoli. Além disso, Paris e Londres autorizaram o uso de helicópteros Apache e Tigre no conflito.

De posse de cada vez mais equipamentos, os rebeldes passaram a trabalhar dia e noite, sem intervalos, na execução da estratégia. Os líderes do movimento permaneceram em pontes aéreas entre Djerba e Benghazi, além de Catar, França e Emirados Árabes. Um dos desafios foi concretizar o contrabando dos armamentos para Trípoli, um movimento audacioso, arriscado, difícil e trabalhoso. Responsável pelo hospital de Zintan, dr. Othman viveu uma situação delicada, porque seus conterrâneos precisavam de sua presença e sua vida dupla passou a trazer-lhe cada vez mais constrangimentos. Nem sua mulher nem seus filhos, todos no exílio, sabiam dos planos em curso. Mas o sigilo das operações o obrigava a deixar a cidade sem explicar por que saía. Suas ausências constantes despertaram indisposições e suspeitas de que estaria fugindo dos bombardeios kadafistas, que prosseguiram, ou visitando sua família na Tunísia, algo que outros rebeldes não faziam. Pior: ele imaginava que, cedo ou tarde, seus colegas o acusariam de estar abandonando a revolução. Em Trípoli, Mlegta enfrentava uma desconfiança crescente, que se tornou insuportável. Então, reuniu os homens mais expostos, suscetíveis a serem descobertos, e partiu para Djerba, onde montou um posto avançado para organizar a grande batalha.

Com o desenvolvimento dos planos, os rebeldes passaram a trabalhar com a perspectiva do ataque, enquanto a Otan intensificava os assaltos também a partir de navios e submarinos. Por quatro vezes os planos foram retardados. O primeiro prazo foi estabelecido em reuniões realizadas em Paris entre 3 e 4 de julho. Mahmoud Jibril telefonara de Doha, advertindo-os de que precisava encontrá-los em Paris.

Dr. Othman desconhecia os motivos da reunião, mas se dirigiu a Djerba, onde encontrou Mlegta. De lá, foram à capital francesa. Para sua surpresa, daquela vez não se tratava de um encontro com oficiais das Forças Armadas da França ou da Otan, mas de uma reunião com Nicolas Sarkozy. Despreparados, os revolucionários líbios vestiam jeans e camisetas no mais importante encontro que teriam na capital francesa. Jibril deu de ombros e garantiu que o chefe de Estado não se importaria com aqueles trajes. Na reunião, estavam o ministro da Defesa, Gérard Longuet, generais e membros da elite do serviço secreto, além de Jibril.

O encontro começaria por um relatório sobre os preparativos realizados até então. Sarkozy ouviu as informações e dirigiu-se a Jibril, questionando sobre quando começar a ofensiva à capital. A seguir perguntou se seria possível tomar Trípoli antes de 14 de julho. A indagação deixou claros os planos do presidente. Visto na Líbia como o líder da coalizão ocidental em favor dos rebeldes, Sarkozy desejava comemorar o Catorze de Julho, dia da festa nacional da França pela tomada da Bastilha, colhendo os louros da queda de Muamar Kadafi. Jibril não respondeu; passou a questão para o dr. Othman. Constrangido, ele respondeu que dificilmente haveria a possibilidade de render Trípoli

até a data proposta, porque se tratava de um prazo muito apertado. Mas aproveitou para dizer que precisava de mais armas e de equipamentos para tentar o ataque em prazo tão exíguo.

À condição, as autoridades garantiram que providenciariam o que fosse necessário para a invasão. O maior empecilho era o fato de que parte dos equipamentos ainda precisaria ser traficada para dentro de Trípoli, uma das etapas mais sensíveis da estratégia. Além disso, havia outro problema: muitos dos alvos apontados à Otan na capital podiam de fato ser bombardeados, mas outros não, por se situar em áreas civis, onde o risco de morte de inocentes era grande demais. A alternativa seria organizar os grupos opositoristas dentro de Trípoli para destruir ou sabotar esses alvos durante a ofensiva — o que exigiria ainda maior sincronização de movimentos. Esses grupos teriam de aguardar o sinal da Otan para atacar. Para tanto, precisariam de ainda mais armamentos, o que exigiria novas viagens de transporte do material para a capital. Nada disso era seguro, em especial em prazos exíguos, advertiu o dr. Othman. Apesar disso, voltou a contrariar sua consciência e respondeu que os rebeldes trabalhariam para realizar tudo no tempo acordado.

Ao voltar à Líbia, em poucos dias ele teve a certeza de que a Batalha de Trípoli não poderia acontecer até 14 de julho. Telefonou para Mahmoud Jibril, alertando-o para os riscos da precipitação, em especial porque parte das armas prometidas no Palácio do Eliseu ainda não havia chegado. Seriam necessárias ao menos mais duas semanas para o assalto. Uma nova data foi marcada: 29 de julho, o último dia antes do início do Ramadã — o mês de jejum muçulmano, período sagrado que, em meio à guerra, dificultaria tudo para todos. Os preparativos caminharam até um novo imprevisto surpreender os envolvidos: parte das armas enviadas do Catar por Benghazi fora desviada por um dos líderes militares insurgentes no leste, o engenheiro e radical islâmico Abdelhakim Belhadj. Para ganhar tempo, o arsenal não havia sido levado a Trípoli pelo mar, mas pelo aeroporto de Zintan e, então, por terra até a capital. Por ordem do ministro da Defesa do Catar, o equipamento fora entregue a Belhadj em Benghazi, para envolver o islamita radical nos planos da Batalha de Trípoli. No oeste do país, a reação foi de surpresa e de irritação. Dr. Othman telefonou para Jibril, pedindo sua intervenção. Também contrariado, o executivo pegou um avião de Doha para Benghazi para tratar do tema.

No final do impasse, Jibril telefonou de volta, garantindo que as armas seriam entregues sob a condição de que o radical islâmico fosse incluído nos planos, porque conheceria pessoas que poderiam ajudar na tomada da capital. O médico telefonou para Belhadj, que concordou em entregar o arsenal, marcando um primeiro encontro, ao qual não compareceu. Outra data foi fixada, e mais uma vez elas não foram entregues. Belhadj nunca aceitou meus pedidos de entrevista para esclarecer por quê.

Dr. Othman compreendeu que o arsenal estava perdido e informou Jibril de que seriam necessárias mais armas. Nos dias seguintes, um novo carregamento, dessa vez vindo do Sudão, chegou a suas mãos e foi encaminhado por mar até Trípoli. Apesar do sucesso da operação, já era tarde: a data de 29 de julho havia sido perdida. O ataque foi

então reprogramado para 9 de agosto. Dessa vez, dificuldades logísticas nas várias etapas do transporte, por ar, mar e terra, inviabilizaram a ofensiva. Esse novo atraso não seria lamentado porque nesse período a rebelião obteria mais armamento, mais uma vez do Catar. Para trazê-lo sem risco de desvios, o médico viajou durante dois dias de Doha a Benghazi e a Túnis em um avião entulhado de explosivos. A seguir, por terra, contrabandeou as armas em diferentes veículos pelo posto de fronteira de Dehiba até Zintan. Foram os últimos dias antes da Batalha de Trípoli — extenuantes e muito longos, marcados por extensas viagens e jornadas intermináveis, plenas de tensão.

Mas o momento havia chegado. No intervalo de semanas, desde o primeiro encontro entre Mlegta e o dr. Othman, os cercos de Zintan e Misrata haviam enfim sido rompidos pelos insurgentes, com o apoio decisivo dos bombardeios da Otan. Então foi preciso avançar em direção a Zawiyah, a fim de atrair as defesas de Kadafi para fora de Trípoli, abrindo o flanco interno. Essas tropas seriam impedidas de retornar à capital por um levante que tomaria as ruas e os prédios públicos em assaltos armados. Na região de Nefusa, os preparativos para a descida até Zawiyah excitavam os rebeldes. Em Zintan, já liberada, foi difícil conter a euforia e a ansiedade. Ao analisar as circunstâncias, dr. Othman percebeu que os últimos passos de sua estratégia vinham se desenrolando de modo automático, como esperado. Isso lhe deu a certeza de que a Batalha de Trípoli aconteceria e, sobretudo, de que o regime de Muamar Kadafi tinha as horas contadas.

Em 14 de agosto, ativistas avançaram sobre Brega, no front leste, e em direção ao litoral, no oeste. No dia seguinte, as cidades de Gharyan e Surman foram atacadas. Dois dias depois, o último carregamento de armas chegou a Nefusa e foi rapidamente distribuído. Tudo estava pronto. Restava coordenar a operação rebelde com os bombardeios da Otan, que deveriam ter início naquele mesmo dia e atingir os alvos apontados por Mlegta nas 72 horas que se seguiriam, entre a quarta-feira, 17, e o sábado à tarde, 20. Essas informações foram repassadas aos interlocutores rebeldes de Trípoli por telefone satelital. Na sexta-feira, 19, rebeldes voltaram ao centro de Zawiyah, libertando a cidade, ao mesmo tempo que o levante tomou Zitan, entre a capital e Misrata. Toda a operação corria bem e dependia apenas do sinal da Aliança Atlântica, informando que as instalações militares tinham de fato sido atingidas pelos aviões ocidentais. Os primeiros bombardeios começaram como previsto, abalando um a um os 28 alvos selecionados. Contudo, na mesma sexta-feira Jibril recebeu um telefonema do comando da Otan advertindo que o cronograma de bombardeios estava atrasado, e que a ofensiva teria de ser adiada mais uma vez. Certo de que a resposta do dr. Othman seria negativa, Jibril telefonou aos rebeldes de Zintan pedindo a interrupção dos planos, porque a Otan precisaria de dois dias a mais para efetuar os ataques acertados. O médico respondeu com a solenidade e o respeito de sempre, mas de maneira negativa: não era possível. O sinal havia sido dado, e todos em Trípoli estavam prestes a começar o levante. Jibril argumentou mais uma vez que não seria possível terminar os ataques. O doutor reiterou ser tarde demais.

No sábado, 20 de agosto de 2011, como previsto, os levantes da Batalha de Trípoli

explodiram. Em Zintan e depois em Trípoli, dr. Othman e Mlegta controlaram as operações com especial angústia. Além das más notícias sobre a Otan, os primeiros relatos que chegaram ao CNT em Benghazi indicavam que centenas de rebeldes estavam morrendo e que a operação não corria bem. Jibril telefonou para questionar sobre os números, reclamando sobre a insistência em não alterar a data do ataque. Dr. Othman respondeu que não fora possível esperar e que relatos vindos da capital confirmavam a existência de mortos e feridos, mas talvez não no volume estimado.

A revolução vivia seus momentos cruciais sob altíssima tensão. Fortalecidos pelo sucesso da tomada de Zawiyah, rebeldes de Nefusa, de Misrata e de diversas cidades rebeldes da Tripolitânia rumaram para Trípoli no movimento final da ofensiva, planejado à exaustão nos últimos três dias. No cair da noite, a batalha imaginada pelo dr. Othman e por Mlegta seis meses antes tornou-se realidade. Multidões de líbios, armados ou não, lançaram-se às ruas, protestando e concentrando-se aos milhares em torno da praça Verde — rebatizada por eles como “praça dos Mártires”. Ao receber os relatos do front no quartel-general de Zintan, dr. Othman pensou: “É isso. Acabou”.

Queda

Reparei que o cartaz de Kadafi que ornava o posto de fronteira de Dehiba e servia como saudação de vitória não existia mais. Restavam apenas a moldura e pedaços rasgados do material com o qual era feito. No lugar da bandeira verde do regime, agora tremulava a tricolor, nas cores da revolução: preta, vermelha e verde. Em fevereiro, Ghaith e eu cruzáramos aquele posto de imigração, ingressando de maneira clandestina em uma Líbia amotinada, mas ainda sob os auspícios do regime que controlava o país havia 42 anos. Seis meses depois, ali estava eu, na mesma linha divisória, mais uma vez sem visto em meu passaporte, retornando a uma nação agora em colapso. Desde a noite de sábado, revolucionários de diferentes cidades da Tripolitânia, em especial de Zintan e Misrata, duas das mais castigadas pela ditadura, patrocinavam a Batalha de Trípoli. Os relatos que chegavam da capital indicavam muitas baixas de ambos os lados, mas os números eram desconhecidos. Ao que tudo indicava, defecções de últimos minutos tinham abalado as Forças Armadas, que, pegas de surpresa pela estratégia rebelde, não conseguiam mais controlar a invasão. Até Khamis Kadafi, o comandante da temida Brigada 32, esquadrão de elite do aparato de segurança, teria deixado a cidade em direção a um destino desconhecido, segundo os rumores daquele momento. As desistências abriram caminho para o avanço insurgente, tornando concretos os planos traçados pelo dr. Othman e por Mlegta ao longo de três meses, com o amplo apoio logístico e o fornecimento de armas

pela aliança ocidental, além dos bombardeios da Otan. Nem todos os planos eram executados, e nem todos os pontos mais importantes que se desenrolavam naquele momento tinham sido previstos no Tripoli Liberation Plan. Os combates pela supremacia da capital ainda estavam em curso, e havia muitos mortos de ambos lados. Mas o ataque fora bastante eficiente ao longo da noite de sábado e no domingo. Bab al-Azizia, a fortaleza de Kadafi, símbolo do regime, estava fadada a cair nas próximas horas.

Estávamos em um furgão, Imed Meliene, eu e outros seis jornalistas, quando percebi que o aperto no meu peito aumentava. Desde a noite de sábado, 20 de agosto, eu tentava restabelecer contato com minhas fontes na Líbia — inclusive com o dr. Othman. Havia recebido o sinal verde de meus editores para retornar a Trípoli e desde então a ansiedade me perturbava e me impedia de respirar a plenos pulmões. Ela passaria a ser acompanhada de um nó na garganta depois que informei minha mulher e minha família que voltaria ao deserto. Lamentava fazê-los sofrer mais uma vez, mas era o meu trabalho, o meu compromisso comigo mesmo e com minha visão de mundo. Seria mais fácil para todos permanecer em segurança em Paris, mas era na Líbia que eu precisava estar naquele momento. Minha dúvida pairava apenas sobre o significado daquela sensação que me devorava. Seria medo, tensão?

Parti de Paris em direção a Djerba em um voo que parecia fretado por jornalistas estrangeiros. Dessa vez não havia dúvidas: o melhor caminho para chegar a Trípoli era cruzar a fronteira da Tunísia, e não a do Egito. Eu havia tentado negociar a passagem pelo posto de Ras Jdir, mas no principal ponto de ligação entre os dois países o fluxo fora fechado mais uma vez pelas forças leais ao regime, que continuavam a postos, embora a revolução avançasse a passos largos no resto da Tripolitânia. Em vez do pessoal administrativo, o governo tunisiano colocara militares no comando, para aumentar a segurança, porque nos dias anteriores o posto de fronteira havia sido alvo de confrontos entre militares pró-regime e rebeldes, que tentavam a abertura do local por razões estratégicas. O controle de Ras Jdir significava, da perspectiva militar, a hegemonia sobre o maior ponto de aprovisionamento do regime, considerado vital para Trípoli.

Com Ras Jdir ainda fechado, a alternativa seria mais uma vez o sul da Tunísia, o que me obrigaria a percorrer centenas de quilômetros extras. Disparei o telefone e deixei Imed de sobreaviso: depois de meses mantendo contato por telefone e Facebook, nós nos encontraríamos em questão de horas em Dehiba. Como bom amigo, ele garantiu-me receber já com um esquema de passagem pela fronteira organizado. Ao telefone, informara que, cinco meses após o início da onda de exílio que retirara centenas de milhares de pessoas da Líbia, em busca de refúgio na Tunísia, o fluxo havia revertido. Movidos pelo avanço dos rebeldes no interior do território e pela aparente pacificação de cidades antes cercadas pelo regime, os exilados da revolução voltavam a suas casas. Até o dia anterior, cerca de 7 mil refugiados já haviam regressado pelo posto de Dehiba-Wazin, no sul da Tunísia, o único aberto. O Crescente Vermelho apurara que quase a metade das 15 mil pessoas que buscaram refúgio em cidades como Medenine, Tataouine, Kebili e Douz, no sul tunisiano, também tomava o rumo de casa, no oeste da Líbia — o que

interpretei como um sinal de confiança de que a ditadura estava mesmo em seus últimos dias. Até porque, em sua maior parte, esses exilados eram provenientes das montanhas de Nefusa, de onde tinham sido expulsos pelos bombardeios a partir de março. Por outro lado, em 24 horas 2 mil pessoas tinham deixado a costa da Líbia, região de Zawiyah e de Sabratha, fugindo dos novos combates.

Cheguei a Dehiba ao lado de três colegas: Jean-Louis Le Touzet, do *Libération*, da França, Marc Thibodeau, do *La Presse*, do Canadá, e Deborah Berlinck, de *O Globo*, do Brasil. Ao ingressarmos na cidade, telefonei a Imed. Antes que pudéssemos acertar um ponto de encontro, ele cruzou a frente da van em que estávamos, acenando de braços abertos. Me cumprimentou segurando meus ombros, sacudindo-me e aplicando uma sequência de quatro beijos, dois em cada face. Chegou a tentar por alguns segundos segurar a minha mão, como é costume entre amigos árabes — o que eu não aceitei, como é costume entre amigos brasileiros. Sentamos em uma esquina a cerca de cem metros de sua casa, procurando resquícios de sombra no verão escaldante, sob o mesmo céu azul e o sol impiedoso do Saara. Eu me sentia bem por tê-lo reencontrado depois de meses, nos quais ele se mostrara uma excelente fonte e um bom amigo — a despeito de suas opiniões políticas.

Conversamos por cerca de uma hora, suando como maratonistas. Ele me contou que seu irmão transformara o percurso entre Dehiba e Zintan em um verdadeiro negócio. Mas Imed parecia ter um pé atrás em relação a meus amigos jornalistas, por uma razão que eu desconhecia. Quanto a mim, não me deixei seduzir por sua proposta, de esperar até o final da tarde pelo retorno de seu irmão. Resisti à oferta porque conhecia os riscos de protelar a travessia até a noite. Então insisti em outra alternativa: que ele nos indicasse outro motorista-*fixer* e que nos acompanhasse a Trípoli. Imed, entretanto, não desejava ir além das montanhas de Nefusa porque, garantiu, havia combates no caminho de Sabratha e de Zawiyah. Negociamos por algum tempo até que arranquei dele um “sim”, mas apenas até Zintan. A partir de lá teríamos de prosseguir sozinhos.

Sem passaporte, Imed entraria na Líbia pela primeira vez em mais de seis anos. Com um motorista e três jornalistas australianos, aos quais aceitaríamos dar carona em troca da redução do custo de transporte, estávamos ali, na fronteira. Dessa vez, pensei, não se tratava mais de uma infiltração discreta em um país fechado e em conflito armado, mas de uma cobertura ostensiva de guerra. Tinha em mãos um imenso colete à prova de balas de uso militar, pesando doze quilos, um capacete de metal e a mochila, com poucos equipamentos e roupas. Nos pulmões, trazia a mesma respiração difícil das últimas 48 horas. Depois de dezenas de minutos de espera, a van em que estávamos, abarrotada de equipamentos de reportagem, cruzou em baixa velocidade o posto de fronteira. Enfim eu retornava ao território líbio.

Tomamos a mesma rodovia em direção a Nalut, e eu passei a reconhecer a paisagem árida e sua beleza rupestre, as depressões, as montanhas, as chapadas do relevo. O fim de tarde se aproximava, o sol aos poucos descia para a linha do horizonte, deixando cair a temperatura. Mais uma vez me flagrei embevecido pela ferocidade

encantadora do deserto.

O deslumbre cedeu espaço a outra crueza, a da realidade, quando passamos por carcaças de tanques destruídos, traços de uma guerra perdida pelas Forças Armadas de Kadafi em sua tentativa de reconquista do oeste do país. Marc me fazia perguntas sobre o período da prisão em Trípoli, interessado nos motivos que me levavam de volta àquele lugar. Ao respirar fundo em busca de uma resposta, percebi que o aperto no peito tinha passado, depois de dois dias. Então me dei conta de que retornar à Líbia em liberdade transformara, de súbito, o período entre a prisão, a expulsão e o retorno em um parêntese que se fechava — em algo menor, enfim. Mais do que nunca me senti livre e determinado, como se retomasse a cobertura da revolução de onde havia parado, com o mesmo propósito de seis meses atrás: estar em Trípoli para testemunhar a queda de um regime opressor e a libertação de um povo.

Seguimos para Zintan. Passadas cerca de duas horas de viagem dentro do país, rodávamos sem resistência alguma. Todas as barreiras, rebeldes ou governistas, haviam sido abandonadas. Restavam seus traços: montes de entulho, entre lixo e areia do deserto, moldavam chicanas no asfalto, mas sem nenhum monitoramento. Às margens, havia prédios, em geral queimados ou destruídos, alguns no mesmo estado em que Ghaith e eu os tínhamos visto em fevereiro. À distância, erguiam-se blocos de condomínios cinzentos, inacabados e abandonados. Elétrico e satisfeito por retornar à Líbia e por verificar in loco os traços da rebelião, Imed falava o tempo inteiro.

— Está vendo esses prédios? — questionava, apontando para as construções abandonadas em meio ao deserto, isoladas, a dezenas de quilômetros de distância dos centros urbanos mais próximos. — São casas que Kadafi manda construir para os mais pobres. Ele é bom para os líbios.

De início seus comentários a favor da ditadura me soavam folclóricos. Com o tempo, se tornaram um pouco inconvenientes. Dono de um humor eschachado e incontido, Marc cansara da ardorosa defesa da ditadura e ironizara Imed, descontentando-o. Preocupado, passei a administrar os ânimos, dando atenção sempre ao que o tunisiano argumentava em favor do “guia”. O diálogo só foi interrompido quando Imed me mostrou a súbita mudança de aspecto na estrada pela qual trafegávamos. Havia marcações estranhas: uma sinalização horizontal pintada no asfalto, acompanhada de uma sequência de spots de iluminação nos acostamentos e de antenas nas imediações. Reconheci-as como sinalizações de uma pista de pouso improvisada. Estávamos atravessando um marco da revolução, o local por onde os insurgentes, antes encurralados em enclaves como Zintan e Nalut, tinham começado a virar o jogo, abastecidos com armas e munições pelos aliados ocidentais e pela Otan. Aquele reforço de armamento era, em última análise, uma das explicações para a surpreendente retomada de Zawiyah, o ponto sem retorno do avanço rebelde contra a capital e o regime de Kadafi.

Localizar essa rodovia foi como encontrar uma peça no quebra-cabeça. Rumores de que aviões da Otan não se limitaram a bombardear instalações militares e forças terrestres fiéis ao governo circulavam em Paris e na Tunísia havia várias semanas. O jornal

Le Figaro publicara uma reportagem sobre o lançamento por paraquedas de armamentos na região de Nefusa pelas Forças Armadas da França, cuja veracidade seria confirmada dias depois pelo Palácio do Eliseu. Após localizar a pista, repleta de marcas de pneus de aviões, fiquei ansioso para contatar minhas fontes em Zintan e obter mais detalhes sobre o armamento entregue por via aérea.

Chegamos ao perímetro da cidade em alguns minutos. A atmosfera mudara de forma radical em relação à primeira vez que lá estive. Em vez de milhares de pessoas armadas e excitadas nas ruas, do som ambiente de disparos e estrondos e do clima de euforia e anarquia revolucionárias, Zintan se tornara uma cidade vazia, semideserta, silenciosa. Ao chegarmos, Imed e nosso motorista, Fethi Ben Hasen el-Habib, nos levaram até o local em que os jornalistas de passagem pela cidade começavam a se concentrar. Imed me apresentou a um de seus amigos tunisianos que poderia fazer o percurso até Trípoli. Ele tinha pressa, e nós também. Descarregamos o veículo e nos despedimos com um abraço e um até-logo.

Então recebemos a informação de que os rebeldes começavam a atacar a fortaleza kadafista de Bab al-Azizia. Partir em direção a Trípoli era nossa prioridade número um, e discutimos com o motorista sobre as alternativas de percurso mais seguras. Ele se mostrava reticente e temeroso — o que se revelou um problema nas horas seguintes. Estávamos a poucas dezenas de quilômetros de presenciar um momento histórico, mas não podíamos negligenciar a segurança. Saquei o telefone satelital que alugara em Paris e o celular com SIM card líbio que havia recebido do embaixador do Brasil na Líbia, George Fernandes, e disparei ligações para minhas fontes na região. Apesar da insistência, 90% delas não respondiam. Mas as informações que obtivemos então davam conta de que o caminho até Zawiyah fora “securizado” pelos insurgentes. Era viável partir, apesar do cair da tarde, a poucos minutos do fim do horário de jejum do Ramadã, quando o país inteiro pararia para a primeira refeição desde a madrugada anterior.

Alocamos nossos materiais no porta-malas do sedã e seguimos viagem. Já rodávamos havia meia hora quando fomos barrados em um checkpoint rebelde. Exigiram de nós documentos emitidos e assinados pelo comando insurgente da região. Não acreditei no que ouvia: tratava-se de um credenciamento para a revolução. Retornamos ao centro de operações, na periferia de Zintan, onde chegamos pouco antes do fim do jejum do Ramadã. Famintos, os militares não queriam atender nosso pedido. Insistimos, obtivemos de um oficial rebelde um documento em papel timbrado do CNT, ilustrado com um logotipo com as cores da bandeira revolucionária. Retornamos para a estrada e refizemos todo o caminho até o checkpoint. Já com noite fechada, apresentamos o ofício. O encarregado reclamou da falta de um carimbo. Demos boas risadas, pensando que o rapaz estivesse brincando. Ele não sorriu e disse que não podíamos passar. Em plena ofensiva rebelde contra a fortaleza de Kadafi, estávamos bloqueados na estrada, obrigados a retornar mais uma vez a Zintan em busca de um carimbo. O episódio falava por si: nos menores gestos, como o controle da imprensa, os rebeldes repetiam cacoetes do regime.

Alegando insegurança, o motorista se recusou a partir de novo naquela noite, após

as horas de espera pelo carimbo. Rebeldes também insistiram para que aguardássemos o amanhecer antes de descer as montanhas e rumar para Zawiyah e Trípoli. Esperar seria desesperador, mas eu havia me comprometido comigo mesmo a não assumir riscos desnecessários para evitar um novo incidente em tão curto espaço de tempo. Além disso, queria buscar detalhes para esclarecer uma questão que me intrigava em Zintan: como fora possível superar o cerco militar e organizar a Batalha de Trípoli em tamanho segredo. Para tanto, tinha fontes a contatar na cidade, como o dr. Othman, Adel e Ali. Retornamos ao abrigo sugerido aos jornalistas, de onde fiz várias ligações em busca de informações sobre o ataque arrebatador dos insurgentes da Tripolitânia à capital.

Um dos homens com quem eu havia conversado na minha primeira passagem por Zintan atendeu ao meu chamado. Com receio de monitoramento, ele parecia seco ao telefone. Não aceitou me encontrar, tampouco quis dizer onde estava. Quando de nosso primeiro encontro, em fevereiro, pedira que seu nome fosse preservado em minhas eventuais reportagens. Presumi que estivesse em algum centro estratégico ou ao lado de uma katiba. Até então, esse receio fora raro em minhas passagens pela Líbia, onde o contrário era a prática: as pessoas queriam aparecer e expor seus nomes e rostos; muitos posavam para fotos antes mesmo que lhes pedissem. Respeitei a vontade do entrevistado e mantive a discrição. Depois, nunca mais voltamos a nos falar. Em nossa segunda conversa, pedi mais detalhes sobre o aeroporto. Minha dúvida era se tropas estrangeiras haviam desembarcado na região, juntando-se aos ativistas líbios. Ele negou. Confirmou haver contatos com a Otan, mas não a presença de militares ocidentais ao lado da rebelião.

— Os voos da Otan trouxeram apenas armas, mas não sei dizer quantos foram — desconversou, deixando claro que o assunto era delicado. — Você não deve perguntar sobre isso aqui. Ninguém pode lhe responder a respeito.

Apesar de sua indisposição ao tema, insisti em saber mais sobre a presença de agentes estrangeiros no front do leste e sua eventual participação no avanço do oeste sobre Trípoli. A ação de militares ocidentais no país não era mais segredo. Em abril, o deputado Axel Poniatowski, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional da França, informara que os rebeldes do CNT e a Otan precisavam entre duzentos e trezentos agentes bem preparados para coordenar a ofensiva. Nos dias que se seguiram, as chancelarias de França, Grã-Bretanha e Itália se sucederam em anúncios do envio de três grupos de trinta agentes à Líbia. Em 20 de abril, François Baroin, então porta-voz do governo francês, chegou a confirmar o envio de “um pequeno número de oficiais de ligação para organizar a proteção da população civil”. O papel dos agentes, entretanto, tinha ido bem além da “proteção” alegada, pelo menos na Cirenaica. Meu contato relatou que a partir de Benghazi e, em um segundo momento, de Misrata e de Zintan, a Otan e os países aliados reorientaram o foco dos combates, deixando de lado a hipótese de um avanço por terra pelo leste e priorizando o desembarque pelo mar, vindo de Misrata e incluindo rebeldes de Benghazi, combinado a uma ofensiva por terra, a partir de Zawiyah, recém-reconquistada pelos insurgentes de Zintan graças aos carregamentos de

armas entregues pela Otan nas pistas improvisadas.

Em contato direto com os rebeldes, obtive a informação de que agentes estrangeiros teriam participado da elaboração da estratégia de tomada de Trípoli, mas não teriam sido envolvidos nas operações por terra. Ao longo da noite, cruzei as informações com outros rebeldes que consegui contatar e com pessoas comuns que eu conhecia naquela noite. Mokhtar Ghazduri, por exemplo, me fez um relato em detalhes sobre a época do cerco, sobre a evacuação das famílias, o fornecimento de armas e o uso do aeroporto. Essas fontes também nos traziam informações consistentes a respeito dos bolsões de resistência kadafista em toda a Trípolitânia. Sobre esse assunto, fui surpreendido por um paradoxo no discurso rebelde: seis meses antes, Kadafi afirmava ter o controle de toda a região oeste do país, quando na realidade o movimento insurgente já explodia nas montanhas de Nefusa; então, eram os rebeldes que superdimensionavam o controle que exerciam no país. Em toda a região havia núcleos de militares e de milicianos fiéis ao regime, que continuavam a ameaçar os grupos rebeldes com poder de fogo e capacidade de resistência.

Então os focos de incerteza se espalhavam pelo oeste, mas se concentravam mais na região em torno de Sabratha e Surman e ao sul de Trípoli. Ali, militares e tribos pró-Kadafi vindas da cidade natal do ditador, Sirte, reforçaram a linha que tentava impedir o avanço rebelde. Embora estivessem inferiorizados pela perda de máquinas de guerra, os militares ainda atacavam as forças insurgentes. Em Zintan havia rumores de que altas personalidades do regime, feitas prisioneiras, teriam sido libertadas nessas contraofensivas de tropas fiéis ao “coronel”.

Além das forças kadafistas, que seguiam ativas em várias regiões do território líbio, havia outro problema grave na região: o regime espalhara minas terrestres em diferentes partes da Trípolitânia. Na fronteira Dehiba-Wazin, perto da Tunísia, toda a linha fora minada para tentar prejudicar a circulação de rebeldes da região de Nalut e de Zintan nos primeiros dias de cerco. Outro foco ficava em um anel em torno de Zintan, que, por se situar em uma região geográfica favorável, nas montanhas, conseguira resistir ao cerco de quatro meses, mas não escapara da verdadeira plantação de bombas em torno de seus limites. Tão logo a cidade foi liberada, um grupo de ativistas, voluntários ou não, todos sem experiência no tema, se encarregou de desarmá-las. Desde o início das buscas, 2600 minas já tinham sido desativadas pelos dez homens do grupo, comandado por Mohamed Anish, 43 anos, um mecânico da indústria petrolífera de Ras Lanuf com quem eu me encontrara quando ainda buscávamos o carimbo ao documento exigido na barreira rebelde. Sem nunca ter trabalhado na área, Anish admitiu, um pouco constrangido, ter se assustado com a missão que lhe havia sido confiada pelo comando rebelde de Zintan, mas pretendia seguir em frente em sua tarefa, já que pelo menos outras 3 mil minas terrestres continuavam ativas.

— Senti medo, claro, porque nunca tinha feito isso — disse-nos, tímido, em uma prova de dignidade e de caráter.

Conversávamos em um prédio usado como central de rádio criada durante o

conflito para orientar as forças rebeldes. Entre os homens armados que faziam a segurança do local, um menino de cerca de dez anos me chamou a atenção. Ele circulava com um fuzil AK-47. Aquela cena me provocou um profundo mal-estar, por pensar nos rumos que a revolução talvez estivesse tomando.

Por enorme coincidência, alguns minutos depois encontrei Adel el-Zenteni, o homem que criara um “centro de imprensa” para se comunicar com o exterior e que havia nos acolhido, a Ghaith e a mim, no início da revolução. Percebi que ele ficou feliz em me reencontrar, mas não na mesma intensidade com que eu ficara ao saber que ele estava vivo, assim como Ali, que se encontrava na capital. Sua indiferença inicial me surpreendeu. Ele parecia autoconfiante, um pouco arrogante — talvez levado pelo sucesso parcial da revolução, pensei. Minutos depois retornou ao corredor em que eu estava. Logo entendi que ele estava sob grande estresse e pressão. Conversáramos por alguns minutos a respeito do estado da revolução e, assunto que me interessava em particular, sobre as alternativas de trajeto para descer as montanhas em direção a Zawiyah e a Trípoli. Sua principal informação era muito clara: não havia segurança naquele percurso no momento, porque os combates continuavam. Em fevereiro, Ghaith e eu havíamos contrariado seu conselho e partido para Sabratha; naquela noite, eu não reincidiria no erro.

Senti um vazio no peito ao entrar em Zawiyah nas primeiras horas da manhã seguinte. Havíamos deixado Zintan com o raiar do sol, em direção a Trípoli, sem enfrentar riscos de ordem alguma. Ao ingressarmos na avenida principal da cidade semideserta, porém, uma tensão palpável já se fazia sentir. Patrulhada por katibas e rebeldes armados, nervosos em suas caminhonetes, Zawiyah era a antessala de uma guerra ainda em curso: o conflito pela hegemonia na capital. Encontramos jornalistas estrangeiros em um hotel da periferia, já lotado. Ali troquei impressões com um amigo, Samy Adghirni, enviado da *Folha de S.Paulo*, e minutos depois retornamos à artéria que conduziria a Trípoli. No caminho, as imagens da destruição eram impressionantes. A cidade havia sido alvo de intensos combates no final do mês de fevereiro e no início de março, invadida nos dias em que Ghaith e eu estávamos presos. Se não tivéssemos sido capturados, era naquele cenário que deveríamos cobrir o conflito. Essa era a razão do vazio que eu sentia — na verdade, um lamento: ainda que a batalha tivesse sido rude, era lá que nós deveríamos ter estado, acompanhando os rebeldes quando da ofensiva kadafista, porque a presença de mais jornalistas estrangeiros poderia ter ajudado a alterar a lógica do conflito, reduzido a violência dos combates e o sofrimento de quem lutava pela liberdade. Nas fachadas incendiadas ou demolidas por tiros de tanques e nas paredes perfuradas com projéteis de canhões antiaéreos estavam as provas dos excessos cometidos pela ditadura.

Tomamos a estrada em direção a Trípoli. Ao cruzarmos Surman, passamos pela praça na qual Ghaith e eu havíamos sido detidos, sem que eu tivesse o desejo de parar.

Não era a hora de pensar em questões pessoais, já que o conflito ainda estava em curso. No caminho, ficou claro que nosso motorista estava assustado. A cada 500 metros ele se sentia na obrigação de parar para pedir informações sobre o trajeto, sendo que o caminho era óbvio — por ter estudado os mapas da região, até eu o conhecia, mesmo sem nunca ter passado pela região. Bastava seguir reto e chegaríamos à capital. Mas ele continuava parando a cada vez que via um transeunte ou uma barreira, mesmo que desativada, como se buscasse autorização. Essa atitude era muito irritante. Em uma das paradas encontramos uma katiba que fazia a segurança na entrada da cidade. Nela estavam cerca de dez a quinze jovens combatentes, entre os quais Ben Elemen, quarenta anos, que deixara a cidade de Sabha ainda criança, migrando para os Estados Unidos com os pais. Sua história era até certo ponto ordinária na revolução: a de imigrantes que haviam retornado ao país para depor Kadafi. Como seus companheiros de katiba, o industrial tinha uma AK-47 em mãos.

— Eu nunca tinha lidado com armas — frisou.

Também como seus companheiros, Ben estava em Trípoli à caça do ditador.

— Eles pensavam que o pegariam logo, mas acredito que Kadafi já esteja na Argélia — estimou. — Quero que seja preso e julgado aqui.

Com esse grupo seguia um ex-chofer de táxi, Abdel Monem, 37 anos, casado, dois filhos, que decidira não pegar em armas. Ótimo conhecedor da capital e com um bom nível de espanhol, ele se ofereceu para me conduzir em seu carro, e “em segurança”, até o destino que lhe havíamos indicado: Bab al-Azizia. Atrás, viria o automóvel que traria meus colegas. Estávamos na entrada da cidade e já era possível ouvir os sons de disparos e as explosões mais pesadas, vindas de um front no qual os rebeldes combatiam as tropas governistas que ainda dominavam vários distritos de Trípoli, como os arredores da fortaleza, o aeroporto e o bairro de periferia de Abu Slim, tradicional reduto kadafista. No caminho, Abdel me falava com uma ingenuidade sincera sobre os eventos:

— Enquanto Kadafi governava a Líbia, não havia felicidade. Agora os líbios estão contentes — disse ao ingressarmos na cidade.

A essa altura, o sol, ardentíssimo, açoitava a pele e encharcava as roupas. Quem se deslocava com equipamentos pesados ou que, como eu, portava o peso de barras de metal de um colete à prova de balas, além de capacete e de mochilas, sentia uma sede voraz em questão de minutos. Trípoli, que mistura regiões pobres, de arquitetura típica árabe, com bairros tradicionais, planejados e construídos sob a influência do urbanismo italiano, e com distritos modernos, dotados de grandes hotéis e torres envidraçadas às margens do Mediterrâneo, era uma cidade em guerra, e os ruídos não deixavam dúvidas disso. Por todos os lados, katibas com jovens armados se deslocavam em caminhonetes equipadas com canhões antiaéreos. Barreiras tinham sido montadas por toda a cidade, restringindo a circulação e aumentando a proteção das grandes áreas já liberadas. Lojas estavam fechadas e mantinham cerradas suas cortinas metálicas, pintadas de verde por exigência do regime. Nas ruas, raros eram os “civis” que se atreviam a circular. A explicação estava na linha do horizonte, onde se erguiam colunas de fumaça que

manchavam de negro um céu azul impecável. Tudo em Trípoli indicava que o regime perdera o controle de grande parte do centro urbano. Toda a capital girava em torno do conflito e da caçada a Kadafi, cujo paradeiro era desconhecido desde 12 de junho, quando de sua última aparição em público, ao lado do enxadrista russo Kirsan Ilioumjnov.

Fomos para o distrito de Qadisayah, onde se situava Bab al-Azizia, atentos aos diferentes focos de resistência da capital. Ali, o domínio dos insurgentes era absoluto. Eles tinham cercado o símbolo máximo do regime no dia anterior, vencendo as muralhas do bunker. Abdel me deixou em uma das entradas arrombadas pelos ativistas, e lá nos despedimos. Pelo pórtico, o fluxo de veículos e de rebeldes armados era constante, e a euforia, visível em cada rosto. Como em fevereiro e março nas montanhas de Nefusa, eu tinha a impressão de estar em meio a um cenário de *Mad Max* real, cercado de rebeldes que misturavam trajes civis e militares para fazer a guerra, de posse de carros pichados ou pintados a mão, arsenais improvisados e muitas armas produzidas de forma artesanal, usadas ao lado de fuzis, lança-granadas e outros artefatos novos traficados ao interior do país pela comunidade internacional.

Ingressamos juntos, alguns jornalistas e katibas rebeldes, ao som ambiente de eventuais explosões surdas, rajadas de metralhadoras e disparos de canhões. Guaritas e prédios de alojamentos situados logo na entrada, à esquerda, tinham sido saqueados pela ofensiva da terça-feira. Testemunhavam a derrocada da ditadura e, ao mesmo tempo, a ferocidade dos rebeldes. Em meio à bagunça generalizada, algumas vestes permaneciam penduradas em um armário, como se aguardassem seus donos. A maior parte das roupas e uniformes militares, porém, estava abandonada e se espalhava pelo chão, em sinal de evacuação às pressas e, claro, de pilhagem. Atirado em meio a papéis, algumas fotografias e entulhos, um documento demonstrava o desespero da resistência kadafista: um manual, escrito em árabe, mas também ilustrado com desenhos, mostrava como manusear um fuzil. Mais à frente, em outra das entradas, os rebeldes destruíram um imenso portão de metal, forçando a entrada e pressionando os kadafistas que resistiam na área. A situação parecia sob o controle dos ativistas, mas havia riscos, em especial pela presença de atiradores de elite do regime, orientados a abater o maior número de insurgentes que pudessem atingir, ainda que essa resistência parecesse cada vez mais insana e menos realista.

Naquele pórtico assistimos aos desdobramentos dos combates que ainda se desenrolavam no interior de Bab al-Azizia. Em alguns momentos, a força dos estrondos se intensificava, gerando alguma confusão e correria entre os rebeldes, cujo ataque demonstrava, mais uma vez, que eles tinham muito pouco refinamento estratégico e não contavam com técnicas militares de assalto. Parecia que a batalha dos opositoristas vinha sendo vencida sobre as tropas do regime na base de entusiasmo incontido e de coragem desmedida — cujo preço seria um grande número de mortos e feridos. Do lado de fora misturavam-se rebeldes de Trípoli, Zintan, Zawiyah, Misrata e Benghazi em uma espécie de comunhão de tribos movidas pelo furor da vitória iminente e pelo anseio de derrubar o domínio de Kadafi, de seu clã e de seus cúmplices. Abubakar, um jovem vindo de

Misrata, lutava havia três dias e planejava invadir os aposentos do “guia” no interior da fortaleza.

— Ainda há vários kadafistas no prédio, mas não sabemos quantos são. Talvez acabe hoje. *Insh'Allah!* — disse-me ele, gritando para se fazer ouvir em meio aos ruídos da guerra, mas com a expressão serena, radiante e satisfeita.

Perto de Abubakar havia outro jovem armado, mas sentado, impassível, na cabine de uma caminhonete, enquanto outros se divertiam disparando rajadas de Kalash poucos metros à frente do portal arrombado. Seu nome era Abu Mohamed, tinha trinta anos e uma história particular em meio aos revolucionários: viera de Sirte, onde o “coronel” ainda gozava de prestígio, para combater e ajudar a derrubar o regime. Sua frustração era estar preso ao banco dianteiro da caminhonete, com uma enorme bota de gesso na perna direita, cujo osso fora esfacelado por um disparo durante combates entre Misrata e Trípoli.

— Fui ferido no tornozelo, mas agora está tudo bem — ele contou, minimizando o que lhe tinha acontecido, mas protestando contra o que considerava a maior desonestidade do regime: — Os kadafistas não são líbios. São mercenários que continuam combatendo ao lado de Kadafi.

Depois de quase duas horas de ofensiva, Bab al-Azizia se vergava cada vez mais ao domínio rebelde. E então já era possível ingressar no ângulo da fortaleza sem ser ameaçado por atiradores do governo. Com cautela, entramos, eu e alguns jornalistas ocidentais — entre os quais Deborah, Marc e Jean-Louis —, em uma área aberta, com jardins arborizados. Diferentes prédios tinham sido arrasados por bombardeios da Otan. Um deles, contudo, estava em pé, ainda que saqueado. Tratava-se de um domo gigante, enfeitado com uma âguia de metal que resistira até então a todos os bombardeios, fossem da Otan ou dos rebeldes. Ao fundo, era possível ouvir os gritos de louvor e celebração dos insurgentes, que começavam a festejar a queda definitiva da fortaleza e a vitória sobre o regime que os oprimira por mais de quatro décadas. Conforme avançávamos, ficava mais claro que a comemoração se dava em torno do edifício principal, parte em ruínas, que se conectava a túneis subterrâneos reputados por terem até 30 quilômetros de extensão — pelos quais, presumia-se, Kadafi poderia ter fugido, alcançando a costa ou o aeroporto de Trípoli, ainda sob controle governista. Nesse prédio se situava um famoso museu de gosto mais do que duvidoso em memória da resistência contra os ataques norte-americanos dos anos 1980. Eventuais “obras de arte” haviam desaparecido, restando só grandes blocos de concreto em pedaços, estranha conjunção dos bombardeios daquela época e, por certo, das ofensivas atuais.

Na sacada em que o ditador pronunciava seus discursos triunfalistas, rebeldes se alternavam para ostentar bandeiras da revolução e de tribos locais, como os berberes, em uma espécie de mimese irônica do ditador. No momento em que eu me aproximava, um estandarte do Catar foi ostentado e fixado na fachada do edifício. Em frente, insurgentes se revezaram escalando o gigantesco punho que esmagava um avião de caça dos Estados Unidos, uma das “obras de arte” do museu e ícone apoteótico do regime. Ultrajar aquele

monumento era ao mesmo tempo motivo de festa pela vitória e de hostilidade em relação à ditadura que se encerrava. Entrei no prédio e subi as escadas do museu até a famosa sacada dos discursos. Do alto eu podia ver que uma pequena multidão começava a se aglomerar, em uma festa à qual se somavam populares, alguns acompanhados de crianças — a despeito dos constantes estampidos, das rajadas de metralhadoras e da insegurança causada pela presença de atiradores de elite pela cidade.

— Kadafi acabou! *Allah Akbar!* Kadafi acabou! *Allah Akbar!* —, gritava Wael al-Hen, dezoito anos, misturando inglês e árabe e disparando freneticamente para o alto a munição de sua Kalash.

Fiquei alguns minutos naquela sacada, registrando em fotos o esforço dos ativistas em deprender ou escalar o monumento do punho cerrado. Durante todo o tempo, rebeldes armados se alternavam a meu lado, no afã de disparar para o alto rajadas de metralhadoras, em sinal de comemoração, saudada por pessoas que acompanhavam a celebração no térreo. As manifestações me pareciam de uma ironia insólita: durante a revolução, Kadafi havia rebatizado aquela área de “campo dos apoiadores”, um local destinado a reunir os pró-kadafistas, que exerciam o papel de escudos humanos voluntários do regime contra os ataques aéreos. Quando me dei por satisfeito com as imagens que fizera, segui pelas demais instalações da fortaleza. Vários prédios estavam em ruínas, em razão dos bombardeios da Otan desde o início da intervenção militar. Era o caso do Centro de Comunicações, destruído. O mais interessante edifício do complexo, porém, subsistia: era a antiga residência do “líder”, situada atrás do museu, sendo dele a parte mais instigante. Lá ainda estavam os restos da mobília, de particular mau gosto, dos quartos do “coronel” e de seus filhos, envoltos em paredes de vidros, para evitar que fossem tocados. A fotografia de uma praia — Biarritz, segundo meu colega Jean-Louis — ornava o cômodo. Como os demais ambientes da casa, o banheiro, equipado com uma banheira circular, também fora destruído. Em meio à euforia, a antes impenetrável fortaleza de Kadafi se transformara em local de peregrinação — e derrisão — dos rebeldes.

Em contraste com a excitação dos líbios nos prédios do bunker, nos portões e nos fundos da fortaleza, rebeldes seguiam mobilizados, com armamento pesado, para continuar a enfrentar os bolsões de resistência. Embora as marcas dos conflitos fossem mais brandas e mais esparsas, Trípoli vivera as últimas 48 horas como outros centros urbanos rebeldes do oeste da Líbia, a exemplo de Zintan e Misrata. Prédios semidestruídos por disparos de canhões ou por incêndios, barricadas de insurgentes em todas as grandes avenidas, bandeiras tricolores em vermelho, verde e negro e, sobretudo, violência e mortes. Mais de mil corpos, entre os de insurgentes, de um lado, e militares e milicianos, de outro, empilhavam-se no necrotério e nas câmaras frias do hospital da capital desde o início da ofensiva insurgente. O banho de sangue era resultado da alternância de poder, que já se fazia sentir com clareza na capital. Seis meses antes, eu havia circulado durante algumas horas por uma Trípoli na qual a hegemonia absoluta cabia ao regime de Kadafi, que limitava os focos rebeldes a distritos distantes como Tajoura e outras localidades periféricas. Com a ofensiva, a situação era inversa, e a

hegemonia cabia então aos insurgentes. Comboios paramilitares se cruzavam nas vias de acesso à cidade e em suas mais importantes avenidas. Nas paredes, pichações reiteravam palavras de ordem, como “Líbia livre”. Em outra delas, na entrada oeste da cidade, lia-se em árabe e em inglês: “Líbia é nosso país; Trípoli, nossa capital”, um lema que conclamava os revolucionários e resistir à tentativa separatista e lutar pela vitória sobre o regime em seu maior bastião.

O controle rebelde, entretanto, era traiçoeiro. Em toda a cidade respirava-se um ar de conflito. Na prática, Trípoli estava sitiada e seguiria assim por vários dias. Para combater os recalcitrantes, voluntários de todo o país e do exterior seguiam convergindo para a capital, aumentando o número de homens armados por todo lado. Quando saí de Bab al-Azizia, tive clareza de que o clima das ruas era de incerteza. Impossível dizer se, de um segundo para outro, todas as barreiras rebeldes que de certa forma garantiam a “segurança” da região mais central de Trípoli ainda estariam em seus lugares em caso de uma contraofensiva kadafista. Além disso, em pelo menos quatro regiões da capital — Bab al-Azizia, o aeroporto internacional, o hotel Rixos e o enorme bairro de Abu Slim —, militares e milicianos resistiam com poder de fogo ao assédio dos revolucionários. Nessas áreas, jornalistas também eram alvo dos atiradores de elite. Desde que chegáramos à cidade, dois repórteres franceses tinham ficado feridos, um deles por disparos de um *sniper*, e quatro italianos haviam sido sequestrados com seu *fixer* em Zawiyah, no mesmo caminho que fizéramos pouco antes. Os italianos seriam libertados nas horas seguintes; seu acompanhante líbio seria executado, com a covardia peculiar aos milicianos pró-regime.

De Bab al-Azizia nos dirigimos a uma região elevada da cidade, na qual se situava um dos poucos hotéis que começava a operar, o Radisson Blu al-Mehari. De lá também seria possível ter uma vista panorâmica da capital. Depois de rodarmos por cerca de trinta minutos pelo centro da capital, ultrapassando sucessivas barreiras rebeldes, chegamos enfim à Al-Fatah Street, onde se situava o hotel Al-Mehari. Na fachada vimos vidros quebrados e perfurações a bala, mas um forte esquema de segurança começava a ser montado ali, o que elevava as garantias. Até então, muito poucos jornalistas estrangeiros tinham decidido se instalar em Trípoli. A maioria buscara hospedagem em cidades vizinhas reputadas como liberadas, como Zawiyah. Em questão de horas, o Mehari fervilhou de repórteres, assim como outro grande hotel, o Corinthia, onde se instalou o CNT. No Rixos, onde a imprensa estrangeira convidada pelo regime se concentrava, cerca de trinta jornalistas estavam retidos havia três dias, em meio aos combates no centro da cidade.

Do Mehari, tínhamos uma visão privilegiada da cidade. No horizonte víamos as nuvens de fumaça que partiam dos bairros em que os conflitos continuavam a acontecer, assim como ouvíamos os estrondos dos ataques aéreos da Otan, que continuavam, e os disparos por toda a capital. Também tínhamos uma visão privilegiada do movimento de avenidas e ruas. Todas essas informações nos permitiam obter um panorama do que se passava na cidade no momento em que estivéssemos redigindo e enviando nossas

reportagens. Mas não era de dentro do hotel que eu pretendia cobrir o conflito. Depois de dispensarmos o motorista, que desejava retornar à Tunísia, conhecemos um jovem líbio, Khaled Medhat el-Ezramli, 24 anos, técnico em saúde, que começava conosco uma bem-sucedida “carreira” de *fixer* durante a revolução, quando cobraria pelo menos trezentos euros por dia de trabalho. No final da tarde, partimos em direção a áreas de conflito, mas dessa vez sem nos aproximar das linhas de frente.

Voltei ao hotel para escrever. Horas depois, Humberto Trezzi, enviado do jornal *Zero Hora* e amigo de vários anos, entrou no quarto. Em fevereiro, quando eu já ingressara na Líbia e ele vinha do Brasil para cobrir a revolução, eu lhe dissera um informal “A gente se vê em Trípoli”. Seis meses depois, ali estávamos nós. Ao longo da noite, projéteis vermelhos incandescentes dos canhões antiaéreos rasgavam o céu da capital, quase quarenta horas depois do início da tomada de Bab al-Azizia. Ao fundo, disparos, disparos, disparos, buzinas constantes e gritos de “*Allah akbar!*” completavam uma atmosfera contraditória na metrópole às escuras pela falta de energia elétrica. A contradição estava no fato de que os ruídos vinham das frentes de confronto entre rebeldes e a resistência pró-regime, em especial na periferia, mas também do mortal hábito de celebrar a vitória com salvas de tiros, como acontecia nas últimas horas na praça dos Mártires.

Reconhecer a derrota nem seria necessário: nas ruas da capital e em particular no bunker kadafista, a supremacia dos insurgentes se mostrava cada vez mais irreversível. Mas, naquele 24 de agosto de 2011, Abdul Ati al-Obeidi, o último chanceler da ditadura de Kadafi, deu o primeiro depoimento oficial de uma autoridade reconhecendo que os 42 anos de regime na Líbia haviam chegado ao fim. A admissão da queda de Trípoli ante a ofensiva do movimento rebelde veio depois que os contatos entre membros do alto escalão foram interrompidos pela necessidade da fuga.

As declarações de Al-Obeidi sobre a dissolução do poder foram feitas horas após a tomada definitiva de Bab al-Azizia. Segundo o chanceler, os ministros de Kadafi haviam perdido o contato entre si, o que demonstrava o derretimento da administração. Além disso, o ditador teria perdido as oportunidades de deixar o país em uma saída negociada com os rebeldes do CNT. Depreendi da fala do chanceler que Kadafi estava em território líbio, hipótese da qual grande parte dos rebeldes com os quais eu havia conversado duvidava. Fora do poder após 15 532 dias de ditadura, o coronel continuava desaparecido, apesar dos esforços dos ativistas para localizá-lo. Provocativo, Kadafi seguia prometendo retornar, apesar de todas as evidências da derrota.

Em novo discurso, feito por rádio durante a madrugada, ele havia definido o abandono de seu bunker como um “recoo tático” e se dizia pronto a lutar até a morte. Seu porta-voz, Moussa Ibrahim, homem que havia se tornado uma das faces do regime durante o período revolucionário, também afirmaria que 6500 soldados e voluntários fiéis ao regime estavam prontos a “transformar a Líbia em um vulcão de lava e flamas sob os

pés dos invasores”. Em resposta, empresários líbios ofereceram 1,7 milhão de dólares a quem entregasse Kadafi — vivo ou morto. A mensagem desse “prêmio” era a mesma transmitida por Mustafa Abdel Jalil, presidente do CNT, que havia se encontrado em Paris com Nicolas Sarkozy. Na sua opinião o regime não chegaria ao fim até que Kadafi fosse capturado, vivo ou morto. Logo, a morte do ditador, já considerada “legítima” pela Otan e pela coalizão ocidental, era avaliada desde as primeiras horas após a queda de Trípoli como uma alternativa realista e aceitável, sem que nem os empresários nem o CNT estabelecessem quaisquer condições. Na prática, os rebeldes pareciam ter carta branca para fazer com Kadafi o que bem entendessem.

Em 26 de agosto a Líbia ganhou um novo governo, autoproclamado. Já em Trípoli, o CNT anunciou no final daquela noite a transferência da sede da administração provisória rebelde de Benghazi para a capital. A instalação do governo provisório havia sido comunicada à imprensa por Ali Tarhouni, ministro das Finanças e do Petróleo do CNT, em pronunciamento à imprensa estrangeira feito no hotel Mehari. Os detalhes da transferência seriam informados durante a semana, mas pelo menos oito dos “ministros” do gabinete rebelde já estavam na cidade, onde preparariam a transição.

— Eu proclamo o início dos trabalhos do gabinete executivo na Trípoli livre a partir deste momento — disse ele, com alguma solenidade.

Além da transferência do gabinete, Tarhouni informou que a National Oil Corporation (NOC), a estatal petrolífera líbia, pretendia estender a exploração de óleo para até 600 mil barris por dia em dois ou três meses, com a meta de alcançar 1,6 milhão após a recuperação total das instalações danificadas pela guerra civil. Os contratos, ele reiterou, seriam assinados com companhias de “países amigos” nas semanas seguintes. Shell, Repsol, Eni e Wintershall, entre outras, já haviam sido contatadas. A pressa em assinar os novos contratos decorria da necessidade do CNT de restabelecer a maior fonte de receita do Estado líbio, a exportação de petróleo. De todo modo, com a urgência e a ênfase em beneficiar companhias oriundas dos países da coalizão, o anúncio dava argumentos aos detratores da intervenção militar ocidental. Desde muito cedo, o Ocidente já tirava proveito financeiro da revolução.

A transferência do CNT para Trípoli acontecia em meio a combates em andamento, tanto na capital quanto no interior do país. Durante a noite anterior, explosões e disparos intensos de armamento pesado haviam ecoado pela cidade — sem que se soubesse com precisão se eram combates ou comemorações. Também os bombardeios aéreos da Otan persistiram. Durante o dia, aviões da Aliança Atlântica bombardearam pontos específicos da capital, nos quais a resistência kadafista era mais pronunciada.

Os ataques abriram caminho para que milhares de combatentes avançassem. No aeroporto, um avião comercial da companhia aérea estatal Afriqiyah explodira depois de ser alvo de um morteiro supostamente atirado por militares kadafistas, mas as forças leais a Kadafi estavam cada vez mais cercadas. Em Abu Slim, que também cairia sob o controle dos ativistas ao longo do dia, constatei a mobilização das forças rebeldes, que, além de armas leves, carregavam artilharia pesada para combater os últimos resistentes — entre os

quais atiradores de elite pró-regime que continuavam a fazer vítimas no perímetro do bairro. Nesse mesmo local, palco de confrontos violentos, corpos de combatentes haviam sido encontrados jazendo a céu aberto.

Khaled e eu passamos pela região no dia seguinte e nada tinha mudado. A imagem era degradante. O calor infernal do verão africano acelerava o processo de decomposição, deixando no ar um cheiro nauseante. Mais desprezível era o fato de que vários corpos de kadafistas mostravam sinais típicos de execução sumária: diversos deles tinham mãos ou pés amarrados e perfurações de balas nas costas. O prenúncio das primeiras horas de libertação do país era péssimo: uma verdadeira caçada a um homem, com a complacência das autoridades e a indiferença da comunidade internacional, somada a uma recompensa por sua captura, vivo ou morto, e a provas de crimes de guerra contra as tropas fiéis ao agora ex-ditador.

Durante os choques, surgiram novos rumores de que o “coronel” estaria encurralado na região e que sua queda seria iminente. Os boatos, supostamente baseados em informações dos serviços de inteligência norte-americano, francês e britânico, tinham despertado euforia entre os ativistas. Mas o ditador não se intimidava — nem compreendia que seu regime havia acabado. Em um novo áudio, Kadafi exortou seus seguidores a “limpar Trípoli dos ratos”.

— Trípoli é para vocês, homens e mulheres. Saíam às ruas e libertem-na — conclamou. — Vamos destruí-los, quem quer que sejam.

Depois da noite maldormida em razão do calor e dos constantes estampidos, saímos no meio da manhã. Khaled viera até o hotel e partimos em direção ao Hospital Central de Trípoli, parada obrigatória em uma cobertura de conflito armado. No trajeto, passamos pelo bairro em que se concentravam várias das representações diplomáticas. Em boa parte das ruas o tráfego estava bloqueado por barreiras montadas pelos rebeldes. Em busca de um caminho, passamos nas imediações da embaixada da Itália. Khaled então comentou que o prédio fora arrasado depois que Silvio Berlusconi, então primeiro-ministro italiano, havia rompido relações com Kadafi e retirado seus diplomatas da capital. Parecia uma história relevante, ainda que meu maior interesse estivesse nos combates que se desenrolavam na periferia. Ao nos aproximarmos do prédio, chamou-me a atenção uma picape da polícia, abandonada, usada como parte de uma barreira montada em frente à entrada principal. Empurramos um portão de ferro entreaberto e já no primeiro pátio interno da propriedade vimos seis automóveis carbonizados, entre os quais alguns de luxo. Suas chamas haviam atingido a fachada lateral do edifício, que ficara parcialmente destruída.

No interior, só havia escombros. Todo o prédio fora saqueado, e várias das salas estavam queimadas. Arquivos tinham sido arrombados e milhares de documentos oficiais espalhavam-se por todos os lados, pelo chão e sobre os móveis. Ao sair do edifício para outro pátio, contei mais cinco veículos calcinados. A destruição era enorme, mas o que

mais me impressionou foi o fácil acesso ao prédio e, em especial, o volume de escritórios abandonados, muitos dos quais, sem dúvida, sigilosos. Ali me dei conta de que o caos generalizado em que Trípoli estava mergulhada franqueava a pesquisa sobre informações confidenciais do regime e de suas relações com algumas embaixadas do mundo.

Ao deixarmos o prédio, Khaled buscou mais uma vez caminhos alternativos para chegar ao hospital. Então ingressou em uma rua que me pareceu familiar. Observei ao redor e reconheci à minha direita um edifício gigante de concreto, o futuro hotel Intercontinental, ainda em obras. Mais à frente, vislumbrei o minarete de uma mesquita. Eu conhecia aquela região: tínhamos acabado de passar em frente ao prédio em que o general Sadeh Krema havia me recebido quando de minha libertação, em março. Pedi que Khaled parasse por um minuto e fui até o pórtico de entrada. Vi o portão de metal verde entreaberto. A guarita, vigiadinha quando eu passara por ali em março, estava vazia, com um pequeno aparelho de televisão ligado, o que interpretei como um sinal de evacuação às pressas. Tratava-se de um cenário soturno. Havia muitos objetos fora de lugar, como se o prédio tivesse sido invadido e revistado, mas não destruído — longe disso. Caminhei pelo pátio, entre um e outro veículo abandonado, subi um lance de escada e empurrei a porta principal, que também reconheci. Entrei no prédio. As salas estavam vazias e o lugar parecia de fato abandonado. Puxei uma ou outra gaveta de arquivos e portas de armários, repletos de documentos. Para um jornalista, era como um cofre de banco aberto: um edifício desocupado do Mukhabarat, um serviço secreto da Líbia kadafista — justamente aquele pelo qual eu tinha passado —, sem nenhuma vigilância e com farto material secreto aberto à consulta.

Só havia um problema: eu. Sem ler árabe era impossível tirar proveito daquele manancial. Deixei o prédio da mesma maneira discreta como tinha entrado e voltei ao carro de Khaled, já fazendo planos de contratar um *fixer* árabe, fluente em inglês, que pudesse me auxiliar na compreensão daqueles documentos. Em seguida rumei para o hospital com os jornalistas que dividiam comigo o *fixer* e o veículo. Mas, em um acesso de exclusivismo, não comentei nada a respeito das informações secretas.

Chegamos ao Hospital Central de Trípoli poucos minutos depois. Em um dos pilares da entrada principal, percebi a existência de uma lista afixada. Nela constavam os nomes dos mortos mais recentes de ambos os lados, enumerados em cerca de uma centena de linhas. Era uma pequena parte das mais de 20 mil pessoas vitimadas desde fevereiro, de acordo com dados aproximativos reunidos pelo CNT. Os corpos anunciados na lista eram aqueles que ainda se encontravam na sala mortuária do hospital. A eles se somariam, nas horas seguintes, parte das dezenas de feridos em atendimento na Unidade de Terapia Intensiva, abarrotada de pacientes, muitos dos quais em estado muito grave.

Na ala de politraumatizados, uma pequena multidão se aglomerava à espera de atendimento. A situação só parecia mais calma onde Mohammed Hasin, 31 anos, e Ahmed Hayadi, vinte, dividiam espaço, a sala de recuperação, repleta de pacientes que, além de

seus ferimentos, teriam de resistir ao mau estado de higiene do local. O chão estava tingido por uma mistura repulsiva de sangue e uma fina camada de água embarrada. Cerca de cinco metros separavam os leitos de Hasin e Hayadi. Cinco metros e duas visões de mundo. O primeiro, ferido por uma bala ainda alojada em seu abdome, era rebelde; o segundo, que se recuperava com dificuldade de ferimentos provocados por estilhaços de um disparo de tanque, era um militar kadafista. Hasin já caminhava pelos corredores, mas ainda teria de se submeter a uma cirurgia para a retirada do projétil, alojado próximo aos pulmões. Animado, contava histórias do front, mostrava com uma desenvoltura difícil de entender a foto do cadáver de seu irmão mais jovem, Osama, trinta, morto havia dois meses em Trípoli, assim como um vídeo de outro corpo, o de seu algoz, um militar, franco-atirador, “reputado como sádico”, segundo ressaltou. Apesar da intensidade da violência que o cercava, seu discurso era otimista.

— Estou muito feliz — dizia, arriscando poucas palavras em inglês. — Meu país se livrou de Kadafi. A Líbia é muito rica, mas cheia de pessoas estúpidas. Kadafi era o mais estúpido deles, e vivia cercado de estúpidos.

Mesmo com as sequelas que trazia na carne e no espírito, ele não parecia se incomodar com a presença de Hayadi nas proximidades. Ferido durante os combates em uma fazenda numa cidade do oeste da Líbia, não longe de Nalut, o jovem soldado lamentava o conflito e dizia que seu país ficaria melhor sem o ditador — que ele defendia até um mês antes, quando fora atingido.

— Não gosto de Kadafi, mas o Exército era o meu trabalho — justificou, garantindo: — Nas minhas orações, peço a Deus para puni-lo.

Apesar de ser um militar em uma cidade controlada por insurgentes e em um hospital onde os funcionários eram a favor da revolução — não encontrei um só servidor contrário à insurgência —, Hayadi se sentia bem tratado por médicos, enfermeiros, guerrilheiros e suas famílias. Quando falamos, ele fez questão de agradecer aos rebeldes e aos médicos pelos cuidados que recebia. O jovem soldado não era, claro, o único no hospital com passagem pelas forças leais a Kadafi. Entre si, vários médicos comentaram estar assustados com a presença de kadafistas internados, segundo me confidenciou o cirurgião geral Lukman Kalfallah, de 29 anos. Só em 23 de agosto, durante os combates por Bab al-Azizia, disse-me ele, mais de cem militares ocupavam leitos de sua unidade, o que gerou temor de que o conflito fosse “importado” e se reproduzisse também no interior do prédio. Jamel, 46 anos, médico cirurgião sênior, confirmou-me que os homens leais a Kadafi chegavam às dezenas desde o início da ofensiva rebelde no oeste do país. A maior parte já havia partido, ou para casa, ou de volta para o front, ou para junto das tais 72 virgens. Cada qual levava consigo suas justificativas para seguir apoiando um líder reputado como inclemente. Esse era um dos pontos que me intrigavam na Líbia: as razões pelas quais o “coronel” ainda contava com grupos leais, em especial nas Forças Armadas. Hayadi dissera ser “um profissional” no Exército, o que explicava em parte minha dúvida. Jamel, porém, tinha uma análise mais global, baseada naquilo que ouvira de seus pacientes.

— Muitos militares creem que esta é uma guerra do Ocidente contra a Líbia, de invasores externos contra o nosso povo, ou ainda de cristãos contra muçulmanos — disse-me entre um e outro atendimento na sala de recuperação. — Em geral, os kadafistas têm muito baixa instrução, mas também lutam por um princípio: eles temem que o país se deteriore sem Kadafi.

Apesar dos temores gerados pelo conflito e pela convivência entre militantes pró e contra o regime, o hospital de Trípoli me parecia em excelente forma para uma cidade mergulhada em guerra. Lukman, Jamel e eu conversávamos sobre as condições de funcionamento da unidade quando os dois médicos abordaram o fato de a diretora do hospital estar desaparecida, após ter fugido nas horas seguintes à invasão de Trípoli. Tratava-se da dra. Hana Kadafi. Minha primeira reação foi de surpresa: Hana era o nome da filha adotiva do coronel, morta durante os bombardeios dos Estados Unidos na operação El Dorado Canyon, em 15 de abril de 1986.

Eu era uma criança terrificada pelo medo da guerra na época, mas lembrava de alguns detalhes, aos quais agreguei mais informações com o passar dos anos. Kadafi argumentava que os “ataques cirúrgicos” patrocinados pelo governo de Ronald Reagan tinham feito vítimas entre os civis. Entre os alvos, dizia ele, estavam prédios diplomáticos situados no centro da capital — como a embaixada da França —, escolas e até centros de reabilitação de portadores de deficiência física. Após os ataques, uma rádio líbia informara que parentes do coronel tinham sido feridos, mas nada disso podia ser verificado. Depois de três dias de informações precárias, surgiria a notícia de que Hana, um bebê de quinze meses, teria sido morta durante os bombardeios. Outros dois filhos do ditador, então com três e quatro anos de idade, também teriam ficado feridos no ataque à residência do líder líbio, em Bab al-Azizia. A partir de então, Kadafi lembrou ao mundo com alguma frequência que seu bebê era uma das vítimas da “barbárie norte-americana”, espécie de ícone da resistência. Ao longo dos anos, políticos como Fidel Castro prestariam homenagens à criança. Em 2006, o regime organizou o “Festival Hana para a paz e a liberdade”, em memória dos vinte anos do ataque, inclusive com artistas vindos dos Estados Unidos.

Lukman e Jamel me levaram a um escritório situado no primeiro andar do prédio. Lá, Hana Kadafi, médica formada em cirurgia geral pela Universidade de Trípoli, distribuía ordens e usufruía dos privilégios que o regime lhe proporcionava. Contrastando com a simplicidade do hospital, que enfrentava uma crônica falta de equipamentos, a filha de Kadafi dispunha de uma sala climatizada, móveis de preços elevados, tv com sinal de satélite, três telefones, uma máquina de café Nespresso e cosméticos Dior.

— Kadafi dizia ao mundo que sua filha tinha morrido em 1986, mas ela estava viva o tempo todo — garantiu Lukman, colega de Hana na universidade ao longo de sete anos. — Ela se formou no ano passado e, desde então, passou a vir a esse escritório, de onde dava todas as ordens no hospital, transferindo pessoas de quem não gostava e mandando em todos os setores.

Saif Mussaf, anestesista de 29 anos, também atestou a informação. Segundo ele, Hana mantinha uma vida secreta no hospital. Não assinava documentos e não tinha carimbos nem identificações visíveis. Além disso, dirigia a palavra a um número mínimo de pessoas, que Saif chamou de “poucos escolhidos”.

— Nunca nos falamos durante o ano em que ela trabalhou aqui. E ninguém jamais tocava no assunto de sua morte, embora todos soubessem da história.

Questionei-o sobre o porquê do silêncio. Saif respondeu com ar óbvio:

— Tínhamos medo de morrer.

A conversa logo pareceu um acerto de contas entre os jovens médicos, que tinham vivido sob a lei do silêncio desde a faculdade. Com uma pitada de veneno e deboche, Rajab al-Ladsta, outro cirurgião sênior do hospital, que se aproximara para detalhar a história, garantiu que acompanhara Hana em exercícios nos seus primeiros meses de trabalho.

— Ela não era muito boa. Não tinha experiência — disse, com menosprezo.

Lukman era mais complacente. Apesar de ter poucos amigos e de trabalhar acompanhada de seguranças, Hana era uma boa pessoa, que tratava os demais médicos e os pacientes com cuidado e respeito. A revolução, no entanto, tinha mexido com seus brios e com seu comportamento. Nos últimos seis meses, depois da eclosão dos levantes em Benghazi, ela se mostrava arredia, às vezes agressiva com seus colegas. Desde a ofensiva sobre Trípoli, estava desaparecida, sem que seu paradeiro fosse conhecido, assim como o de toda a família Kadafi.

— Tínhamos medo dela. E acho que ela de nós — disse Lukman.

Embora fosse contada com riqueza de detalhes por médicos sérios, respeitados pela sociedade líbia, a história de Hana me parecia tão inacreditável que eu ainda não me sentia de todo convencido de se tratar da mesma pessoa. Minha primeira reação ao voltar ao hotel foi jogar seu nome no Google. O resultado foi surpreendente: entre algumas poucas reportagens, havia um ótimo texto do jornal britânico *The Telegraph*, datado de 12 de agosto e assinado por James Kirkup e Holly Watt, sobre as dúvidas que pairavam a respeito da suposta morte de Hana. Enquanto eu ainda buscava elementos e tentava apurar melhor o caso, recebi um e-mail de Lourival Sant’Anna, outro enviado de *O Estado de S. Paulo*, repórter experiente que chegara a Trípoli horas depois de mim. Ele havia estado em Bab al-Azizia, nos mesmos prédios que eu visitara. Por uma incrível e feliz coincidência, meu colega tinha uma informação preciosa sobre o mesmo tema: fotografias de Hana, incluindo uma ao lado de sua irmã, Aisha, e um certificado de proficiência em inglês emitido em 2007 pelo British Council. Sua morte era uma farsa do regime. Mais uma.

Ainda que enfrentando a escassez de leitos, de materiais e de equipamentos, a situação do Hospital Central de Trípoli me surpreendera por estar sob controle e administrada por um corpo médico responsável. O pior viria de outra unidade de saúde, cuja existência eu até então desconhecia. Em Abu Slim, distrito popular da periferia de

Tripoli, os confrontos haviam deixado um rastro macabro, revelado pela rede de tv Al Jazeera: mais de cinquenta pacientes, a maioria supostos soldados pró-regime, tinham sido abandonados dentro e fora do hospital local, em meio ao conflito. Ali, definhariam até a morte. Ao tomar conhecimento da informação, parti para Abu Slim.

Quando cheguei, o cheiro se fazia presente a céu aberto a tal ponto que, no portão do hospital, voluntários distribuíam máscaras cirúrgicas para os jornalistas que se aproximavam. Minha primeira impressão foi a de me deparar com as imagens mais atrozés que eu havia visto em seis meses de violência. Agentes de saúde pública tentavam, com o auxílio da população local, retirar os cadáveres e iniciar a limpeza do hospital. Trazidas para o lado de fora do prédio, as macas nas quais jaziam as vítimas eram inclinadas até que os corpos fossem jogados ao chão, recobertos por grandes superfícies de plástico. Eram então cobertos por um pó branco destinado a estabilizar o odor e protegê-los dos insetos que se aglomeravam. Para removê-los, os agentes rolavam várias vezes os corpos sobre um plástico, até que estivessem protegidos por várias camadas do material. Depois amarravam o plástico na altura dos pés e da cabeça. O cadáver era enfilegado e jogado em caminhões abertos e sem refrigeração, que o levavam para o necrotério — se houvesse vagas. Acompanhei esse processo duas ou três vezes, lamentando cada instante a degradação que presenciava.

Então entrei no prédio. O retrato cruel da guerra era o mais completo possível. Atirados em leitos, fechados em salas cujo piso estava coberto de poças de sangue, as dezenas de vítimas jaziam sobre macas ou jogadas ao chão. Moscas e larvas empestavam o ambiente. Os cadáveres estavam inchados e alguns deles não resistiam íntegros à remoção, pelo estado de putrefação. O cheiro no interior do prédio era abominável, nauseabundo. Precisávamos prender a respiração para resistir. E era necessário resistir, prosseguir e registrar as imagens, porque havia a suspeita de que as últimas vítimas — a maioria de tez escura, vários deles vestindo roupas militares — pudessem ter sido executadas a sangue-frio, em um evidente crime de guerra. A posição de braços e a inclinação do tronco de alguns corroboravam a versão: os mortos tinham sido deixados à agonia por médicos e enfermeiros, e vários deles pareciam haver tentado buscar auxílio e padecido o horror até a morte. Ao observar a cena, tive dificuldade de encontrar palavras para expressar em minhas anotações o que sentia.

— É um desastre — disse-me um voluntário, definindo o que víamos.

Os testemunhos que colhi em Abu Slim indicavam que o hospital teria sido transformado em pronto-socorro militar das forças leais a Kadafi durante os confrontos por Tripoli. Encurralados, médicos e enfermeiros teriam abandonado a unidade, deixando os pacientes agonizantes para trás. Eles teriam morrido ao longo dos últimos três dias, sem socorro. Quando passei de uma ala para outra do prédio, Mohammad Sanoussi, homem de 28 anos, segurou-me pelo braço e disse, com indignação no olhar:

— Veja o presente que Kadafi deixou ao povo líbio.

Outro voluntário, Houssaim Radjab, 35 anos, motorista de um dos caminhões que fazia a remoção dos corpos, veio até mim enquanto eu fotografava. Falamos por breves

instantes, porque ele não tinha tempo a perder. Me procurou para pedir que eu escrevesse apelando pelo socorro de organizações internacionais, porque temia que outros locais de Trípoli e da Líbia estivessem na mesma situação.

— Nós precisamos de ajuda urgente — desabafou.

E precisavam mesmo. Além dos cadáveres, que eram retirados do interior do prédio, Houssaim revelou que na área externa pertencente ao hospital mais algumas dezenas de corpos estavam empilhados em um terreno gramado, a cerca de cem metros do pórtico de entrada. Fui até lá. O que se passava ali era humilhante. Além dos cadáveres atirados ao chão, protegidos apenas pelo mesmo pó químico que impedia o assédio de insetos, dezenas de macas encharcadas de sangue se acumulavam e transmitiam a noção precisa do número de mortos naquela tragédia. Entre corpos e leitos caminhavam alguns libios em busca de seus entes desaparecidos em meio ao conflito.

Trípoli dava sinais de mergulhar no caos. Abobaker Mustafa Abushahma, ativista vindo de Misrata para enfrentar as tropas leais kadafistas, procurava no hospital o quarto irmão, Mohamed, cujo paradeiro era desconhecido. Desde o início do conflito, ele já tinha perdido dois irmãos, Khaled — cuja morte, dizia ele, tinha motivado as revoltas na cidade em 17 de fevereiro — e Emead, em 15 de abril. Outro, Ali, estava desaparecido desde o início dos conflitos.

— Achei seu carro, mas continuamos sem notícias dele — disse-me, inspecionando entre os cadáveres. Como sua missão ali era urgente, Abushahma me passou seu endereço de Skype e seu telefone celular para que voltássemos a conversar quando de minha futura passagem por Misrata. Desde então, não consegui mais contato com ele.

Enquanto os voluntários trabalhavam na limpeza, procurei a versão dos rebeldes que faziam a segurança durante a operação de remoção dos corpos. Segundo eles, os mortos seriam soldados kadafistas ou mercenários do regime vindos da África subsaariana. Mas, em meio a todo aquele desterro, essa versão podia ser confirmada sem dificuldade. Mesmo que os cadáveres fossem de soldados e mercenários, deveriam receber tratamento digno, o que não era o caso. Além disso, existiam civis entre os corpos. E as circunstâncias das mortes eram muito suspeitas. Havia indícios, por exemplo, de execuções sumárias praticadas no hospital. Entre lúgubres curiosos e os voluntários que trabalhavam, vi várias pessoas à procura de respostas. Radia Selem, 39 anos, encontrara seu filho entre os corpos. Desaparecido havia seis dias, Mahmoud Abdel Aziz, dezesete anos, tinha saído para ir ao comércio local quando desapareceu. Testemunhas disseram à mãe tê-lo visto atingido no fogo cruzado entre militares pró-regime e rebeldes.

— Ele não era militar, era estudante. Estavam acontecendo os combates e ele foi ferido e trazido para cá — contou a mãe, que não lamentava em particular o destino do filho, mas não conseguia esconder a tristeza em relação à extrema deterioração social à qual o país havia chegado. — Deus quis assim. Já Kadafi quer nos matar a todos. Não entendo por que todas essas pessoas têm de morrer por causa dele.

Apesar do amplo apoio da população de Abu Slim ao regime, nem Radia nem qualquer outro morador denunciou naquele instante nenhum tipo de violência que pudesse ter sido cometido por insurgentes contra os militares mortos no hospital.

Ao deixarmos o prédio, Khaled, nosso *fixer*, também técnico em saúde, estava arrasado com a violência. O hospital era o mesmo no qual ele havia realizado seu estágio profissional. Por ter convivido com os moradores da região, Khaled tinha sua própria interpretação para o silêncio diante dos prováveis crimes de guerra cometidos naquele prédio.

— Em Abu Slim, as pessoas são como camaleões; apoiaram Kadafi até o último momento, mas agora são todos revolucionários.

Ao entrarmos no automóvel que nos levaria de volta ao Mehari, o cheiro de cadáver e de sangue impregnado em roupas e calçados só não era mais forte do que o abatimento causado pelas imagens que trazíamos gravadas em nossa memória — para sempre.

Ao voltar para o hotel, recebi a informação de que, embora os combates ainda não tivessem cessado na periferia de Trípoli e em diversas cidades do país, o CNT dera um sinal de abertura política ao escolher, como sede do governo provisório, o Ministério da Segurança Nacional, órgão que centralizava as operações de polícia e dos serviços secretos e a repressão aos dissidentes. A metamorfose do ministério, localizado no centro da capital, entretanto, seria lenta.

Pela manhã, alguns poucos jornalistas tínhamos ingressado no prédio, onde já estavam trabalhando os primeiros representantes do CNT nomeados para providenciar a transição de poder. No interior, as salas — entre as quais a de Mutassim, filho de Muamar Kadafi e ex-chefe da segurança interna do país — indicavam a passagem devastadora dos rebeldes. Móveis e aparelhos eletrônicos estavam depredados, e documentos sigilosos, revirados. Segundo relatos dos insurgentes, pelo menos duas pessoas tinham sido libertadas de salas nas quais estavam presas pelo regime. No interior do edifício, os rebeldes também tinham encontrado diferentes passagens secretas e um servidor informático que, suspeitavam, reunia as informações dos 68 mil presos políticos do regime. A perspectiva dos representantes do CNT era de que em uma semana fosse possível instalar ali o Conselho Nacional de Trípoli. Médico de 48 anos, Ragheb Mabruk era o encarregado da tarefa. Tratava-se da primeira pessoa com a qual eu trocava ideias a respeito da sucessão no comando do país, um processo cuja dimensão estava sendo menosprezada por mim e pela maioria: o Estado líbio não precisaria ser reconstruído após a revolução, mas construído — um desafio incalculável.

— Vamos começar do zero — ele resumiu.

Até em razão da implosão de um Estado já frágil, em Trípoli a vida durante o conflito se tornava cada vez mais difícil, mesmo que os combates perdessem intensidade com o passar dos dias. Por toda a cidade, a população civil sofria com a falta crônica de

água e com as noites sem energia elétrica, o que por sua vez ampliava a sensação de sufocamento do verão líbio. O fluxo de pedestres e de veículos, assim como o funcionamento do comércio, continuava muito restrito, um indício de que a maioria ainda demonstrava receio de sair às ruas. Mas a carência cada vez mais visível era a de combustível. Desde os primeiros dias após a tomada da capital pelos rebeldes, o preço da gasolina havia subido muito em razão da escassez. Com o passar do tempo, as filas começaram a se estender em frente aos postos, a ponto de muitos motoristas dormirem várias noites dentro de seus veículos à espera de atendimento. Como aconteceria em qualquer lugar do mundo nessas circunstâncias, uma rede paralela de fornecimento se consolidava, e toda artimanha para furar a fila seria empregada por um galão de gasolina.

Em lugar nenhum do planeta esse problema seria simples. Mas na Líbia havia um agravante: em 42 anos, o regime de Kadafi jamais construiu uma rede de transporte coletivo, pública ou privada, digna desse nome. Todo e qualquer longo deslocamento precisava ser feito em veículos de passeio, o que tornava premente a necessidade de combustível. Com a rede de hospitais saturada, a saída em muitos casos era buscar atendimento na Tunísia. Mas como fazê-lo sem gasolina? O tema era tão urgente que um burburinho nas ruas dizia que os rebeldes enfrentariam uma espécie de contagem regressiva: quanto mais demorassem para restabelecer as necessidades básicas, mais breve seria a paciência da população — e menor seu apoio em um momento crucial de transição. Preocupado, o CNT mobilizara o então ministro de Petróleo e Finanças, Ali Tarhouni, para tentar reativar o mais rápido possível a exploração de óleo, para reanimar a economia e acabar com as restrições. O paradoxo dessa situação era que a Líbia, dona de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, enfrentava um racionamento feroz e a necessidade de importações.

Muitas das privações vividas pelo povo líbio se faziam sentir pelos jornalistas no hotel Al-Mehari, embora ainda tivéssemos luz na maior parte do dia graças a geradores. Também podíamos contar com um serviço de internet modesto, lento e instável demais, mas um luxo inesperado em um país paralisado pela guerra. O pior problema, porém, eram os cortes no fornecimento de água, iniciados no segundo ou no terceiro dia após a reabertura do hotel. Até então, os hóspedes podiam contar com caminhões-pipa, que abasteciam alguns pontos da cidade, mediante pagamento. Logo, entretanto, a escassez se mostraria mais forte, como aconteceu com o resto da cidade. Em questão de horas, os banheiros coletivos do hotel ficaram intransitáveis — todos tentavam preservar seus próprios quartos. Em um momento em que eu observava a situação da cidade da sacada do hotel, percebi que um jornalista ocidental usava a piscina, cuja água era límpida nos primeiros dias, para banho. A ideia foi seguida por mais alguns repórteres estrangeiros. No dia seguinte, a água estava amarelada, no terceiro, esverdeada. Sob uma temperatura média de 37 graus no mês de agosto, a higiene se tornaria um problema crítico, uma privação também enfrentada pela população local.

Não bastassem os transtornos que se multiplicavam pela capital, a Líbia vivia o mês do Ramadã. Embora nós, jornalistas ocidentais, não fôssemos muçulmanos,

acabamos sendo levados a hábitos não muito diferentes da população local, que não se alimentava nem se hidratava entre o final da madrugada e o início da noite. Isso porque não havia restaurantes abertos em Trípoli. Em tempos de guerra, também era possível contar nos dedos os mercadinhos em funcionamento. Quando os encontrávamos, fazíamos grandes compras de água, refrigerantes e biscoitos salgados, solução que durante vários dias foi uma alternativa de alimentação. Não raro, passávamos os dias em jejum.

O mais crítico, contudo, era a insegurança que advinha da guerra. E ela não tinha só relação com a presença de homens armados em cada ponto para o qual olhássemos. Eu não me sentia ameaçado pelas armas, mas pelo fato de que os rebeldes atiravam o tempo todo para o alto, sem direção precisa. O risco mais evidente era bem conhecido de qualquer brasileiro: a bala perdida. A grande maioria de nós usava coletes à prova de balas e capacetes, mas a população local não dispunha da proteção. Além disso, era impossível estar protegido 100% do tempo. Com o passar dos dias e com a redução das frentes de combate, o uso do colete passou a ser menos frequente. E era precisamente essa “adaptação” que gerava mais perigo. Em um final de noite no Mehari, vários de nós, jornalistas, nos reunimos no pátio interno, onde em tempos normais funcionava um bar. Nele, trocávamos impressões sobre o conflito, discutíamos os rumos do país e lembrávamos histórias de coberturas passadas — algumas dramáticas, outras engraçadas, uma forma de escapar da tensão permanente gerada por uma cobertura de conflito. Entre estrangeiros que se aproximavam e partiam depois de algum papo rápido, estávamos alguns brasileiros reunidos, como Samy Adghirni, Apu Gomes, Humberto Trezzi e eu, em torno de uma mesa. Ao fundo, os estampidos seguiam ecoando, assim como os projéteis vermelhos e fumegantes de canhões antiaéreos continuavam a rasgar o céu escuro. Por serem permanentes, esses disparos já não preocupavam mais. Este era o problema: a desatenção. Enquanto conversávamos, uma mesa de vidro a não mais de dois metros de nós estourou em estilhaços, atingida por uma bala perdida.

Ainda que os riscos persistissem, uma semana depois da invasão rebelde e do levante em Trípoli a evolução do conflito em favor dos insurgentes era cada vez mais clara. Os combates se limitavam a pontos específicos da periferia, os bombardeios da Otan tinham cessado e cada vez mais ativistas se dirigiam para Bani Walid e para Sirte em apoio à ofensiva que se preparava nas duas cidades, importantes enclaves leais a Kadafi em uma Líbia quase liberada do regime, mas ainda receosa pela resistência do ex-ditador, pelo desaparelhamento de sua família e de outros líderes políticos.

Ao longo dos primeiros dias, acostumei-me a dormir sob as salvas de tiros de canhões antiaéreos. Cerca de dez dias após o início da Batalha de Trípoli, era o silêncio que começava a me chamar a atenção. Em uma madrugada do final de agosto, fui acordado pela oração de fim de Ramadã na capital. Não havia tiros. O canto ecoava pela cidade escura, pacificada por um instante. Mesmo com as ameaças que ainda pairavam, um certo sentimento abstrato de reconforto era mais e mais perceptível nas ruas da capital. Constatar essa evolução sem entendê-la de todo foi uma das sensações mais estranhas e desafiadoras que já tive o prazer de vivenciar. Durante um percurso de

automóvel em Trípoli, observei o movimento de famílias inteiras que circulavam vestidas com as cores da revolução em direção a um pequeno parque de diversões que reabriria às margens do Mediterrâneo. Era um final de semana, e havia ali um nítido esforço de todos, pais, mães e filhos, de recobrar a rotina e de devolver a alegria às crianças, tão impactadas pelos medos decorrentes da guerra. Observando aquela cena, me dei conta de que eu tinha conhecido a Líbia em três diferentes estados: o do monitoramento ostensivo por um Estado policialesco, quando Kadafi estava sólido no poder; a seguir, no instante exato dos levantes, um momento de efervescência social e de esperança inigualável; e, enfim, o do sucesso da revolução. Senti então que havia algo de novo e incipiente na atmosfera, uma sensação etérea, sedutora e sublime: liberdade.

Desde que retornei a Trípoli, além de observar todas as instalações militares e de órgãos de segurança pelos quais passava, sempre que possível eu tentava acessá-las, na expectativa de identificar o local em que Ghaith e eu havíamos sido aprisionados no início da insurgência — algo que de certo modo vinha se tornando uma obsessão. Ao longo de vários dias, Khaled e eu visitamos diferentes prédios do regime cujas fachadas eram semelhantes à da prisão em que estive — que eu tinha podido vislumbrar no momento de minha libertação. Estivéramos na prisão de Abu Salim, onde, em 1996, 1200 prisioneiros haviam sido massacrados em uma operação comandada pelo governo de Kadafi — um dos maiores crimes contra a humanidade cometidos pelo regime. À noite, ao retornar ao Mehari, eu marcava em um mapa feito à mão em meu bloco de notas todos os locais que conseguia visitar ao longo do dia em busca da resposta. Sempre que possível, agregava uma nova pista. Uma delas nos levaria a uma localidade retirada, situada na periferia da capital: Khilit al-Ferjan, no distrito de Salaheddine, reputado como fiel reduto kadafista.

Na manhã de sábado, 27 de agosto, Khaled, Jean-Louis, Marc, Deborah e eu nos encontrávamos na região, eu à procura da instalação em que tinha sido detido, eles verificando instalações militares bombardeadas pela Otan. Em um dos quartéis da 32a Brigada, ou “Brigada Khamis”, ouvimos rumores de corpos localizados em uma prisão nas imediações. Passamos a procurar o local e com o passar dos minutos as informações se tornaram mais precisas: as ossadas encontradas apontavam para a possibilidade de que mais de 150 rebeldes tivessem sido massacrados enquanto presos pelo regime. Tratava-se de dissidentes não armados encarcerados em um galpão próximo à base militar de Khilit al-Ferjan, a maior do ex-governo, executados a tiros e a maioria carbonizada. A notícia se espalhou muito depressa pelo distrito e isso facilitou a localização do ponto exato em que a chacina tinha acontecido.

Em poucos minutos Khaled apontou seu Peugeot 306 na entrada de um terreno baldio cercado com altos muros. Minha primeira reação ao descer do veículo foi reconhecer o cheiro penetrante e inconfundível de cadáver. Logo deparei com cenas ainda mais impressionantes do que as dos massacres cometidos nas imediações do Aeroporto Internacional de Trípoli e no Hospital de Abu Slim. Um galpão sem janelas, construído

com telhas de zinco, fora transformado em uma casa do horror. Dentro, dezenas de ossadas humanas se espalhavam em meio às cinzas dos corpos. Várias delas apresentavam crânios perfurados, uma evidência de execução, ou costelas e outros ossos fraturados, possível indício de torturas ou de ferimentos a bala. A imagem, perturbadora, não era a única terrível. Do lado de fora do galpão, três corpos em putrefação não haviam sido incinerados. Pelo menos um deles tinha os pés amarrados, mais um sinal de crime de guerra.

Orientado por moradores da região, caminhei até um terreno vizinho, onde encontrei outros corpos em condições semelhantes jogados em meio a arbustos. A cerca de cinquenta metros do local, duas crateras, escavadas por máquinas, foram usadas para sepultar as vítimas, eliminando as provas mais evidentes — segundo suspeitavam alguns dos líderes rebeldes que examinavam o local. Entre a pequena multidão que circulava pela cena do crime, o médico Salem Hajab, vizinho da instalação militar, dizia ter ouvido o ataque que resultou nas mortes, sem poder intervir.

— Na terça-feira ouvi tiros e o ruído de detonação e vim até aqui. Então vi atiradores de elite nos telhados e recebi ordem para ir embora — dizia aos jornalistas, manifestando certeza sobre a intencionalidade do incêndio e das crateras escavadas: — É evidente que queriam eliminar as provas.

Como o local tinha sido encontrado poucas horas antes, várias das testemunhas dos acontecimentos ainda esperavam a chegada da imprensa internacional, de organizações de defesa de direitos humanos e de autoridades do CNT. Os testemunhos que pude colher eram convergentes e inequívocos: as vítimas foram alvejadas com disparos de metralhadoras por soldados e mercenários do regime, e a seguir, queimadas. O crime havia sido descoberto na noite de sexta-feira por moradores da região, mas as execuções remontavam à noite de terça, quando as tropas ainda tinham o controle da periferia. Dr. Hajab se mostrava convicto de que os soldados agiram por vingança. Ao ouvir sua interpretação, lembrei das ameaças que recebêramos na prisão horas após o assalto fracassado de grupos insurgentes: se acontecesse de novo, e na iminência de uma derrota, nós, os prisioneiros, seríamos executados antes, dissera um oficial. Logo, a análise do dr. Hajab fazia sentido.

Esse raciocínio era ainda mais plausível porque todas as vítimas tinham participação em movimentos rebeldes locais. Eram, normalmente, homens responsáveis por fomentar a insurgência em diferentes cidades rebeldes da Líbia. Eles teriam sido mantidos enclausurados no galpão de zinco — sob o sol escaldante de quase quarenta graus — ao longo de dez dias. Por volta das sete e meia da noite de uma terça-feira, seus “pesadelos se tornaram um inferno real”, segundo a expressão que ouvi de um dos sobreviventes. Oficiais do Exército e mercenários teriam vindo até o terreno no qual se localizava o galpão, aberto a porta e anunciado que os detidos seriam libertados. Minutos depois, voltaram a abrir a porta, mas para alvejá-los com rajadas de metralhadora. Para escapar da chacina, alguns dos dissidentes simularam ferimentos graves ou se fingiram de mortos. Em um momento de desatenção dos militares, parte conseguiu fugir correndo.

Perseguida, a maioria foi abatida nas ruas em volta da instalação — o que explicava os corpos nos arredores do terreno principal. Mas alguns poucos, como Mustafá Etri, advogado de 27 anos, ou Taha Gazi, engenheiro de comunicações três anos mais velho, tinham conseguido escapar. Ambos foram presos por apoiar o movimento rebelde, mesmo sem pegar em armas. Detido em Zliten havia mais de dez dias, Gazi fora transferido para Khilit al-Ferjan, onde boa parte dos presos sofria sessões diárias de interrogatórios e espancamentos. Na terça, dia do massacre, ele escapou da morte escondendo-se entre os cadáveres de seus colegas.

— Eu sentia os tiros de metralhadora atingindo os corpos que estavam sobre mim. Em determinado momento, a munição acabou. Eles desapareceram por mais ou menos dois minutos. Quando voltaram para incendiar o galpão, eu já tinha escapado — contou-me, com um olhar distante, expressão acentuada pelo relevo dos ossos do rosto macérrimo.

Gazi narrava sua história de terror com uma postura sóbria, sem manifestar emoções, com algum distanciamento. Reconheci no seu discurso uma certa indisposição para entrar em detalhes, talvez acompanhada de incompreensão ou até mesmo da negação do que se passara. Guardadas todas as proporções — todas —, me lembrei de mim mesmo. E lembrei que recontar a prisão e as ameaças que tínhamos sofrido me parecia — e ainda parece — insuportavelmente banal diante da dor de quem não teve a mesma sorte. Agradei a Gazi e deixei-o em paz.

O massacre brutal acendeu o sinal de alerta dentro e fora da Líbia. Khilit al-Ferjan seria dali para a frente não apenas o nome de um quartel das forças comandadas por Khamis Kadafi e destruído pelos bombardeios da Otan. Designaria mais uma das atrocidades da guerra na Líbia, que vinham sendo descobertas com frequência nas últimas horas. O pior é que não se tratava apenas de crimes de soldados fiéis ao regime. Informada pelas testemunhas e preocupada com a escalada aterradora do conflito, a Anistia Internacional pediu a intervenção estrangeira pela imediata interrupção dos massacres, que se repetiam, exortou as forças leais a interromper as execuções de detentos e defendeu que ambos os lados assegurassem que os prisioneiros sob sua custódia não fossem feridos. Ao longo do mesmo fim de semana, aliados da Otan e o próprio CNT reconheceram que uma onda de vingança estava em curso no território líbio após seis meses de conflitos. O risco era de as exações cometidas por militares e milicianos em retirada, mas também por rebeldes, inviabilizarem um governo de união nacional no pós-kadafismo.

A preocupação envolvia a fundo o CNT. No mesmo sábado, um dos imãs mais influentes do país, xeique Wanis Mabrouk, célebre pelos discursos inflamados contra o regime, pediu sangue-frio aos rebeldes, definindo a revolução como “a da liberdade e do islã”, sem espaço para a revanche.

Mustafa Abdel Jalil, chefe do CNT, também admitiu sua preocupação com as execuções cometidas pelos militares, mas centrou seu foco em “certos atos de alguns dos chefes revolucionários”, referindo-se aos crimes de vingança em curso. Na terça-feira, ele

já havia afirmado que as matanças podiam levá-lo a abandonar o cargo. Os alertas sobre a onda de revanche também seriam feitos pelos principais países aliados do CNT. Em Washington, Hillary Clinton classificou o momento como “crítico” e afirmou que o Conselho Líbio deveria ser firme contra atos de “violência extremista”. Na Europa, Catherine Ashton, vice-presidente da Comissão Europeia, repetiu essa advertência, enquanto Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, chamou a atenção para a urgência do restabelecimento “da ordem e da estabilidade”. Para pressionar os rebeldes, os aliados condicionaram ao controle da situação a ajuda financeira para a reconstrução do país, que seria definida na Conferência de Paris em 10 de setembro de 2011. O objetivo era evitar que as exações resultassem em algo semelhante ao pós-guerra no Iraque, quando a dissolução do Exército abriu espaço para a vingança contra os membros do Partido Baas e os sunitas pró-Saddam Hussein. Apesar da mobilização internacional, os crimes prosseguiram ao longo de meses — e continuam até este momento.

Apesar da relevância da cobertura do conflito na Líbia, eu me sentia cada vez mais incomodado com um fato: era impossível contatar a maior parte de minhas fontes no país. Sem elas, meu acesso a alguns gabinetes e a documentos relevantes sobre o regime estava limitado, o que prejudicava alguns dos meus objetivos mais imediatos no país. Com isso, voltei minhas atenções aos prédios dos serviços de informação. O primeiro ao qual retornei foi o do Mukhabarat el-Jamahiriya. A situação, entretanto, tinha mudado. Havia uma guarda rebelde tomando conta do prédio, o que me obrigaria a negociar o ingresso com o CNT. Conversando a respeito com o jornalista mauritano Lemine Ould Salem, do jornal suíço *Le Temps*, eu soube que o edifício de outro serviço secreto, dessa vez militar, o Itkhbarat, destruído por um bombardeio da Otan meses antes, também estava sendo monitorado por rebeldes, mas o acesso não seria tão difícil. Lemine o visitara e encontrara milhares de documentos abandonados, como aconteceu comigo quando entrei no Mukhabarat.

Alguns deles indicavam que o regime tinha agentes infiltrados no CNT durante todo o tempo da revolução. Rumei para o local, no centro de Trípoli, a quinhentos metros do Hospital Central, vizinho da residência dos médicos estrangeiros e do hotel Rixos, onde se situava parte da imprensa estrangeira. Ao chegar, percebi já haver passado por aquele local sem ter a certeza de se tratar de um centro de espionagem. Usei o argumento de que queria conferir se aquele era o prédio onde eu estivera preso — um argumento real e que, por boas razões, abria portas entre rebeldes em Trípoli. O discurso me faria ser apresentado a um certo Mohamed, um agente do Itkhbarat que se orgulhava de ter exercido a função de espião duplo, contribuindo para o CNT durante a revolução. Ele franqueou minha entrada no edifício e me conduziu por suas dependências arrasadas pelos bombardeios, inclusive pela sala de Abdullah al-Senussi, cunhado de Kadafi e temido diretor do serviço de espionagem do regime, destruída por um rombo de mais ou menos 10 metros de diâmetro aberto no concreto por uma bomba da Otan.

Mohamed me explicou que a sede do Itkhbarat era um dos centros nervosos do Estado policialesco montado por Kadafi. Até por isso fora destruída por bombardeios da Aliança Atlântica. Entre os documentos que ele me apresentou, alguns demonstravam que, ao desmornar às vésperas de seu aniversário de 42 anos no poder, o regime de Kadafi tinha uma precisa noção da força militar dos rebeldes que o cercavam a partir de Zintan, Misrata e Benghazi. A ditadura conhecia cada um dos homens que comandavam a oposição, mesmo os de menor escalão, e trabalhava para sabotar o movimento insurgente por dentro das estruturas do CNT. Os papéis tinham sido abandonados por ninguém menos do que Sanussi e por seus assessores em algum momento antes da batalha pelo controle da capital.

Entre os arquivos, estavam documentos do próprio CNT, alguns dos quais assinados e impressos com papel timbrado nas cores da bandeira revolucionária. Neles constavam informações como os nomes e as funções de cada um dos líderes da rebelião e de membros de segundo escalão. Fotos revelavam os rostos e os encontros realizados entre os insurgentes de Benghazi e de Zintan, as duas cidades que mais desafiavam o regime. Mapas das montanhas de Nefusa — onde os rebeldes organizaram o ataque a Zawiyah, crucial para a conquista de Trípoli — indicavam as armas à disposição dos insurgentes, os veículos de guerra e a posição dos homens. Em troca das informações, o regime kadafista subornava insurgentes de Benghazi e Zintan com dinheiro e bens úteis em meio ao caos líbio, como telefones via satélite. Além disso, garantia a segurança dos traidores.

O modus operandi do regime, revelado pelos documentos, não surpreenderia à população de Trípoli, acostumada com a onipresença dos serviços de segurança e a espionagem ostensiva, prática cotidiana da ditadura. Em Paris, o advogado da família de Kadafi na Europa, Marcel Ceccaldi, me garantiu meses depois que o próprio general Abdel Fattah Younis, comandante militar do CNT em Benghazi no início da revolução, era um agente duplo e mantinha contato com o regime até ser assassinado.

Com a colaboração de rebeldes, visitei por dois dias consecutivos o prédio, antes que ele fosse fechado à imprensa internacional após a veiculação de uma reportagem da Al Jazeera a respeito de documentos que comprovavam a relação próxima entre parlamentares dos Estados Unidos e o regime. Então aconteceu o que eu temia: por pressão dos países ocidentais, o CNT colocou katibas rebeldes em cada instalação dos órgãos de segurança, inviabilizando minhas tentativas de acesso aos prédios.

Com isso, tinha chegado a hora de deixar Trípoli. Às vésperas de minha partida, porém, tive uma surpresa: havia vários dias — ou melhor, vários meses — eu procurava dialogar com partidários do regime, sem jamais encontrar declarações enfáticas e genuínas de apoio ao “coronel” que não fossem de “apoiadores” destacados por agentes de segurança para falar bem de Kadafi. Quando não procurava mais, encontrei. Entre o cerco realizado pelo regime a cidades como Misrata e Zintan, ao longo do primeiro semestre de 2011, e a reversão total do quadro, com a vitória dos opositoristas na batalha por Trípoli, o número de admiradores do líder líbio tinha minguado até quase desaparecer.

Quase. Mesmo intimidados pela vitória da revolução, os seguidores do regime aproveitavam as circunstâncias favoráveis, quando se sentiam ao abrigo dos rebeldes armados que controlavam a capital, para defender os anos de ditadura. Os testemunhos dos fiéis ao regime apareceram por acaso. De volta ao bairro de Abu Slim, o maior reduto kadafista de Trípoli, Khaled e eu aguardávamos em uma borracharia o concerto do estepe de seu carro quando dois homens saíram em defesa do regime. O primeiro, de cerca de cinquenta anos, hostilizou Khaled, acusando-o de colaborar comigo.

— Por que você está com esse jornalista? Não sabe que eles atiravam na gente? — questionou, em tom exaltado, confundindo a imprensa com os bombardeios da Otan e argumentando: — Se querem a revolução, por que não atiram em Kadafi? Por que matam o povo? Kadafi era o único que nos defendia!

Presente durante a discussão, Hakim Ali, quarenta anos, funcionário da gráfica de uma editora de livros, foi mais contido, mas também revelou suas preferências quando puxei assunto sobre o sujeito que acabara de gritar e se retirar, protestando. Tratava-se de um homem gentil, bem-apegoado, alto e vestindo um traje longo. Tinha um tom ponderado e reflexivo e fazia concessões que evidenciavam não se tratar de um radical. Na sua visão, nas manifestações pró-regime realizadas em favor de Kadafi na antiga praça Verde, no centro de Trípoli, havia militância “paga” pelo governo, em especial funcionários públicos e pessoas de comunidades carentes. Mas também, assegurou ele, muitos admiradores de Kadafi.

— Eu, por exemplo, gostava de Kadafi antes da revolução. É verdade que todo o dinheiro da Líbia ia para ele mesmo e para a sua família e que alguns poucos se beneficiavam. Mas as pessoas não morriam como agora — argumentou Ali, para quem o “coronel” sabia que podia contar com uma fatia da população, mesmo que ela estivesse em silêncio naquele momento, quando do triunfo dos insurgentes. — Kadafi pensava que todo o povo o apoiava. Não era verdade. Mas até hoje há muitas, muitas pessoas a seu favor. Elas só não falam porque têm medo.

Khaled acenou com a cabeça, em sinal de concordância, e me contou que grande parte das adesões à insurgência em Trípoli havia sido tardia, quando o regime já perdia fôlego e estava desestabilizado. Um de seus melhores amigos, recordou, era kadafista até o início do Ramadã. Os dois tinham rompido a amizade pela visão oposta que tinham a respeito do regime e da revolução. Após a tomada de Trípoli, Khaled o reencontrara trabalhando em um checkpoint rebelde, armado com uma AK-47.

Esses testemunhos me levaram a deduzir que Kadafi, embora caçado pelos opositoristas e pela Otan, talvez ainda pudesse contar com focos de apoio em algumas tribos e centros urbanos do país, como Sirte. Era para lá, a terra natal de Kadafi, que o teatro das operações militares na Líbia já começava a se deslocar. Um cerco estava sendo organizado em torno da cidade, até então a mais fiel ao regime deposto, ao lado de Bani Walid. Por ironia, o sítio seria liderado por uma maioria de rebeldes de Misrata — um mau prenúncio, dado o anseio de vingança de parte da população misrati, a que mais sofrera nas mãos das tropas leais ao governo durante a revolução. As katibas insurgentes

mais próximas já estavam a cem quilómetros de Sirte. Havia uma péssima notícia no ar: com Kadafi ainda livre, a queda de Trípoli não encerrava o derramamento de sangue na Líbia.

Durante semanas o comando do CNT tentaria negociar com líderes tribais a rendição de Sirte em troca de anistia aos kadafistas, sem sucesso. Essas negociações tiveram início — ou pelo menos haviam sido tornadas públicas — logo após a transferência do conselho para Trípoli, o mesmo momento em que rumávamos, alguns colegas da imprensa estrangeira e eu, para Misrata, primeira etapa de um objetivo maior: chegar a Sirte.

Na saída de Trípoli, dezenas de rebeldes em caminhonetes armadas de canhões antiaéreos faziam o mesmo trajeto, rumo ao leste pela rota costeira. Na altura de Zitan, ficou claro que se tratava de um movimento organizado. Na estrada entre a capital e Misrata, tanques e máquinas de guerra que tinham pertencido ao Exército, que escaparam dos bombardeios da Otan e foram usadas ou não pelos rebeldes na Batalha de Trípoli, dez dias antes, agora se deslocavam em direção ao novo front da guerra, transportados sobre grandes caminhões. De Misrata, partiriam para Sirte se necessário fosse. O objetivo do deslocamento era reforçar as tropas insurgentes já estacionadas na região e que aguardavam o desenrolar das negociações. Pelo poderio das armas, ficava claro que a cidade sofreria sérias consequências caso seus líderes tribais decidissem resistir ao assédio dos opositoristas à caça de Kadafi.

Ultrapassamos os blindados para ganhar tempo e, com o correr das horas,

surgiram as primeiras barreiras que demarcavam o perímetro da luta pelo controle de Misrata à época do cerco. Barricadas gigantes, improvisadas com até dez contêineres de transporte de cargas, alguns empilhados, outros repletos de areia, serviam como grandes portais que deixavam claro: estávamos entrando em um enclave rebelde que havia resistido ao regime.

Ainda ativas, as barreiras agora serviam para a identificação daqueles que desejavam seguir o percurso em direção à cidade. Para ingressar em Misrata, era necessário provar boa-fé, ou seja, usar algumas palavras-chave que identificavam os visitantes como rebeldes, e não kadafistas. A mais usual era informar a cidade de onde o motorista provinha. Não seria difícil ultrapassar as barreiras com as cartas autorizando o trajeto. Mas na prática as portas se abriam quando fazíamos menção a *shafqa*, “imprensa”, a palavra mágica que por vezes nos conferia *laissez-passer* em algumas das áreas dominadas pelos insurgentes.

Nesse percurso, Jean-Louis, repórter do *Libération*, se mostrava ansioso pela chegada à cidade em que estivera em uma das piores épocas do cerco. Eu também tinha minhas razões de particular interesse, mas inversas: portava um certo e tolo sentimento de culpa, um lamento por não ter estado naquele front durante os dias em que a população civil mais precisara de apoio. Ao chegarmos ao centro urbano, os sinais da guerra eram onipresentes. Dezenas de tanques e outros veículos estavam calcinados às margens de avenidas, vários deles atacados e destruídos durante os bombardeios da Otan.

Por todos os lados, antes mesmo do ingresso em Tripoli Street, todos os sinais remetiam à tragédia da guerra. Construções de concreto castigadas pelos disparos, muitas com a estrutura interna de aço exposta, aguardavam condenação. Grandes placas publicitárias e toda sorte de aparelho público, como postes de energia elétrica, tinham sido arrasados por rajadas de disparos. Prédios comerciais estavam abandonados, com portas fechadas e fachadas cravejadas de marcas. Vários dos edifícios mais imponentes da cidade também tinham sido corroídos por incêndios devastadores. Com muita frequência, esses sinais se sobrepunham em um mesmo prédio, ou em uma sequência deles. Todas essas áreas de Misrata estavam desertas, e desde a entrada da cidade chamaram-me a atenção um único signo de recomeço: as ruas desobstruídas e alguns tapumes encobrindo ruínas.

Quanto mais nos aproximávamos da Tripoli Street, a avenida que se transformara em símbolo de opressão e resistência durante a revolução na Líbia, mais as cicatrizes do conflito se mostravam agressivas. Em várias das fachadas, rombos de três ou quatro metros de diâmetro denunciavam o uso de armas pesadas no combate aos insurgentes. Algumas delas apresentavam uma sinistra marca espiral, típica de pontos alvejados com algum modelo específico de arma, que eu não reconhecia.

Estava claro que a guerra, ali, não havia poupado nada. Era inevitável pensar nas perdas humanas e no sofrimento causado pelo assédio militar ao chegar ao coração do município, onde se situavam as construções mais altas e imponentes, reduzidas a entulho a ser demolido. Se patrimônios urbanos estavam arrasados, pensei, o que a guerra teria

reservado para a população local ao longo daqueles três, quatro, cinco meses de terror? Seus bens tinham sido expropriados, saqueados ou aniquilados pelo fogo. Mas... e suas vidas? O que restara?

Parte da resposta não demoraria a aparecer. Estava em exposição no centro de Tripoli Street, um local em que tanques, blindados, lançadores de foguetes, canhões, metralhadoras, munições e uniformes militares haviam sido reunidos, como que jogados em um só ponto. Ao redor, vários bonecos vestindo as roupas dos soldados fiéis ao regime tinham sido suspensos, como em simulações de enforcamento, ou submetidos a outros “flagelos” fictícios, para lembrar o destino dos kadafistas que pisassem na cidade. Em uma das paredes próximas, lia-se: “A glória é feita pelos vencedores. Líbia livre”. Tantos objetos que remetiam à guerra tinham se convertido em um pequeno ponto de concentração dos moradores, que paravam para observar cada artefato ou bugiganga recolhida da guerra.

Entre quem observava o entulho dos combates estava um jovem, Adel Jamel Swiesi, 26 anos, que se tornara conhecido em toda a cidade. Não era um herói de guerra — nunca tocara em uma arma, e não queria tocar —, mas soubera contribuir à sua maneira para que a população enfrentasse o pesadelo e fizesse seu luto. Em 17 de março, sob o choque das primeiras perdas humanas, ele juntou à foto de seu pai, morto com três tiros por um atirador kadafista nos primeiros combates, a de um casal que sobrevivera a um ataque mas perdera os quatro filhos quando disparos atingiram o banco de trás do automóvel em que a família tentava fugir. Marido e mulher, desesperados pelo trauma, viviam em certa reclusão, me explicou Adel. Mas à época lhe deram as fotos das pequenas vítimas para que ele as manipulasse no computador, emoldurando as imagens em um fundo azul-celeste, o mesmo cuidado que tivera com a imagem de seu pai.

— Depois disso, as pessoas começaram a vir até mim com fotos de seus familiares mortos para fazer seus retratos da mesma forma — explicou Adel.

O resultado estava nas paredes de uma pequena sala cujo acesso principal era uma fenda estreita e baixa aberta em uma fachada lateral. Ao entrar, senti um soco no estômago ao deparar com as mais de oitocentas fotografias que ele já havia reunido, digitalizado e manipulado com a mesma moldura celeste. Ali estavam homens, mulheres, velhos e crianças mortos ao longo da ofensiva do regime contra Misrata. Também estavam alguns dos feridos — vários deles no momento em que foram atingidos ou durante o atendimento médico —, além de muitos dos mais de 550 desaparecidos que ele tinha conseguido recensear.

Vinte das famílias “homenageadas” em sua exposição tinham perdido mais de quatro pessoas ao longo do cerco. Tudo isso, a homenagem, a mostra e as estatísticas, lhe valia o reconhecimento da cidade, mas ainda assim o jovem andava cabisbaixo nos últimos dias, depois que alguém entrara em seu museu e pichara suásticas sobre as imagens de alguns dos mortos. Ao ver a profanação, Adel sentira-se enojado. Passados dez dias, ainda estava abatido, mas determinado a realizar seu desejo: mostrar ao mundo o que Kadafi tinha feito a Misrata.

— Quero expor na Inglaterra — disse-me, sonhador.

Dois meses depois, voltei ao mesmo local quando de minha nova passagem por Misrata. A modesta sala de Adel tinha sido reformada e virara um salão vistoso, um pequeno mas verdadeiro museu, ponto obrigatório de parada de moradores e visitantes, recebidos pelas mais tristes melodias árabes que jamais ouvira.

De volta a Tripoli Street, encontrei outro menino, ainda mais jovem. Amim Mohammed al-Kalush era morador de Misrata e tinha apenas 21 anos, mas já conhecia os horrores de uma guerra. Sofrera com sua família a angústia dos bombardeios, a falta constante de eletricidade, a penúria de água e a fome, causada pelo cerco kadafista. Lançara-se à batalha pegando em armas sem querer fazê-lo, por necessidade, absoluta necessidade. Ao longo do cerco, perdera um primo, mas lutara até o fim, até a libertação de Misrata. Acabara de retornar da invasão de Trípoli, também bem-sucedida, mas refletia se partiria ou não ao front de Sirte, deixando escapar um temor:

— Nada disso é humano. Talvez eu vá, mas não será fácil, porque as pessoas de Sirte gostam de Kadafi. Não será como aqui, em que lutávamos por nossa liberdade — disse-me ele, suspirando. — Não será como aqui.

Havia em Misrata, assim como em Trípoli, a sensação de que aquele combate não deveria ser necessário, porque o regime tal qual existia não detinha mais as rédeas do poder. Derramar mais sangue, repetiam vários jovens ativistas, como Amim, ou ainda responsáveis políticos ou militares do CNT local, como Mohammed Abdala Ben Ras Ali, comandante de operações, seria inútil e só agravaria as tensões internas, os desejos de vingança e, em última instância, o futuro imediato do país. Ras Ali explicou, em uma sala de seu quartel-general improvisado, que um ultimato de três dias fora dado para a rendição negociada de Sirte. Caso contrário, o confronto seria inevitável. Enquanto as negociações prosseguiam, a concentração de revolucionários e máquinas de guerra só crescia. Esse era o motivo do movimento de caminhões de carga transportando tanques e veículos armados de canhões pesados para o leste, no percurso de 250 quilômetros que ligava a capital a Misrata.

— Os tanques virão de Zitan para o front de Sirte. Eram os mesmos com os quais Kadafi pretendia destruir Misrata. Agora serão usados contra ele — ironizou outro dos líderes rebeldes da região, Sadi Mohtar Hadad, confirmando as nossas suspeitas sobre a violência do cerco que se preparava.

Tudo aquilo significava que os rebeldes usariam táticas semelhantes às do regime para vencer o conflito. Como acontecera em Misrata e Zintan, Sirte seria cercada e bombardeada. Prova disso eram os quarenta a cinquenta lançadores de foguetes BM-21 Grad e as mais de mil viaturas de guerra, entre tanques e veículos leves, que pertenciam ao Exército e que agora, como lembrara Hadad, seriam usados contra os kadafistas.

O aparato se posicionava em dois fronts a oeste de Sirte, o primeiro ao sul e o segundo a leste de Misrata. Do mesmo modo, a leste da terra natal de Kadafi, um front era formado por rebeldes vindos de Ras Lanuf e de Benghazi. Cercada, a cidade não resistiria caso o combate fosse necessário. Sua queda representaria não apenas a derrubada de mais

um símbolo do kadafismo como também a liberação de toda a extensão da principal rodovia do país, que conecta Ras Jdir, na fronteira com a Tunísia, a oeste, a Musaid, perto do Egito, a leste. A rota litorânea, que corta Benghazi, Misrata e Trípoli, as três maiores cidades do país, era essencial ao abastecimento de víveres e combustíveis, assim como para a retomada econômica, cada vez mais viável com o avanço da revolução. Mas, apesar da urgência da libertação, até então olhares e discursos de jovens rebeldes denunciavam a expectativa — e o sentimento — de todos: desejava-se muito a rendição dos 75 mil habitantes, o que dispensaria mais mortes no país.

— Acontecerá como em Trípoli. Haverá um levante no interior e então vamos tomar a cidade — assegurou Ras Ali, confiante em uma solução menos sangrenta, ou talvez apenas esperançoso.

A expectativa de que o apoio a Kadafi ruísse a partir de uma insurreição na cidade crescia à medida que os rebeldes continuavam a tomar vilarejos pró-regime nas imediações. No final de agosto, os insurgentes que apertavam o cerco a Sirte anunciaram a conquista de uma série de povoados na região, como Bwayrat al-Hasun. Em Abugrin, alguns jornalistas tiveram uma amostra da eficiência do cerco promovido contra as forças kadafistas. No final da manhã de 30 de agosto, dois soldados tinham sido presos, um deles ferido, quando realizavam uma missão de reconhecimento. O veículo em que estavam, carregado de armamentos e munição, fora destruído por uma explosão cinematográfica. Com o auxílio de um grupo rebelde, chegamos à região minutos após o confronto, que tinha sido flagrado pela rede de tv Al Jazeera.

Ainda que as imagens registrassem apenas um confronto rápido e banal, deixei aquela região do deserto com a nítida impressão de que o conflito tinha se invertido: os “ratos” agora eram os últimos membros do regime, dominados, encurralados, sem alternativas além da rendição ou da derrota — mesmo que muitas mortes fossem necessárias para encerrar o confronto. O fim da guerra só não havia chegado porque as negociações tinham transformado a convivência no deserto em uma espécie de guerra fria que se prolongaria por semanas.

A situação de Sirte lembrava Benghazi às vésperas da intervenção da Otan, quando Kadafi prometia esmagar a oposição. O irônico, e triste, era o fato de as circunstâncias se reproduzirem às avessas — e sem a comunidade internacional para impedir um massacre de grandes proporções.

Enquanto dezenas de katibas, as brigadas rebeldes, se posicionavam em toda a região, a “ajuda externa” se organizava, com seu habitual sigilo, em favor dos rebeldes. A Otan fazia ataques aéreos, que tinham o objetivo de debilitar a defesa kadafista tanto em sua capacidade bélica quanto em seu moral. No mesmo dia em que era preparada a operação em Bani Walid e se apertava o cerco a Sirte, dois bombardeios foram realizados nas duas cidades. Na primeira, um centro de comando e um arsenal haviam sido destruídos; na segunda, outro centro de comando, cinco baterias antiaéreas, um tanque e dois lança-foguetes tinham sido atingidos por caças ocidentais. Hun, oásis situado no Saara, a 600 quilômetros de Trípoli, completava a lista de alvos.

Diante das informações que chegavam a respeito das intervenções aéreas, perguntei a Ras Ali se agentes a serviço da Otan instruíam os rebeldes sobre a melhor estratégia para suas operações em terra. Constrangido e talvez com uma ponta de irritação, ele negou que recebessem orientações. Mas mordeu a isca e reconheceu que militares da França e do Reino Unido estavam em contato permanente com os rebeldes da região. Não havia e não haveria franceses nem ingleses lutando nas linhas de frente, assegurou. A função dos grupos estrangeiros limitava-se a tomar conhecimento da estratégia de guerra montada pelos insurgentes. Informavam-se os planos ao comando da Otan, que poderia intervir com ataques aéreos sempre que necessário, a fim de enfraquecer a resistência kadafista. Além disso, a organização asseguraria a proteção de civis, o que de fato havia feito naqueles dias, quando dois mísseis Scud foram interceptados em pleno voo por mísseis disparados de navios da Otan ancorados nas imediações do Golfo de Sirte.

A negativa de Ras Ali de que houvesse agentes ocidentais trabalhando em terra para auxiliar os rebeldes — o que violaria as resoluções da ONU — me intrigou. A poucos quilômetros dali, em um checkpoint insurgente, eu conhecera Ahmed Jutlawi, 27 anos, mecânico de caminhões transformado em soldado. De forma afirmativa, como se já dispusesse da informação, perguntei sobre os agentes franceses que tinham estado na área. Jutlawi respondeu de pronto: eles haviam circulado na região para colher mais detalhes sobre as posições das tropas kadafistas.

— Hoje um carro com dois agentes franceses veio ao front para coletar informações — explicou o jovem, detalhando: os homens da Otan estavam em território líbio e mantinham contato direto com revolucionários, com o intuito de elaborar os planos de ataques aéreos, com os quais enfraqueceriam as resistências militares antes do confronto final.

Além do cerco a Sirte, os insurgentes ainda tinham como missão derrubar um enclave importante no deserto: Bani Walid. Situada a 163 quilômetros de Trípoli, no distrito de Misrata, a cidade era tida como um dos possíveis refúgios do ditador e de seu filho Saif. Em sigilo, uma operação especial foi preparada. Dias antes, ainda na capital, dois comandantes militares do CNT tinham me confidenciado que a hipótese de que os líderes do regime pudessem estar escondidos na região era remota. Ainda assim, por precaução, eles programaram a partida de um comboio equipado com armamentos pesados, com dois propósitos: em um primeiro momento, reduzir o risco de uma nova fuga de Kadafi, caso ele de fato estivesse na região; em um segundo momento, preparar a invasão do enclave de 50 mil habitantes se a rendição não acontecesse.

Apesar da descrença de minhas duas fontes, tive a intuição de que Kadafi poderia, sim, estar na cidade. Bani Walid teria sido, segundo rumores persistentes, o local em que Khamis Kadafi morreria no início da batalha por Trípoli. Seria também o ponto onde o “líder” fora visto pela última vez, após deixar a capital na sexta-feira, 19 de agosto, ao lado de Saif e de altos membros do regime, como Abdullah al-Senussi, chefe do Itikharat, o

serviço de inteligência militar. Essa informação me havia sido repassada por Abdel Majid Mlegta, fiel companheiro do dr. Othman na elaboração do assalto à capital, então transformado em um dos chefes das operações em Trípoli. Na conversa, outra autoridade, Abdel Hafiz Ghoga, vice-presidente do CNT, confirmou que a suspeita existia, mas sem garantia alguma.

— Nós temos informações de que Kadafi estaria em Bani Walid, mas isso não está totalmente confirmado — disse-me ele.

Apesar dessa perspectiva, o CNT decidira prolongar as negociações e evitar ao máximo o uso da força porque Bani Ualid era um dos principais centros urbanos da tribo Warfalla — a maior do país, com cerca de 1 milhão de integrantes. E havia um risco político nesse enfrentamento: milhares de rebeldes de cidades como Zintan e Benghazi eram originários da mesma tribo — e por isso não desejavam atacar seus pares. Quando falamos, Mlegta reconheceu esse impasse:

— Estamos prontos a encerrar a crise, mas a operação militar não é nossa prioridade. Dialogamos com líderes de Bani Ualid para que eles prendam e nos entreguem Kadafi, mas ainda não obtivemos resposta.

A estratégia de cercar os enclaves fiéis ao regime e negociar com os líderes tribais locais era a mesma usada em Sirte. E seguiria sendo durante as próximas semanas. Em pronunciamento, o então ministro da Defesa interino, Jalal al-Deghili, afirmara que o ultimato dado pelo CNT para uma rendição seria postergado mais uma vez em uma semana, no mínimo, período no qual não haveria ataque.

Enquanto a nova batalha era preparada, dezenas de milhares de carros lotados por famílias inteiras e sobrecarregados de bens móveis deixaram a cidade, abandonada ao destino de se transformar em campo de guerra urbana. Nos checkpoints dos arredores de Sirte, no Saara, grupos rebeldes se concentravam em entroncamentos sob o sol torturante e o céu limpo e azul do verão líbio, que podia impulsionar as temperaturas a máximas bem além dos quarenta graus. Katibas com mais sorte estacionavam sob as raras pontes das rodovias que se cruzavam, minimizando os efeitos do sol tórrido.

Nessas condições, o suprimento das tropas com combustíveis e alimentos era precário. Em algumas das barreiras, pequenos acampamentos acabaram se formando, nos quais os insurgentes agregavam suprimentos e tentavam contornar o tédio da espera pela ordem de ataque, que ainda demoraria a vir. Em um deles, situado em El Gebhe, um homem, Omar Salem Adeyub, coordenava um pequeno grupo de rebeldes, responsáveis por fazer a linha de frente avançar de 150 a 30 quilômetros de Sirte em certos dias. A pressão era mantida apenas por algumas horas, uma forma de constrianger as forças leais sem se afastar do único ponto de reabastecimento das tropas insurgentes — o reservatório enferrujado de um caminhão-tanque estacionado a poucos metros da praia, em local guardado pelos insurgentes. Otimista, Adeyub afirmava, em um misto de bravata pela expectativa de vitória iminente e de respeito pelas forças que ainda resistiam:

— Não invadimos porque não queremos mais sangue. Não acreditamos que Kadafi tenha tanta força em Sirte. Não sabemos quantos homens eles são, mas nós somos mais poderosos — assegurou, considerando os bombardeios patrocinados pela Otan como parte do poder de fogo rebelde, o que lhe dava a certeza da vitória. — Não temos um prazo para que eles se entreguem, mas não podemos esperar muito.

Em meio às negociações para a rendição, entretanto, havia um elemento complicador: Muamar Kadafi. Apesar da tomada da capital, um sentimento de apreensão ainda pairava sobre a Líbia. Nas ruas de Mísrata, como nas de Trípoli, havia celebrações diárias e gritos de louvor a todo instante, além das insuportáveis rajadas de metralhadoras que cortavam os céus dia e noite. Mas não havia festejos de massa, como acontecera em Benghazi. Essa circunstância levava alguns analistas políticos da imprensa internacional a sacar a velha explicação sobre a suposta “apatia” da opinião pública líbia. Entre os detratores da intervenção do Ocidente, a explicação preferida era a de que Kadafi ainda teria o suporte de grande parte da população, e que a queda teria sido imposta pela Otan. Baseado nas conversas que mantinha com populares, com rebeldes e com intelectuais com os quais eu usualmente buscava informações, acabei convicto de que a então recente perda de intensidade dos combates em Trípoli, a retomada paulatina da vida cotidiana e a sensação de liberdade escondiam uma tensão latente, que explicava a ausência de celebrações de rua. Para os líbios, a guerra contra o regime só chegaria ao fim no dia da captura do “guia” — ou de sua morte.

Mesmo ciente desse sentimento social de insegurança, não pude evitar a surpresa com a decisão do primeiro-ministro do CNT, Mahmoud Jibril, de retardar a transferência de seu gabinete para Trípoli. Era um símbolo político forte: o de que a Líbia, ou ao menos a Tripolitânia, não era estável o suficiente. A primeira transferência fora marcada para 7 de setembro — duas semanas após a queda de Bab al-Azizia —, e agora só ocorreria “após a liberação total do país”. A declaração por si só era sintomática e paradoxal: enquanto o ex-ditador estivesse livre, a revolução ainda seria sua refém. Essa postura emanava do povo, mas contagiava as autoridades provisórias, o que reforçava a incerteza, a impressão de que a vitória não era completa.

Enquanto em fuga, Kadafi manteve o silêncio público. Mas, orador habilidoso, com o passar dos dias passou a contribuir para o ambiente de intranquilidade tácita jogando palavras ao vento e marcando seu retorno com novos pronunciamentos. Em 8 de setembro, ele deu sinal de vida em uma mensagem de áudio transmitida pela rede de tv Arrai, de Damasco, na Síria, na qual reafirmou sua imagem de chefe militar, de homem em liberdade, confiante e desafiador, apesar das adversidades.

— Não lhes resta nada além de uma guerra psicológica e de mentiras. Disseram que viram Kadafi em um comboio para Níger. Quantos comboios de contrabandistas, de mercadorias e de pessoas entram no deserto a cada dia em direção ao Sudão, ao Chade, a Mali ou à Argélia? — ironizou, garantindo estar perto de Trípoli, articulando ataques

contra “ratos e mercenários”.

Após o pronunciamento, agências de notícias revelaram que Michane al-Joubouri, diretor da rede Arrai, tinha falado com Kadafi. O “coronel” estaria na Líbia, com “ótimo moral” e não teria medo de morrer combatendo os “ocupantes”. Suas ameaças repercutiam na imprensa e na opinião pública líbia. Esse foi o primeiro de uma série de discursos do “guia” que me faziam refletir a respeito de seu paradeiro e de seu estado de espírito. Por absurdas que parecessem, em um cenário adverso de guerra, algumas de suas avaliações pareciam lúcidas e sinceras. Não, é claro, quando ele se referia às suas chances, já quase insignificantes, mas à sua determinação de resistir, de permanecer no país e de lutar até o último instante, como um líder militar que, a bem da verdade, sempre foi. A partir de então, passei a observar com lupa suas declarações, buscando nelas as pistas sobre seu destino, e cruzando-as com as informações, não raro desencontradas, de fontes do CNT.

Passei a fazer o mesmo com Saif. Seguindo o exemplo do pai, em 10 de setembro — dez dias depois de sua fuga — o filho do ditador veio a público afirmar que “a vitória estava próxima”. Usando o mesmo canal sírio de tv como tribuna, Saif prometeu resistir ao cerco de Sirte, contra-atacar a capital e “libertar a praça Verde” com a ajuda de 20 mil homens. Também desdenhou dos sucessivos ultimatos do CNT às tropas do regime. A retórica da família, em especial no caso de Saif, que passara por grandes escolas em Viena e em Londres e chegara a encarnar a renovação e a reforma aos olhos da opinião pública líbia, deixava clara a incapacidade de compreender as lições da história recente de seu país. Havia pelo menos trinta anos o regime não mobilizava as massas como no passado, não entusiasmava, não tinha o suporte que alegava ter. Eram três décadas de indiferença crescente, de mise-en-scène, — como as patéticas manifestações pró-regime na praça Verde, em fevereiro e março de 2011 — e de abandono por setores importantes da sociedade, em especial a classe média. Cada vez mais esclarecida sobre a profundidade do totalitarismo e da corrupção, graças aos programas de estudos no exterior e ao espírito crítico que se desenvolveu desde os anos 1970 no interior das universidades locais, a “burguesia” líbia — se é que se pode empregar esse termo — rejeitava o kadafismo havia muito tempo. Dessas camadas sociais, sufocadas por um gigante aparato repressivo para as proporções de um país com 6 milhões de habitantes, o que o governo arrancava não era apoio em massa, mas via de regra um silêncio sepulcral.

A volta dos pronunciamentos da família fez aflorar o nervosismo não aparente da Líbia revolucionária. Ao voltar a Trípoli, já me organizando para deixar o país via Ras Jdir, senti que a cidade buscava a estabilização, mas tinha dificuldade de superar seus demônios. Não bastasse a insegurança gerada por milhares de homens armados nas ruas, os discursos de Kadafi e Saif tinham servido para relançar o receio de uma contraofensiva. Esse medo ficou claro durante os festejos de Eid al-Fitr, a data que marcava o fim do Ramadã, quando quatro rebeldes morreram em uma explosão próxima ao centro da cidade. Tentei apurar as circunstâncias daquelas mortes. A hipótese mais plausível era a de que um atentado fora perpetrado pelas forças leais a Kadafi, embora não se descartasse

um acidente com uma granada manuseada por rebeldes. Qualquer que fosse a explicação, o evento serviu para advertir que o grande número de brigadas paramilitares armadas nas ruas seria um elemento de potencial desestabilização do país.

No início de setembro, deixei Trípoli e voltei a Paris. O terceiro ultimato a Sirte não foi cumprido e deduzi que o cerco se prolongaria por várias semanas, em consequência das negociações, durante as quais outras ameaças de tomada da cidade pela força não se confirmariam. Como a maioria dos líbios, eu torcia para que a invasão de fato não acontecesse e que uma solução política pudesse ser encontrada, mas não acreditava nessa alternativa. Sim, rebeldes e moradores desejavam a saída pacífica, mas os militares que ao longo dos últimos meses tinham resistido a tudo, inclusive à Otan, não se contentariam em abandonar a luta. Não era o perfil deles, estava claro, ainda mais se Kadafi estivesse de fato na cidade, como rumores davam conta até então.

Deixei Trípoli frustrado por várias razões. Primeiro, porque o acesso aos documentos confidenciais do regime estava cada vez mais difícil. Além disso, em função da instabilidade política e da revolução, eu tinha muita dificuldade para falar com algumas de minhas principais fontes, que haviam se espalhado pelo país. Não bastasse, estava irritado por não conseguir localizar, apesar da busca constante, o local exato em que Ghaith e eu ficáramos presos. Eu tinha muitas pistas e conseguira eliminar dezenas de possibilidades. Mas descobri que Trípoli era cravejada de porões, cadeias e órgãos de segurança, o que tornava a busca muito lenta e incrivelmente burocrática.

A instalação na qual fomos jogados não era a única dúvida que permanecia daquele período — e que de certa maneira me obcecava. As circunstâncias da prisão e até mesmo da libertação se mostravam um verdadeiro quebra-cabeça, bem mais complexo do que as aparências revelavam — e só bem mais tarde, em outubro, todas as peças se encaixariam.

Poucas semanas depois de voltar a Paris, parti para Ancara, na Turquia, onde acompanharia a visita oficial da presidente Dilma Rousseff. Ao chegar à cidade, fui surpreendido por uma mensagem do chefe de reportagem da editoria de internacional d'*O Estado de S. Paulo*, Felipe Corazza, na qual ele dizia ter atendido ao telefone uma executiva da Petrobras na Líbia que pedia meus contatos, por desejar me conhecer. Ela teria, segundo relatou, ajudado na minha libertação. Desde que saíra da prisão, eu tinha consciência de que um interlocutor líbio, além do embaixador George Ney Fernandes, me auxiliara em Trípoli, mas não sabia quem era essa pessoa. O telefonema fez essa revelação: o nome dela era Amal Daredi.

Nosso encontro aconteceu dois dias depois do contato com Felipe, no saguão de um hotel de Ancara. Estávamos vários de nós, jornalistas, reunidos à espera da presidente Dilma. Então um homem desconhecido, de cabelo grisalho e postura calorosa e simpática, Iran Garcia da Costa, diretor-geral da Petrobras na Líbia, pediu licença e perguntou meu nome. Quando me apresentei, ele respondeu, com alegria na voz:

— Quero que você conheça a pessoa que o tirou da prisão.

Então abriu espaço para Amal, que vinha acompanhada do marido, Mohammed Daredi. Embora estivéssemos nos procurando, me senti um tanto desestabilizado pelo encontro e, ao cumprimentá-la, fiquei emocionado. Amal era uma mulher doce, muito gentil, que falava um português impecável e se vestia com elegância, dentro da tradição muçulmana, portando um *hijab* sobre a cabeça. Nós nos apresentamos mas só falamos por alguns minutos, porque a comitiva da presidência chegava ao hotel. Marcamos um encontro para a noite seguinte, quando conversaríamos à vontade, Amal, Mohammed, Iran e eu.

Nossa reunião aconteceu, mas no fim da noite, quando Dilma Rousseff já havia deixado a cidade e eu estava liberado da cobertura. Invadimos a madrugada no saguão do hotel, trocando informações e impressões sobre a Líbia. Foi quando eu soube que a história de minha libertação começara antes mesmo de minha prisão.

No sábado, 19 de fevereiro, dias após a eclosão da revolta popular em Benghazi e às vésperas dos eventos similares em Trípoli, o embaixador George Fernandes havia promovido uma reunião com dirigentes das diferentes empresas brasileiras e líderes da comunidade para discutir questões de segurança e o futuro imediato do país. Até então, a avaliação era de que não havia risco significativo à segurança da maioria, embora medidas de prevenção já estivessem sendo tomadas. Na noite de domingo, a história da revolução mudou com o discurso ameaçador de Saif al-Islam, filho de Kadafi, na tv estatal, cujo efeito foi o inverso do esperado, jogando milhares de pessoas às ruas da capital em protesto contra o autoritarismo do regime. Então ficou claro que seria preciso começar a evacuar os brasileiros. Para tanto, George Fernandes pediu a ajuda de Amal, que além de executiva reputada como determinada, tenaz e competente, era sobrinha de Ibrahim Daredi, embaixador da Líbia e ex-chefe da divisão de Américas do Ministério das Relações Exteriores. Ela ajudou a abrir as portas para a operação de evacuação bem-sucedida organizada pela embaixada brasileira.

Dias depois, quando eu já estava preso, Vinicius Netto, meu irmão, conseguiu estabelecer um canal de informação privilegiado no Rio de Janeiro: o coronel Pedro Aramis de Lima Arruda, chefe de segurança empresarial da Petrobras, que se dispôs a ajudar minha família em sigilo, sem buscar reconhecimento público algum. Esse contato andava em paralelo com a iniciativa da direção de *O Estado de S. Paulo*, que por meio de pessoas como Ricardo Gandour, Cida Damasco e Roberto Lameirinhas buscava o apoio do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. Na quarta-feira, 9 de março, eles convocaram uma entrevista coletiva para informar sobre a “perda de contato” entre a redação e o enviado especial do jornal à Líbia, uma atitude estudada e que tinha como objetivo expor à opinião pública a gravidade da situação e estimular uma reação diplomática nos dois países. Nesse ínterim, Iran já tinha recebido um chamado do coronel Arruda, que perguntara sobre as chances de a direção local da Petrobras ajudar a localizar um jornalista desaparecido no país. Solidário, Iran aquiesceu e telefonou a Amal, pedindo-lhe que auxiliasse na descoberta de meu paradeiro.

Amal então seguiu as pistas disponíveis, segundo a qual Ghaith e eu estávamos em Zawiyah — uma dedução que levava em consideração o fato de que tentávamos ir até esta cidade quando de nosso desaparecimento. A conclusão imediata foi que talvez estívéssemos em segurança, mas incomunicáveis no interior de um centro urbano cercado havia uma semana. Por uma feliz coincidência, sua mãe era de Zawiyah. Amal fez várias tentativas de contato, mas as comunicações estavam cortadas. Então telefonou para uma prima, Abeer, moradora de sua cidade-natal, Sabratha, pedindo informações. A resposta foi determinante. Abeer sabia que um jornalista brasileiro e um iraquiano tinham sido localizados por milicianos na cidade dias antes, capturados nas imediações do Souk Alalga — o mercado da tribo Alalga —, entregues a patrulhas da polícia e levados para a cidade vizinha, Surman, a 70 quilômetros de Trípoli, entre Sabratha e Zawiyah.

As boas notícias acabavam aí. Sabratha era uma cidade controlada pelo general Al-Khweildi al-Hmeidi, sogro de Saadi Kadafi, filho do “líder”, e um dos mais próximos colaboradores da ditadura. Al-Hmeidi participara ao lado de Kadafi do golpe de Estado de 1969 e desde então se tornara um de seus seguidores mais fiéis, a ponto de ao longo da ditadura ser escolhido diretor de um dos serviços de espionagem. Era uma das grandes personalidades do regime, em suma. Sua lealdade e sua importância estratégica eram tão grandes que a casa em que vivia, em Surman, seria alvo de bombardeio da Otan em 20 de junho, quando treze familiares foram mortos, segundo informações de seu advogado. Além disso, a hipótese de Saadi ter informações sobre nossa prisão também não deveria ser menosprezada, porque ele era comandante das Forças Especiais, uma das unidades de elite do país. Em síntese, nosso destino podia ser instrumentalizado por personalidades do governo.

Dez minutos depois da primeira ligação, Amal telefonou de volta ao coronel Arruda, no Brasil, dando-lhe os detalhes:

— Não sei se é o mesmo jornalista, mas um brasileiro e um iraquiano foram presos em Sabratha — relatou ela, comprometendo-se a encaminhar o assunto com a embaixada no dia seguinte.

Pela manhã, Amal telefonou a George Fernandes, que a essa altura também desejava sua ajuda. O diplomata recebera, por volta das cinco horas da manhã, um despacho de Brasília, no qual o Itamaraty pedia sua intervenção. Amal e Fernandes se encontraram às dez da manhã, quando ambos trocaram informações sobre o caso. Amal lhe contou o que obtivera e passou-lhe seus contatos no Ministério das Relações Exteriores da Líbia, em especial Abdelhaman al-Gannas, novo chefe de Américas. Amal tinha medo de se envolver, mas ainda assim decidiu auxiliar o embaixador. Sua primeira iniciativa foi telefonar a Al-Gannas, pedindo empenho em localizar os jornalistas desaparecidos. O diplomata disse não estar informado sobre o caso, não prometeu nada, por se tratar de um assunto delicado, mas garantiu que buscaria informações a respeito. Algum tempo depois, ligou de volta: tinham nos encontrado.

— Ele está bem. Vamos tentar tirá-lo de lá — disse, avisando que havia a condição de que eu deixasse o país.

Em razão da proximidade histórica das diplomacias do Brasil e da Líbia de Kadafi, no intervalo de oito horas Ghaith e eu fomos localizados em um dos porões do regime em Trípoli, de cuja localização nem o Ministério das Relações Exteriores tinha conhecimento, segundo garantiram os diplomatas. Um encontro seria marcado em um dos prédios do Mukhabarat, onde eu seria entregue ao embaixador George Fernandes. Sem julgamento, seria libertado e expulso do país.

Algumas semanas após esse episódio, em 19 de março, a direção da Petrobras se retirou da Líbia por razões de segurança, partindo para Ancara, onde nos encontraríamos meses depois. Com Amal, saíram do país seu marido e Anawar, seu filho, então com quinze anos. O marido, Mohamed, era um homem tímido e quieto à primeira vista, também com ótimo domínio da língua portuguesa. Aos poucos, sua história começou a atrair minha atenção. Engenheiro agrônomo de 51 anos, doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais, ele era um intelectual. Imaginei tratar-se de um opositor do regime, e estava correto. Seu ativismo remontava aos anos 1980, quando participara de discretos protestos universitários contra o regime de Kadafi, parte da crescente insatisfação popular que, muitos anos mais tarde, ajudaria a derrubar a ditadura.

Como outros estudantes de sua época, Mohamed sabia das execuções sumárias de líderes estudantis realizadas em pleno campus, em Benghazi e em Trípoli, nos anos 1970. Em 1982, quando estava na faculdade, testemunhou assassinatos promovidos por Kadafi. Em 7 de abril daquele ano, ele e os demais estudantes souberam que o “guia” visitaria a universidade e decidiram faltar às aulas. Kadafi teria ficado furioso com o protesto e, três dias depois, tropas do regime cercaram os prédios, obrigando todos os alunos a concentrar-se em uma praça. Lá, três estudantes foram enforcados “a título de exemplo”. Um deles era um jovem de nome Rashid Kaabar, amigo de infância e colega de faculdade de Mohamed.

Ao longo dos quase trinta anos seguintes o engenheiro foi um dissidente. Conversamos por algum tempo sobre ser oposição durante o kadafismo. Mohamed relatou outros episódios de execuções nas universidades líbias, as prisões arbitrárias e a política de delação permanente, onipresente. Sobretudo, insistiu em um tema recorrente entre os líbios com os quais eu conversara sobre a repressão: a estratégia de vingança e terror sobre as famílias dos opositoristas que o regime implantou depois das revoltas estudantis e das primeiras tentativas de deposição de Kadafi. Durante 42 anos, quem se manifestasse contra o “coronel” ou o regime não apenas era perseguido e morto, mas tinha sua família arrasada. Essa política de opressão, também usada em outros países do Oriente Médio, como a Síria da família Assad, surtia um efeito: calava os dissidentes.

— A polícia secreta e o Partido tinham agentes infiltrados na universidade e em todos os setores da sociedade. Quem dizia em voz alta o que pensava contra Kadafi não via o sol nascer de novo — explicou Mohamed.

Em público, os defensores gritavam em louvor, enalteciam o “líder” e sua “revolução” e empunhavam os símbolos da autocracia, como exemplares do *Livro Verde* ou a bandeira monocromática do país. Os dissidentes compartilhavam um outro sinal,

sutil, que os distinguiu e permitia que reconhecessem uns aos outros: o silêncio. Desde muito cedo, desde os movimentos estudantis dos anos 1970, que mobilizaram universitários e acadêmicos — a futura elite intelectual do país —, a opressão tornara o ar irrespirável e criara um comportamento característico de quem rejeitava a ditadura. No interior da Líbia de Muamar Kadafi, calar-se em meio aos entusiastas do regime era a insubmissão possível — o embrião de uma revolução inevitável.

Trinta anos depois da execução que presenciara, Mohamed se veria pressionado pelo filho adolescente, Anawar, a romper a barreira do medo, a pegar em armas e se juntar ao movimento insurgente que se alastrara pelo país. Contra a vontade de Amal, mas com seu acordo, ambos deixaram a Turquia em direção à Tunísia, onde auxiliaram os refugiados do conflito. De lá, foram a Sfax, cidade portuária a 316 quilômetros da fronteira com a Líbia, onde tomaram um barco para Misrata, à época sob cerco. Mohamed, que havia feito o serviço militar obrigatório, pegaria em armas ao lado das 23 mil pessoas que defendiam a cidade da invasão kadafista. Anawar, jovem corajoso, como tantos outros de quinze, dezesseis ou dezessete anos demonstraram ser no país, faria o treinamento militar, à espera da autorização de sua mãe para partir para as linhas de frente.

— Ele me dizia: “Me deixa ir, porque se eu morrer vou levar você para o paraíso” — lembrou-se Amal, referindo-se aos telefonemas a Anawar.

Ambos, Mohamed e seu filho, enfrentariam ao lado da população de Misrata o assédio dos bombardeios diários até a libertação de Tripoli Street e a expulsão das tropas governistas para a periferia da cidade, onde manteriam o cerco e o derramamento de sangue por mais algumas semanas. Às vésperas do Ramadã, com Amal doente, ambos deixaram a cidade em direção a Trípoli e, mais tarde, Ancara. Quando o questioneei sobre a presença de tantos adolescentes, como seu filho, nas zonas de guerra, Mohamed lamentou as perdas e os feridos, mas disse nunca ter visto gente tão corajosa quanto os jovens líbios, até então menosprezados pelas músicas que ouviam, por seus cabelos modernos, pelas calças caídas e seu estilo tão ocidental.

De Ancara eu voltaria a Paris já decidido, por diferentes razões, a retornar a Trípoli. Em 18 de outubro, dez dias depois de receber o sinal verde de minha editora-chefe no Brasil, Cida Damasco, e amparado por dezenas de trocas de e-mails e telefonemas para fontes líbias, preparei minha mochila com a habitual tonelada de equipamentos para a cobertura, entre laptop, carregadores, telefones celulares e satelital, câmera fotográfica, lentes, minicards, gravadores, pendrives, cabos, cabos, cabos, passaporte, sua tradução em árabe e todo tipo de documento de identificação, além de blocos, blocos, blocos. Aos aparelhos, juntei três camisetas, duas calças jeans, algumas roupas de baixo e um estojo para higiene. Dessa vez deixava para trás o capacete e o colete militar à prova de balas cedido pela Repórteres Sem Fronteiras, e partia para o Aeroporto de Orly, no sul de Paris, em direção a Túnis. De lá teria de me virar para pegar a conexão

que me levaria a Djerba, um voo de aproximadamente quarenta minutos. Ainda no aeroporto francês, fiz algumas ligações para prevenir minhas fontes sobre minha chegada e, sobretudo, para advertir um *fixer* tunisiano, a fim de que ele ficasse de sobreaviso para uma travessia da fronteira naquela mesma noite, se possível em Ras Jdir, a mais próxima.

O atraso do embarque em Paris, entretanto, já me obrigava a adaptar meus planos. Cheguei a Túnis cerca de uma hora depois do previsto, reforcei o montante de dólares e euros que carregava com dinares tunisianos, a serem trocados por dinares líbios na fronteira, comprei o novo bilhete e consegui ingressar na área de embarque para Djerba no final da tarde. Enquanto relia minhas anotações à espera do voo, percebi à minha frente a presença de dois homens, um de meia-idade, outro mais velho, albino, bem vestidos e de visual destoante em relação ao tipo físico médio dos tunisianos. Logo percebi que ambos portavam o passaporte líbio da era Kadafi, verde como a bandeira do regime e maior do que o habitual. Quando fazíamos a fila no portão, me aproximei, apresentando-me. Tratava-se de Ali Tumi e Mohammed Frandah, ambos médicos do Tripoli Medical Center, o Hospital Central de Trípoli, o mesmo onde eu havia estado dois meses antes e cuja equipe me recebera com imensa atenção.

Nesse primeiro contato, desejava apenas verificar se a passagem no posto de fronteira de Ras Jdir estava muito lenta e em especial como andava a segurança no trecho de estrada que cortava Zuwara, cidade de 180 mil habitantes, maioria berbere, situada 180 quilômetros a oeste de Trípoli. Considerada estratégica por sua posição geográfica, a sessenta quilômetros da fronteira, às margens do Golfo de Gabès, no Mediterrâneo, o município fora palco, dois dias antes, de enfrentamentos entre rebeldes e tropas fiéis a Kadafi, que resistiam e promoviam ataques esporádicos ao sul da usina da Zuwara Oil Refinery Co., Zorco, uma das mais importantes do país.

Gentis e se expressando em inglês fluente, os dois médicos asseguraram que a situação estava sob controle na fronteira. Ambos me explicaram que haviam feito o trajeto inverso entre Trípoli e Djerba de carro, junto do filho de Ali, de dezessete anos, e de um de seus amigos, também adolescente. Viajar com os jovens era, no entender deles, uma prova da segurança da região. Tinham viajado a Túnis para uma audiência na embaixada dos Estados Unidos, onde haviam feito uma entrevista para a concessão de vistos, necessários para a participação em um congresso médico. A autorização foi negada, mas logo percebi que eu parecia mais zangado com as autoridades norte-americanas do que os dois prejudicados.

— Eles explicaram que a situação ainda é muito instável e recente na Líbia, e por isso decidiram não conceder nossos vistos desta vez — ponderou Ali, sem lhes tirar a razão e sem demonstrar maior preocupação com as consequências da negativa. — Não é um grande problema.

Ainda que já tivesse obtido as informações que me interessavam de início, aquela conversa era útil e agradável. Pretendia preparar uma reportagem sobre o que pensavam os intelectuais líbios sobre a revolução ainda em andamento, e os dois pareciam ter testemunhos interessantes. Mas imaginei que pudessem ter feito parte da elite dirigente,

que de algum modo se beneficiara do regime, e por isso fui cuidadoso na abordagem.

Para sondá-los, comentei que estivera em agosto no hospital em que ambos trabalhavam para conversar com rebeldes e militares pró-Kadafi feridos em combate. E contei então que, durante a apuração dessa reportagem, havia sido surpreendido pela informação de que Hanna Kadafi, filha adotiva do ditador, que o mundo acreditava ter morrido, ainda bebê, durante os bombardeios dos Estados Unidos a Trípoli em 1986, não apenas estava viva como dirigia informalmente o hospital. Ambos sorriram e confirmaram: era verdade. O assunto fora “descoberto” pela imprensa internacional mas não era exatamente um segredo para os líbios, em especial no meio médico. Eu tinha ouvido quase uma dezena de depoimentos de médicos, enfermeiros e funcionários da administração meses antes, mas ainda assim quis conhecer seus pareceres sobre a médica Hanna.

— Não era má profissional. Era sobretudo muito jovem e inexperiente, mas não mostrava soberba excessiva, nem fazia uso de sua posição na família para impor autoridade — disse Mohammed, já entrando no avião, com a aquiescência de Ali.

Combinamos então de trocar telefones porque eu pretendia encontrá-los uma vez que estivesse em Trípoli. Ao descer do rápido voo, percebi, no saguão do Aeroporto Internacional de Djerba-Zarzis, a presença de dois jornalistas, indicada pelos equipamentos fotográficos que um deles carregava. Abordei-os, com o intuito de trocar ideias, e acabamos discutindo sobre os trajetos possíveis. Foi quando conheci Marcel Mettelsiefen, fotógrafo da *Der Spiegel*, e a repórter Barbara Hardinghaus, da mesma revista, com quem eu viajaria mais tarde a Misrata. Barbara pisava na Líbia pela primeira vez com o objetivo de escrever uma reportagem sobre “famílias líbias”. Vim a saber mais tarde que era uma tentativa de penetrar no universo de mulheres estupradas durante o cerco a Misrata, uma grande pauta, mas também um grande tabu, muito difícil em uma cidade na qual o fervor religioso era acima da média. Marcel, habitué de regiões em conflito, já havia coberto a revolução, uma experiência sempre útil. Conversamos brevemente sobre nossos destinos, e ambos me disseram que dormiriam em um hotel da região, por não contar com vistos de entrada, o que lhes renderia várias horas de atraso.

Eu não queria perder de vista os dois médicos, mas não os encontrei mais. Tentei o contato com meu *fixer* e não obtive resposta. Já eram quase oito da noite e o trajeto a Trípoli naquela noite se tornava cada vez menos recomendável. Então aceitei a ponderação de Marcel e fui ao mesmo hotel em Djerba, já decidido a partir muito cedo na manhã seguinte. Enquanto fazia meu *check in*, fui abordado no balcão: eram Mohammed e Ali, para minha satisfação. Conversamos mais alguns minutos, expliquei meu trajeto e ofereci carona a ambos no dia seguinte para Trípoli, para que conversássemos no caminho. Mohammed respondeu que não, que eu era o convidado, já que tinham um carro à espera. Aceitei na hora.

Cruzamos a fronteira em Ras Jdir no meio da manhã seguinte, depois de trocar dinheiro com os cambistas de Ben Gardane. Não pude deixar de rir sozinho pelo fato de ser aquela a primeira vez que entraria por terra na Líbia com um visto na mão. Por

ironia, no posto de imigração, encrencaram com meu passaporte. Queriam saber o porquê de tantas viagens, em especial sobre o meu visto para os Estados Unidos, que eu solicitara — outra ironia — para falar sobre a cobertura da revolução na Líbia, a convite de um congresso de jornalismo. Estavam pouco interessados na autorização de entrada que eu obtivera do próprio embaixador do CNT em Paris, Mansour Saif al-Nasr. Ficou claro que as dúvidas e restrições eram só mais um cacoete de uma cultura burocrática e de controle excessivo, mas o fato é que teria sido mais fácil e simples cruzar a fronteira ilegalmente — o que, claro, eu não faria naquelas circunstâncias. As verificações levaram mais de uma hora, mas, assim que fui liberado, seguimos uma viagem tranquila, sem sobressaltos, até Sabratha e depois a Surman, onde ambos residiam. Nos despedimos com o compromisso de um reencontro no hospital de Trípoli. Peguei um táxi e rumei para o centro da capital, para um pequeno hotel, Assahajara, difícil de encontrar.

No percurso, percebi a nítida evolução da cidade. Trípoli estava diferente, com grande movimento nas ruas e no comércio, quase sem barreiras de katibas rebeldes. Não havia mais o barulho de estampidos de armas, tampouco a sensação de opressão que pairava na época de Kadafi. Menos de dois meses após a tomada da capital, havia ainda mais liberdade perceptível na atmosfera.

Instalei-me no hotel e saí instantes depois, ao receber a informação de que o então primeiro-ministro do CNT, Mahmoud Jibril, falaria ao público no Qaat Al-shaab, o Congresso do Povo, transformado em centro de reuniões do governo interino. Ao chegar, minha presença causou alguma surpresa entre jornalistas locais e políticos, porque não havia jornalistas ocidentais no evento. Dei satisfações para um ou outro organizador e a partir de então fui muito bem recebido.

Jibril começou a discursar instantes depois. Para minha surpresa, ele anunciou a decisão de deixar o governo provisório — um choque para o CNT, pois se tratava de um insurgente de primeira hora. O líder revolucionário já tinha feito essa ameaça em público, quando revelara a situação caótica do Conselho, mas eu não imaginava que seu plano era levar a cabo a promessa de abandonar o poder no momento em que a tomada de Sirte se aproximava.

— Prometi abandonar todo e qualquer cargo público logo após a queda do regime, e não após a completa liberação do país — dizia ele, justificando sua iniciativa e, ao mesmo tempo, respondendo aos críticos.

O chefe do governo provisório argumentou que seu caminho natural seria seguir o processo revolucionário, reconstruindo as instituições do país em direção a um novo regime, democrático, sólido e de união nacional. Mas, no seu entender, o CNT estava minado pela “luta política sem limites” pelo controle das finanças, das armas e pela hegemonia ideológica. Essa fase da revolução, dizia Jibril, apresentava muitas possibilidades — e uma delas era caminhar da luta nacional para o caos, situação que atendia aos interesses “de quem tem sua própria agenda para a Líbia”.

— Não sabemos quais serão as consequências desse caos — advertiu.

Deixei a reunião preocupado com a situação do país, em especial depois de falar

com algumas lideranças políticas que compartilhavam das opiniões de Jibril. Parecia claro que a Líbia, às vésperas da libertação completa, vivia uma luta pelo poder entre os diferentes grupos e milícias rebeldes. E o problema maior era que todos estavam armados.

Retornei à noite ao Assahajara e disparei o telefone para restabelecer meus contatos, visando a reportagem especial sobre as relações entre o Brasil e a Líbia de Kadafi, o motivo original de minha viagem, mas também sobre a situação em Sirte, que eu devia monitorar. Cresciam os rumores de que a cidade sucumbiria ao cerco rebelde nas horas seguintes, antes mesmo da previsão que minhas fontes de Trípoli haviam me dado. Alguns de meus contatos confirmaram a queda iminente do último distrito da terra natal do “guia”. No intervalo entre o início de setembro, quando eu deixara Trípoli, e meados de outubro, na minha volta, o panorama da guerra mudara e o cerco em torno do último bastião kadafista tinha se transformado num front. No início do ataque, forças rebeldes oriundas da região de Benghazi tomaram o Vale Vermelho, a cerca de sessenta quilômetros do centro de Sirte.

A ofensiva estava lançada e, por razões estratégicas, a cidade foi dividida pelos rebeldes em setores que seriam atacados um a um. Tão logo as negociações pela rendição fracassaram e os combates tiveram início, as batalhas se mostraram à imagem das anteriores: violentas, confusas e, por isso mesmo, sangüinárias. Fotógrafos que acompanharam a rotina do cerco, como Maurício Lima, brasileiro a serviço do *New York Times* e veterano de coberturas no Afeganistão, não raro retornavam das linhas de frente chocados com as mortes que suas lentes registravam. Impregnado de uma estupefação que não passava com o correr do tempo, Maurício testemunhara a falta de estratégia, a precariedade dos combates, a postura corajosa mas inconsequente dos jovens transformados em soldados inaptos, além das mortes estúpidas que vira todos os dias naquele front caótico. Pelo comportamento que ele me descreveria quando nos encontramos dias depois, pensei, tratava-se da mesma ausência de preparo que levava tantos jovens e adultos às listas de mortos nos meses que precederam o cerco de Sirte, em Nalut, em Zintan, em Misrata e nas demais cidades durante a revolução.

No início da manhã de 20 de outubro, dezoito horas após a minha chegada a Trípoli, deixei o hotel cedo, porque queria circular pela cidade antes de meu encontro com Rashed Meftah Gheddah, gerente administrativo da Petrobras local. Subi ao 15o andar da segunda torre do Al-Fateh Tower, no centro da capital, e ali conversamos por alguns minutos. Falamos informalmente sobre o pronunciamento de Jibril, e ele também se mostrou preocupado.

— Estamos tendo um parto muito difícil da democracia — disse-me, lamentando-se por esquecer de algumas palavras em inglês. — Desculpe, eu não falo em política há muito tempo.

As dificuldades, dizia ele, eram inúmeras. Antes de Kadafi, o país tinha instituições e estabilidade política, ainda que sob um reinado incompetente. Kadafi, ele argumentava, tinha “apolitizado” a sociedade líbia, abolido tudo o que era civil e cidadão

em nome de apenas uma teoria: o *Livro Verde*. Não havia partidos, instituições políticas, cultura democrática, nada. Desde a tomada de Bab al-Azizia, Trípoli fora dividida em espécies de secretarias municipais, com um comando militar, que estava sob as mãos de Adelhakim Belhadj, o homem que se apropriara das armas destinadas a Zintan durante a organização da batalha pela capital. Era uma péssima notícia, na sua opinião.

Ainda assim, ele lembrava, o CNT havia estabelecido prioridades corretas: consolidar o governo interino, criar instituições, preparar regras eleitorais e o pleito para a assembleia geral constituinte e recuperar o sistema de saúde, dando padrões mínimos de atendimento à população, que ainda sofria com a guerra. Tudo isso precisava ser feito em meio a dois objetivos militares: liberar a estrada costeira que ligava a Tunísia ao Egito, passando por Sirte; e, claro, a prioridade das prioridades, tomar Sirte. Felizmente, disse ele, esse objetivo estava sendo cumprido naquele exato instante.

Siraj estava exausto naquele início de manhã de 20 de outubro, em Sirte. Nos dias anteriores, os combates haviam mudado de dimensão no que dizia respeito à violência, à destruição e às perdas, à medida que katibas rebeldes ingressavam no interior do Distrito 2, o mais bem guardado pelas tropas leais a Kadafi. Essa era a origem dos rumores sobre a queda da cidade, que se intensificaram em toda a Líbia de manhã, mobilizando-me em Trípoli. Em Sirte, como em todo o país, o clima de expectativa crescera depois de 16 de setembro, quando os insurgentes tomaram o controle do aeroporto, situado a apenas 10 quilômetros ao sul do centro. A conquista fazia parte da ofensiva lançada pelo CNT para derrubar as últimas forças leais e declarar livre a cidade.

A essa altura, os boatos sobre a vitória iminente não eram mais infundados. Tropas kadafistas estavam encurraladas no perímetro urbano, já sem o controle sobre os acessos ao município. Siraj vinha percebendo havia alguns dias o esgotamento das alternativas do regime. De um lado, as forças leais ao regime deposto estavam bloqueadas pelo mar; as demais linhas limítrofes de Sirte eram controlados pelas katibas insurgentes. Em uma direção havia rebeldes vindos de Benghazi, na outra, gente de Misrata.

A katiba de Siraj, a Watan, formada por aproximadamente cem homens e mais conhecida entre os insurgentes como “Brigada Pepsi” porque seu quartel-general situava-se em uma fábrica desativada da companhia norte-americana, até então tinha ordens de ficar concentrada em Jufrah, de onde partia para ataques pontuais. Executada a missão, retornava ao ponto de partida. Seu objetivo não era avançar e consolidar uma conquista territorial, mas ajudar a minar a resistência das forças kadafistas. Com o estreitamento do cerco, contudo, Siraj e seus companheiros foram chamados a garantir a segurança no lado esquerdo do Distrito 2, pressionando os opositores contra o mar. Para tanto, guardariam o entorno das instalações da companhia de eletricidade local, um ponto estratégico para prevenir fugas.

Junto com seus mais próximos companheiros de luta, Ibrahim Ismail, Mohamed Jamal, Umran Jum’ah Sha’ban e Hassan al-Tiyb, Siraj estava no front de Sirte desde que

haviam atacado o Distrito 1, a primeira missão de sua katiba no bastião kadafista. Todos eles eram jovens na faixa dos dezoito a 26, 27 anos, e tinham o mesmo perfil “pseudomilitar” da maioria dos que lutavam pela revolução. Por golpe de sorte ou por intervenção de Alá, eles ainda não tinham engrossado as estatísticas de mortalidade.

Siraj se tornara militante desde muito cedo, em fevereiro, quando os enfrentamentos iniciados em Benghazi chegaram a Trípoli. Pouco interessava que a revolução atrapalhasse seus planos pessoais mais imediatos. Aos 21 anos, ele se preparava para tentar o acesso à universidade em 2011. Queria estudar física e matemática, cursar a Faculdade de Ciências da Universidade de Trípoli, mas cogitava a engenharia e sabia que a seleção dependeria de suas notas. Esses planos eram importantes, claro, mas, quando a revolta popular começou, passaram a segundo plano. O essencial era sair às ruas e deixar clara a mensagem coletiva: “Fora, Kadafi”. Ao contrário de alguns de seus amigos, ele não sentia o peso de enfrentar pais temerosos pela reação do regime ao protestar na praça Verde a partir de 20 de fevereiro, quando a rebelião chegou à capital. Ambos, sua mãe e seu pai, já estavam mortos, vítimas de acidentes quando ele tinha três e seis anos, respectivamente. Desde então, fora criado por uma das avós em Misrata, mas já vivia uma vida independente em Suq al-Jum’ah, periferia leste de Trípoli, onde o sentimento anti-Kadafi pairava no ar desde muito antes da insurgência. Tanto em Misrata quanto em Suq al-Jum’ah, sair às ruas se tornara não apenas um desafio de juventude, mas um dever moral. E ele desejava cumpri-lo.

Os primeiros protestos eclodiram em 20 de fevereiro, quando os manifestantes saíram às ruas desarmados e acabaram resistindo a paus e pedras. A repressão impiedosa na praça Verde, promovida pelo regime, resultou em um massacre com mais de quinhentos mortos, mas não abalou sua determinação, pelo contrário, diante da opressão promovida pelo aparato de segurança kadafista, buscou novos meios de resistir. Siraj mergulhou pouco a pouco no submundo da guerrilha que desafiaria o poder na capital nos meses seguintes. Ao lado da insurgência que se formara nos subterrâneos da cidade — e que contava com o discreto financiamento das elites locais, com suprimentos de dinheiro e armas —, ele passou a participar à noite de ataques-relâmpago contra os símbolos do regime.

Durante os primeiros dias de rebelião, Kadafi mandava cortar a energia de Trípoli. Em vez de colher desmobilização e medo, o efeito foi o oposto. Quando a luz retornava, os muros da cidade estavam pichados com dizeres contra o ditador, lemas revolucionários ou com bandeiras tricolores do movimento insurgente. Siraj participava desses pequenos atos de subversão — e de outros nem tão pequenos. Em ações mais pesadas, atacava prédios públicos ou forças de ordem com coquetéis molotov. Tão logo a operação era realizada, desaparecia na escuridão, com a preocupação de reduzir os rastros que pudessem identificá-lo. Nem todos tiveram essa chance. Um de seus amigos de bairro, visto enquanto grafitava uma parede, acabou preso em casa. Arrancado de sua família no meio da noite, desapareceu e jamais voltou a ser visto. A partir de então, vários de seus companheiros fugiram para Zintan, em busca da proteção das montanhas, de

treinamento e de armas para a luta.

Siraj insistiu em Trípoli e participou dessas ações enquanto o regime tentou se manter no poder, até a ofensiva sobre Bab al-Azizia. Na noite de 20 de agosto, às 23h40, pegou em uma arma e atirou pela primeira vez. Foi quando invadiu com amigos a chamada Casa Branca, a residência de um tio de Kadafi, e tomou para si uma AK-47 do arsenal que encontrara. Guardou a primeira bala, que transformou mais tarde em um colar, e foi para a linha de frente. Dar esse passo, o da luta armada, não lhe causou medo nem preocupação; nem sequer lhe chamou a atenção, disse-me. Siraj tinha um objetivo, e seu foco estava no que devia fazer: unir-se ao “grupo secreto” de revolucionários que articulava a ofensiva — o grupo de Mlegta. Com o início da batalha de Trípoli, alguns foram para o front da fortaleza, outros lutaram em Abu Slim, onde 90% dos moradores defendiam Kadafi.

A batalha pela liberação de Trípoli só foi o sinal de que ele precisava para se unir à linha de frente. Dominada a capital, seu primeiro destino foi Touarga, cidade parcialmente destruída quando o cerco a Misrata foi rompido. Siraj chegou no final do Ramadã. Naquele lugar, sabia, muitos já tinham sido mortos e os demais — negros e fiéis kadafistas em grande parte — encontrariam o mesmo destino ou seriam expulsos, pois jamais poderiam ser perdoados após a violência dos ataques, sexuais inclusive, cometidos nos meses do cerco.

Na cidade até então habitada por líbios originários ou por imigrantes da África subsaariana, ele ficou dez dias e presenciou as consequências devastadoras do conflito, que por ironia espelhavam a etimologia que alguns linguistas atribuem à palavra *tuareg* na língua berbere: abandonado pelos deuses. Fiéis ao regime não apenas entre os meses de março e setembro de 2011, o intervalo mais agudo do conflito na região, mas durante suas quatro décadas, os 30 mil Touargas foram caçados e expulsos quando da vitória insurgente em Misrata. Julgados como cruéis opositores da rebelião, por supostamente terem participado dos estupros em massa patrocinados por Kadafi, além de permitir que em seu território estacionassem os lança-morteiros que ajudaram a destruir os vizinhos, os moradores da região “precisavam pagar”, segundo um raciocínio corrente dos rebeldes.

Com a vitória de agosto, os tawuargas desapareceram, espalhados pelo país ou refugiados nas matas das imediações, a maioria sem esperança de retorno. Katibas como a de Siraj ajudaram a transformar Touarga em exemplo, um recado soturno enviado aos últimos redutos kadafistas, como Sirte: todos pagarão pelos crimes de guerra de quem foi ao front em nome do regime. Os relatos da violência pós-conflito eram aterradores e incluíam casas e edifícios destruídos, incendiados ou saqueados, homens torturados e espancados até a morte, seviciados em prisões, expulsos de suas propriedades ou humilhados pelo racismo ostensivo e pelo abandono completo. Desde a invasão pelas katibas de Misrata, Touarga tornou-se não apenas uma cidade-fantasma, mas também proibida.

Então foi formada a brigada Est Cost, ou katiba Pepsi, com seus 505 membros, a

maioria de Misrata. De lá, partiram para Waddan, oásis kadafista já derrubado, situado no distrito de Jufrah, enquanto aguardavam o chamado para se juntar às forças que invadiriam o aeroporto de Sirte. O mesmo ocorreria com outras cem katibas, muitas delas de grande porte, compostas por até 3 mil rebeldes. Mais de 20 mil homens, Siraj entre eles, participariam da emboscada ao núcleo da resistência kadafista.

Na quinta-feira, 20 de outubro, exatos oito meses após sua adesão à revolução, Siraj tinha uma nova missão especial. Interceptações de conversas de rádio das tropas kadafistas davam havia alguns dias ao CNT a certeza de que “um peixe grande” do regime estava envolvido pelo cerco. Nos bastidores do governo provisório, falava-se em Mutassim, Dhao ou Sanussi. Siraj e seus companheiros sabiam que os combates em Sirte se aproximavam do fim, mas todas as informações sobre quem estava encurralado não passavam de rumores.

Naquela noite, ele pouco havia dormido, acossado por enormes mosquitos e, o mais importante, por uma sensação persistente de que havia algo errado. Essa impressão advinha de uma movimentação anormal de pessoas entrando e saindo da cidade cercada e, sobretudo, do fato de que os intensos combates do início da noite em Sirte arrefeceram muito ao longo da madrugada, como se uma das partes tivesse parado de resistir. Ao fim de seu período de guarda, Siraj participou da reza da madrugada, por volta das cinco da manhã. Quando todos se aprontavam para alguns minutos de repouso, ele recebeu a ligação de um posto de observação no front. Um dos comandantes lhe pediu que ficassem mobilizados, sem lhe explicar em detalhes o motivo. A tensão e a excitação voltaram a subir.

Concentrados em torno de seus carros e armados até os dentes, os jovens esperaram para partir ao front. Mas o comando emudeceu. O tempo passava e a ação esperada não acontecia. Aos poucos, com a chegada da manhã, a ansiedade cedeu terreno à fadiga. Insatisfeitos com o silêncio dos comandantes, alguns dos membros da brigada Pepsi deixaram seus postos, trocando-os pelo descanso no andar superior do pavilhão, onde também ficavam os alojamentos improvisados. Quando o primeiro grupo subiu, o comandante Hassan el-Gorti retornou ao prédio correndo e gritando ordens para que partissem imediatamente:

— Peguem suas armas porque vamos sair!

Siraj entrou em um veículo acompanhado de Mohamed Jamal, Hassan al-Tiyb e Mohamed Alwaib, seguindo uma frota que se dirigiria às imediações de um grande celeiro de trigo local. Quando chegaram, os jovens tomaram posições e receberam os detalhes da missão. Contra dezenas de caminhonetes abarrotadas de militares, mercenários e fiéis kadafistas, defenderiam um arsenal de armas leves e carros blindados, cujo acesso não era protegido por ninguém até a chegada dos milicianos. Da caçamba de sua picape, Siraj viu à distância o grupo de oponentes, com alto poder de fogo, acelerar em sentido contrário ao seu. Em vez de recuar, ele e seus companheiros partiram também, na mesma estrada, colocando-se frente a frente com o inimigo. Então começaram os primeiros estampidos, mais ou menos surdos, mais ou menos assustadores, de acordo com o calibre das

metralhadoras e dos canhões que os disparavam. Ao se aproximarem, à distância de algumas centenas de metros, uma intensa troca de tiros se prolongou por quase uma hora. Então, subitamente, três carros inimigos explodiram, atingidos por um bombardeio que iluminou a penumbra do alvorecer, por volta das sete horas. Siraj entendeu que se tratava de um ataque aéreo da Otan orientado pelo comando rebelde, mas não conseguiu vislumbrar os aviões, nem identificar quantos eram.

A seguir, uma segunda explosão destruiu mais veículos das tropas inimigas e dispersou alguns sobreviventes. Diversos carros partiram em fuga, em alta velocidade, rumando em diferentes direções, mas os que persistiram em meio ao caos prolongaram os combates por quase trinta minutos, quando os raios de sol já iluminavam o campo de batalha. Os rebeldes responderam ao inimigo atirando até esgotar a munição. Sob fogo cerrado, Siraj bateu no capô do veículo para alertar o motorista, e retornaram em alta velocidade à base.

Por ordem do comandante, a brigada se dividiu. Alguns insurgentes correram ao telhado do pavilhão, à espera da frota kadafista. Siraj posicionou-se ao gatilho de uma PKT, com a qual passaria a disparar oitocentos projéteis por minuto. Reorganizados em uma frota menor, os veículos do antigo Exército seguiram avançando pela estrada, não mais em ofensiva, mas em rota de fuga da cidade. Para deixar Sirte, os kadafistas precisariam passar pela defesa organizada por três katibas, entre as quais a brigada Pepsi, junto de seu pavilhão e de uma subestação de energia elétrica, situados cada qual em uma das margens da rodovia. Eram quase oito e meia da manhã quando um novo ataque da Otan, o terceiro, acertou o grupo junto dos muros da subestação, destruindo total ou parcialmente as últimas picapes — entre elas uma Toyota Land Cruiser que vinha por último. Os sobreviventes do ataque, cerca de quinze homens, desceram às pressas e correram, afastando-se dos automóveis e buscando refúgio perto do prédio, onde tomaram posições para o enfrentamento. Nesse momento, rebeldes e kadafistas ficaram a menos de cinquenta metros uns dos outros. Siraj sentiu o nervosismo tomar suas entranhas, mas estava determinado a não apenas resistir como também impedir a fuga do bando.

Percebendo a oportunidade de encurralar os inimigos, os rebeldes que estavam no silo intensificaram o fogo em direção ao grupo kadafista, que ainda encontrava refúgio próximo à subestação. Em meio ao caos de disparos, explosões, gritos, ferimentos e mortes, os rebeldes se viram face a face com seus antagonistas, que àquela altura lutavam pela sobrevivência. A troca de tiros, feroz, não estava vencida, porque os adversários conseguiram reagir. Siraj e seu grupo se surpreenderam com a resistência, mas o que mais os preocupou naquele momento foram tiros que começavam a vir da retaguarda — cuja origem não conseguiam entender.

A situação adversa obrigou o comando dos rebeldes a mobilizar outra katiba, a Brigada da Vitória, para retomar o controle da subestação. Seus membros escalarão o prédio de dois andares da gerência da companhia de eletricidade, de onde obteriam uma visão privilegiada do que ocorria. De lá, os observadores tiveram mais clareza sobre a

batalha. Nas cercanias das instalações da subestação, próximo do local onde os últimos veículos kadafistas tinham sido bombardeados, havia uma canalização de escoamento pluvial. Sob a estrada, duas manilhas permitiam a passagem da água nos dias de cheia, mas o leito do canal estava seco. Siraj e seus companheiros atiravam nos inimigos que estavam do outro lado da estrada. Os disparos pelas costas continuavam.

— Vá até aqueles canos e veja o que está acontecendo! — gritou-lhe um dos comandantes.

Siraj abandonou sua ПКТ, tomou uma Kalash e correu, seguido de Jamal, em direção à saída das manilhas. Nesse movimento, flagrou o exato instante em que três homens armados deixavam o encanamento. Junto de seus companheiros, apontou sua arma e disparou uma rajada. Dos três, dois caíram feridos ou mortos na boca do túnel, outro correu em fuga. Siraj e cinco rebeldes dispararam para os encanamentos. Quando se aproximavam, outros quatro homens tentavam sair. Aos gritos de “*Allah Akbar!*”, os rebeldes atiraram de novo. Dois kadafistas caíram e mais dois fugiram. Do túnel, um oitavo homem saiu correndo em direção a algumas árvores. Se conseguisse subir e chegar ao alto, pensou Siraj em uma fração de segundo, teria uma boa visão da cena e poderia disparar contra seus colegas no chão. Abaixou-se, pegou um capacete que estava no solo, pediu a cobertura dos amigos e correu atrás. No percurso, ouviu novos disparos. A suas costas, Mohamed Jamal, que lhe dava cobertura, caiu morto. Siraj protegeu-se e voltou sua atenção para a saída do encanamento ao perceber que um novo grupo de kadafistas atravessava sob a estrada. Olhou rápido do outro lado da rodovia e vislumbrou cabeças em movimento, preparando-se para tomar o túnel. Aos gritos, pediu o apoio de milicianos de outra katiba, que chegavam ao local. Seus homens se posicionaram de um lado da rodovia. De outro estavam Siraj e seus companheiros, armados de Kalash. Juntos, abriram fogo cerrado contra a entrada e a saída dos túneis, a menos de dez metros de distância. Entre as rajadas, ele vislumbrou o pano branco agitado por alguém que se rendia. Cessaram fogo e ouviram os gritos de um homem que implorava para que parassem de atirar. Enquanto o kadafista deixava a canalização, rendido e apontando o indicador para trás, Siraj ouviu dele uma frase que lhe soou incompreensível:

— Meu senhor, o líder! — gritou em árabe, apontando e repetindo: — Meu senhor, o líder!

Com a arma em punho, Siraj correu em sua direção para entender para quem aquele homem apontava, além de desarmar e render os inimigos caídos. Curvou as costas na altura do túnel para recolher a metralhadora de um deles e ouviu Alwaib, que vinha do outro lado da estrada, gritar vigorosamente:

— *Allah Akbar! Allah Akbar!*

Ao levantar a cabeça, vislumbrou mais kadafistas no interior da manilha. Entre eles, estava um corpo encolhido, sujo, suado e ensanguentado, vestindo calça, camisa e lenço cor de areia. A seu lado, caídas, duas pistolas douradas 9mm. Siraj encarou o homem no interior do túnel e sentiu uma descarga de adrenalina percorrer seu corpo ao reconhecê-lo: Muamar Kadafi.

Alwaib pulou o metro e meio de altura que separava o asfalto da rodovia do leito do canal seco. Sob o choque, e tomado por uma súbita ira, Siraj o seguiu. Seu primeiro reflexo foi afastar as pistolas douradas. Então, como seu amigo, agarrou firme, com as duas mãos, um Kadafi exaurido, quase sem reação. Não portava arma alguma naquele momento. Tinha um ferimento no lado esquerdo do rosto, mas não se podia identificar a origem. Mansour Dhao, também preso naquele instante, diria mais tarde se tratar de um corte por estilhaços de vidro durante um dos bombardeios da Otan. Umran Jum'ah Sha'ban, Mohamed Alwaib e Siraj arrastaram-no para fora do túnel, agredindo-o a socos e tapas. Arrancando-o do encanamento e instantes antes de entregá-lo ao comandante Umran Alwaib, Siraj ouviu Kadafi perguntar, com voz grossa mas enfraquecida e confusa:

— *Kheir! Kheir!* O que está acontecendo? O que eu fiz para vocês?

Sem resposta, o “coronel” esboçou uma reação, acusando-os de cometer o pecado imperdoável dos muçulmanos.

— *Haram aleiko!* — advertiu. — *Haram aleiko!*

Em meio aos disparos que prosseguiam no campo de batalha e aos gritos dos primeiros rebeldes que corriam para o leito do canal seco, alertados por rádio da captura do “líder”, Siraj fez força para ajudar Kadafi a firmar-se sobre suas próprias pernas, que cambaleavam, e gritou:

— Cala-te!

Na noite de segunda-feira, 24 de setembro de 2012, mais de 10 mil pessoas invadiram o gramado do estádio de Misrata, na Líbia, sem razões para comemorar. O motivo da reunião era prestar homenagem a um dos “heróis” da revolução que derrubara Muamar Kadafi e seus 42 anos de regime. Tratava-se de Umran Jum’ah Sha’Ban, 22 anos, ex-membro da brigada Watan e um dos parceiros de Siraj, mencionado na abertura e no encerramento deste livro. Umran era talvez o mais famoso entre os jovens que participaram dos confrontos na periferia de Sirte no início da manhã de 20 de outubro de 2011, quando o “coronel” foi capturado, e minutos depois linchado. Suas fotos posando com uma das pistolas douradas do ditador correram a internet, tornando-o célebre na Líbia — uma fama que outros, a exemplo de Siraj e Mohamed, recusaram.

Umran, estudante de engenharia, morreu em um leito de hospital em Paris, em 23 de setembro, dez dias depois de ter sido resgatado pelo presidente do Parlamento líbio, Mohamed al-Magariief, em pessoa. Ele havia sido sequestrado ainda em julho, quando foi encurralado e ferido em uma operação para libertar jornalistas originários de Misrata detidos na cidade vizinha — e rival — de Bani Walid. De acordo com as investigações preliminares, Umran teria sido torturado durante o período de cativeiro. Seu crime: ter participado da prisão de Kadafi.

Dias antes dessa tragédia, a publicação de trechos de um filme de quinta categoria,

Innocence of Muslims, produzido por extremistas coptas egípcios, mas rodado na Califórnia, já havia detonado uma onda de ira no Oriente Médio e no Norte da África. Na Líbia, onde fundamentalistas islâmicos tomaram um consulado em Benghazi por alvo, as manifestações degeneraram e resultaram na morte de quatro norte-americanos, entre os quais J. Christopher Stevens, o primeiro embaixador dos Estados Unidos a ser assassinado desde 1979.

Os dois crimes não têm relação aparente, exceto o fato de que são resultado do mesmo grave momento de instabilidade na Líbia pós-revolução, agora sob um incipiente regime democrático. Umran teria sido morto em razão das rivalidades históricas entre as tribos adversárias de Bani Walid e Misrata, alimentadas pelo ódio de grupelhos kadafistas remanescentes e armados. Stevens foi, ao que tudo indica, alvo de uma emboscada, uma armadilha de muçulmanos salafistas radicais que integravam a katiba Ansar al-Sharia — “Os defensores da Sharia” —, um grupo rebelde transformado em milícia paramilitar no pós-guerra.

Milicianos e kadafistas em busca de vingança e extremistas islâmicos estão do mesmo lado da história. A nenhum deles agrada a ideia de um regime democrático e de uma Constituição civil, motivos pelos quais os líbios foram às ruas a partir de 17 de fevereiro de 2011.

Logo, há fartas e concretas razões para pessimismo. Mas, por mais ilógica que minha afirmação pareça, me atrevo a arriscar: embora o projeto revolucionário líbio esteja abalado por aqueles que ameaçam sequestrar o Estado e sua população, motivados pela intolerância e valendo-se da violência, as vidas de Stevens e Umran não foram perdidas à toa.

Nas semanas que antecederam a publicação deste livro, mantive contatos com amigos e fontes de informação — entre os quais cidadãos líbios comuns, líderes rebeldes, membros do atual governo, acadêmicos, intelectuais. Dessas conversas, consolidei três constatações. A primeira diz respeito ao embaixador norte-americano: sua morte cobriu a Líbia de vergonha e de realismo sobre os riscos da atual situação social. É preciso enfrentar as milícias armadas, cuja mobilização foi decisiva para o sucesso revolucionário, mas cuja desmobilização será determinante para a estabilidade política e para a retomada econômica do país.

A segunda constatação é relativa a Umran: seu assassinato forja um herói de guerra, um mártir, emprestando-lhe parte da mitologia que cerca nomes históricos como Omar al-Mukhtar, o líder da rebelião contra a colonização italiana. Seu rosto representará o de todos os mortos do conflito pela libertação do país e por certo servirá, no futuro, como cimento social da jovem nação.

Por fim, embora as mortes de Stevens e Umran representem tragédias contra as quais toda a população precisa se insurgir, as aparências enganam. Quem prega a intolerância na Líbia é uma pequena minoria, extremistas islâmicos cujo envolvimento na revolução era oportunista, e não engajado na real conquista da democracia. Um exemplo concreto dos anseios da maioria foi expressado nas eleições parlamentares de julho, que

acompanhei de perto. Assim como senti a presença etérea da liberdade nos primeiros dias depois da queda de Trípoli, testemunhei onze meses depois uma esperança palpável, a convicção de que o voto e os direitos civis são conquistadas a serem preservadas. Ouso dizer: mesmo plena de problemas urgentes, a Líbia é, por sua riqueza natural e pelo desejo genuíno de modernização, o horizonte mais luminoso da Primavera Árabe.

Em 29 de setembro de 2012, às vésperas do primeiro aniversário da morte de Kadafi, o jornal italiano *Corriere della Sera* publicou uma reportagem na qual abordava as recentes especulações sobre o assassinato do ditador ter sido cometido por um agente do serviço secreto francês. A principal fonte dos rumores seria uma declaração do ex-primeiro-ministro do CNT, Mahmoud Jibril, que, em uma entrevista à rede egípcia Dream TV, afirmara que “um agente estrangeiro teria se infiltrado entre as brigadas revolucionárias para matar o coronel Kadafi” (cito a revista *Time* de 8 de outubro de 2012).

Sobre o assunto, tenho três considerações a fazer. Em primeiro lugar, dada a ausência completa de uma investigação rigorosa por parte do CNT a respeito do linchamento, a morte de Kadafi será sempre sujeita a todo tipo de especulação e teorias conspiratórias, mais ou menos convenientes aos líderes políticos líbios que se omitiram na apuração das responsabilidades sobre o crime.

Em segundo, como frisei em diferentes momentos da narrativa, havia agentes estrangeiros implicados, sim, na perseguição ao coronel durante o cerco de Sirte, entre os quais franceses e britânicos. Eles eram o ponto de contato entre os rebeldes líbios e o comando da operação da Otan, que orientava os bombardeios aéreos às forças leais ao regime.

Ainda assim, e embora tenha razões de sobra para acreditar que Nicolas Sarkozy, ex-presidente da França, manteve relações, digamos, secretas com o regime líbio, em nenhum momento, em nenhuma das vezes em que estive com rebeldes que participaram da caçada ao ditador ou que os comandavam, jamais a participação de um agente estrangeiro foi evocada. Um “segredo” como esse não teria se mantido nem por um minuto por um número tão farto de fontes na Líbia.

Quando a primeira das revoluções estourou, ainda sob a indiferença de boa parte da imprensa internacional, a população da Tunísia não teve de afrontar apenas os 23 anos de regime de Ben Ali, mas também a oposição de muitos governos do Ocidente. Desde muito cedo, porém, a essência libertadora da revolta popular veio à tona, e a queda do ditador se mostrou inelutável. Então nós, jornalistas, corremos em busca de um nome para o fenômeno social que se produzira, e alguns acharam por bem adotar o termo empregado pelo blogueiro tunisiano Zied el-Heni: “Revolução de Jasmim”.

Parte das agências de notícias mergulhou de imediato no charme poético da expressão — que remetia a outras “revoluções” vitoriosas, como a dos Cravos (1974), em Portugal; das Rosas (2003), na Geórgia; das Tulipas (2005), no Quirquístão. Mas, com a

eclosão de revoltas no Egito, no Iêmen e no Bahrein, assim como de protestos na Jordânia, no Marrocos e em grande parte do mundo árabe-muçulmano, ficou claro que estávamos diante de um fenômeno maior: a “Primavera Árabe”.

Para quem vive no Brasil tropical e não conhece bem os efeitos cotidianos da transição entre as quatro estações do ano no homem e na natureza, o termo é uma abstração. Mas, para quem conhece o fenômeno, a primavera pode ser resumida em uma equação: menos escuridão, mais luz. Se me permitem evocar a filosofia, diria que a expressão “primavera” sugere que o mundo árabe-muçulmano esteja desfrutando de seu próprio primado de luzes sobre as trevas. Apesar da momentânea escalada conservadora no Egito e na Tunísia, do impasse complexo no Iêmen, da estagnação no Bahrein, do insuportável desastre humanitário em curso na Síria, se meu raciocínio estiver correto ainda há algo melhor em gestação no Norte da África e no Oriente Médio.

Insh'Allah.

Paris, setembro de 2012

Cronologia

A LÍBIA DE KADAFI

1969

1^O DE SETEMBRO — Um grupo de onze jovens oficiais subalternos do Exército lidera a deposição do rei Idriss I. É criado o Conselho do Comando Revolucionário (CCR). Uma semana depois, o tenente Muamar Kadafi, 27 anos, assume a chefia do grupo.

29 DE OUTUBRO — O novo governo líbio pede a imediata retirada das tropas do Reino Unido e a desativação de suas bases militares no país. Americanos se retirariam em 1970.

14 DE NOVEMBRO — O governo anuncia a nacionalização de bancos e hospitais.

27 DE DEZEMBRO — Anunciado o projeto de união da Líbia, do Sudão e do Egito. Ao longo dos primeiros vinte anos de regime, oito projetos de fusão foram assinados com países árabes ou africanos, todos sem sucesso.

1970

5 DE JULHO — Aprovadas as primeiras leis de nacionalização da indústria do petróleo na Líbia.

28 DE SETEMBRO — Morte de Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, líder do movimento nacionalista árabe e inspirador de Kadafi.

1971

17 DE ABRIL — Assinado o mais importante acordo de unificação da Líbia, com o Egito e a Síria, formando a União das Repúblicas Árabes, que perduraria até 1973 (formalmente até 1984).

1973

6 DE OUTUBRO — Início da guerra do Yom Kippur, que acentua o discurso nacionalista árabe na região.

1974

MAIO — Acordo para fornecimento de armas pela União Soviética à Líbia.

1975

2 DE MARÇO — Início das revoltas estudantis contra o serviço militar obrigatório para estudantes universitários. Mobilização se transforma em protestos contra Kadafi e o regime.

13 DE AGOSTO — Dois oficiais do Conselho do Comando Revolucionário (CCR) promovem a primeira tentativa de golpe de Estado contra Kadafi. Começam os expurgos de “traidores”. É a primeira entre várias tentativas fracassadas de golpe.

1976

7 DE ABRIL — Repressão severa sufoca as revoltas estudantis na Líbia.

17 DE SETEMBRO — É publicado pela primeira vez o *Livro Verde*, assinado pelo coronel Kadafi, uma versão local do *Livro Vermelho* de Mao Tsé-tung.

1977

4 DE FEVEREIRO — A Líbia é incluída na lista de “potenciais inimigos” dos Estados Unidos.

2 DE MARÇO — Criação da “Jamahiriyya Árabe Líbia”, o “Estado das massas”. Fundação do Congresso Geral do Povo, dos Comitês Populares e dos Comitês Revolucionários, esteios do regime.

1978

19 DE DEZEMBRO — Kadafi renuncia à função de secretário-geral do Congresso Geral do Povo e assume a função de “guia da revolução” na Líbia, sem mandato definido.

1979

29 DE DEZEMBRO — Os Estados Unidos incluem a Líbia kadafista no rol de Estados que apoiam terroristas.

1980

3 DE FEVEREIRO — Kadafi defende a liquidação de dissidentes líbios no exterior. Perseguição e assassinato de opositoristas viram política de Estado.

1981

7 DE OUTUBRO — Fundação da Frente Nacional para a Salvação da Líbia (FNSL), primeiro grupo organizado de opositoristas no exterior, por Mohamed al-Magarif, que seria eleito presidente do parlamento em 2012.

1982

13 DE DEZEMBRO — Kadafi anuncia a substituição das Forças Armadas da Líbia por um Exército Popular, o que na prática amplia seu comando.

1984

8 DE MAIO — Enfrentamento entre forças do regime e militantes ligados à Frente Nacional para a Salvação da Líbia (FNSL) no centro de Trípoli.

1985

27 DE DEZEMBRO — Atentados contra os aeroportos de Roma e Viena fazem dezenove mortos e mais de cem feridos. Ataques são reivindicados pelo grupo terrorista Fatah-Majlis al-Thawri (Fatah-Conselho Revolucionário), com bases no Iraque, na Síria e na Líbia, onde instalam QGs e campos de treinamento.

1986

8 DE JANEIRO — Após anos de escalada na tensão, o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos anuncia o fim das relações econômicas com a Líbia de Kadafi, acusado de envolvimento nos atentados terroristas de Roma e de Viena.

5 DE ABRIL — Atentado à discoteca La Belle, em Berlim Ocidental, deixa três mortos e 229 feridos, entre os quais soldados das Forças Armadas dos Estados Unidos. Intercaptações de telegramas diplomáticos pelos serviços secretos da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos apontam o envolvimento de agentes secretos líbios baseados na Alemanha Oriental.

15 DE ABRIL — Aviões americanos lançam a Operação El Dorado Canyon, o bombardeio a Trípoli e Benghazi. A fortaleza de Bab al-Azizia é atingida. O regime conta 44 mortos. Kadafi diz ter perdido Hana, sua filha adotiva, mas essa morte se revela uma fraude.

6 DE MAIO — Líderes do G7 apontam a Líbia de Muamar Kadafi como protagonista do terrorismo internacional. O regime é acusado de financiar movimentos terroristas e golpistas e partidos de oposição em diferentes partes do mundo.

1988

21 DE DEZEMBRO — Atentado de Lockerbie, na Escócia, contra o Boeing 747-121 da companhia aérea norte-americana PanAm, que realizava o trajeto Londres-Nova York, deixa 270 mortos.. Depois de quinze anos de conflitos no Chade — iniciados pela ocupação líbia da faixa de Aouzou, no norte do país, em 1973, seguidos pela anexação do território, em 1976, e pela reconquista definitiva (com auxílio da França), em 1987 — a Líbia aceita a intermediação do Tribunal Internacional de Justiça.

1989

19 DE SETEMBRO — Atentado contra o avião DC-10 que realizava o voo UTA-772 da companhia francesa UTA entre Brazzaville, no Congo, e Paris. A explosão no deserto de Ténéré, no Níger, deixa 170 mortos.

1991

14 DE NOVEMBRO — O FBI aponta Abdelbaset Ali al-Megrahi, oficial de inteligência da Líbia e diretor de segurança da Libyan Arab Airlines (LAA), e Lamin Khalifah Fhimah, coordenador da LAA no aeroporto de Luqa, em Malta, como autores do

atentado de Lockerbie. Em 2001, Al-Megrahi seria condenado a prisão perpétua por um tribunal internacional.

1992

31 DE MARÇO — O atentado de Lockerbie leva a ONU a aplicar sanções econômicas internacionais e embargo aéreo e militar à Líbia. As últimas sanções só seriam extintas em 2003, quando da indenização das vítimas pelo regime de Kadafi.

1994

OUTUBRO — Levante de oficiais das Forças Armadas em Misrata.

1999

10 DE MARÇO — Seis agentes de serviços secretos da Líbia são condenados na França pelo atentado contra o avião DC-10 da companhia aérea UTA.

2003

19 DE DEZEMBRO — O regime de Muamar Kadafi anuncia o fim de seu programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. É o início da remissão internacional do regime.

2004

9 DE JANEIRO — O regime assina um acordo internacional para indenização das vítimas do DC-10 da UTA. Em abril, Kadafi visita Bruxelas, em sua primeira viagem internacional à União Europeia em quinze anos. A seguir, Tony Blair, premiê britânico, visita Trípoli.

2005

JANEIRO — Retorno das companhias petrolíferas estrangeiras, banidas em 1986. Convidado ao Fórum Econômico de Davos com o filho Saif al-Islam, Kadafi anuncia aprofundamento da liberalização econômica do país.

2006

15 DE MAIO — Restabelecimento completo das relações diplomáticas entre Trípoli e Washington. A Líbia deixa a lista de Estados que apoiam o terrorismo internacional.

2007

24 DE JULHO — Cinco enfermeiras búlgaras e um médico palestino presos durante oito anos são libertados, com a intervenção do presidente da França, Nicolas Sarkozy. Eles eram acusados de contaminar mais de quatrocentas crianças com o vírus HIV no Hospital Al-Fatih, de Benghazi.

2008

5 DE SETEMBRO — Condoleezza Rice, secretária de Estado dos Estados Unidos, faz a primeira visita oficial de um chefe de diplomacia a Trípoli em 55 anos.

2009

2 DE FEVEREIRO — Kadafi se designa “rei dos reis tradicionais da África” durante uma conferência da União Africana.

10 DE JUNHO — Visita do coronel Kadafi à Itália. Assinatura de um tratado de compensação sobre a colonização italiana.

2010

17 DE DEZEMBRO — Após ter produtos confiscados, o feirante Mohamed Bouazizi, 26 anos, imola-se na cidade de Sidi Bouzid, na Tunísia. É o início da Primavera Árabe.

2011

14 DE JANEIRO — Depois de 27 dias de protestos, que resultaram em 338 mortos e 2100 feridos, a Revolução Tunisiana derruba o presidente Zine el-Abidine Ben Ali, que abandona o país após 23 anos de regime.

25 DE JANEIRO — Começam as manifestações de massa na praça Tahrir, no Cairo, que resultam na Revolução Egípcia.

11 DE FEVEREIRO — Após 29 anos, o ditador Hosni Mubarak é derrubado do poder pela Revolução Egípcia. Protestos se intensificam no Oriente Médio e no Norte da África.

A LÍBIA REVOLUCIONÁRIA

15 DE FEVEREIRO — Líbios vão às ruas de Benghazi e Beyda para protestar contra a prisão do advogado e ativista Fathi Terbil. A manifestação é reprimida com violência.

- 17 DE FEVEREIRO — Líbios voltam às ruas de Benghazi e a revolta toma mais quatro cidades. Repressão deixa 55 mortos em dois dias, mas protestos passam a ser diários. Primeiros levantes chegam às cidades da Tripolitânia, no oeste do país.
- 20 DE FEVEREIRO — Protestos chegam a Trípoli, onde pelo menos sessenta pessoas são mortas nas primeiras horas. Saif al-Islam Kadafi vai à tv e ameaça a população.
- 21 DE FEVEREIRO — Defecções no governo se intensificam, entre as quais a do ministro da Justiça, Mustafa Abdel Jalil.
- 22 DE FEVEREIRO — Kadafi promete resistir e morrer como “um mártir”. O ministro do Interior, general Abdel Fattah Younis, um dos golpistas de 1969, adere à revolução.
- 23 DE FEVEREIRO — Forças oposicionistas controlam Benghazi, abrindo uma zona livre na Cirenaica. Revolução já tem entre trezentos e quatrocentos mortos, segundo a Federação Internacional de Ligas de Direitos do Homem (FIDH).
- 24 DE FEVEREIRO — Kadafi atribui os levantes a jovens drogados e à intervenção da Al-Qaeda.
- 26 DE FEVEREIRO — O Conselho de Segurança da ONU aprova a resolução 1970, impondo o embargo da venda de armas à Líbia e proibindo dezesseis líderes do regime de viajar ao exterior. A repressão é definida como crime contra a humanidade.
- 27 DE FEVEREIRO — Líderes da oposição a Kadafi anunciam a criação do Conselho Nacional de Transição (CNT), com sede em Benghazi.
- 28 DE FEVEREIRO — Bens da família Kadafi e de membros do regime são congelados na União Europeia.
- 1º DE MARÇO — Kadafi afirma à imprensa internacional: “Todo o meu povo está comigo. Ele me ama e me adora. Ele morreria para me proteger.
- 2 DE MARÇO — Kadafi afirma que “milhares de líbios morrerão” em caso de intervenção internacional.
- 5 DE MARÇO — O Conselho Nacional de Transição (CNT) afirma ser o representante da Líbia livre, sob o comando de Mustafa Abdel Jalil e de Mahmoud Jibril.
- 8 DE MARÇO — Começa o cerco de Misrata. Na Tripolitânia, reação do regime amplia

bombardeios de Zawiyah.

10 DE MARÇO — A França é o primeiro país a reconhecer o Conselho Nacional de Transição (CNT). Zawiyah cai e volta ao domínio do regime. A contraofensiva continua, e rebeldes recuam na Tripolitânia e na Cirenaica.

15 DE MARÇO — Em vídeo, a Al-Qaeda manifesta apoio aos rebeldes na luta contra Kadafi.

16 DE MARÇO — Misrata, sob bombardeio, vacila.

17 DE MARÇO — A revolução completa um mês. Forças kadafistas rumam para retomar Benghazi. O Conselho de Segurança da ONU aprova a resolução 1973, instaurando uma zona de exclusão aérea na Líbia e autorizando “todas as medidas necessárias” para “proteger populações civis”.

19 DE MARÇO — Forças kadafistas atacam Benghazi. Aviões de caça Rafale, da França, e mísseis Tomahawk, dos Estados Unidos, são usados no primeiro ataque contra o Exército de Kadafi.

31 DE MARÇO — Após polêmica entre França, Reino Unido e Estados Unidos sobre o comando das operações para implantação da zona de exclusão aérea, ataques passam a ser coordenados pela Otan.

1^o DE ABRIL — Moussa Koussa, ministro das Relações Exteriores e ex-chefe do serviço secreto, deixa a Líbia e chega a Londres.

6 DE ABRIL — Cercada por forças do regime, Misrata é declarada prioridade número um da Otan. Bombardeios reduzem poder de fogo do regime.

10 DE ABRIL — A União Africana apresenta um “mapa do caminho” para resolução do conflito; Kadafi aceita, tentando se manter no poder, mas rebeldes recusam a proposta.

13 DE ABRIL — Aliados ocidentais reconhecem o Conselho Nacional de Transição (CNT) como o interlocutor diplomático legítimo da Líbia em revolução.

15 DE ABRIL — Em artigo publicado em vários países, Barack Obama, Nicolas Sarkozy e David Cameron afirmam que Kadafi não pode continuar no poder na Líbia.

17 DE ABRIL — O ministro da Defesa da França, Gérard Longuet, diz que guerra vai

perdurar.

- 19 DE ABRIL — Balanço do CNT diz que conflito já deixou 10 mil mortos e 50 mil a 55 mil feridos.
- 1º DE MAIO — Um dos filhos de Kadafi e três de seus netos são mortos em um bombardeio da Otan à casa da família.
- 11 DE MAIO — Depois de dois meses de cerco, rebeldes de Misrata tomam o aeroporto da cidade.
- 1º DE JUNHO — A Otan prolonga suas operações na Líbia até o fim de setembro.
- 9 DE JUNHO — O “Grupo de contato”, formado por países ocidentais e árabes pró-revolução, anunciam apoio financeiro aos insurgentes, mas armas já são doadas em segredo aos revolucionários. Hillary Clinton, secretária de Estado dos Estados Unidos, diz que dias de Kadafi estão contatos.
- 27 DE JUNHO — O Tribunal Penal Internacional (TPI) lança um mandado de prisão contra Kadafi, Saif al-Islam e membros do regime por crimes contra a humanidade.
- 29 DE JUNHO — Paris reconhece estar fornecendo armas aos rebeldes situados nas montanhas de Nefusa, na Tripolitânia, oeste da Líbia.
- 6 DE JULHO — Rebeldes das montanhas de Nefusa realizam ataque contra as forças kadafistas na região. Os cercos a Zintan e a Nalut são quebrados.
- 28 DE JULHO — Abdel Fatah Younis, transformado em general rebelde, é assassinado em Benghazi em circunstâncias jamais esclarecidas.
- 8 DE AGOSTO — Mustafa Abdel Jalil anuncia a demissão do gabinete de ministros interinos. O Conselho Nacional de Transição (CNT) passa por crise.
- 9 DE AGOSTO — O regime acusa a Otan de matar 85 civis no vilarejo de Madjar, próximo a Zitan, entre Trípoli e Misrata.
- 14 DE AGOSTO — Vindos de Zintan, rebeldes invadem a cidade de Zawiyah, a cerca de 60 quilômetros a oeste de Trípoli. O avanço é uma das etapas decisivas da ofensiva.
- 15 DE AGOSTO — Ofensiva rebelde é lançada nas cidades de Gharyane e Surman, nas imediações de Trípoli.

- 18 DE AGOSTO — Os rebeldes ampliam a ofensiva na Tripolitânia. O regime propõe um cessar-fogo, com a manutenção de Kadafi no poder. A proposta é recusada.
- 19 DE AGOSTO — Cidades de Zawiyah e de Zitan são tomadas pelos rebeldes. Trípoli fica isolada nas mãos do regime.
- 20 DE AGOSTO — Começa a ofensiva sobre Trípoli, onde rebeldes armados se sublevam em distritos da capital.
- 21 DE AGOSTO — Rebeldes alcançam o centro de Trípoli, e Kadafi faz apelo para que seus fiéis “limpem” a capital dos “ratos” insurgentes.
- 22 DE AGOSTO — Oposicionistas tomam a fortaleza de Bab al-Azizia, em Trípoli, mas não prendem Kadafi. Combates continuam.
- 15 DE SETEMBRO — Forças rebeldes entram em Sirte, último reduto do regime.
- 9 DE OUTUBRO — Rebeldes tomam o campus da universidade e o centro de conferências de Ouagadougou, pontos militares estratégicos da resistência.
- 20 DE OUTUBRO — Queda de Sirte. Em fuga, Muamar Kadafi é capturado e linchado pela multidão.

FONTES

Associated Press, AFP e Reuters.

VANDEWALLE, Dirk. *A History of Modern Libya*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

Referências bibliográficas

No que diz respeito à pesquisa histórica, política e econômica sobre a Líbia, as obras de Dirk Vandewalle e de Moncef Djaziri são referências centrais. Eis a seguir uma lista de sugestões de leitura que de alguma forma serviram como suporte para este livro.

Annuaire de l'Afrique du Nord 1981. Paris: CNRS, 1981.

ABDELMALEK, Anouar; BELAL, Abdel-Aziz; HANAFI, Hassan. *Renaissance du monde arabe*. Paris: Duculot, 1972.

ARENDR, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Bandity of Evil*. Nova York Viking, 1965.

ARNOLD, Guy. *The Maverick State: Gaddafi and the New World Order*. Londres: Cassell, 1996.

AHMIDA, Ali Abdullatif. *The Making of Modern Libya: State, Formation, Colonization, and Resistance, 1830-1932*. Albany State University of New York Press, 1994.

ALBERGONI, Gianni et al. *La Libye nouvelle: rupture et continuité*. Paris: CNRS, 1975.

AL-HESNAWI, Habib. *The Revolutionary Committees and Their Role in the Confirmation and Consolidation of the People's Authority*. Trípoli: Green Book Center, 1987.

AL-QADHAFI, Saif al-Islam. *Libyan-American Relations*. Middel East Policy, v. 10, n. 1, 2003.

BEN-HALIM, Mustafa Ahmed. *Libya: The Years of Hope*. Londres: AAS, 1998.

- BEN-HALIM, Mustafa Ahmed. *État et société en Libye*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BLEUCHOT, Hervé. *Chroniques et documents libyens, 1969-1980*. Paris: CNRS, 1983.
- BURKE, Edmund. *Reflections on the Revolution in France*. Nova York: Liberal Arts, 1955.
- DAVIS, John. *Libyan Politics: Tribe and Revolution*. Londres: I. B. Tauris, 1987.
- DJAZIRI, Moncef. "La Libye: incertitudes et limites du processus de 'démocratisation' et dynamique de 'l'infiraj'". In: *Annuaire de l'Afrique du Nord*. Paris: CNRS, 1988.
- EL-QATHAFI, Mu'ammarr. *Discourses*. Valetta, Malta: Adam, 1975.
- HABIB, H. P. *Libya Past and Present*. Valetta/Tripoli: Adam, 1979.
- KADAFI, Muammar. *Le Livre Vert*. Paris: Albouraq, 2007.
- _____. *Je suis un opposant à l'échelon mondial*. Entrevista com Hamid Barrada. Lausanne/Paris: Favre/ABY, 1984.
- KHADER, Bichara; EL-WIFATI, Bashir (orgs.). *The Economic Development of Lybia*. Londres: Croom Helm, 1987.
- LEMARCHAND, Rene (org.). *The Green and the Black: Qadhafi's Policies in Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- LÉVY, Bernard-Henri. *La Guerre sans l'aimer: Journal d'un écrivain au cœur du printemps libyen*. Paris: Grasset, 2011.
- Libya Under Gaddafi and the NFSL Challenge*. National Front for the Salvation of Libya, 1992.
- MAFFESOLI, Michel. *La Violence totalitaire: Essai d'anthropologie politique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.
- _____. "La Logique de la domination". In: *Après la Modernité*. Paris: CNRS, 2008.
- _____. *Essais sur la violence bande et fondatrice*. Paris: CNRS, 2009.
- _____. *Historical Dictionary of Libya*. Londres: Scarecrow, 1991.
- SANTARELLI, ENZO; ROCHAT, Giorgio; RAINERO, Romain; GOGLIA, Luigi. *Omar al-Mukhtar: The Italian reconquest of Libya*. Londres: Darf, 1986.
- ST. JOHN, Ronald Bruce. *Qaddafi's World Design: Libyan Foreign Policy 1969-1987*. Londres: Saqi, 1987.
- VANDEWALLE, Dirk. *Qadhafi's Libya 1969 to 1994*. Nova York: St. Martin's, 1995.
- _____. *Libya Since the Independence: Oil and State-Building*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- _____. *A History of Modern Lybia*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.
- _____. *Lybia since 1969: Qadhafi's Revolution Revisited*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.
- ZAHI EL-MOGHBERBI, Mohamed. "The Structure of the Libyan Executive Political Elite 1969-2000". In: *Les élites au Maghreb*. Zaghouan: Foundation Temimi/Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

NALUT, FEVEREIRO DE 2011



Rebeldes de Nalut posam com armas e expõem a bandeira rebelde no primeiro contato com a imprensa estrangeira nas montanhas de Nefusa, oeste da Líbia.



Líder rebelde de Nalut observa as montanhas de Nefusa. Os ativistas monitoravam estradas da região, atentos ao contra-ataque kadafista.



Imigrantes da África subsaariana são detidos por rebeldes de Nalut e apontados como mercenários.

ZINTAN, FEVEREIRO DE 2011



Prédio público de Zintan destruído pela população nas primeiras manifestações contra o regime.



Dr. Mohamed Othman, um dos líderes da revolução nas montanhas de Nefusa, oeste da Líbia.



Um opositorista descansa junto à bandeira revolucionária durante uma batalha pelo porto da refinaria de Ras Lanuf, no leste da Líbia. A foto do francês Remi Ochlik, morto meses depois, na Síria, foi distinguida com o prêmio World Press Photo em fevereiro de 2012.

TRÍPOLI, AGOSTO DE 2011



Bombardeios atingem Trípoli durante a ofensiva que derrubou Muamar Kadafi.



Rebelde dispara de dentro do prédio principal da fortaleza de Bab al-Azizia. Ao tomar o bunker, os ativistas derrubavam o regime.



Insurgentes comemoram a tomada da fortaleza de Bab al-Azizia, o bunker de Muamar Kadafi, no centro de Trípoli. Em segundo plano, o monumento construído pelo regime em lembrança do bombardeio americano a Trípoli, em 1986.



Pátio do consulado da Itália em Trípoli, invadido, saqueado e destruído durante a revolução.



Marcas de guerra nos prédios do centro de Trípoli, atingidos durante a ofensiva rebelde sobre a capital.





Corredor e celas do centro de detenção no qual Ghaith Abdul-Ahad e Andrei Netto ficaram presos, na periferia de Trípoli.



Cartaz com a imagem de Muamar Kadafi é pichado e destruído no centro de Trípoli. As imagens do ditador foram um dos símbolos do regime mais visados pelos rebeldes durante a revolução.



Acesso ao corredor e às celas do centro de detenção onde os colegas jornalistas ficaram presos.



Cinzas de opositoristas mortos são encontradas em uma casa de detenção improvisada próxima ao bairro de Khilit al-Ferjan, na periferia de Trípoli, logo após a queda do regime.



Pés amarrados de um dissidente executado por soldados do regime no bairro de Khilit al-Ferjan, periferia de Trípoli.



Corpos de pacientes abandonados no Hospital de Abu Slim, na periferia de Trípoli, durante a ofensiva rebelde sobre o regime.





Celas do presídio de Abu Slim abertas durante a revolução. O presídio, onde o regime perpetrou o massacre de Abu Slim, em 1996, foi desativado.



Tanques e outros veículos de guerra são deslocados de Trípoli para Sirte.



Viaturas de guerra dos rebeldes deixam Trípoli, após a derrubada do regime, e rumam para Sirte, onde ocorre o cerco final da revolução.

MISRATA, AGOSTO DE 2011



Fachada de um hotel em Misrata atingido por bombardeios durante o cerco kadafista. Nesses ataques, morreram os fotógrafos Tim Hetherington e Chris Hondros.



Veículos e máquinas de guerra abandonados e destruídos são expostos no centro de Misrata, abalado por meses de cerco kadafista.



Rebeldes observam o corpo do “coronel” Muamar Kadafi exposto na cidade de Misrata, oeste da Líbia.



Multidão aguarda em fila para entrar na sala em que o corpo de Muamar Kadafi é exposto, no Mercado Tunísiano de Misrata.



Corpo de Kadafi exposto no Mercado Tunisiano, após a tomada de Sirte.



Corpo de Mutassim Kadafi, filho do ditador, é exposto pelos rebeldes à imprensa após sua execução. Circunstâncias de sua morte nunca foram esclarecidas.



Menino empunha a foto de um familiar morto durante o cerco de Misrata. Ao fundo, fotos de vítimas da ofensiva kadafista são expostas no museu, já no pós-guerra.



Fotos de vítimas da ofensiva kadafista durante o cerco de Misrata são reunidas, no que se tornaria uma exposição em homenagem aos mortos da revolução na Líbia.



Manilhas de esgoto pluvial nas quais Kadafi se escondeu instantes antes de ser capturado, na periferia de Sirte, em 20 de outubro de 2011.



Frota de Muamar Kadafi destruída por um bombardeio da Otan, na periferia de Sirte. O ditador, que sobreviveu ao ataque, seria capturado a seguir, durante combates a duzentos metros dali.



Veículo de guerra usado no cerco rebelde à cidade de Sirte, último bastião kadafista, em setembro e outubro de 2011.



Ofensiva rebelde na cidade de Sirte, em setembro e outubro de 2011.





Bairro de Sirte destruído por forças rebeldes durante o cerco que resultou na prisão do ditador.



Siraj Abdallah al-Himali al-Zaede, um dos jovens da katiba Pepsi responsáveis pela captura de Muamar Kadafi na periferia de Sirte.

TRÍPOLI, JULHO DE 2012



Dr. Mohamed Othman após a revolução, durante as eleições parlamentares. Em lugar de assumir um papel político, o doutor em genética optou por trabalhar na identificação dos cerca de 17 mil desaparecidos.

Créditos das imagens

- pp. 1, 2 (acima), 3 (acima), 6, 7, 8-9, 10, 11, 13 (abaixo), 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 (abaixo),
22, 23, 24, 25, 26, 27, 30-31 e 32 (acima): © Andrei Netto.
- pp. 2 (abaixo) e 13 (acima): © Ghaith Abdul-Ahad.
- pp. 3 (abaixo) e 32 (abaixo): © Andrei Netto/ DR/ Mohamed Othman.
- pp. 4-5: © Remi Ochlik/ IP3 Press.
- pp. 12 e 21 (acima): © Marcel Mettelsiefen.
- pp. 28 e 29: © Mauricio Lima.



TADEU VILANI

ANDREI NETTO nasceu em 1977, é jornalista e doutor em sociologia pela Sorbonne. Com passagens pelos diários *Gazeta Mercantil* e *Zero Hora*, é correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* em Paris.

Copyright © 2012 by Andrei Netto

Grafia atudizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Rodrigo Maroja

Foto de capa

Ras Lanuf, Líbia. Foto de Yuri Kozyrev. Noor/ LatinStock

Mapa

Sonia Vaz

Preparação

Oficina de Criação

Revisão

Huendel Viana

Renata Lopes Del Nero

ISBN 978-85-8086-512-7

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br